

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ALBERTO RICHA Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI Secretário
JAMIL ABDANUR JUNIOR Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI Superintendente
WELLINGTON OTÁVIO DALMAZ Superintendente Executivo
IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA Diretor de Administração e Finanças
MONICA SOARES VIEIRA Diretora de Operações
JERONIMO PAULO DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA Coordenador de Projetos
RICARDO MULLER Coordenador de Operações
JOSE EDMIR MIRO GASPAS FALKEMBACK Coordenador ER Maringá
LUIZ FERNANDO SALOMON PINTO Coordenador ER Ponta Grossa
VICTOR VOLPI JUNIOR Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral
JOÃO ANDRÉ SAROLLI Coordenador ER Cascavel
ANNA CAROLINA SILVESTRI Coordenadora ER Guarapuava
JOSE RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE FAXINAL
Prefeito
ADILSON JOSÉ SILVA LINO

SUPERVISÃO
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Diretoria de Operações



CONSULTORIA CONTRATADA

RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA

ZULMA DAS GRAÇAS L. SCHUSSEL - Arquiteta/ Urbanista - Coordenadora Geral

PAULO NASCIMENTO NETO – Arquiteto/ Urbanista – Coordenador Adjunto

RICARDO SCHUSSEL - Engenheiro Civil

SÍLVIA LUCENA SCHUSSEL - Arquiteta/ Urbanista

JULIANA HELENA BORDINI TOMAZ - Arquiteta/ Urbanista

ANA MARIA DE MACEDO RIBAS – Economista

JUSSELMA TOSIN MAIA – Advogada

WESLEY MEDEIROS – Estagiário de Arquitetura

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

EDUARDO ARJONAS SIMÕES	Coordenador Municipal do PDM – Faxinal
JOÃO PEDRO TABORDA	Departamento de Contabilidade
VERA LÚCIA PRATEZI GALVÃO	Secretaria de Educação
FRANCISCO ALFREDO FERREIRA	Secretaria de Saúde
DEALCIDES BAHLS JÚNIOR	Departamento de Meio Ambiente
PAULO VITOR PORTELA	Secretaria de Administração

SUPERVISÃO SEDU/ PARANACIDADE

MARISTELA MULLER | MANINHA – Analista de Desenvolvimento Municipal



APRESENTAÇÃO

Este presente documento refere-se ao **VOLUME I DO PLANO DIRETOR DE FAXINAL – PDM-F**, elaborado pela empresa RZS – Consultoria e Planejamento Ltda. em conjunto com a Prefeitura Municipal de Faxinal, conforme estabelecido no Contrato nº 449/2009. Teve como orientação o Termo de Referência integrante do contrato e foi supervisionado pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Está dividido em 2 Partes para facilitar a leitura e o acesso aos dados.

A PARTE I refere-se à **AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**;

A PARTE II refere-se à **DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES**;

Faxinal, Abril de 2012.



1. INTRODUÇÃO

Em 2001, após dez anos de tramitação, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Federal nº 10.257 – Estatuto da Cidade. Esta lei assegurou aos brasileiros o direito às cidades sustentáveis, traduzido na lei como o direito À terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, entre outros. Para tanto, torna-se necessário que os municípios apliquem os instrumentos de política urbana através da execução ou revisão do Plano Diretor Municipal sob os princípios da gestão democrática.

Portanto, o Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade. Ele organiza o crescimento e o funcionamento do município. No plano está o projeto da cidade que os munícipes querem, planejando o futuro da cidade decidido por todos. É válido para todo o município, ou seja, para as áreas urbanas e também para as rurais. Deve dizer qual é o destino de cada parte do município. É o Plano Diretor que diz como o Estatuto da cidade será aplicado no município.

O Estatuto da Cidade também determina o conteúdo mínimo do Plano Diretor, que deve seguir também as recomendações do Conselho Nacional das Cidades. A sua elaboração inicia com a definição da metodologia a ser aplicada, que deve estar exposta em um Plano de Trabalho. Na sequência é realizado um diagnóstico da realidade do Município através da análise temática integrada, que avalia as condições do município em vários aspectos (regionais, ambientais, socioeconômicos, sócio-espaciais, econômicos, de infraestrutura e serviços públicos e institucionais e legais).

Após essa análise, são elaboradas as diretrizes e proposições que servirão de base para a elaboração das minutas das leis que compõem o Plano Diretor. Todas essas fases são elaboradas em conjunto pela Equipe Técnica Municipal, a equipe de consultoria contratada e a população local, com a supervisão do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, no caso de Faxinal.

Por fim, é elaborado um Plano de Ação e Investimentos para a implementação do Plano Diretor Municipal e é realizada uma Conferência Municipal que homologa o plano elaborado e constitui o Conselho Municipal de Planejamento, que vai acompanhar a implementação do Plano Diretor.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO	5
AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	18
1. INTRODUÇÃO	19
2. ASPECTOS REGIONAIS	20
2.1 LOCALIZAÇÃO	21
2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)	22
2.3 DINÂMICA POPULACIONAL DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI).....	26
2.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)	29
2.5 CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)	33
2.5.1 Educação	33
2.5.2. Saúde.....	36
2.5.3. Síntese dos Aspectos Sociais	39
2.6. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)	43
2.6.1. Estrutura Produtiva e Emprego.....	43
2.6.2. Caracterização Setorial das Atividades	45
2.6.2.1. Indústria	45
2.6.2.2. Agropecuária	46
2.7. ASPECTO DE INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI).....	47
2.7.1 Sistema Viário.....	47
2.7.2 Sistema Ferroviário	49
2.8. FAXINAL E SUAS RESPECTIVAS REGIONALIZAÇÕES	49
2.9. AÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....	53
2.9.1 Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico.....	53
2.9.2. Propostas do PRDE	53
3. ASPECTOS AMBIENTAIS	56
3.1. CLIMA.....	57
3.1.1. Regime Pluviométrico	59



3.1.2. Ventos Predominantes.....	61
3.2.1. Relevo.....	62
3.2.2 Geologia	65
3.2.3. Solos	67
3.2.4. Potencial Mineral	70
3.2. HIDROGRAFIA	72
3.3. VEGETAÇÃO	76
4. ASPECTOS SOCIAIS	79
4.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	80
4.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL	86
4.3. ASPECTOS DE SAÚDE	88
4.3.1. Indicadores de saúde da população.....	88
4.3.2. Vigilância Sanitária Municipal	97
4.4. ASPECTOS DE EDUCAÇÃO.....	98
4.5. ASPECTOS DE ESPORTE E LAZER.....	106
4.6. ASPECTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	108
4.7. ASPECTOS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA.....	108
4.8. ASPECTOS DE CULTURA E TURISMO	110
4.8.1. Atrativos Naturais – Cachoeiras	111
5. ASPECTOS ECONÔMICOS.....	116
5.1. SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO FRENTE AO MERCADO DE TRABALHO	117
5.2. AGROPECUÁRIA	119
5.3. VIVEIRO MUNICIPAL	124
5.4. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	124
5.4.1. Valor Adicionado	125
5.5. FINANÇAS MUNICIPAIS.....	126
6. ASPECTOS URBANÍSTICOS	136
6.1. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO.....	137
6.1.1. Histórico da Ocupação	137
6.2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL	138

6.2.1. Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	138
6.2.2. Uso e Ocupação do Solo Rural	146
6.3 ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS.....	150
6.3.1 ATIVIDADE INDUSTRIAL.....	152
6.4. HABITAÇÃO.....	153
6.5. INFRAESTRUTURA URBANA.....	154
6.5.1. Classificação dos sistemas de redes de infra-estrutura urbana.....	154
6.6. SISTEMA VIÁRIO.....	155
6.6.1 Rede Rodoviária Municipal	155
6.6.2. Malha Viária Urbana	156
6.6.3. Malha Viária Rural.....	158
6.6.4. Pavimentação.....	158
6.7. CIRCULAÇÃO VIÁRIA	159
6.7.1 Frota	159
6.7.2. Circulação de veículos	160
6.7.3. Calçadas e Mobiliário Urbano	162
6.7.4. Sinalização Viária Urbana.....	164
6.8. TRANSPORTE.....	166
6.8.1. Transporte Coletivo e Intermunicipal	166
6.8.2. Terminal Rodoviário Municipal	167
6.8.3 Transporte Escolar.....	168
6.9. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	169
6.10. ESGOTO SANITÁRIO	173
6.11. COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA.....	175
6.12. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	178
6.13. COMUNICAÇÕES.....	179
7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS	181
7.1. ASPECTOS LEGAIS	182
7.1.1. Principais temas pertinentes ao Plano Diretor	183
7.2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	189



7.2.1 Organização da Estrutura da Prefeitura.....	189
8. CONCLUSÕES DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.....	193
8.1. SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES.....	194
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	202
9. INTRODUÇÃO.....	203
10. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	204
11. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL.....	224
11.1. ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL.....	225
11.1.1. Organização do Sistema de Monitoramento e Informações Municipais.....	227
12. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL E ZONEAMENTO URBANO.....	229
12.1. Macrozoneamento Municipal.....	230
12.1.1. Macrozoneamento.....	231
12.2. Uso e Ocupação do Solo urbano.....	235
12.2.1. Zoneamento Urbano.....	236
13. ANEXOS.....	241
13.1. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL.....	242
13.2. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA.....	261
13.3. CONCEITOS LEGAIS E JURÍDICOS FUNDAMENTAIS À ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	279
13.3.1. A Importância Da Divisão De Competências Constitucionais.....	279
13.3.2. A Questão da Propriedade Privada e do Direito Adquirido.....	283
13.3.3. O Plano Diretor.....	285
13.3.4. Recursos Hídricos.....	291
13.3.4. Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico.....	291
13.3.5. Vegetação e Áreas de Preservação Permanente.....	292
13.3.6. Agrotóxicos.....	295
13.3.7. Mineração.....	296
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	300

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE FAXINAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	22
FIGURA 2 – GEOLOGIA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	23
FIGURA 3 – DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	24
FIGURA 4 – ÁREAS COM RISCO DE EROÇÃO – TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	25
FIGURA 5 – USO DO SOLO – TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	26
FIGURA 6 – INFRAESTRUTURA VIÁRIA, PORTOS E AEROPORTOS	48
FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DE FAXINAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	50
FIGURA 8 – DIVISÃO DO ESTADO POR MICRORREGIÕES.....	50
FIGURA 9 – DIVISÃO DO ESTADO POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS	51
FIGURA 10 – DIVISÃO DO ESTADO POR ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS.....	52
FIGURA 11 – LINHAS DE ATUAÇÃO - PRDE.....	55
FIGURA 12 – CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA – SEGUNDO KÖPPEN	58
FIGURA 13 – TRIMESTRE MAIS QUENTE – DEZEMBRO, JANEIRO, FEVEREIRO	58
FIGURA 14 – TRIMESTRE MAIS FRIO – JUNHO, JULHO E AGOSTO.....	59
FIGURA 15 – PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL.....	60
FIGURA 16– PRECIPITAÇÃO – TRIMESTRE MAIS CHUVOSO.....	60
FIGURA 17 – PRECIPITAÇÃO – TRIMESTRE MAIS SECO	60
FIGURA 18 – DIREÇÃO PREDOMINANTE DO VENTO.....	61
FIGURA 19 – UNIDADES GEOMORFOLOGIAS DO PARANÁ	62
FIGURA 20 – DECLIVIDADE NA SEDE URBANA	64
FIGURA 21– UNIDADES GEOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL	65
FIGURA 22– Hierarquia do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.....	67
FIGURA 23 – PERFIL GENÉRICO DE SOLO	68
FIGURA 24– SOLOS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL.....	69
FIGURA 25 – APTIDÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL	72
FIGURA 26 – BACIAS HIDROGRÁFICAS PARANAENSES	74
FIGURA 27 – COBERTURA VEGETAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....	76
FIGURA 28 – APAE, FAXINAL-PR.....	105
FIGURA 29 – ESTÁDIO MUNICIPAL DE FUTEBOL, FAXINAL-PR.....	107
FIGURA 30 – ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA.....	107
FIGURA 31 – LAGO SARACURA.....	114
FIGURA 32 – CULTURA DE TRIGO E TOMATE NO DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA.....	122
FIGURA 33 – VISTA ÁREA DA OCUPAÇÃO INICIAL DE FAXINAL.....	137
FIGURA 34 – VISTA DA ÁREA CENTRAL URBANA (Av. Brasil)	138
FIGURA 35 – AV. BRASIL - DISTRITO SEDE.....	140
FIGURA 36 – RUA ANTÔNIO G. DA COSTA - DISTRITO SEDE	140
FIGURA 37 – VISTA AÉREA DA SEDE MUNICIPAL	142
FIGURA 38 – VERTICALIZAÇÃO DO USO DO SOLO – RUA DOS DOMINICANOS, FAXINAL.....	143
FIGURA 39 – OCUPAÇÃO ÀS MARGENS DO RIO SÃO PEDRO.....	145
FIGURA 40 – DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA, FAXINAL - PR.....	146
FIGURA 41 – CULTIVO DE TOMATE, FAXINAL - PR	149
FIGURA 42 – EQUIPAMENTOS URBANOS DISTRITO SEDE.....	150
FIGURA 43 – EQUIPAMENTOS URBANOS NA ÁREA RURAL	151
FIGURA 44 – CEMITÉRIO MUNICIPAL.....	152

FIGURA 45 – DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO, TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (2000).....	153
FIGURA 46 – EIXOS RODOVIÁRIOS EM FAXINAL E ENTORNO	155
FIGURA 47 – ASPECTOS DO SISTEMA VIÁRIO – AV. BRASIL (Via Arterial).....	157
FIGURA 48 - VIA DE ACESSO À NOVA ALTAMIRA E VIA RURAL AO SUL DA SEDE URBANA	158
FIGURA 49 - AV. BRASIL – TRECHO DE SENTIDO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	161
FIGURA 50 – ESTRADA DE ACESSO AO DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA	162
FIGURA 51 –AV. BRASIL (ÁREA CENTRAL) E RUA JOÃO SCHELLER (BAIRRO VALE VERDE)	163
FIGURA 52 – ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA.....	163
FIGURA 53 – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA.....	164
FIGURA 54 – SINALIZAÇÃO NO TREVO DE ACESSO À ÁREA URBANA DE FAXINAL	165
FIGURA 55 – SITUAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO DISTRITO SEDE.....	165
FIGURA 56 – TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL NO DISTRITO SEDE	166
FIGURA 57– TERMINAL RODOVIÁRIO: VISTA DO ACESSO DE USUÁRIOS E ÔNIBUS, RESPECTIVAMENTE – FAXINAL, 2009	168
FIGURA 58 – TRANSPORTE ESCOLAR	169
FIGURA 59 – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E RESERVATÓRIO DA SANEPAR.....	170
FIGURA 60 – CAMINHÃO DE COLETA DE LIXO, FAXINAL - PR	175
FIGURA 61 – VEÍCULO PARA COLETA DE PODAS E RESÍDUOS VEGETAIS, FAXINAL - PR.....	176
FIGURA 62 – SUBESTAÇÃO DA COPEL EM FAXINAL – 2009	178
FIGURA 63 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – ÁREA URBANA.....	179
FIGURA 64 – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA.....	179
FIGURA 65 – RADIOCLUB DE FAXINAL, SEDE URBANA – 2009.....	180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – ÍNDICE DE GINI – 2000.....	87
Gráfico 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS POR SEXO E ALFABETIZAÇÃO - 2000.....	98
Gráfico 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO - 2000	98
Gráfico 4 – PIB PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL/PR	124
Gráfico 5– DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2007	132
Gráfico 6 – SEXO DOS ENTREVISTADOS	242
Gráfico 7 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS.....	243
Gráfico 8 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	243
Gráfico 9 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS.....	244
Gráfico 10 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?	244
Gráfico 11– LOCAL EM QUE TRABALHA	245
Gráfico 12 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO	245
Gráfico 13 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO.....	246
Gráfico 14 – TEM CARTEIRA ASSINADA?.....	247
Gráfico 15 – SITUAÇÃO DA MORADIA.....	248
Gráfico 16 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA	248
Gráfico 17 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?	249
Gráfico 18 – FALTA LUZ NA SUA CASA	250
Gráfico 19 – POSSUI ÁGUA TRATADA?.....	250
Gráfico 20 – TIPO DE ESGOTO	251
Gráfico 21 – O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA.....	251
Gráfico 22 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?	252
Gráfico 23 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?	252
Gráfico 24 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?	253
Gráfico 25 – DISTÂNCIA DA ESCOLA?.....	253
Gráfico 26– O HOSPITAL E O POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM	254
Gráfico 27 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE	254
Gráfico 28 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA	255
Gráfico 29 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL.....	257
Gráfico 30 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?.....	258
Gráfico 31– EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?	258
Gráfico 32 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL	259
Gráfico 33 – SUGESTÕES	259
Gráfico 34– SEXO DOS ENTREVISTADOS.....	261
Gráfico 35 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS.....	261
Gráfico 36– ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	262
Gráfico 37– MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS.....	263
Gráfico 38 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?	263
Gráfico 39 – LOCAL EM QUE TRABALHA	264
Gráfico 40 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO	264
Gráfico 41- ATIVIDADE DO ENTREVISTADO	266
Gráfico 42– TEM CARTEIRA ASSINADA?.....	266



Gráfico 43 – SITUAÇÃO DA MORADIA.....	267
Gráfico 44 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA	267
Gráfico 45 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?	268
Gráfico 46 – FALTA LUZ NA SUA CASA	269
Gráfico 47– POSSUI ÁGUA TRATADA?	269
Gráfico 48– TIPO DE ESGOTO	269
Gráfico 49 - O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA	270
Gráfico 50 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?	270
Gráfico 51- AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?	271
Gráfico 52 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?	271
Gráfico 53 – DISTÂNCIA DA ESCOLA?	272
Gráfico 54 – O HOSPITAL E O POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM	272
Gráfico 55 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE	273
Gráfico 56 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA	274
Gráfico 57 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL.....	275
Gráfico 58 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?.....	276
Gráfico 59 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?.....	276
Gráfico 60 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL	277
Gráfico 61 – SUGESTÕES	277

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1– POPULAÇÃO POR DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2000/2007 27

QUADRO 2– TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1970-2007 28

QUADRO 3 – IDH MUNICIPAL DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1991/2000 30

QUADRO 4 – RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES E VALORES DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1991/2000 31

QUADRO 5– POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, TAXA DE ANALFABETOS, E NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS, DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ – 2000 33

QUADRO 6 –FREQÜÊNCIA ESCOLAR DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ – 2000 34

QUADRO 7– ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - PARANÁ - 2005 35

QUADRO 8 – TOTAL DE NASCIDOS VIVOS E TOTAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ - 2003-2005 36

QUADRO 9 – REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2003 38

QUADRO 10– POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS 40

QUADRO 11 – INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ 42

QUADRO 12– PRODUTO INTERNO BRUTO DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ 43

QUADRO 13 – PIB SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ 43

QUADRO 14 – OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2000 44

QUADRO 15 – EMPREGOS FORMAIS NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ 2000/2005 45

QUADRO 16– CLASSES DE DECLIVIDADES E INDICAÇÕES PARA PLANEJAMENTO 63

QUADRO 17– EXPLORAÇÃO MINERAL NO MUNICÍPIO DE FAXINAL 70

FONTE: MINEROPAR, 2004. Legenda: R\$¹: R\$ Produzido, R\$²: R\$ ICMS 70

QUADRO 18– GRUPO DE APTIDÃO AGRÍCOLA 71

QUADRO 19– HIDROGRAFIA MUNICIPAL 73

QUADRO 20– RPPN’s NO MUNICÍPIO DE FAXINAL 77

QUADRO 21– POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO 80

QUADRO 22– POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO, 2008 – 2020 81

QUADRO 23– NÚMERO DE MIGRANTES REFERENTES AO ANO DE 2007 81

QUADRO 24– POPULAÇÃO RESIDENTE, POR DESLOCAMENTO PARA TRABALHO OU ESTUDO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – 2000 82

QUADRO 25 – DENSIDADE DOS DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO – 2000 83

QUADRO 26 – RENDIMENTO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS – 2000 85

QUADRO 27– IDH-M DE FAXINAL – 2000 86

QUADRO 28– CONSULTAS PRÉ-NATAL – 2007 89

QUADRO 29 – ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO CAPÍTULOS CID-10 – 2007 90

QUADRO 30 – INDICADORES DE ATENÇÃO BÁSICA EM FAXINAL 91

QUADRO 31– EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, 2009 92



QUADRO 32 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE, 2009	94
QUADRO 33 – LEITOS DE INTERNAÇÃO POR ESPECIALIDADE – MAIO 2009	95
QUADRO 34 – CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS PARTICULARES	95
QUADRO 35 – IDEB OBSERVADOS EM 2005, 2007 E METAS PARA A REDE MUNICIPAL	99
QUADRO 36 – MATRÍCULAS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO, 2007	99
QUADRO 37– ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE FAXINAL - 2008	102
QUADRO 38– SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL SEGUNDO ÁREA CONSTRUÍDA, PROFESSORES, TAXA DE REPROVAÇÃO E TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR ESTABELECIMENTO	104
QUADRO 39– CARTÓRIOS NO MUNICÍPIO DE FAXINAL.....	109
QUADRO 40 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO	117
QUADRO 41 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E LOCALIZAÇÃO– 2000	118
QUADRO 42 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2005	118
QUADRO 43– POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2000	119
QUADRO 44 – CENSO AGROPECUÁRIO - 2006.....	120
QUADRO 45– EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO DE REBANHO - 2007	120
QUADRO 46 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2007	122
QUADRO 47 – PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2007	123
QUADRO 48– PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA – 2002 a 2006.....	125
QUADRO 49 – VALOR ADICIONADO BRUTO À PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2007	125
QUADRO 50 - VALOR ADICIONADO SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2004.....	125
QUADRO 51 – RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007.....	127
QUADRO 52 – RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS – 2007	128
QUADRO 53 – DESPESAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007	129
QUADRO 54– RESULTADO PRIMÁRIO E SERVIÇO DA DÍVIDA LÍQUIDA – 2007.....	130
QUADRO 55 – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO E ATRASOS / DEFICIÊNCIAS – 2007	131
QUADRO 56 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO – 2007.....	132
QUADRO 57 – Ativos Municipais – 2007.....	133
QUADRO 58 – Passivos Municipais – 2007	134
QUADRO 59 – Receita Corrente Líquida, Dívida Líquida e Despesas de Capital – 2007	135
QUADRO 60 – ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	139
QUADRO 61 – DENSIDADE DOS DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO – 2000	146
QUADRO 62– DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO NA ÁREA RURAL– 2007.....	147
QUADRO 63 –ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR DIMENSÃO - 1996.....	148
QUADRO 64 –ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR ATIVIDADE, 1996 e 2006	148
QUADRO 65 – TOTAL DE DOMICÍLIOS E DÉFICIT HABITACIONAL, FAXINAL – 2000.....	153
QUADRO 66 – COMPOSIÇÃO DA FROTA EM FAXINAL – 2007/2009.....	159
QUADRO 67 – HORÁRIO DOS ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS EM FAXINAL - 2009.....	166
QUADRO 68 – TRANSPORTE ESCOLAR EM FAXINAL, 2009	168
QUADRO 69 – VOLUME DE ÁGUA DISTRIBUÍDA POR DIA, COM TRATAMENTO DE ÁGUA POR TIPO DE TRATAMENTO.....	170
QUADRO 70 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2000.....	172
QUADRO 71 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FAXINAL SEGUNDO CATEGORIAS – 2008	173
QUADRO 72- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A FORMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2000	174
QUADRO 73 – DESTINO DO LIXO SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS, 2000.....	177
QUADRO 74– NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA 2007.....	178



QUADRO 75– EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO, 2009.....	180
QUADRO 76 – ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL.....	192
QUADRO 77 – SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES.....	196
QUADRO 78 - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – MEIO AMBIENTE	206
QUADRO 79 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	208
QUADRO 80 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – EDUCAÇÃO, CULTURA e SEGURANÇA PÚBLICA.....	212
QUADRO 81 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	214
QUADRO 82 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – ESPORTE E LAZER	218
QUADRO 83 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – INFRA-ESTRUTURA URBANA E MOBILIDADE	219
QUADRO 84 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES –INSTITUCIONAL	222
QUADRO 85 – TABELA SÍNTESE DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL DO PDM – FAXINAL	233
QUADRO 86 – TABELA SÍNTESE DO ZONEAMENTO URBANO DO PDM – FAXINAL	239
QUADRO 87 – SEXO DOS ENTREVISTADOS	242
QUADRO 88 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS.....	242
QUADRO 89 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	243
QUADRO 90 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS.....	244
QUADRO 91 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?	244
QUADRO 92 – LOCAL EM QUE TRABALHA	245
QUADRO 93 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO	245
QUADRO 94 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO.....	246
QUADRO 95 – TEM CARTEIRA ASSINADA?.....	247
QUADRO 96 – SITUAÇÃO DA MORADIA?.....	248
QUADRO 97 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA	248
QUADRO 98 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?	249
QUADRO 99 – FALTA LUZ NA SUA CASA?	249
QUADRO 100 – POSSUI ÁGUA TRATADA	250
QUADRO 101 –TIPO DE ESGOTO.....	250
QUADRO 102 – O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA.....	251
QUADRO 103 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?	251
QUADRO 104 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?	252
QUADRO 105 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?	252
QUADRO 106– DISTÂNCIA DA ESCOLA	253
QUADRO 107 – O HOSPITAL E POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM?	253
QUADRO 108 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE	254
QUADRO 109 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA	255
QUADRO 110 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL.....	256
QUADRO 111 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?.....	257
QUADRO 112 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?	258
QUADRO 113 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL.....	259
QUADRO 114 – SUGESTÕES	259
QUADRO 115 – SEXO DOS ENTREVISTADOS	261
QUADRO 116 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS	261
QUADRO 117 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	262
QUADRO 118 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS.....	262
QUADRO 119 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?	263
QUADRO 120– LOCAL EM QUE TRABALHA	264
QUADRO 121 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO	264
QUADRO 122 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO.....	265
QUADRO 123 – TEM CARTEIRA ASSINADA?.....	266



QUADRO 124 - SITUAÇÃO DA MORADIA?.....	267
QUADRO 125 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA.....	267
QUADRO 126 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?	268
QUADRO 127– FALTA LUZ NA SUA CASA?	268
QUADRO 128 – POSSUI ÁGUA TRATADA	269
QUADRO 129 –TIPO DE ESGOTO.....	269
QUADRO 130– O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA.....	270
QUADRO 131 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?	270
QUADRO 132 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?	271
QUADRO 133 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?	271
QUADRO 134 – DISTÂNCIA DA ESCOLA.....	272
QUADRO 135 – O HOSPITAL E POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM?	272
QUADRO 136 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE	272
QUADRO 137 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA	273
QUADRO 138 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL.....	274
QUADRO 139 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?.....	275
QUADRO 140 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?	276
QUADRO 141 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL.....	276
QUADRO 142 – SUGESTÕES	277

LISTA DE MAPAS

AValiação Temática Integrada

1. Mapa Relevo Municipal
2. Mapa Relevo Sede Urbana
3. Mapa Declividade Municipal
4. Mapa Declividade Sede Urbana
5. Mapa Bacias Hidrográficas Municipais
6. Mapa Unidades Aquíferas Municipais
7. Mapa Imagem de Satélite Municipal
8. Mapa Vegetação Sede Urbana
9. Mapa Densidade Demográfica Municipal
10. Mapa Densidade Demográfica Sede Urbana
11. Mapa Distritos Administrativos Municipais
12. Mapa Instituições de Saúde Sede Urbana
13. Mapa Instituições de Ensino Sede Urbana
14. Mapa Equipamentos Urbanos Sede Urbana
15. Mapa Uso do Solo Sede Municipal
16. Mapa Sistema Viário Municipal
17. Mapa Pavimentação Sede Municipal
18. Mapa Hierarquia Viária Municipal
19. Mapa Foto Aérea da Sede Municipal

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

20. Mapa Cenário Tendencial Municipal
21. Mapa Cenário Tendencial Sede Urbana
22. Mapa Macrozoneamento Municipal
23. Mapa de Aptidões e Restrições
24. Zoneamento Sede Urbana



AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA



2. INTRODUÇÃO

A Análise Temática Integrada se trata do diagnóstico que foi feito do município de Faxinal, a partir de uma leitura técnica e de uma leitura participativa. Foi a partir deste diagnóstico que se definiu os principais eixos estratégicos deste Plano Diretor.

A leitura técnica teve como objetivo o levantamento e a organização dos dados e informações para a construção do diagnóstico de Faxinal e foi executada pela consultoria contratada juntamente com os técnicos municipais. A leitura comunitária ocorreu na forma de audiências públicas e questionário popular distribuído aleatoriamente no município – conforme consta no Plano de Trabalho.

A ATI foi elaborado a partir da análise individualizada de cada informação levantada e sua inter-relação no contexto regional, permitindo assim uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais. Como explicado no Plano de Trabalho, a metodologia utilizada para a construção da Análise Temática Integrada foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde *condicionantes* são elementos existentes que condicionam o desenvolvimento do município e que pelas suas características não podem ser alterados, *deficiências* são os problemas do município; e potencialidades são os aspectos positivos do município.

O diagnóstico teve como objetivo classificar os aspectos analisados nessas três categorias, de forma a identificar as prioridades de ação. Os seus resultados foram compatibilizados com as pesquisas de opinião aplicadas à população de forma a se obter um retrato realístico da situação municipal. A ATI foi separada em aspectos, para facilitar a leitura e compreensão dos dados.

3. ASPECTOS REGIONAIS



2.1 LOCALIZAÇÃO

O município de **Faxinal** foi criado através da Lei Estadual nº 790 de 14 de Novembro de 1951, foi instalado oficialmente em 14 de Dezembro do mesmo ano, tendo sido desmembrado de Apucarana. O município apresenta área equivalente a 713,680 km², correspondendo a 0,357% do território do Estado. Os municípios limítrofes são: Ortigueira, Grandes Rios, Cruzmaltina, Borrazópolis, Rio Bom, Marilândia do Sul e Mauá da Serra.

Está localizado no limite do Território Vale do Ivaí, regionalização que abrange uma área de 7.385,05 km², correspondendo a 3,77% do território estadual. O Território Vale do Ivaí (TVI) reúne atualmente reunindo 309.021 pessoas (3% da população estadual) e compreende 25 municípios, a saber: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí. Na escala regional, se destaca o município de Apucarana, em função de sua dimensão populacional e nível de polarização¹.

Esta territorialização abrange a delimitação geográfica de um conjunto relativamente homogêneo de municípios paraenses de alta vulnerabilidade, ligada ao Diagnóstico Socioeconômico elaborado pelo IPARDES (em parceria com o IAPAR, EMATER, SEAB e MINEROPAR) para o Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná.

No âmbito deste projeto, o diagnóstico socioeconômico tem o objetivo de subsidiar as ações do mesmo, bem como o planejamento das ações dos Fóruns e/ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial. Partindo destas características, julga-se relevante adotar esse recorte na análise dos aspectos regionais, visto que futuramente este será o recorte onde o Governo Estadual planejará suas ações de intervenção socioeconômica.

¹ A idéia da região polarizada resulta da observação da interdependência existente entre varias áreas, devido a irradiação da influência de algum municípios sobre os municípios lindeiros. O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca, conseqüente das transações comerciais que realiza, provoca a formação de áreas de influência e em conseqüência, regiões polarizadas.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE FAXINAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: RZS, baseado em IPARDES (2007)

2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

Quanto à geologia, o Território Vale do Ivai (TVI) caracteriza-se pela predominância da Formação Serra Geral (68,2%). Essa formação é representativa das manifestações vulcânicas que ocorreram, entre o Período Jurássico e o Cretáceo, em grande parte do terceiro Planalto Paranaense, contendo basaltos maciços e amigdalóides² com intercalações de arenito fino. Faxinal não segue o padrão do TVI nesta questão, apresentando grande diversidade de unidades geológicas, exploradas abaixo.

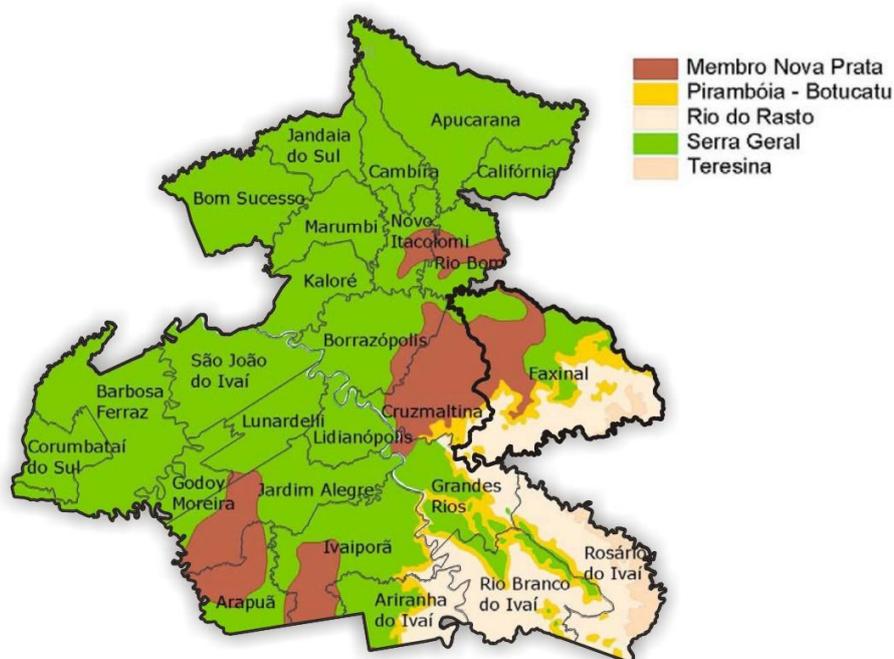
Ao leste do TVI está presente a Formação Rio do Rastro (13%), com idade permiana e apresentando siltitos e argilitos intercalados com arenito fino. Separando esta formação das formações Serra Geral e Membro Nova Prata, ocorrem manchas da

² Diferenciando-se dos basaltos maciços, os basaltos amigdalóides apresentam disseminados em sua massa vesículas (amígdalas) com composição diferente ao da matriz originária, geralmente provenientes do escape de gases durante o seu resfriamento.

Formação Pirambóia-Botucatu (4,5%), com arenito fino intercalado com bancos de siltito. O Membro Nova Prata ocorre em 12,5% de todo o TVI, fazendo-se disperso em manchas na porção central. É registrada ainda a Formação Teresina (1,8%), com siltitos acinzentados intercalados com calcário estromatolítico.

É interessante ressaltar que o município de Faxinal apresenta todas as formações geológicas mencionadas acima, sendo possível ainda espacializar sua distribuição em: (1) Formação Teresina e Rio do Rastro na porção sul do município e (2) Formação Membro Nova Prata, Pirambóia – Botucatu e Serra Geral na porção centro-norte do território municipal (ver análise pormenorizada dos aspectos geológicos na escala municipal no item 2.2.2 Aspectos Ambientais: Geologia).

FIGURA 2 – GEOLOGIA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



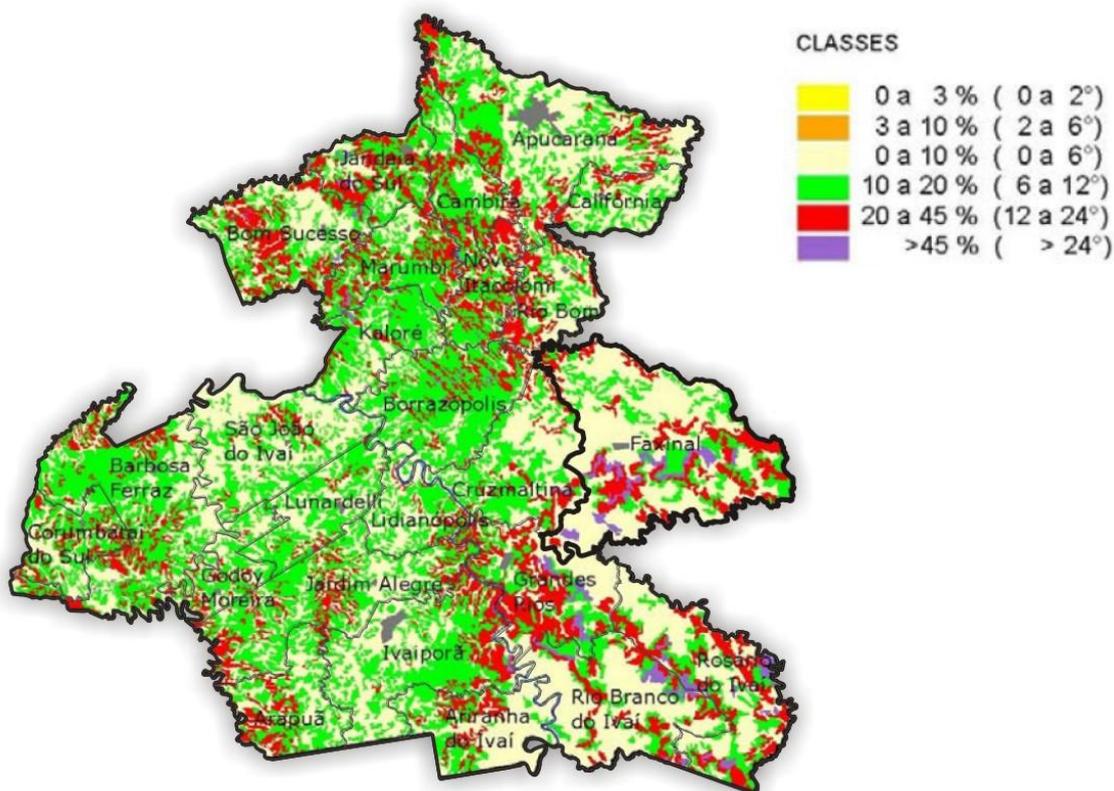
FONTE: RZS, baseado em IPARDES

Quanto à hipsometria, 94,3% de todo TVI encontra-se entre as altitudes de 300 m a 700 m. Destas, as classes mais representativas são as de 400 m e 500 m, com 26% cada uma. A primeira encontra-se preferencialmente a oeste do TVI nos municípios de Bom Sucesso, Kaloré, Borrazópolis, São João do Ivaí, Barbosa Ferraz e Godoy Moreira, enquanto a classe 500 m está presente em quase todos os municípios. As mais elevadas altitudes ocorrem entre 1.100 m e 1.300 m, perfazendo 0,2% do TVI, no município de **Faxinal**.

No Território Vale do Ivaí predomina a classe de declividade de [0% - 10%], presente em cerca de 43,9% de todo o TVI, dispersos mas com certa concentração a

leste nos municípios de **Faxinal**, Cruzmaltina, Grandes Rios, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí e Ariranha do Ivaí. A classe de [10% - 20%] ocupa 35,7% da área total, e também encontra-se disperso pelo TVI.

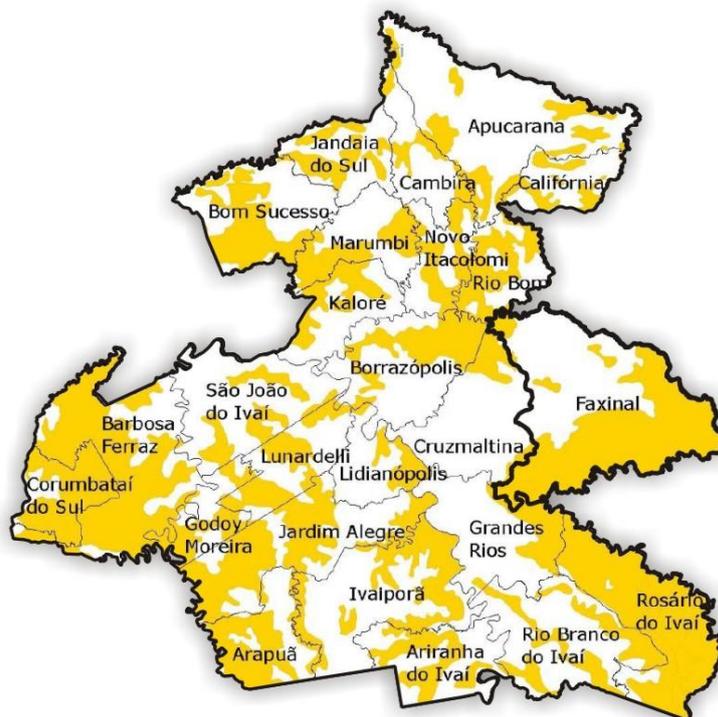
FIGURA 3 – DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: RZS, baseado em IPARDES

Um aspecto relevante desta região, é que de todo o Território do Vale do Ivaí, aproximadamente 43,9% de seus solos apresenta potencial de degradação, devido à alta probabilidade de riscos à erosão. Essas áreas se encontram dispersas por todo o TVI, mas apresentam concentrações evidentes na porção oeste, nos municípios Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Jardim Alegre e Arapuã, e na porção leste, nos municípios de **Faxinal** e Rosário do Ivaí.

FIGURA 4 – ÁREAS COM RISCO DE EROÇÃO – TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: RZS, baseado em IPARDES

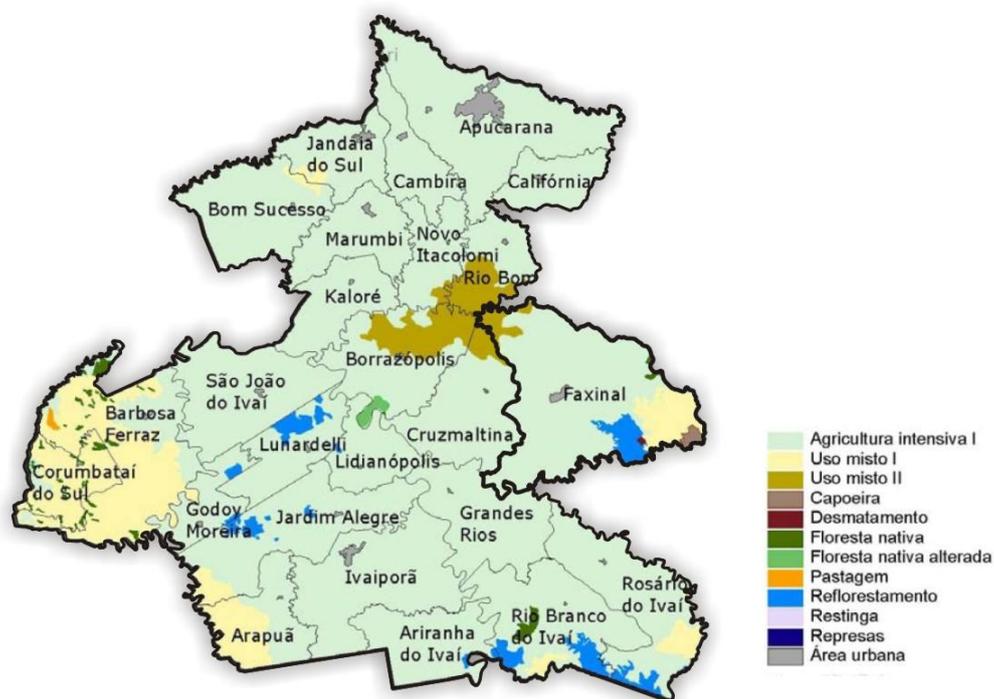
Quanto ao uso do solo, através de levantamento realizado pelo IPARDES através de imagens LANDSAT (2002), é possível contabilizar cerca de 75% do território da região utilizado para agricultura intensiva, ou seja, alta densidade de ocupação de áreas de plantio. As áreas de silvicultura não apresentam grande expressividade no TVI, sendo verificadas apenas nos municípios de **Faxinal**, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Lunardelli e Jardim Alegre.

As áreas de mata nativa são inexpressivas na imagem de satélite, destacando-se então o papel das Unidades de Conservação (UC) como elemento de proteção do patrimônio natural. No TVI ocorrem apenas UC de proteção integral, todas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) dispersas por todo território. No município de Lunardelli ocorre a maior RPPN, a da Mata Suíça II, com 12.555.138 ha. No município de município de **Faxinal** ocorrem as RPPNs da Fazenda Pinheiro, da Fazenda Belo Horizonte e do Sítio Belo Horizonte.

As constatações feitas acima podem ser observadas na figura 1.2.4, que espacializa o uso do solo no Território Vale do Ivaí segundo doze categorias, a saber: [1] agricultura intensiva I (referente às áreas onde o plantio predomina sobre as demais classes), [2] uso misto I (referente às áreas onde se mesclam em proporções aproximadas áreas agrícolas e de silvicultura), [3] uso misto II (referente às área sonda

se mesclam em proporções aproximadas áreas agrícolas, de mata nativa e silvicultura), [4] capoeira (correspondendo às áreas área de floresta secundária não desmatada), [5] desmatamento (referente às áreas onde são verificadas à supressão de mata nativa), [6] floresta nativa, [7] floresta nativa alterada (onde parte da área apresenta padrão diferenciado, geralmente ligado à desmatamento), [8] pastagem, [9] reflorestamento (silvicultura), [10] restinga (terreno de característica arenosa e salina), [11] represas e [12] áreas urbanas.

FIGURA 5 – USO DO SOLO – TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: RZS, baseado em IPARDES

2.3 DINÂMICA POPULACIONAL DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

O território Vale do Ivaí abrange a região denominada “Novo Norte Paranaense”, cuja ocupação remonta à década de 1940 e se confunde com o da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira. O estilo de ocupação da fronteira agrícola predominante baseou-se no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos partindo de capital privado nacional e internacional.

Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização.

Para dar suporte às atividades agrícolas em expansão, inúmeros centros urbanos foram se formando, em um movimento frenético de adensamento populacional intensivo e extensivo. Dentre eles, 62 foram criados pela própria companhia colonizadora, enquanto os outros 48 foram fundados por diversos outros grupos, formalmente organizados ou não. Assim, não apenas as áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também o meio urbano se expandiu rapidamente.

Com este cenário de fundo, conforme apontado pelo Diagnóstico Socioeconômico do TVI elaborado pelo IPARDES, Apucarana se torna o município pólo, concentrando mais de um terço dos 310 mil habitantes contidos nos 25 municípios do Território Vale do Ivaí. O TVI apresenta grau de urbanização de 74,4% e uma densidade populacional de 42,0 habitantes/km².

Os resultados preliminares da Contagem Populacional de 2007 indicam pequena redução da população do território (309 mil habitantes), e na densidade demográfica (41,8 habitantes/km²). Com exceção dos municípios de Apucarana e Ivaiporã, com 115,3 mil e 31,3 mil habitantes, respectivamente, todos os demais municípios do território apresentaram população inferior a 20 mil habitantes. O município de **Faxinal** apresenta situação semelhante ao padrão regional, registrando redução aproximada de 0,52% no seu contingente, e conseqüentemente na densidade demográfica.

QUADRO 1– POPULAÇÃO POR DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2000/2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				Grau de Urb. (%) 2000	Densidade Demográfica Hab/km ²	
	2000			2007		2000	2007
	Urbana	Rural	Total				
Apucarana	100 249	7 578	107 827	115 323	93,0	193,1	206,5
Arapuã	1 209	2 963	4 172	3 945	29,0	19,1	18,0
Ariranha do Ivaí	697	2 186	2 883	2 540	24,2	12,0	10,6
Barbosa Ferraz	9 735	4 375	14 110	13 684	69,0	26,2	25,4
Bom Sucesso	4 724	1 449	6 173	6 398	76,5	19,1	19,8
Borrazópolis	6 432	3 021	9 453	8 275	68,0	28,3	24,7
Califórnia	5 664	2 014	7 678	7 545	73,8	54,1	53,2
Cambira	4 194	2 494	6 688	6 862	62,7	41,1	42,2

Corumbataí do Sul	1 998	2 948	4 946	4 262	40,4	30,1	25,9
Cruzmaltina	1 181	2 278	3 459	3 147	34,1	11,1	10,1
Faxinal	12 556	3 052	15 608	15 527	80,4	21,8	21,7
Godoy Moreira	1 468	2 368	3 836	3 568	38,3	29,3	27,2
Grandes Rios	3 800	4 068	7 868	7 814	48,3	25,4	25,3
Ivaiporã	25 889	6 381	32 270	31 344	80,2	74,6	72,5
Jandaia do Sul	17 079	2 597	19 676	18 916	86,8	104,9	100,8
Jardim Alegre	7 134	6 539	13 673	14 310	52,2	34,7	36,4
Kaloré	3 055	1 989	5 044	4 664	60,6	26,1	24,1
Lidianópolis	1 841	2 942	4 783	4 123	38,5	28,3	24,4
Lunardelli	2 704	2 964	5 668	5 082	47,7	28,5	25,5
Marumbi	3 380	1 232	4 612	4 142	73,3	22,1	19,9
Novo Itacolomi	1 258	1 608	2 866	2 747	43,9	17,7	16,9
Rio Bom	2 106	1 440	3 546	3 260	59,4	19,9	18,3
Rio Branco do Ivaí	925	2 833	3 758	3 824	24,6	9,7	9,9
Rosário do Ivaí	2 269	4 316	6 585	5 865	34,5	17,7	15,8
São João do Ivaí	9 368	3 828	13 196	11 854	71,0	37,3	33,5
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	230 915	79 463	310 378	309 021	74,4	42,0	41,8

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População 2007, dados trabalhados pelo IPARDES.

Desde 1970 o conjunto de municípios do TVI vem experimentando perdas absolutas no número de habitantes, configurando área de expressivo esvaziamento. No período 2000-2007 os únicos municípios que não apresentaram perda absoluta de população foram Apucarana, Bom Sucesso, Cambira, Jardim Alegre e Rio Branco do Ivaí, porém com taxas de crescimento ínfimas, próximas a zero. Neste contexto vale a pena destacar que Cruzmaltina foi desmembrada de Faxinal em 1995 (Lei Estadual nº 11.222, de 13 de dezembro de 1995) contribuindo de certo modo para a taxa negativa de crescimento geométrico de Faxinal.

QUADRO 2- TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1970-2007

MUNICÍPIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Apucarana	1,5	1,6	1,4	1,0
Arapuã	-	-	-4,0	-0,8
Ariranha do Ivaí	-	-	-3,8	-1,9
Barbosa Ferraz	-3,2	-3,5	-2,9	-0,5
Bom Sucesso	-5,2	-2,5	-1,6	0,5
Borrazópolis	-4,4	-2,7	-2,2	-2,0
Califórnia	-3,5	-0,9	0,5	-0,3
Cambira	-5,1	-5,6	0,6	0,4
Corumbataí do Sul	-	-2,8	-3,3	-2,2
Cruzmaltina	-	-	-4,3	-1,4

Faxinal	-2,8	-4,8	0,6	-0,1
Godoy Moreira	-	-6,9	-3,5	-1,1
Grandes Rios	-7,1	-6,5	-0,7	-0,1
Ivaiporã	-0,7	-5,1	-1,1	-0,4
Jandaia do Sul	-2,0	0,4	0,6	-0,6
Jardim Alegre	-1,9	-6,5	0,0	0,7
Kaloré	-5,0	-2,2	-2,9	-1,2
Lidianópolis	-	-	-3,9	-2,2
Lunardelli	-	-3,7	-3,1	-1,6
Marumbi	-6,0	-2,6	-0,9	-1,6
Novo Itacolomi	-	-	-2,0	-0,6
Rio Bom	-6,9	-1,6	-1,9	-1,3
Rio Branco do Ivaí	-	-	-2,2	0,3
Rosário do Ivaí	-	-5,9	-3,6	-1,7
São João do Ivaí	-9,1	-0,9	-2,6	-1,6
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	-1,5	-1,6	-0,6	-0,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População 2007, dados trabalhados pelo IPARDES.

Entre os fatores demográficos, o componente migratório vem tendo um peso substantivo. O processo de modernização da agricultura paranaense, principalmente a partir de 1970, se estendeu a todo o Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. O território Vale do Ivaí não fugiu à tendência. Ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

2.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

A construção do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular importância ao expor as desigualdades, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadores da gestão pública.

Os municípios que integram o TVI acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991 e 2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar este conjunto de municípios em relação à média estadual. Dos 25 municípios que compõem o território, somente Apucarana (0,799) ultrapassou a média estadual (0,787). A maioria dos municípios do TVI situa-se, inclusive, abaixo da média brasileira (0,766).

A variação entre os patamares máximo e mínimo do IDH-M expressa a desigualdade social no TVI. Enquanto Apucarana ocupa a 25.a posição no ranking dos 399 municípios, outros ocupam posições bastante desfavoráveis, destacando-se Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí e S. João do Ivaí no limite extremo desse ranking.

QUADRO 3 – IDH MUNICIPAL DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000	RANKING ESTADUAL IDH-M 2000	VARIÇÃO (%)			
				Ranking 1991 - 2000	Renda PerCapita	Índice de Longevidade	Índice de Educação
Apucarana	0,715	0,799	25	-16	8,5	17,2	10,0
Arapuã	0,598	0,687	365	1	19,1	4,4	22,8
Ariranha do Ivaí	0,567	0,688	364	-25	22,5	19,6	21,9
Barbosa Ferraz	0,633	0,700	339	47	12,8	2,5	17,1
Bom Sucesso	0,631	0,735	223	-76	8,4	20,4	19,9
Borrazópolis	0,644	0,727	251	-6	3,1	17,7	16,9
Califórnia	0,645	0,745	182	-72	12,9	18,3	15,3
Cambira	0,683	0,767	100	-13	12,0	10,7	14,0
Corumbataí do Sul	0,580	0,678	377	-5	20,4	13,6	17,8
Cruzmaltina	0,596	0,678	378	12	14,5	9,7	16,6
Faxinal	0,638	0,732	235	-37	7,5	20,7	16,1
Godoy Moreira	0,572	0,672	385	0	17,3	19,4	16,0
Grandes Rios	0,639	0,695	353	86	5,0	4,4	17,0
Ivaiporã	0,689	0,764	105	4	9,6	6,2	16,7
Jandaia do Sul	0,727	0,783	55	34	7,7	2,3	12,7
Jardim Alegre	0,654	0,713	287	65	10,8	1,8	14,9
Kaloré	0,677	0,753	151	8	1,6	13,3	17,4
Lidianópolis	0,636	0,734	229	-50	15,4	8,5	22,5
Lunardelli	0,620	0,692	357	29	14,8	3,4	17,2
Marumbi	0,652	0,735	226	-5	6,8	14,5	15,8
Novo Itacolomi	0,652	0,706	321	86	7,7	2,1	15,6
Rio Bom	0,647	0,713	287	38	9,5	4,1	17,2
Rio Branco do Ivaí	0,557	0,670	386	-7	18,0	11,8	31,5
Rosário do Ivaí	0,566	0,664	391	1	9,8	15,8	25,2
São João do Ivaí	0,615	0,689	361	26	1,9	16,5	17,6

FONTE: PNUD

Muitas vezes os avanços socioeconômicos não se refletiram em conquista de melhor posição no ranking estadual, diante da maior velocidade de outros municípios. Os municípios Grandes Rios e Novo Itacolomi, entre outros do TVI, exemplificam essa situação, pois melhoraram seus indicadores, no entanto perderam posição relativa.

Os componentes do IDH-M - Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda per Capita refletem mudanças sociais com desempenhos diferentes, nos vários municípios. De modo geral, no TVI, assim como no Estado, os ganhos do IDH-M tiveram forte influência de investimentos na área da educação, que registraram, em seus índices, variações percentuais mais elevadas comparativamente às verificadas para os índices da saúde e da renda. Enquanto para o componente educação a maioria dos municípios apresentou ganhos, o índice de longevidade não revelou a mesma homogeneidade.

Quanto à desigualdade de renda, uma medida clássica de mensuração é a razão entre a renda média domiciliar per capita dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres. No Brasil, essa medida indicou que a renda média per capita dos mais ricos, em 1991, era 30 vezes maior, com aumento, na década, para 33 vezes, determinada pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos.

No Paraná, a renda média per capita dos mais ricos, em 1991, era 23 vezes maior, com pequeno aumento, na década, para 24 vezes, determinada também pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média per capita dos 40% mais pobres manteve-se mais elevada que a brasileira, passando de R\$ 48,16, em 1991, para R\$ 66,92, em 2000. Por sua vez, a renda média per capita dos 10% mais ricos alcança a renda média per capita brasileira em 2000, passando de R\$ 1.090,75 para R\$ 1.595,38. Nessa evolução, a variação percentual foi superior às médias nacionais, 38,9% e 46,2%, respectivamente, para os segmentos mais pobres e mais ricos.

QUADRO 4 – RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES E VALORES DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 1991/2000

MUNICÍPIO	RAZÃO ENTRE (A) E (B)		(A)		(B)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Apucarana	12	14	63,67	86,58	783,64	1.183,92
Arapuã	8	13	26,84	33,96	207,95	426,33
Ariranha do Ivaí	16	48	18,53	15,76	299,39	762,33
Barbosa Ferraz	23	22	23,44	37,10	540,44	809,30
Bom Sucesso	15	14	41,06	54,32	597,77	778,92
Borrazópolis	14	11	44,78	53,35	625,86	590,46
Califórnia	15	15	36,83	60,56	561,01	880,62
Cambira	13	15	39,62	58,51	507,88	870,57
Corumbataí do Sul	21	13	15,77	32,86	331,41	418,41
Cruzmaltina	11	18	28,54	28,95	320,12	528,75

Faxinal	26	21	34,32	51,30	895,44	1 088,31
Godoy Moreira	9	95	27,20	5,96	239,92	564,13
Grandes Rios	30	15	22,92	38,23	689,12	555,01
Ivaiporã	17	23	39,43	48,12	669,38	1 092,57
Jandaia do Sul	15	17	55,94	74,00	866,52	1 254,88
Jardim Alegre	14	33	30,63	21,81	434,04	712,16
Kaloré	13	10	45,74	56,97	617,12	596,03
Lidianópolis	16	18	29,19	38,79	469,96	716,90
Lunardelli	12	12	30,75	50,23	372,04	596,22
Marumbi	14	17	43,21	53,00	609,89	905,59
Novo Itacolomi	15	8	27,46	49,18	423,11	402,45
Rio Bom	14	10	32,67	52,19	470,30	522,14
Rio Branco do Ivaí	9	24	24,03	23,73	217,32	580,07
Rosário do Ivaí	20	24	23,67	25,13	475,97	610,20
São João do Ivaí	23	13	35,41	49,36	823,29	621,66
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	16	21	33,67	44,00	521,96	722,72
PARANÁ	23	24	48,16	66,92	1 090,75	1 595,38
BRASIL	30	33	38,59	47,26	1 174,20	1 556,24

FONTE: IPEA - Legenda: (A) Renda Per Capita Média Dos 40% Mais Pobres (R\$ De 2000) Renda Per Capita Média Dos 10% Mais Ricos (R\$ De 2000)

No TVI, a dinâmica econômica também favoreceu a renda dos 10% mais ricos. Em 1991, a razão entre os extremos era de 16, bem abaixo da média estadual. Em 2000, essa razão saltou para 21, aproximando-se da média estadual. No entanto, o aumento da desigualdade não foi generalizado, uma vez que aproximadamente a metade dos municípios ou manteve ou diminuiu a razão entre os mais pobres e os mais ricos, tal como se observa em **Faxinal**.

É importante notar que essa medida de desigualdade se dá sobre uma base muito baixa de renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar *per capita* de um terço do salário mínimo³.

Ainda que tenham ocorrido acréscimos, as médias registradas de ganho foram muito abaixo daquelas do Paraná e do Brasil, o que revela a trajetória de dificuldades associadas à dinâmica regional.

³ Salário mínimo vigente no período entre 03/04/2000 e 01/04/2001 era de R\$ 151,00.

2.5 CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

2.5.1 Educação

A educação, assim como as outras dimensões analisadas, cumpre um importante papel no desenvolvimento, cabendo ao poder público garantir a educação pública a todos, num trabalho articulado entre as três esferas de governo.

As informações disponíveis revelam, para o ano 2000, um número ainda elevado do analfabetismo na população de 15 anos e mais no território Vale do Ivaí. Os municípios que o compõem apresentaram taxas piores que a média do Paraná (9,5%), sendo que o município de Apucarana atingiu posição superior à média estadual. De modo geral, a maior concentração de analfabetos está na área rural, padrão verificado para o Estado como um todo.

QUADRO 5– POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, TAXA DE ANALFABETOS, E NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS, DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ – 2000

Municípios	Total Da População De 15 anos E Mais	Taxa De Analfabetos			Analfabetos Funcionais		Número Médio De Séries Concluídas
		Total	Urbana	Rural	Abs.	(%)	
Apucarana	78 722	9,6	9,1	15,6	19 522	24,8	6,6
Arapuã	2 914	21,0	24,2	19,7	1 327	45,5	4,4
Ariranha do Ivaí	2 089	21,9	24,4	21,1	835	40,0	4,6
Barbosa Ferraz	9 977	22,9	23,6	21,2	4 077	40,9	4,9
Bom Sucesso	4 350	19,4	19,5	19,3	1 774	40,8	4,9
Borrazópolis	6 922	15,7	15,2	16,7	2 632	38,0	5,2
Califórnia	5 572	13,8	13,2	15,2	1 917	34,4	5,4
Cambira	4 930	16,1	14,1	19,7	1 602	32,5	5,5
Corumbataí do Sul	3 467	23,3	25,4	21,8	1 560	45,0	4,4
Cruzmaltina	2 526	24,3	24,7	24,0	1 248	49,4	4,1
Faxinal	10 945	18,8	17,5	24,5	3 989	36,4	5,3
Godoy Moreira	2 779	29,0	29,0	29,0	1 384	49,8	3,9
Grandes Rios	5 394	24,5	24,9	24,2	2 403	44,5	4,5
Ivaiporã	23 534	16,7	15,4	22,0	8 466	36,0	5,5
Jandaia do Sul	14 634	11,5	11,1	13,9	4 042	27,6	6,4
Jardim Alegre	9 727	20,3	19,0	21,9	4 008	41,2	4,8
Kaloré	3 777	19,6	18,1	21,8	1 473	39,0	5,1
Lidianópolis	3 536	19,9	17,8	21,3	1 504	42,5	4,7
Lunardelli	4 115	22,1	23,3	21,0	1 925	46,8	4,5
Marumbi	3 297	15,9	15,1	18,2	1 198	36,3	5,4
Novo Itacolomi	2 119	21,1	19,4	22,4	867	40,9	5,1
Rio Bom	2 583	21,3	20,9	21,8	1 106	42,8	4,7
Rio Branco do Ivaí	2 402	25,4	23,7	26,0	1 162	48,4	4,0
Rosário do Ivaí	4 584	23,3	24,7	22,5	2 239	48,8	4,2
São João do Ivaí	9 630	22,3	21,5	24,3	3 985	41,4	4,8
PARANÁ	6 816 328	9,5	8,2	15,4	1 669 624	24,5	6,5

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, INEP - Censo Escolar, ONU

Como agravante dessa realidade tem-se o analfabetismo funcional, que se aplica à pessoa maior de quinze anos que possui escolaridade inferior a quatro anos de estudo ou que, mesmo tendo aprendido a ler e a escrever, não desenvolve a habilidade de elaboração e interpretação de textos. A taxa média de analfabetismo funcional estadual era de 24,5%, em 2002. Os dados mostram que **Faxinal**, embora não apresente índice mediano quanto à região, ainda sim possui alto valor (36,4%) quando comparado a média estadual (mesmo considerando que seu dado tem defasagem de dois anos, devido às fontes de informações disponíveis).

O indicador do número médio de séries concluídas para a população de 15 anos e mais mostra o grau de escolaridade da população regional. A média de séries concluídas no Estado é de 6,5 anos de estudo; já no TVI, a maior média atingida equivale a 6,6 para Apucarana, correspondendo ao Ensino Fundamental incompleto.

O indicador de frequência à escola ou creche, no Estado, por parte das crianças de 0 a 3 anos, é de 9,7%. No TVI, somente os municípios de Apucarana, Arapuã, Cambira, Jandaia do Sul, Kaloré, Lunardelli e Marumbi ultrapassam esse percentual. Para crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, correspondente à Pré-escola, a média estadual de frequência à escola é de 53,3%, enquanto no TVI 11 municípios ultrapassaram esse percentual, com destaque para Kaloré, que registrou a melhor taxa (81,7%). Com relação ao Ensino Fundamental, correspondente à faixa etária de escolarização obrigatória, de 7 a 14 anos, a média verificada no Estado equivale a 95,7%. Dez municípios no Território Vale do Ivaí registraram taxa igual ou superior à média estadual, sendo 99,7% para o município de Rio Bom, enquanto em **Faxinal** encontra-se com 93,6% de taxa de frequência escolar para a mesma faixa etária em 2000 (embora ocorra cerca de defasagem, é fundamental a abordagem dos dados do Censo 2000 – mais recente fonte oficial de informações disponível).

QUADRO 6 –FREQUÊNCIA ESCOLAR DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ – 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE (%)					
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22 anos	22 anos ou mais
Apucarana	10,8	57,7	95,6	73,0	33,1	4,7
Arapuã	13,8	49,7	95,2	75,2	39,6	2,6
Ariranha do Ivaí	0,0	15,3	93,4	63,7	33,4	3,4
Barbosa Ferraz	8,0	46,7	95,8	72,2	27,1	5,5
Bom Sucesso	2,4	50,8	95,3	73,4	30,1	7,2
Borrazópolis	6,2	49,3	95,2	77,2	30,9	3,6

Califórnia	7,9	63,6	94,9	75,4	29,9	3,1
Cambira	16,9	66,1	96,5	77,8	23,7	6,2
Corumb. do Sul	1,4	30,9	91,1	70,3	25,4	5,3
Cruzmaltina	2,1	68,2	96,9	74,1	30,2	3,3
Faxinal	3,1	42,6	93,6	75,5	35,3	3,2
Godoy Moreira	0,0	30,4	93,7	67,9	48,1	5,9
Grandes Rios	1,1	25,4	92,9	69,6	24,8	3,4
Ivaiporã	4,6	53,7	96,3	77,6	37,7	5,9
Jandaia do Sul	10,6	63,1	96,4	77,4	38,0	5,5
Jardim Alegre	4,2	35,5	95,3	67,8	35,8	6,4
Kaloré	13,1	81,7	97,4	79,3	29,3	5,6
Lidianópolis	3,7	47,9	97,4	81,9	46,0	5,1
Lunardelli	11,2	42,3	96,2	66,0	33,9	4,5
Marumbi	13,1	74,7	95,5	66,4	29,9	4,9
Novo Itacolomi	3,6	54,8	95,3	89,3	28,3	2,8
Rio Bom	9,5	71,0	99,7	69,4	31,9	3,7
Rio B. do Ivaí	0,0	21,6	91,2	67,5	29,3	2,9
Rosário do Ivaí	2,1	27,5	91,6	76,1	26,7	3,2
São João do Ivaí	8,7	66,8	95,7	72,5	22,8	5,3
PARANÁ	9,7	53,3	95,7	73,1	33,5	6,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, ONU

No que tange à frequência à escola por parte dos jovens de 15 a 17 anos, a média do Estado, em 2000, era de 73,1%. No território, 13 municípios ultrapassaram essa taxa. Com relação à frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 22 anos, oito municípios apresentaram taxa média superior à do Estado (33,5%).

Quanto à estrutura educacional à disposição da população, os dados de 2005 indicam que no território Vale do Ivaí existem 93 estabelecimentos que atendem crianças em creche, e na pré-escola são 134 os estabelecimentos municipais, os quais, somados aos estabelecimentos particulares, perfazem um total de 168 estabelecimentos pré-escolares. O número total de estabelecimentos de Ensino Fundamental é de 238. Com relação ao número de estabelecimentos de Ensino Médio, o TVI possui um total de 62 estabelecimentos, sendo 50 da rede estadual e os demais, particulares.

QUADRO 7- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - PARANÁ - 2005

	Creches	Pré-escola		Ensino Fundamental			Ensino Médio	
		Total	Municipal	Total	Municipal	Estadual	Total	Estadual
Faxinal	6	12	8	15	4	10	2	1

VALE DO IVAÍ	93	168	134	238	78	133	62	50
PARANÁ	2216	4633	3211	6373	1 839	3809	1454	1134

FONTE: INEP

2.5.2. Saúde

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil. Porém, apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no país, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais. Dos 25 municípios que compõem o TVI, 12 apresentam coeficientes de mortalidade infantil (CMI) de menores de 1 ano abaixo da média do Estado (15,5 por mil nascidos vivos) entre 2003 e 2005, com destaque para o município de Arapuã, cujo CMI é 0,0. **Faxinal** apresenta posição preocupante, visto que apresenta taxa de mortalidade (20,5 por mil nascidos vivos) expressivamente superior à média estadual. Apesar da certa defasagem dos dados, devido às fontes de informações disponíveis, técnicos da Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Faxinal confirmam o panorama preocupante quanto ao indicador mencionado.

QUADRO 8 – TOTAL DE NASCIDOS VIVOS E TOTAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ - 2003-2005

MUNICÍPIOS	TOTAL DE NASCIDOS VIVOS 2003-2005	MORTALIDADE INFANTIL - 2003-2004-2005					
		Neonatal (A)		Infantil Tardia (B)		Infantil Menor que 1 (A + B)	
		Abs.	Coef./ 1000nv	Abs.	Coef./ 1000nv	Abs.	Coef./ 1000nv
Apucarana	5 144	83	16,1	18	3,5	101	19,6
Arapuã	174	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ariranha do Ivaí	105	2	19,0	1	9,5	3	28,6
Barbosa Ferraz	461	11	23,9	4	8,7	15	32,5
Bom Sucesso	292	3	10,3	3	10,3	6	20,5
Borrazópolis	323	8	24,8	2	6,2	10	31,0
Califórnia	322	3	9,3	3	9,3	6	18,6
Cambira	259	3	11,6	3	11,6	6	23,2
Corumbataí do Sul	204	2	9,8	1	4,9	3	14,7
Cruzmaltina	107	1	9,3	0	0,0	1	9,3
Faxinal	829	12	14,5	5	6,0	17	20,5
Godoy Moreira	165	1	6,1	1	6,1	2	12,1
Grandes Rios	331	2	6,0	2	6,0	4	12,1
Ivaiporã	1 417	22	15,5	4	2,8	26	18,3

Jandaia do Sul	800	14	17,5	1	1,3	15	18,8
Jardim Alegre	574	4	7,0	1	1,7	5	8,7
Kaloré	183	2	10,9	0	0,0	2	10,9
Lidianópolis	143	1	7,0	0	0,0	1	7,0
Lunardelli	248	2	8,1	3	12,1	5	20,2
Marumbi	177	2	11,3	0	0,0	2	11,3
Novo Itacolomi	100	2	20,0	0	0,0	2	20,0
Rio Bom	128	1	7,8	0	0,0	1	7,8
Rio Branco do Ivaí	223	1	4,5	1	4,5	2	9,0
Rosário do Ivaí	276	1	3,6	3	10,9	4	14,5
São João do Ivaí	531	9	16,9	1	1,9	10	18,8
TERRIT. VALE DO IVAÍ	13 516	192	14,2	57	4,2	249	18,4
PARANÁ	483 948	5 162	10,7	2 353	4,9	7 515	15,5

FONTES: SESA/ISEP/CIDS

Os dados referentes à rede hospitalar do SUS (Datusus, 2003) mostram, de modo geral, que a oferta de serviços médicos e de leitos hospitalares encontra-se bastante concentrada no TVI. Existem 22 hospitais no TVI, distribuídos entre 15 municípios, sendo que, Apucarana, **Faxinal** e Jardim Alegre têm dois hospitais cada e, Ivaiporã e Jandaia do Sul com três hospitais cada, somando 54,5% dos hospitais do território. Dos 1.138 leitos hospitalares existentes, 13,2% estão em Ivaiporã, 22,4% em Apucarana e 29,7% em Jandaia do Sul, somando 65,3% dos leitos hospitalares do território. O município de **Faxinal** ainda se destaca por possuir 4,2 leitos por mil hab., muito superior à média estadual (2,8). Apesar da certa defasagem dos dados, devido às fontes de informações disponíveis, técnicos da Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Faxinal confirmam a manutenção da quantidade de leitos mencionada acima.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 9 – REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2003

MUNICÍPIOS	LEITOS HOSPITALARES (por mil hab.)	Hospitais	Leitos Hospitalares						
			Leitos Cirúrgicos	Leitos Obstétricos	Leitos Pediátricos	Leitos de Clínica Médica	Outros Leitos	Total de Leitos (fora UTI)	Leitos de UTI
Apucarana	2,2	2	65	40	63	85	2	255	20
Barbosa Ferraz	2,6	1	5	7	7	17	-	36	-
Bom Sucesso	3,6	1	5	4	5	9	-	23	-
Borrazópolis	3,4	1	5	7	6	10	-	28	-
Faxinal	4,2	2	9	12	12	31	-	64	-
Godoy Moreira	2,9	1	2	2	2	4	-	10	-
Grandes Rios	3,3	1	4	6	5	10	-	25	-
Ivaiporã	5,0	3	37	26	41	46	-	150	18
Jandaia do Sul	16,5	3	16	19	17	15	271	338	-
Jardim Alegre	4,4	2	16	10	6	30	-	62	-
Kaloré	6,1	1	4	4	6	14	-	28	-
Lunardelli	5,9	1	8	4	7	11	-	30	-
Marumbi	3,6	1	3	3	3	6	-	15	-
Rosário do Ivaí	5,9	1	6	8	6	14	-	34	-
São João do Ivaí	3,5	1	5	7	8	20	-	40	-
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	4,3	22	190	159	194	322	273	1 138	38
PARANÁ	2,8	475	5 078	4 268	5 183	8 534	5 456	28 519	772

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)



2.5.3. Síntese dos Aspectos Sociais

Com a finalidade de sintetizar a análise no Território Vale do Ivaí, o IPARDES realizou uma hierarquização dos municípios do TVI segundo alguns indicadores sociais selecionados pelo instituto. Nesta metodologia, cada um desses indicadores foi numerado de 1 a 25, de acordo com seu valor, considerando-se 1 como a situação mais favorável e 25 como a mais desfavorável.

O quadro a seguir permite observar a hierarquização dos municípios, ordenando-os da melhor situação para a pior, com base na soma de seus valores posicionais. Para facilitar a análise, utilizaram-se quatro cores, que representam na escala de 1 a 25, quatro grupos de situações: mais favorável, favorável, desfavorável e mais desfavorável, de tal forma que a simples observação das cores obtidas pelo município já revela sua situação social.

O município de **Faxinal** não apresenta grande destaque no contexto regional quanto aos indicadores sociais, apresentando situação favorável apenas no que tange a Taxa de Pobreza, o IDH-M e a quantidade de leitos por mil habitantes.

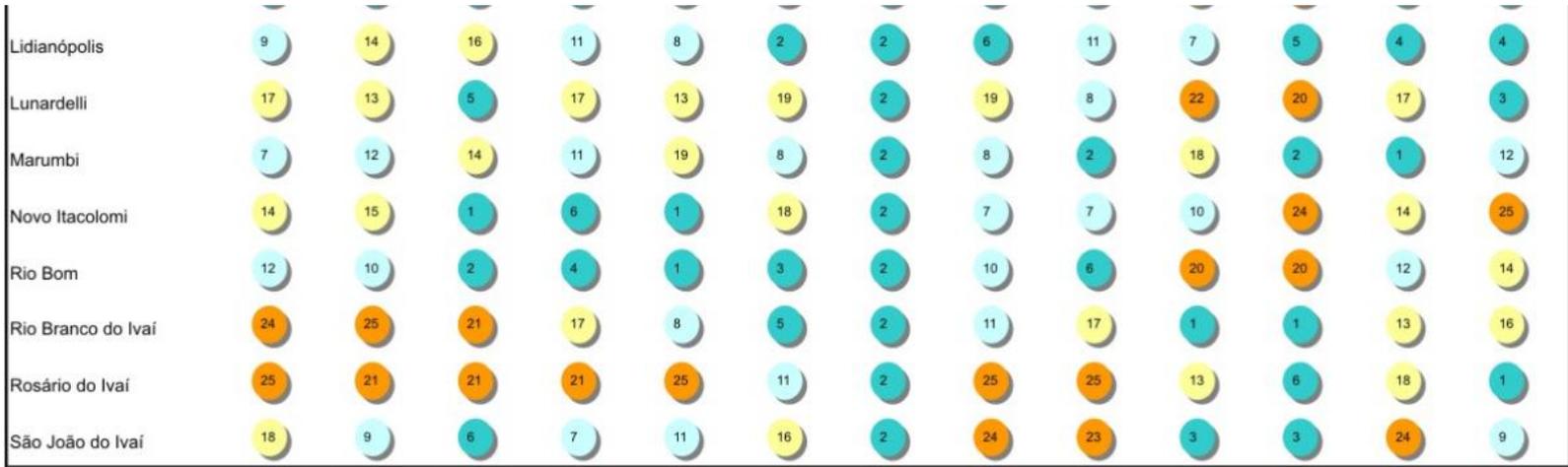
De maneira complementar, o quadro 11 apresenta o mesmo conjunto de indicadores, com seus valores originais comparados às médias do Estado, indicando para cada município, sua situação particular. Como pode se observar **Faxinal** apresenta-se em situação intermediária, não se destacando por valores fora da média do TVI.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

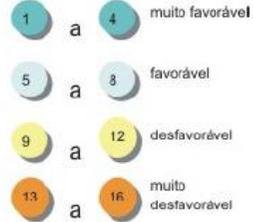
QUADRO 10- POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS

MUNICÍPIO	INDICADORES												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000)	Desigualdade de Renda (1991-2000)	IDEB Rede Municipal (2005)	IDEB Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação Água Urbana (2000)	Inadequação Água Rural (2000)	Inadequação Esgoto Urbano (2000)	Inadequação Esgoto Rural (2000)	Inadequação Lixo Urbano (2000)	Inadequação Lixo Rural (2000)
Apucarana	1	1	9	2	7	17	21	4	3	6	15	7	2
Arapuã	20	19	6	17	13	1	1	21	18	21	14	22	18
Ariranha do Ivaí	19	22	24	14	19	23	2	23	20	24	17	20	23
Barbosa Ferraz	15	18	19	7	13	25	20	18	16	4	4	25	11
Bom Sucesso	7	7	9	22	18	21	2	12	5	9	7	5	7
Borrazópolis	11	11	4	7	1	24	2	13	13	17	22	19	24
Califórnia	6	4	11	1	6	14	2	3	4	11	10	6	21
Cambira	3	3	11	7	4	22	2	2	23	12	9	8	10
Corumbataí do Sul	21	23	6	22	23	12	2	17	14	2	11	11	19
Cruzmaltina	21	20	16	25	13	6	24	9	9	23	24	21	13
Faxinal	10	6	18	22	19	20	19	14	21	8	13	15	20
Godoy Moreira	23	24	25	17	19	10	2	22	22	14	8	23	22
Grandes Rios	16	16	11	11	24	9	2	20	19	25	18	3	8
Ivaiporã	4	8	20	2	11	13	25	15	15	16	16	16	17
Jandaia do Sul	2	2	14	14	4	15	22	5	1	5	19	10	6
Jardim Alegre	12	17	23	14	13	4	22	16	12	15	12	9	15
Kaloré	5	5	2	4	8	7	2	1	10	19	23	2	5

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL



LEGENDA:



FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, Ministério da Saúde/DATASUS

NOTA: Elaboração IPARDES



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 11 – INDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ

MUNICÍPIOS	IDH-M (2000)	Tx de pobreza (2000) (%)	Desigualdad e renda (2000)	IDEB -rede municipal (2005)	IDEB -rede estadual (2005)	Mortalidade Infantil 2003-2005 (%)	Cobertura de PSF (2007) (%)	Inadequação o água urbana (2000) (%)	Inadequação o água rural (2000) (%)	Inadequação o esgoto urbano (2000) (%)	Inadequação o esgoto rural (2000) (%)	Inadequação o lixo urbano (2000) (%)	Inadequação o lixo rural (2000) (%)
Apucarana	0,799	14,8	14	4,5	3,8	19,6	71,4	0,9	1,6	71,7	96,3	3,2	73,0
Arapuã	0,687	44,7	13	3,8	3,4	0,0	200,0	5,8	6,3	98,8	96,3	15,7	92,7
Ariranha do Ivaí	0,688	48,2	48	3,9	3,2	28,6	100,0	9,4	6,4	99,5	97,5	12,0	98,9
Barbosa Ferraz	0,700	41,9	22	4,1	3,4	32,5	80,0	3,8	5,7	58,6	86,8	36,6	86,8
Bom Sucesso	0,735	30,3	14	3,6	3,3	20,5	100,0	2,5	2,1	78,8	88,7	3,0	84,7
Borrazópolis	0,727	32,2	11	4,1	4,1	31,0	100,0	2,6	4,0	97,6	99,3	11,6	99,2
Califórnia	0,745	26,2	15	4,8	3,9	18,6	100,0	0,9	2,1	82,0	93,6	3,1	95,7
Cambira	0,767	23,8	15	4,1	4,0	23,2	100,0	0,6	2,0	82,2	92,3	3,5	86,3
Corumb. do Sul	0,678	48,6	13	3,6	3,1	14,7	100,0	3,8	4,4	47,8	94,2	6,9	93,8
Cruzmaltina	0,678	46,3	18	3,4	3,4	9,3	50,0	2,1	3,3	99,4	100,0	13,8	90,1
Faxinal	0,732	30,1	21	3,6	3,2	20,5	83,3	2,6	11,3	78,2	95,4	10,0	95,5
Godoy Moreira	0,672	49,7	95	3,8	3,2	12,1	100,0	6,3	12,3	90,2	91,0	20,0	95,9
Grandes Rios	0,695	37,7	15	4,0	3,0	12,1	100,0	5,6	6,3	99,5	98,7	1,8	84,9
Ivaiporã	0,764	30,5	23	4,5	3,5	18,3	41,7	2,6	5,2	93,6	97,0	10,2	92,7
Jandaia do Sul	0,783	19,4	17	3,9	4,0	18,8	66,7	1,0	1,5	63,5	99,2	4,7	83,7
Jardim Alegre	0,713	41,5	33	3,9	3,4	8,7	66,7	3,0	4,0	93,1	95,3	4,5	90,8
Kaloré	0,753	26,4	10	4,4	3,6	10,9	100,0	0,1	3,4	98,3	99,5	0,9	83,2
Lidianópolis	0,734	34,1	18	4,0	3,6	7,0	100,0	1,2	3,9	74,4	87,0	2,8	79,7
Lunardelli	0,692	34,0	12	3,8	3,4	20,2	100,0	4,9	3,2	99,4	99,3	10,8	78,6
Marumbi	0,735	32,2	17	4,0	3,2	11,3	100,0	1,5	1,6	97,9	83,4	0,7	87,5
Novo Itacolomi	0,706	35,3	8	4,2	4,1	20,0	100,0	1,4	2,8	80,3	100,0	9,9	100,0
Rio Bom	0,713	31,8	10	4,4	4,1	7,8	100,0	2,2	2,4	98,7	99,3	7,2	90,3
Rio B. do Ivaí	0,670	51,5	24	3,8	3,6	9,0	100,0	2,5	6,2	8,6	41,9	9,3	90,9
Rosário do Ivaí	0,664	47,2	24	3,7	2,5	14,5	100,0	12,8	21,7	85,6	87,5	11,3	71,8
São J. do Ivaí	0,689	31,1	13	4,1	3,5	18,8	100,0	9,8	14,4	50,6	86,4	30,9	85,6
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	36,6	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS. NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES. Observação: os dados em azul e em vermelho representam, respectivamente, as situações mais favoráveis e mais desfavoráveis em relação à média do Estado para cada indicador.



2.6. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

2.6.1. Estrutura Produtiva e Emprego

Se analisado o Produto Interno Bruto (PIB) do território Vale do Ivaí, pode-se observar que o mesmo atingiu R\$ 2,1 bilhões em 2004, correspondendo a 2% do PIB do Estado (quadro 12). Embora seja observado um decréscimo na participação, a região continua ainda assim pouco expressiva no contexto estadual. Ao se analisar o PIB entre os municípios que integram o TVI, sobressai Apucarana, responsável por 37,9% do PIB regional, seguido de Ivaiporã e Jandaia do Sul, com participações de 7,7% e 6,4%.

QUADRO 12– PRODUTO INTERNO BRUTO DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

Ano	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ mil)		Participação (A) / (B) (%)
	Território Vale do Ivaí (A)	Paraná (B)	
2002	1 677 921	81 449 312	2,1
2003	2 062 222	98 999 740	2,1
2004	2 197 356	108 698 901	2,0

FONTES: IBGE, IPARDES

QUADRO 13 – PIB SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

MUNICÍPIOS	PIB			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Apucarana	561 342	41,7	832 930	37,9
Arapuã	17 398	1,3	37 055	1,7
Ariranha do Ivaí	12 611	0,9	26 566	1,2
Barbosa Ferraz	41 076	3,0	73 336	3,3
Bom Sucesso	30 315	2,2	52 939	2,4
Borrazópolis	38 028	2,8	72 732	3,3
Califórnia	24 034	1,8	49 290	2,2
Cambira	37 417	2,8	64 307	2,9
Corumbataí do Sul	22 463	1,7	30 563	1,4
Cruzmaltina	20 687	1,5	44 494	2,0
Faxinal	62 450	4,6	111 644	5,1
Godoy Moreira	10 681	0,8	19 724	0,9
Grandes Rios	33 349	2,5	42 810	1,9
Ivaiporã	101 922	7,6	168 518	7,7
Jandaia do Sul	92 145	6,8	139 534	6,4
Jardim Alegre	46 508	3,5	73 695	3,4
Kaloré	20 404	1,5	44 546	2,0
Lidianópolis	18 327	1,4	29 952	1,4

Lunardelli	23 759	1,8	37 265	1,7
Marumbi	18 126	1,3	32 273	1,5
Novo Itacolomi	10 978	0,8	30 919	1,4
Rio Bom	13 753	1,0	26 106	1,2
Rio Branco do Ivaí	12 575	0,9	22 321	1,0
Rosário do Ivaí	23 792	1,8	32 236	1,5
São João do Ivaí	53 570	4,0	101 601	4,6
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ	1 347 711	100,0	2 197 356	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

Ao se analisar a ocupação da população setorialmente, observa-se que a agropecuária concentra a maior parte das ocupações do TVI (31,5%). Para corroborar essa elevada representatividade, destaque-se que em quase a totalidade dos municípios (à exceção de Apucarana e Jandaia do Sul), a ocupação no setor agropecuário foi superior à média do Estado, em torno de 20%. O setor de serviços absorvia 31,4% dos trabalhadores do TVI e, entre os municípios, **Faxinal** também segue o padrão do território com 33,4% do total de ocupações. Embora os dados do Censo de 2000 estejam, de certo modo, defasados, é fundamental sua utilização na comparação dos municípios do território analisado, visto que apresentam os mesmos critérios e ano de pesquisa. Dados mais recentes são apresentados nos capítulos dedicados exclusivamente a realidade municipal.

QUADRO 14 – OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL	DISTRIBUIÇÃO (%)					
		Agrop.	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Não def.
Apucarana	48 500	9,5	29,1	7,0	17,8	35,2	1,4
Arapuã	1 684	69,6	1,9	1,3	6,3	20,2	0,7
Ariranha do Ivaí	882	67,7	2,9	2,7	6,5	18,9	1,1
Barbosa Ferraz	5 374	46,7	8,0	2,9	9,9	31,7	0,8
Bom Sucesso	2 463	46,9	6,7	4,5	13,4	27,9	0,7
Borrazópolis	4 202	51,9	5,0	3,4	12,6	26,5	0,6
Califórnia	3 563	29,9	20,6	6,0	11,0	31,2	1,3
Cambira	3 300	44,9	15,2	4,1	10,5	25,1	0,3
Corumb do Sul	2 166	67,4	2,1	2,5	4,7	23,0	0,3
Cruzmaltina	1 483	70,3	1,6	3,6	5,3	19,2	0,0
Faxinal	6 481	25,7	13,6	4,8	21,4	33,4	1,0
Godoy Moreira	1 576	71,4	2,4	1,3	3,6	20,7	0,4
Grandes Rios	3 531	59,2	6,5	4,2	6,5	23,3	0,4
Ivaiporã	12 453	26,2	9,6	6,8	20,4	35,8	1,2
Jandaia do Sul	9 093	17,9	18,0	7,1	18,2	38,2	0,5
Jardim Alegre	5 976	57,5	4,2	4,2	10,5	23,2	0,4
Kaloré	2 285	48,9	8,8	1,8	8,6	31,9	0,0
Lidianópolis	2 456	74,6	1,6	2,7	4,1	17,1	0,0
Lunardelli	2 778	62,1	1,0	3,8	7,6	25,5	0,0

Marumbi	1 937	48,6	13,5	2,7	6,7	27,5	0,9
Novo Itacolomi	1 407	62,3	8,5	4,6	6,1	18,6	0,0
Rio Bom	1 494	53,6	2,4	4,2	9,6	30,1	0,0
Rio B. do Ivaí	1 278	61,7	3,9	6,5	4,9	23,0	0,0
Rosário do Ivaí	2 398	58,1	3,6	4,4	8,4	25,5	0,0
São J. do Ivaí	5 784	41,3	7,9	5,2	13,1	32,3	0,2
VALE DO IVAÍ	134.544	31,5	16,2	5,5	14,5	31,4	0,9
PARANÁ	4.055.739	20,1	15,1	7,2	17,1	39,1	1,3

FONTES: IBGE, Censo Demográfico

As informações relativas a emprego formal são importantes por permitirem acompanhar o desempenho do conjunto de atividades econômicas, principalmente de base urbana, indicando o dinamismo das economias locais/regionais.

Entretanto, não se deve esquecer que esse tipo de informação não permite caracterizar a situação de parcela expressiva dos ocupados, principalmente onde o peso das atividades agrícolas organizadas em molde familiar ainda é significativo, como é o caso desse território.

Com respeito ao estoque de emprego formal no território Vale do Ivaí, observa-se que o mesmo apresentou, entre os anos de 2000 e 2005, um incremento de 36,9%, acima do crescimento do Estado (27,6%). Cabe ressaltar que, em termos absolutos, somente o município de Apucarana concentrou cerca de 59% dos postos de trabalhos gerados no TVI no período analisado.

QUADRO 15 – EMPREGOS FORMAIS NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ 2000/2005

MUNICÍPIOS	2000	2005	Variação	
			Abs.	(%)
Faxinal	1 774	2 014	240	13,5
VALE DO IVAÍ	35 672	48 820	13 148	36,9
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	455 913	27,6

FONTES: MTE- Rais

2.6.2. Caracterização Setorial das Atividades

2.6.2.1. Indústria

Segundo análise do IPARDES (2007), quanto à atividade industrial o Território Vale do Ivaí demonstra participação mais significativa no número de estabelecimentos registrados do que no número de empregos formais contabilizados no período 1995 – 2005: a variação no número de estabelecimentos foi equivalente a 71,8%, enquanto o emprego formal cresceu 53%.

Apucarana concentra três quartos dos empregos formais e dois terços dos estabelecimentos industriais do TVI. A existência de um Arranjo Produtivo Local (APL) no município promoveu expressivo aumento no número de estabelecimentos ligados à confecção de artigos do vestiário e acessórios. O segundo município do TVI em melhor posição era Jandaia do Sul, que detinha 8,9% dos empregos formais e 9,7% dos estabelecimentos industriais, em 2005. A confecção de artigos do vestuário e acessórios também é representativa em Jandaia do Sul, responsável por 23,4% dos empregos locais.

Como apontado pelo estudo do IPARDES (2007), existe uma distribuição de atividades industriais no Território Vale do Ivaí, mais elaborada ao norte devido vínculos produtivos e mercadológicos com municípios economicamente maiores localizados, como Maringá e Londrina. Em contraste, a área mais ao sul detém os municípios de baixa relevância produtiva, contendo atividades de porte muito pequeno.

2.6.2.2. Agropecuária

No TVI, há evidente predominância do tipo de estabelecimento agropecuário familiar, que congrega unidades produtivas que utilizam exclusivamente mão-de-obra doméstica. A segunda categoria mais freqüente no TVI é o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão-de-obra com contratação de terceiros. Finalmente, tem-se o estabelecimento não-familiar, que utiliza a maior parte da mão-de-obra contratada.

A distribuição é a mesma observada em todo o Estado, mas no Vale do Ivaí o tipo familiar ocorre com maior freqüência (58,3%) em relação aos outros dois tipos, quando comparado ao que se observa para o total do Paraná (66,0%). No TVI, em torno de um terço das unidades produtivas é do tipo familiar empregador, o que contrasta com outras localidades do Estado do Paraná.

Quanto à estrutura fundiária, nota-se que o tipo de estabelecimento não-familiar, tanto no Estado do Paraná quanto no território Vale do Ivaí apropria-se da maior parcela da área total, ou seja, 44,3% e 48,1%, respectivamente.

Já em relação a área por estabelecimento, segundo análise do IPARDES (2007), o tipo de estabelecimento familiar do território Vale do Ivaí apresenta-se com área média (17,1 ha) menor que verificada para o Estado do Paraná (23,4 ha). No mesmo sentido, a área média dos estabelecimentos não-familiares no TVI é de 15,8%, inferior àquela do Estado.

Essa característica territorial (de áreas médias maiores e maior proporção de área total nos estratos de área acima de quatro módulos fiscais) constitui elemento indicativo da ocorrência de concentração do acesso a terra, mensurada mediante o Índice de Gini.

Entre os anos 1970 e 1985, ocorreu forte processo de concentração do acesso a terra com pequena redução até 1995. Apenas os municípios de Cambira, **Faxinal** e Rio Bom



apresentaram processo de concentração semelhante ao do Estado. Constatou-se que nenhum município apresentou processo de desconcentração do acesso a terra.

Quanto ao uso do solo a maior parte dos estabelecimentos familiares (9.302) utilizava a combinação do uso da terra com pastagem e sem mata. Dessa forma, vale destacar que mais da metade dos estabelecimentos familiares não possui áreas de matas nativas, independentemente de constituírem áreas de preservação permanente, proteção de nascentes ou mata ciliar.

O conjunto de estabelecimentos familiares com a presença de pecuária representava 84% dos estabelecimentos, acesso a 88% da área total, utilizava 88,1% do pessoal ocupado e detinha 77,4% do valor bruto da produção vendida. Nos estabelecimentos com pecuária, verificou-se a combinação das atividades com grandes e pequenos animais, com pastagem e sem mata (IPARDES, 2007).

Dentre as atividades com maior valor bruto da produção (VBP) em 2005, destacam-se três atividades que, juntas ultrapassam metade do total, quais sejam: soja e pecuária, que permanecem como as atividades mais representativas, e avicultura, que substituiu o milho em 2005. As aves têm se transformado numa opção de renda para os agricultores, em virtude do crescimento da demanda das agroindústrias instaladas nas regiões próximas do território. Pela necessidade de capital e pelo retorno do investimento no curto e no médio prazos, a criação de aves para corte em galpão pode ser uma das atividades promissoras para os agricultores familiares independentemente da área total.

O trigo tem sido a cultura de inverno que normalmente sucede as culturas de milho e soja. Já a produção de leite está em expansão induzida pela disponibilidade dos recursos do PRONAF, principalmente entre os agricultores familiares que normalmente produzem em torno de 50 litros diários.

2.7. ASPECTO DE INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (TVI)

2.7.1 Sistema Viário

O sistema rodoviário do território Vale do Ivaí é estruturado por quatro rodovias, a saber: BR-466, BR-272, PR-170 e PR-082. Dentro do TVI, os municípios de Apucarana e Ivaiporã, seguidos em menor amplitude por **Faxinal**, compartilham a influência sobre os demais. Externamente, grandes centros como Londrina, Maringá e Campo Mourão localizam-se no entorno imediato dos limites do TVI.

A BR-466 liga Guarapuava à Maringá, passando por Ivaiporã. Encontra-se em condições que oscilam entre regulares e boas, segundo classificação do DER. A BR-272, ramificação da primeira, atinge Londrina através de **Faxinal**. De acordo com a mesma classificação, seu estado de conservação é bom em toda a sua extensão (IPARDES, 2007).



Em condições de trafegabilidade muito boas, encontra-se a PR-170, de Borrazópolis, no centro do território, a Apucarana, em percurso paralelo e próximo à BR-466. Por último, o território conta com a PR-082, que liga Jardim Alegre, próximo a Ivaiporã, a Cianorte, em estado de conservação variando de bom a muito bom.

Quanto à malha de estradas municipais, dos cerca de cinco mil quilômetros existentes no território, 69,2% encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo análise da EMATER.

O território possui uma pequena estrutura aeroportuária, que conta com um aeroporto público, em Apucarana, e três aeródromos privados: em **Faxinal**, Jardim Alegre e Rio Branco do Ivaí. Os aeroportos de Apucarana e de Faxinal possuem pavimentação asfáltica. Nenhum opera com linhas aéreas regulares, tampouco por instrumentos.

FIGURA 6 – INFRAESTRUTURA VIÁRIA, PORTOS E AEROPORTOS



FONTE: RZS, baseado em DNIT, 2002

2.7.2 Sistema Ferroviário

O TVI consiste em área de convergência dos ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, passando por Maringá e Mandaguari, e de Ourinhos (SP) e Cornélio Procopio, a leste, atravessando Londrina, Cambé e Araçongas. Ambos se unem em Apucarana, formando uma via que segue em direção a Ponta Grossa e posteriormente a Curitiba e Paranaguá. Esse sistema é parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997, quando sua operação foi repassada à empresa América Latina Logística do Brasil (ALL).

2.8. FAXINAL E SUAS RESPECTIVAS REGIONALIZAÇÕES

Segundo regionalização realizada pelo IPARDES, Faxinal está localizado no Território Vale do Ivaí (TVI), regionalização que abrange 3,77% do território estadual e compreende 25 municípios, reunindo 309.021 pessoas (3% da população estadual).

Quanto às associações de município, Faxinal integra a AMUVI – Associação dos Municípios do Vale do Ivaí. A AMUVI é uma instituição política independente, de direito privado e sem fins lucrativos que tem por finalidade ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios e é mantida através de contribuições mensais das 26 prefeituras filiadas. Esta divisão corresponde a uma divisão determinada pelos municípios, o que não corresponde à divisão política determinada pelo Estado.

Analisando a AMUVI, podemos perceber que ela incorpora municípios das Regiões Administrativas 7 e 19 do Estado, e das microrregiões 10, 12 e 13. São três instâncias regionais diferenciadas que atuam diferentemente sobre o espaço.

FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DE FAXINAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: RZS, baseado em IPARDES (2007)

FIGURA 8 – DIVISÃO DO ESTADO POR MICRORREGIÕES



FONTE: SEDU/PR

FIGURA 9 – DIVISÃO DO ESTADO POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS



FONTE: SEDU/PR

FIGURA 10 – DIVISÃO DO ESTADO POR ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS



FONTE: SEDU/PR

2.9. AÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

2.9.1 Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico

Os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégicos para o Estado do Paraná retomam uma linha de pensamento sobre o desenvolvimento regional iniciado na década de 1970.

Publicada em 1973, a Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná (PDU-PR) expôs uma dicotomia na organização do território do Paraná: as regiões do Leste, Sul e parte do Centro do estado estavam ligadas à capital e aos fluxos de produtos primários exportados por Paranaguá, enquanto as regiões do Norte Pioneiro, Norte e parte do Noroeste eram francamente subordinadas à polarização de São Paulo, tendo o porto de Santos como o destino dos produtos exportáveis, sobretudo o café.

As propostas da PDU-PR visaram corrigir essa situação, propondo a criação de três estruturas que atuariam como pólos de desenvolvimento, interligadas por um anel viário de integração: Paranaguá – Curitiba – Ponta Grossa no Leste, Londrina – Apucarana – Maringá no Norte e Cascavel – Toledo – Guaíra no Oeste.

O planejamento regional voltou a ser realizado em 2005, para compor uma nova Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná. Partindo das propostas do PDU-1973 que se consolidaram, agregaram-se novos elementos para orientar o planejamento de integração estadual. No que se refere às aglomerações urbanas, houve um amplo reforço da atratividade da Região Metropolitana de Curitiba, cujo Eixo Leste – no qual se insere – hoje representa a concentração de 32% da população paranaense e 61% da produção medida através do Valor Adicionado Fiscal estadual.

2.9.2. Propostas do PRDE

Os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégicos – PRDE – se inserem em um quadro de desequilíbrios regionais, com população e renda concentradas nas grandes cidades, sobretudo à capital metropolitana. Desta maneira, o Plano busca a organização do território de modo a obter coesão interna, sempre ligada ao conceito de sustentabilidade das ações estratégicas.

Em linhas gerais, o cenário proposto é o de promover um novo ciclo de desenvolvimento na região central (área de baixo dinamismo), incentivar a desconcentração na região leste, consolidar a evolução na região norte e dinamizar a região oeste – sudoeste. Estas ações são pautadas a partir de 5 linhas de atuação estratégica: Gestão Regional e Rede de Articulação Operacional; Garantia de sustentabilidade territorial e ambiental; Ampliação da acessibilidade física (pessoas e mercadorias), de informações e



infraestrutura regional; Equilíbrio funcional na rede de cidades, inclusão sócio urbanística e sustentabilidade urbana; e Inclusão socioeconômica com promoção da inteligência.

Faxinal se insere na macrorregião Centro Expandido, configurada como um agrupamento de espaços socialmente críticos. Ao mesmo tempo, estão incluídos nesta grande região, alguns municípios que não pertencem a esta realidade, como Guarapuava, Cianorte e União da Vitória, que possuem ampla capacidade polarizadora e podem desempenhar função estratégica de apoio à implantação de uma política de desenvolvimento e inclusão social nessa região.

A densidade rural média é de 20 hab./km², refletida também na baixa densidade da malha rodoviária. Esta grande região configura-se por extensos terrenos inaptos ou com aptidão restrita à agricultura e por baixas vazões em pequenas bacias hidrográficas, porém com excelente disponibilidade hídrica subterrânea.

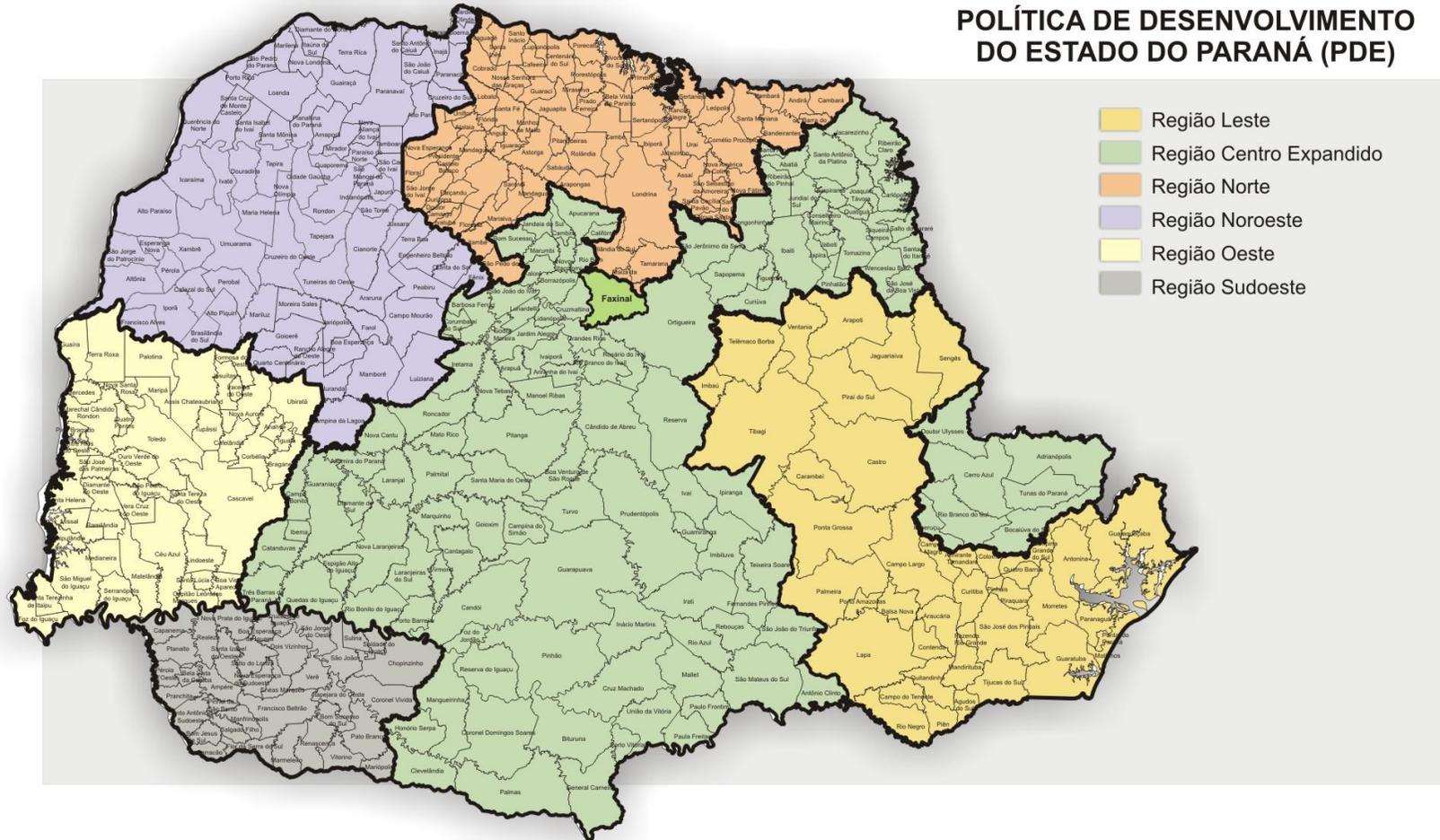
Abriga a maior parte das áreas de maior produção agrícola de pequena e média escala e também tem amplos espaços que congregam parte das áreas estaduais de maior produção de gado bovino de corte, de suínos e assim como de pequenos animais. Por outro lado, concentra municípios com alto índice de pobreza e abriga a maior parte dos assentamentos rurais do estado.

Para melhorar este quadro, o PRDE propõe a indução de um novo ciclo de desenvolvimento com as seguintes características:

- Indução do desenvolvimento rural e urbano, com uso intensivo de mão de obra baseado em pluriatividades (atividades agrícolas, florestais e não agrícolas).
- Aproveitamento de potencialidades locais (ecoturismo e turismo rural).
- Reforço da identidade local.
- Transferência de conhecimento, facilitando o acesso a informação, inovação e tecnologia a partir das necessidades do mercado.
- Criação de linhas de crédito ao agricultor e empreendedor.
- Incentivo à organização de produtores para desenvolver atividades conjuntas.
- Apoio à comercialização dos produtos locais e à emancipação dos produtores.

Dentro desta linha de ação, pretende-se ainda desenvolver no meio rural a valorização da agropecuária orgânica, cujo crescimento no mercado internacional é da ordem de US\$ 22 bilhões/ano, com tecnologia adaptada às condições locais e transferência de conhecimento aos agricultores. Quanto ao meio urbano busca-se também estabelecer uma rede hierarquizada de centros urbanos de alta acessibilidade e dotados de serviços públicos e equipamentos de atendimento social estrategicamente distribuídos, evitando a pulverização de investimentos.

FIGURA 11 – LINHAS DE ATUAÇÃO - PRDE



FONTE: PRDE, 2005



4. ASPECTOS AMBIENTAIS

3.1. CLIMA

O sistema de classificação climática de Köppen, baseado na vegetação, temperatura e pluviosidade, apresenta um código de letras que designam grandes grupos e subgrupos climáticos, além de subdivisões para distinguir características estacionais de temperatura e pluviosidade (TREWARTHA & HORN, 1980). O conhecimento do tipo climático de uma região fornece indicativos de larga escala sobre as condições médias de pluviosidade e temperatura esperados. Esse é um primeiro indicativo para se planejar todas as atividades humanas (tipos de construção, vestimenta, entre outros) e explorações vegetais e animais.

De acordo com a classificação de Köppen (1918, apud MAACK, 2002), Faxinal está localizado predominantemente em região climática do tipo Cfa, clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida. Uma pequena porção ao norte do município se insere na região climática Cfb, caracterizado por clima temperado úmido com verão temperado, com chuvas abundantes e bem distribuídas ao longo de todo o ano, sendo o verão bastante fresco e úmido. A temperatura média no mês mais frio atinge abaixo de 18°C (mesotérmico), com temperatura média no mês mais quente abaixo de 22°C e sem estação seca definida.

Apesar da importância da classificação das regiões climáticas de Köppen, não se pode deixar de mencionar a forte influência das mudanças climáticas no clima, alterando-o tanto em escala global quanto local. Deste modo, apesar de ainda aplicáveis no processo de caracterização do espaço, as regiões climáticas podem sofrer variações de temperatura, precipitação, nebulosidade em relação às médias históricas, as quais ainda não existe um consenso no meio científico sobre sua origem, se decorrente de um efeito de processos naturais ou decorrentes da ação humana.

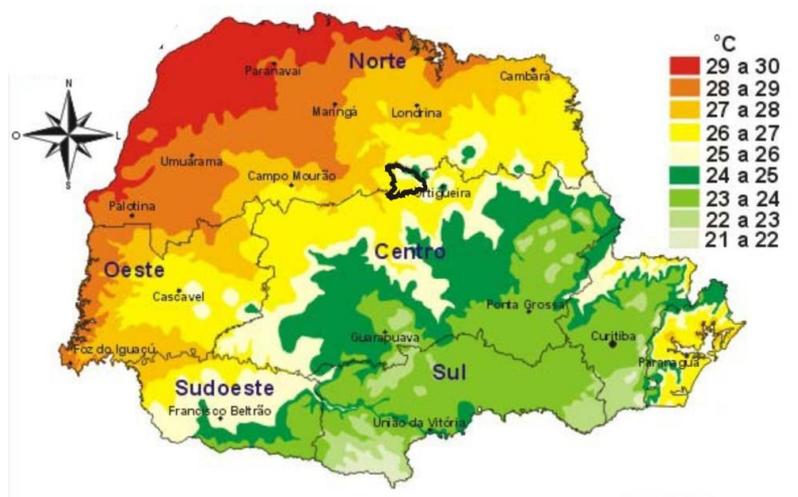
FIGURA 12 – CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA – SEGUNDO KÖPPEN



FONTE: IAPAR

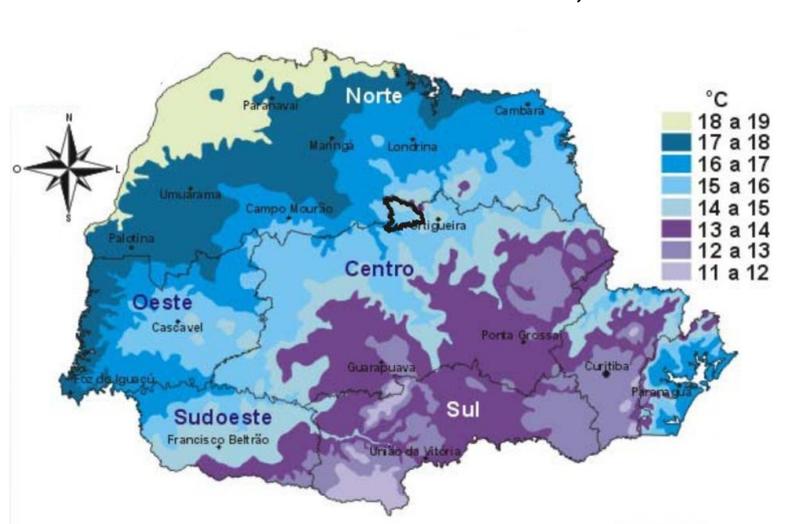
No município de Faxinal, as temperaturas dos meses mais quentes variam entre 25° C e 27°C, enquanto as temperaturas dos meses mais frios variam entre 14° C e 16°C.

FIGURA 13 – TRIMESTRE MAIS QUENTE – DEZEMBRO, JANEIRO, FEVEREIRO



FONTE: IAPAR

FIGURA 14 – TRIMESTRE MAIS FRIO – JUNHO, JULHO E AGOSTO



FONTE: IAPAR

3.1.1. Regime Pluviométrico

O termo “precipitação” é definido como qualquer deposição d’água em forma líquida ou sólida proveniente da atmosfera, incluindo a chuva, granizo, neve, neblina, chuvisco, orvalho e outros hidrometeoros. A precipitação é medida em altura, normalmente expressa em milímetros. Uma precipitação de 1mm é equivalente a um volume de 1 litro de água numa superfície de 1m².

A precipitação é o elemento que mais afeta a produtividade agrícola em todo o mundo. A quantidade e a distribuição da precipitação que incide anualmente sobre certa região é bastante importante, determinando o tipo de vegetação e influenciando a programação das atividades agrícolas. Assim, épocas de plantio e colheita, atividades mecanizadas e mesmo escolha de espécies e variedades de plantas estão intimamente relacionadas com o padrão de precipitação local.

Abaixo estão apresentadas as cartas produzidas pelo IAPAR, com os totais médios mensais para os 12 meses, o total médio anual, o total médio do trimestre mais seco (junho, julho e agosto) e o total médio do trimestre mais chuvoso (dezembro, janeiro e fevereiro). Segundo estes dados, pode-se observar que o município de Faxinal apresenta precipitação média anual entre 1400 e 1800 mm.

O SIMEPAR, que também utiliza os dados das estações meteorológicas do IAPAR, aponta para a Região de Faxinal uma média pluviométrica de 117 mm/mês (cujo intervalo considerado pelo instituto é entre 85 e 150 mm/mês), o que resultaria em uma média anual de 1404 mm anuais, dentro da classificação identificada nas cartas climáticas do IAPAR.

FIGURA 15 – PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL

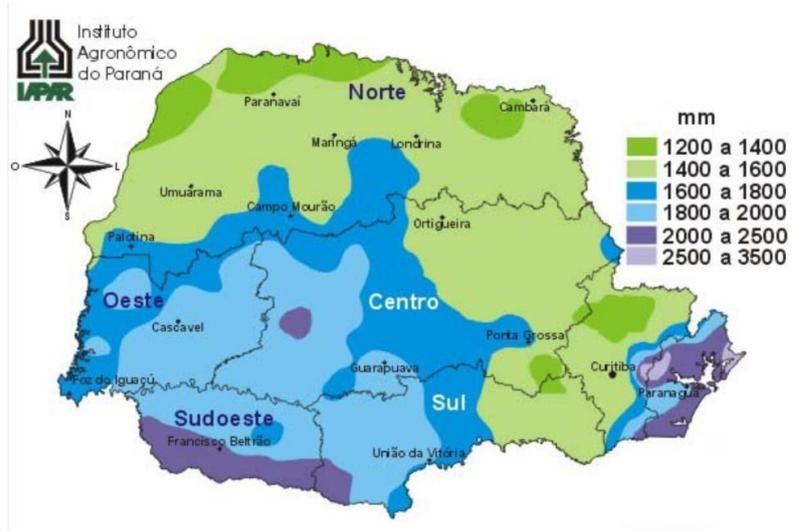


FIGURA 16 – PRECIPITAÇÃO – TRIMESTRE MAIS CHUVOSO

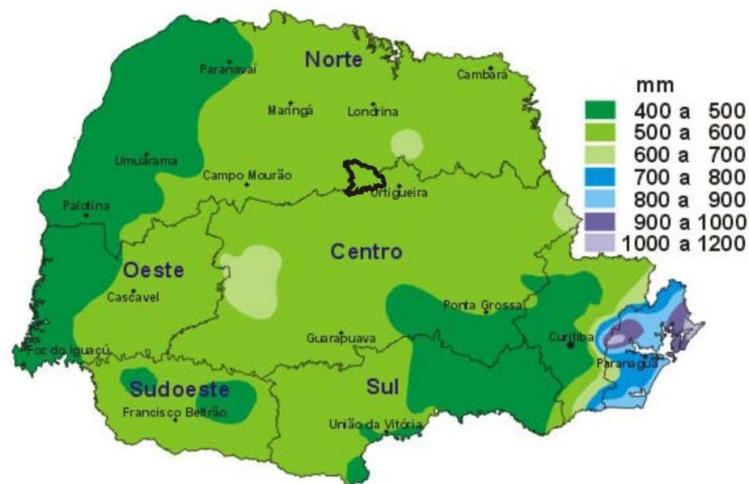
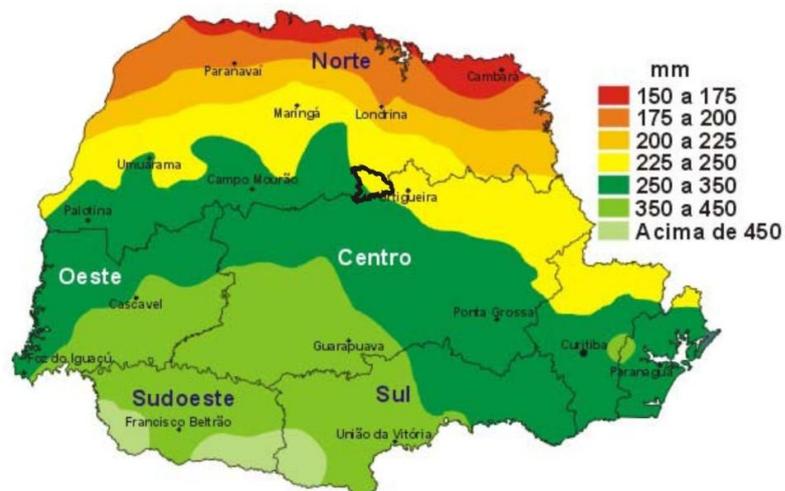


FIGURA 17 – PRECIPITAÇÃO – TRIMESTRE MAIS SECO

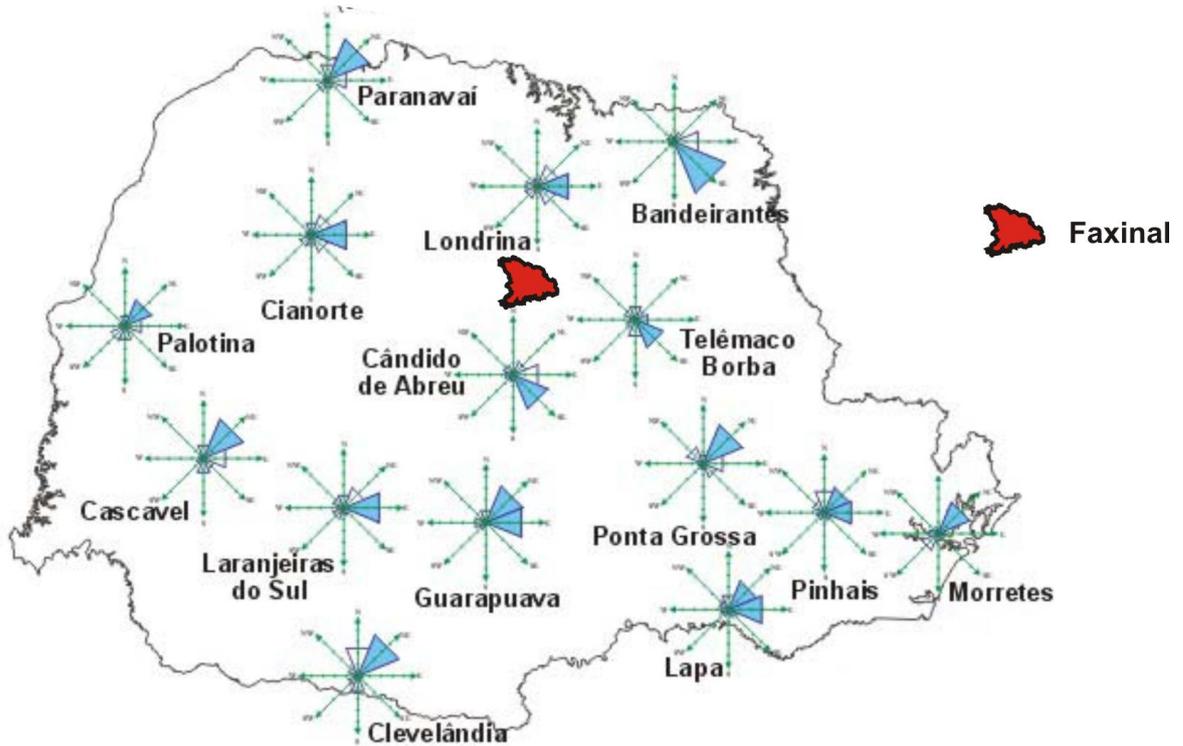


FONTE: IAPAR

3.1.2. Ventos Predominantes

De acordo com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, os ventos dominantes registrados no município de Faxinal, são originários do quadrante sudeste, conforme demonstrado na Figura abaixo.

FIGURA 18 – DIREÇÃO PREDOMINANTE DO VENTO



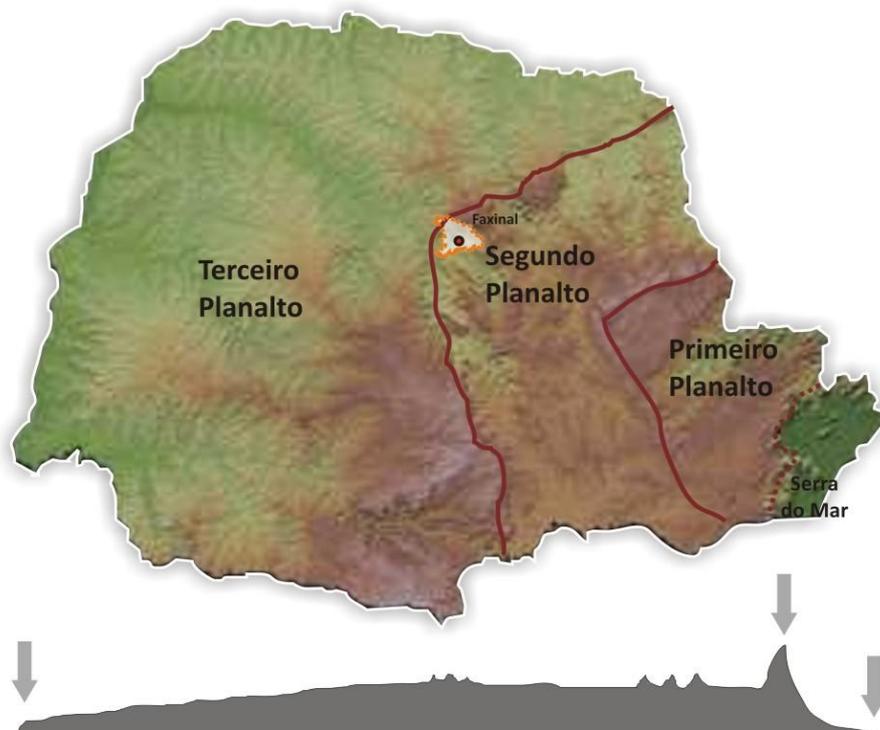
FONTE: IAPAR, 2007

2.2. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

3.2.1. Relevo

O Município de Faxinal situa-se sobre a borda ocidental do Segundo Planalto Paranaense, apresentando relevo variando de suave ondulado – na região norte, distrito de Nova Altamira (“Faxinalzinho”) – a forte ondulado e até montanhoso nas vertentes do rio Pereira, na porção sudeste no município. As altitudes variam de 400 m no vale do Rio Pereira até cerca de 1.250 m nas proximidades da Serra do Cadeado.

FIGURA 19 – UNIDADES GEOMORFOLOGIAS DO PARANÁ



FONTE: RZS, baseado em MINEROPAR

No Mapa nº 01 – Relevo Municipal observa-se que as maiores altitudes se localizam na porção norte do município, próximo à Serra do Cadeado. Na porção sul ocorre uma grande variação de altitude, relativa à área de drenagem do Rio Pereira e Rio São Pedro. Nesta porção, o relevo fortemente ondulado chega em alguns pontos a se tornar montanhoso, tendendo à escarpado.

No que se refere ao relevo do Distrito Sede, o Mapa nº 02 – Relevo da Sede Urbana mostra sua conformação, com altitudes mais baixas (750 m) na porção oeste do perímetro

urbano, representado pela área de drenagem do Rio São Pedro. O relevo apresenta maior altitude conforme se distancia do mesmo, alcançando 885 m.

A declividade do terreno condiciona fatores como: escoamento superficial e infiltração da água, erodibilidade dos terrenos, estabilidade de encostas e taludes. Por outro lado controla diretamente a instalação de sistemas de escoamento que exigem no mínimo 0,5% de declividade tais como redes de esgoto e canalizações pluviais. As áreas com declividade muito alta (>30%) são consideradas inaptas à ocupação urbana, face aos inúmeros problemas que apresentam quanto à estabilidade do solo, redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mobilidade, entre outros.

A metodologia para a elaboração do mapa de declividade consiste em determinar no mapa topográfico, áreas de um mesmo intervalo de inclinação dos terrenos. As áreas de diferentes inclinações são limitadas por curvas de nível e por segmentos transversais a elas, de comprimentos proporcionais aos limites de declividade previamente escolhidos.

O quadro a seguir relaciona as classes de declividades com indicações gerais da adequabilidade e restrições para o planejamento.

QUADRO 16– CLASSES DE DECLIVIDADES E INDICAÇÕES PARA PLANEJAMENTO

INTERVALOS	INCLINAÇÕES	INDICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO
0 – 5%	2° 51'	Áreas com muito baixa declividade. Restrições à ocupação por dificuldades no escoamento de águas superficiais e subterrâneas.
5 – 10%	2° 51' – 5° 42'	Áreas com baixa declividade. Dificuldades na instalação de infra-estrutura subterrânea como redes de esgoto e canalizações pluviais.
10 – 15%	5°42' – 8° 31'	Áreas com média declividade. Aptas à ocupação considerando-se as demais restrições como: espessura dos solos, profundidade do lençol freático, susceptibilidade a processos erosivos, adequabilidade a construções, etc.
15 – 20%	8° 31' – 11° 18'	Áreas com média a alta declividade. Aptas à ocupação com critérios técnicos adequados, considerando-se as demais restrições.
20 – 30%	11° 18' – 18° 26'	Áreas com alta declividade. Restrições à ocupação sem critérios técnicos para arruamentos e implantação de infra-estrutura em loteamentos.
>30%	>18° 26'	Áreas com muito alta declividade. Inaptas à ocupação face aos inúmeros problemas apresentados.

FONTE: MINEROPAR/1995

Com relação à declividade do território municipal, é possível visualizar no Mapa nº 03 – Declividade Municipal que as declividades mais elevadas se localizam na área de drenagem da Bacia do Rio Pereira, ao sudeste do município, denotando o intenso entalhamento dos seus afluentes.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, 70% da topografia de Faxinal é caracterizada como plana, correspondendo à 501,16 km². Apenas 20% (143,18km²) são classificadas como onduladas e outros 10% (71,59 km²) como relevo acidentado.

O Mapa nº 04 - Declividades do Distrito Sede mostra a conformação do terreno no que se refere às declividades. Se observado o mapa, as declividades elevadas são encontradas apenas em algumas porções do perímetro urbano. Porém a cartografia disponível não permite uma precisão adequada de análise. Desta maneira, a visita *in loco* permitiu verificar a situação real.

As áreas de declividade acentuada são observadas apenas em algumas porções da área urbana, sendo mais presentes nas áreas limítrofes do perímetro urbano. Conforme ilustrado pelas fotos abaixo, toda a extensão urbana se constitui de declividades suaves, que favorecem a implantação da malha urbana da sede.

FIGURA 20 – DECLIVIDADE NA SEDE URBANA

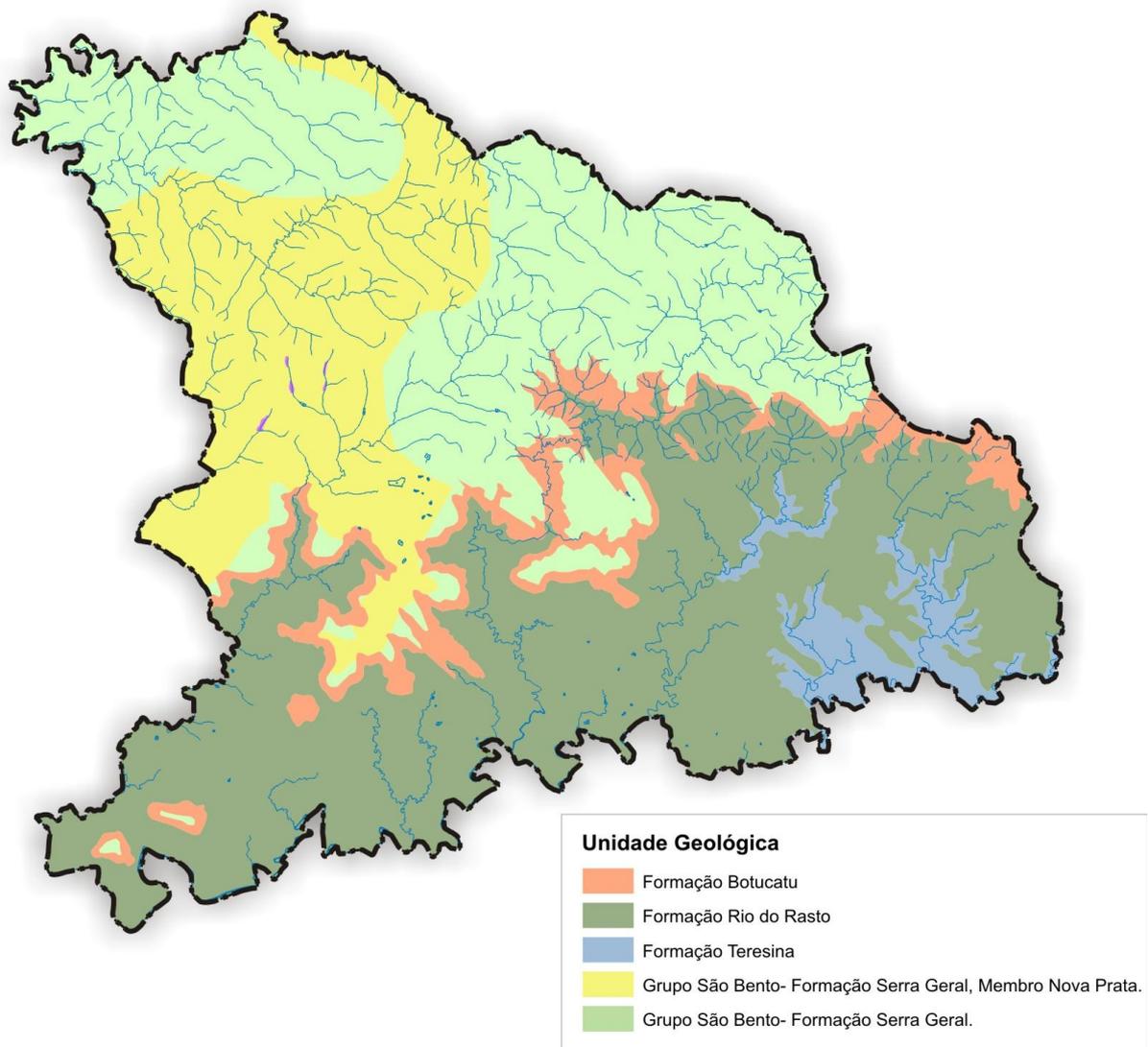


FONTE: EQUIPE RZS, 2009

3.2.2 Geologia

O substrato físico da região de Faxinal tem características essencialmente determinadas por fatores geológicos, estruturais e climáticos. Quanto aos aspectos geológicos, o município de Faxinal se divide em quatro unidades, quais sejam: Formação Botucatu, Formação Rio do Rastro, Formação Teresina e Formação Serra Geral (com Associação com Membro Nova Prata), conforme ilustrado na figura abaixo.

FIGURA 21– UNIDADES GEOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL



FONTE: RZS, baseado em MINEROPAR

1. Formação Botucatu: arenitos eólicos róseo-avermelhados, com típica estratificação cruzada tabular de grande porte. Apresentam alternâncias de lâminas com granulação média e fina, com boa seleção em cada lâmina e grãos bem arredondados em ambas as frações.

Devido às suas características litológicas, a Formação Botucatu é excelente armazenadora de água subterrânea, constituindo o maior aquífero da América Latina (Aquífero Guarani), altamente explorado para fornecimento de água potável para cidades do oeste paranaense. No município de Faxinal esta formação ocorre na porção central do município, entre a Formação Rio do Rastro e o Grupo São Bento.

A Formação Botucatu é potencial fornecedora de areia para a construção civil, exploradas em outros municípios na forma de lavra de barranco.

2. Formação Serra Geral: compreende uma seqüência de derrames de lavas básicas, geradas por extenso vulcanismo continental, com basaltos maciços e amigdalóides de textura muito fina, cinzentos a pretos, densamente recortados por juntas de resfriamento horizontais e verticais. Ocorrem diferenciações de natureza mais ácida, representadas por basaltos pórfiros, dacitos, riocitos e riolitos (Membro Nova Prata). São comuns intercalações de camadas arenosas da Formação Botucatu entre os derrames. Este pacote de lavas basálticas possui de 50 a 200m de espessura, chegando a 1.500m, no centro da Bacia do Paraná. A Formação Serra Geral cobre grande parte do município de Faxinal, e é responsável pela conformação topográfica local. As rochas desta formação têm ampla potencialidade de exploração como brita para a construção civil, saibro para a conservação de estradas e como pedras de talhe, cantaria e revestimento.

3. Formação Teresina: compreende uma área de alternância de argilitos, folhelhos e siltitos de cor cinza médio esverdeada, freqüentes níveis de sílex e calcários esbranquiçados.

4. Formação Rio do Rastro: Rocha de origem sedimentar, constituídas por siltitos, argilitos intercalados de arenitos finos, com níveis ocasionais de calcário e sílex. O principal recurso mineral explorado são as argilas, empregadas nas cerâmicas.

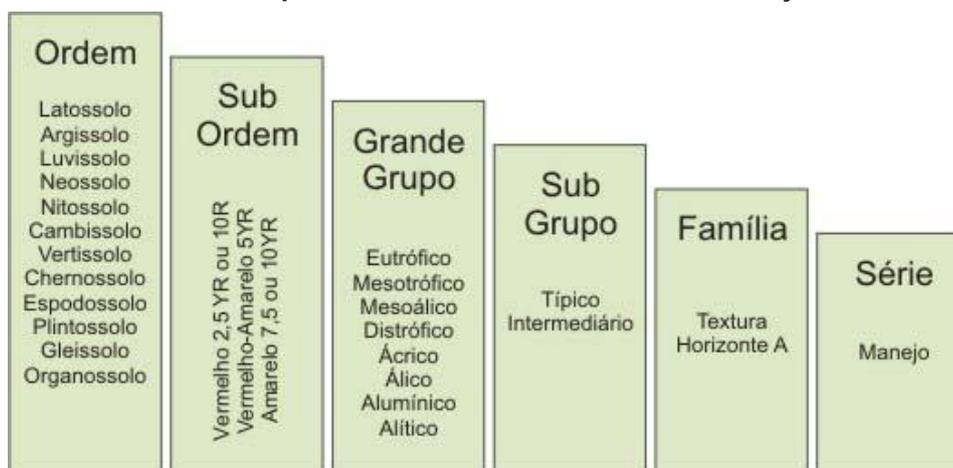
As rochas da formação Rio do Rastro são identificados nas regiões de relevo arrasado como os fundos de vales e as bases das encostas da Serra Geral. É caracterizada por sedimentos finos, possuindo camadas ora mais siltosas ora

mais argilosas. Tem coloração vermelha arroxeada típica ou vermelho bordô que facilita sua distinção em campo, e típica laminação paralela, por vezes cruzada.

3.2.3. Solos

Os conceitos do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos da EMBRAPA foram baseados no sistema de classificação de solos de BALDWING, KELLOG & THORP de 1938 (modificado por THORP em 1949) e no sistema de classificação da FAO. Em 1999, a EMBRAPA publicou a primeira edição, depois revisada e ampliada em 2006. A classificação dos solos do sistema brasileiro contempla os níveis de Ordem, Sub Ordem, Grande Grupo e Sub Grupo. A figura abaixo apresenta a hierarquia da classificação de solos considerando as categorias de ordem.

FIGURA 22– Hierarquia do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos



FONTE: EMBRAPA, 2009.

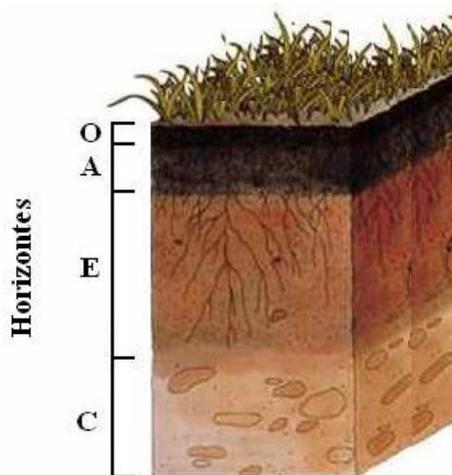
Ainda sobre a classificação do solo, é importante a análise do perfil do solo, ou seja: as parcelas horizontais que o constituem desde sua origem até a superfície - local da ação do intemperismo – sendo um referencial para compreender a constituição dos mesmos. Quanto ao perfil do solo, considera-se 5 horizontes, dos quais nem todo solo possui todos os horizontes bem definidos. Estes são:

- **Horizonte O:** Camada orgânica superficial. Drenado, com cor escura.
- **Horizonte A:** Constituído, basicamente, de rocha alterada e húmus, sendo a região onde se fixa a maior parte das raízes e vivem organismos decompositores e detritívoros.

- **Horizonte E (ou B):** Camada mineral constituída de quantidade reduzida de matéria orgânica, acúmulo de compostos de ferro e minerais resistentes, como o quartzo. Pode ser atingido por raízes mais profundas.
- **Horizonte C:** Camada mineral pouco ou parcialmente alterada, podendo ou não ter se formado o solo.
- **Horizonte R:** Rocha não alterada que deu origem ao solo.

Quanto à cor, essa varia de acordo com o material de origem, localização, organismos relacionados, conteúdo de matéria orgânica, dentre outros fatores. Solos ricos em matéria orgânica tendem a ser mais escuros, ao passo que solos bem drenados, por exemplo, tendem a tonalidades acinzentadas.

FIGURA 23 – PERFIL GENÉRICO DE SOLO



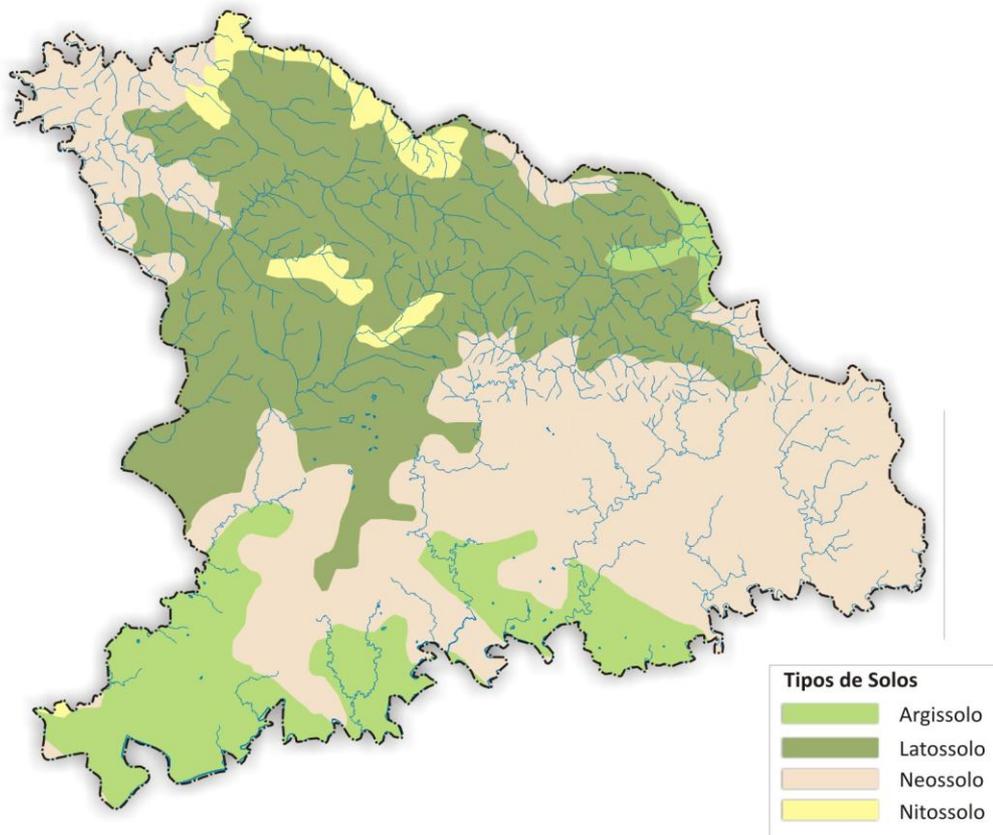
FONTE: EMBRAPA, 2009.

No município de Faxinal, os tipos de solos encontrados são compostos de Argissolos Vermelhos-amarelos, Latossolos Vermelhos, Neossolos Litólicos e Nitossolos Vermelhos. O mapa a seguir espacializa esta classificação, e se segue da descrição detalhada de cada unidade pedológica.

Quanto à fertilidade se destacam os Latossolos Vermelhos, que no Estado do Paraná estão entre os mais ricos e mais produtivos, onde é recorrente sua intensa utilização com diferentes práticas culturais e uma agricultura altamente tecnificada. Os argissolos, apesar de possuir fertilidade regular, se destacam pela saturação do solo por bases, inviabilizando certos tipos de culturas.

Já os Neossolos Litólicos, localizados nas áreas de maior declividade do município, são solos com extensa presença de matacões não decompostos de rocha, com rasa profundidade e localizados sobre lajes de rocha basáltica pouco alterada. Devido a grande susceptibilidade à erosão, são recomendados à preservação da mata nativa ou atividade de baixo impacto á resistência do solo.

FIGURA 24– SOLOS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL



FONTE: RZS, baseado em MINEROPAR

A seguir são descritos sumariamente os tipos de solo presentes no município, com referência à Ordem e Sub-ordem, abordando seus principais aspectos:

1. Argissolos Vermelhos-Amarelos: solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo do A ou E, com argila de atividade baixa com saturação por bases baixa e caráter alítico na maior parte do horizonte B. Em Faxinal, os argissolos são classificados como distróficos (saturação por bases < 50%) na maior parte dos primeiros 100cm do horizonte B (inclusive BA).
2. Latossolos Vermelhos: solos minerais não hidromórficos, com horizonte B latossólico. São solos profundos, porosos, acentuadamente drenados, com argila de

baixa capacidade de troca de cátions e elevados teores de sesquióxidos de ferro, alumínio e óxidos de titânio e manganês. Os solos desta classe, em condições naturais, são muito resistentes à erosão, porém, após colocados sob cultivo sua susceptibilidade ao fenômeno aumenta ou diminui em função do declive, tipo de manejo, tempo de utilização e espécie da cultura. São comuns relatos de degradação física dos mesmos, com desaparecimento de uma parte dos poros, quando da exploração intensiva do solo com agricultura altamente tecnificada.

3. Neossolos Litólicos: solos pouco desenvolvidos e com profundidades que variam entre 20 e 80 cm, sobre lajes de rocha basáltica pouco ou nada alterada. São extensivos a solos com grande quantidade de cascalhos, calhaus e matacões não decompostos. Por serem solos que ocorrem em sua maioria em locais de topografia acidentada, e devido à pequena espessura são muito susceptíveis à erosão.
4. Nitossolos Vermelhos: solos com 350 g/kg ou mais de argila, inclusive no horizonte A, constituídos por material mineral que apresentam horizonte B nítico abaixo do horizonte A, com argila de atividade baixa na maior parte do horizonte B, dentro de 150 cm da superfície do solo. Em Faxinal, estes solos apresentam-se Eutroféricos, com saturação por bases alta (V³ 50%) e teores de Fe₂O₃ (pelo H₂SO₄) de 150 g/kg a 360 g/kg na maior parte dos primeiros 100cm do horizonte B (inclusive BA).

3.2.4. Potencial Mineral

Quanto aos títulos minerários, em Faxinal não são computados registros de direitos minerários concedidos pelo DNPM. Como pode ser observado na tabela a seguir, o município apresentava exploração relevante de Basalto até 1996 que, contudo, deixou de ser extraído no município. As informações da Prefeitura Municipal confirmam este panorama, visto que não registram áreas de exploração mineral no município.

QUADRO 17– EXPLORAÇÃO MINERAL NO MUNICÍPIO DE FAXINAL

	1995			1996			1997			1998		
	R\$ ¹	R\$ ²	QTD	R\$ ¹	R\$ ²	QTD	R\$ ¹	R\$ ²	QTD	R\$ ¹	R\$ ²	QTD
Basalto (m³)	48.098	8.177	3.426	27.955	-	1.805	-	-	-	-	-	-

FONTE: MINEROPAR, 2004. Legenda: R\$¹: R\$ Produzido, R\$²: R\$ ICMS.

3.2.5. Aptidão Agrícola do Solo

O conhecimento da aptidão do solo é fator de grande importância para propiciar o uso adequado da oferta ambiental e, sobretudo, evitar possível utilização excessiva dos recursos naturais existentes.

Os grupos de aptidão agrícola são um artifício cartográfico, permitindo identificar em mapas e cartogramas os tipos de utilização mais indicados para as terras, ou seja, sua melhor aptidão. A representação é feita com algarismos de 1 a 6, em ordem decrescente segundo as possibilidades de utilização das terras. As limitações que afetam os diversos tipos de utilização aumentam do grupo 1 para o grupo 6, diminuindo, conseqüentemente, as alternativas de uso e a intensidade com que as terras podem ser utilizadas (quadro 18).

QUADRO 18– GRUPO DE APTIDÃO AGRÍCOLA

APTIDÃO AGRÍCOLA	>>>> aumento da intensidade de uso >>>>					
	GRUPO	preservação da flora e fauna	silvicultura e/ou pasto natural	pasto plantado	lavoura	
aptidão restrita					aptidão regular	aptidão boa
<< aumento do grau de limitação das alternativas de uso <<	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					

FONTE: EMBRAPA SOLOS, 2009.

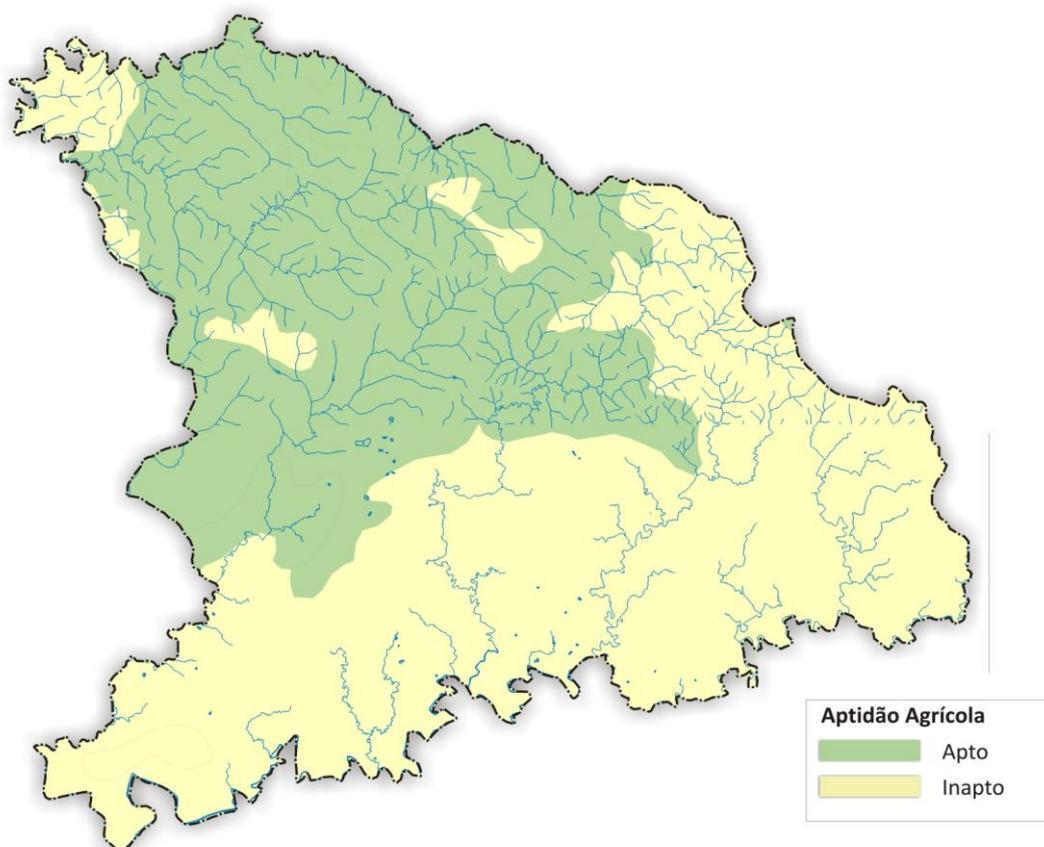
Segundo dados da EMBRAPA / ITCG, verifica-se no município de Faxinal duas porções de aptidão do solo, diametralmente opostos, a saber: Aptos e Inaptos à Agricultura. Sua espacialização pode ser visualizada abaixo, na Figura 4.2.5.1.

Os solos Aptos (1a) se constituem de terras sem limitações significativas para a produção sustentável de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Há um mínimo de restrições que não reduzem a produtividade nem

umentam os insumos acima de um nível aceitável. Se observados os dados anteriormente apresentados, a porção do território municipal classificado como Apto se localiza sobre Latossolos Vermelhos, formados sobre a Formação Geológica Serra Geral.

Já os solos inaptos (4i) compreendem as terras que apresentam condições que induzem à dificuldade de produção agrícola sustentável. No caso de Faxinal, os Solos inaptos são assim classificados devido à sua expressiva suscetibilidade à erosão, sobretudo devido a conjunção da pedologia (Neossolos), declividades acentuadas e à unidade geológica correspondente (Formação Rio do Rastro).

FIGURA 25 – APTIDÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL



FONTE: RZS, baseado em MINEROPAR

3.2. HIDROGRAFIA

O município de Faxinal estende-se das margens do rio Pereira às margens do rio das Antas, sendo repartido por quatro bacias hidrográficas, a saber: Bacia do Rio das Antas,

Bacia do Rio Pereira, Bacia das Três Barras e Bacia do Rio São Pedro. (ver Mapa nº 5 – Bacias Hidrográficas Municipais).

O município apresenta uma rede de drenagem formada por córregos e rios sobre um relevo de dissecação média a alta, formada por topos alongados, vertentes convexas e vales em V. Os interflúvios da porção sul do município são estreitos e com altas declividades, denotando o intenso entalhamento deste compartimento (derivado do processo natural de intemperismo, características geomorfológicas e ação antrópica). A seguir são apresentados os principais rios com seus respectivos afluentes.

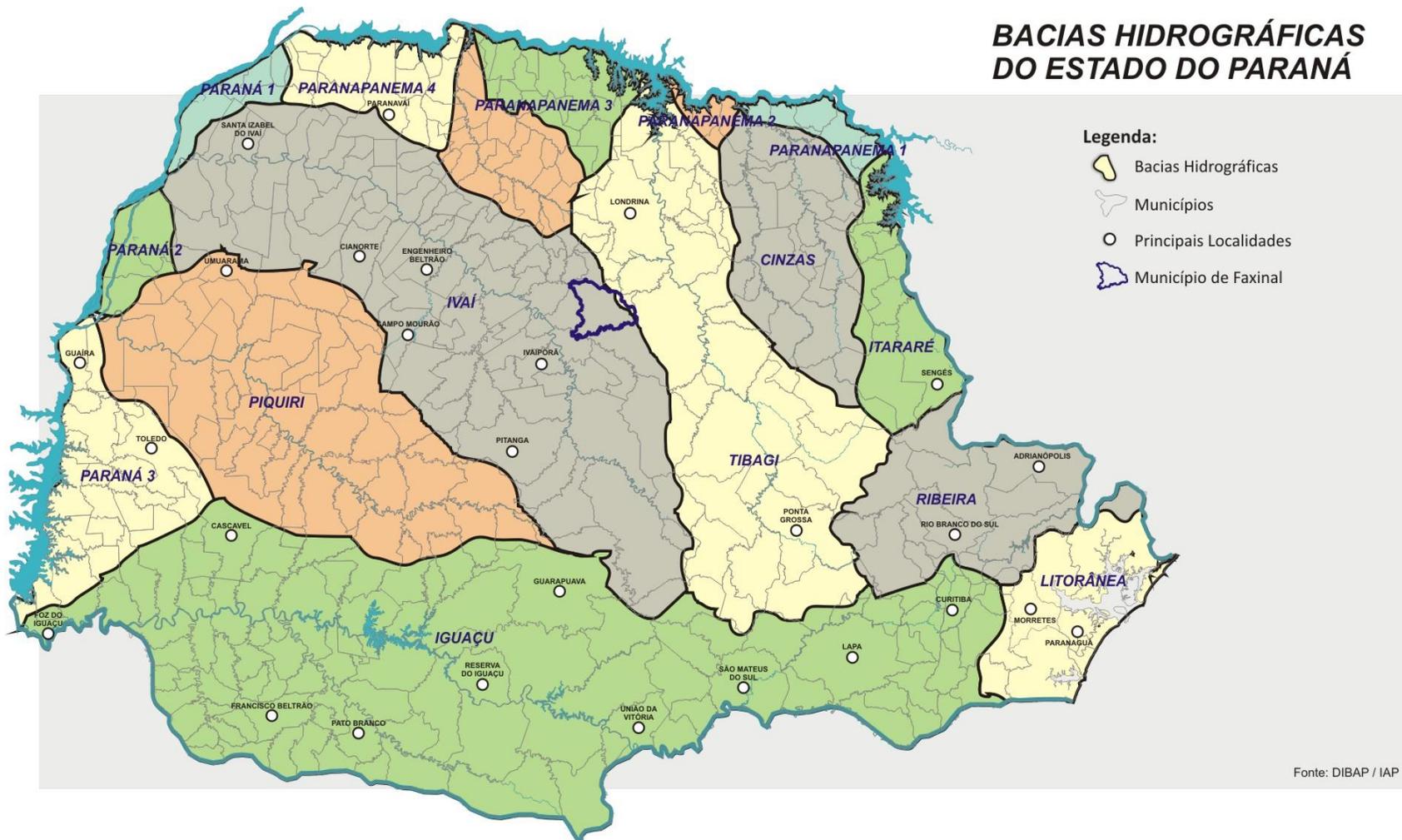
QUADRO 19– HIDROGRAFIA MUNICIPAL

Rios	Afluentes
Rio das Antas	Rio Três Barras
	Córrego Faxinalzinho
	Córrego Barro Preto
	Ribeirão Papua
Rio das Três Barras	Córrego Guapora
	Rio das Flores
Rio São Pedro	Ribeirão da Campina
	Rio Azul
	Ribeirão São Pedrinho
Rio Pereira	Córrego Marumbi
	Ribeirão Três Barras
	Rio Bufadeira
	Córrego Lajeado
	Rio Sabugueiro
	Rio São Pedro

FONTE: PMF, 2009.

No contexto paranaense, Faxinal está completamente inserida na Bacia do Rio Ivaí. O rio Ivaí é o segundo maior rio do Paraná, com uma disponibilidade de 130,80 m³/s de água. Seus afluentes partem da Serra da Esperança e da Serra da Ribeira, na região centro-sul do Estado do Paraná. O rio percorre mais de 600 km até desaguar na margem esquerda do rio Paraná, próximo ao município de Doutor Camargo. Atravessando boa parte do Estado, é um exemplo da degradação provocada pela agricultura e pelos aglomerados urbanos que se instalam às suas margens.

FIGURA 26 – BACIAS HIDROGRÁFICAS PARANAENSES



FONTE: RZS, baseado em IAP

Quanto a qualidade da água, segundo a portaria nº 019/92, da extinta SUREHMA, todos os cursos da água da Bacia do Rio Ivaí são enquadrados na classificação do CONAMA como Classe 2⁴.

Devido às características geomorfológicas intrínsecas dos municípios da região, com relevo por vezes escarpado e afloramentos de rocha freqüentes, identificam-se nos municípios diversas quedas d'água, das quais algumas têm relevante potencial turístico. A lista detalhada de todas as cachoeiras identificadas no município é apresentada no item 5.8. – Aspectos de Cultura e Turismo.

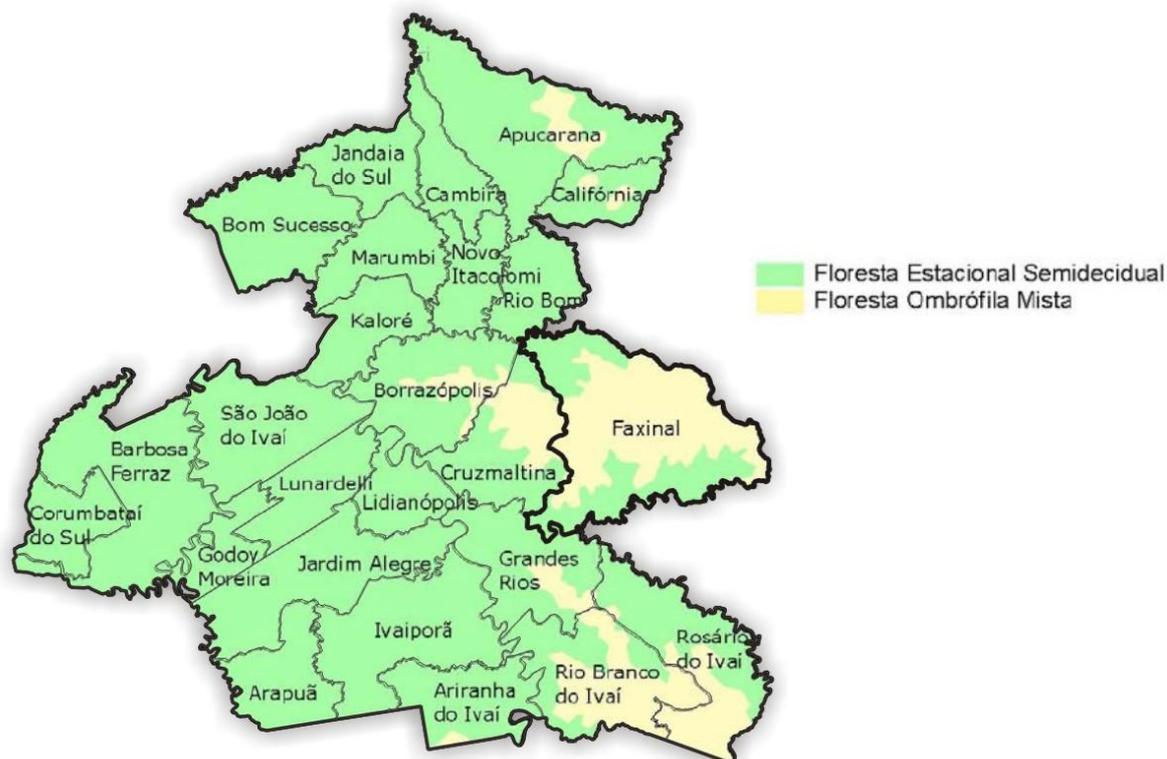
Somando-se estas características ao padrão geológico de Faxinal, percebe-se no município grande potencial quanto às águas subterrâneas e a exploração de água mineral natural. Devido ao fato do município se situar em área do Aquífero Guarani, é necessário a elaboração posterior de levantamento detalhado de possíveis fontes de poluição das águas superficiais e subterrâneas, o monitoramento permanente dos agentes poluidores e a adoção de medidas de proteção dos mananciais subterrâneos, evitando a contaminação de sua própria água de consumo e de outros municípios (ver Mapa nº 06 – Unidades Aquíferas Municipais).

⁴ A Resolução CONAMA nº 20, de 18/06/86, dividiu as águas do território brasileiro em águas doces, salobras, e salinas. Em função dos usos previstos, foram criadas nove classes de qualidade onde: as classes de 1 a 2 se referem às águas doces passíveis de consumo humano; a classe 3 se refere à águas doces utilizadas somente para irrigação; a Classe 4 envolve águas que podem ser utilizadas apenas para navegação e harmonização paisagística; as Classes 5 e 6 são relativas às águas salinas e as Classes 7 e 8 às águas salobras.

3.3. VEGETAÇÃO

O município de Faxinal originalmente foi constituído de uma vegetação típica de Floresta Ombrófila Mista, sendo registradas ainda manchas de Floresta Estacional Semidecidual.

FIGURA 27 – COBERTURA VEGETAL NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ



FONTE: IPARDES

Segundo disposto na Lei nº. 11.428/ 2006, a Floresta Ombrófila Mista se insere no Bioma Mata Atlântica, fato que subordina tais áreas às implicações legais desta. De modo geral, a lei dispõe sobre a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica, e tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a preservação da biodiversidade, dos valores paisagísticos e do regime hídrico. Também são considerados os princípios da função sócio ambiental da propriedade.

A lei veda a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação nas áreas urbanas, sendo a supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração condicionada à manutenção de no mínimo 50% da área total coberta pela vegetação. Ainda é proibido o corte de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração quando esta abrigar espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, onde a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies. Se tal vegetação exercer a função de proteção de

mananciais ou de prevenção e controle de erosão; formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; proteger o entorno das Unidades de Conservação; ou possuir valor paisagístico excepcional também se encontra proibida sua supressão.

Quando a vegetação se encontrar em estágio médio de regeneração, sua supressão dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua Conselho de Meio Ambiente e Plano Diretor, mediante liberação do órgão ambiental estadual competente. No Bioma Mata Atlântica é permitida a exploração eventual da flora nativa sem necessidade de licença ambiental quando esta se dá sem fins comerciais e para consumo nas propriedades rurais do entorno. Também é livre a coleta de subprodutos florestais tais como frutos, folhas ou sementes, bem como as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as limitações legais específicas.

A partir dos dados do PROBIO (2006), vale destacar que no município não são registradas áreas de alta prioridade de conservação, confirmando os dados analisados anteriormente neste documento, onde se observa que a região onde o município de Faxinal se insere caracteriza-se pela presença expressiva da agricultura intensiva, sendo observadas ainda algumas áreas de silvicultura.

Como pode ser observado no Mapa nº 07 – Imagem de Satélite Municipal, as áreas de mata nativa são inexpressivas, destacando-se então o papel das Unidades de Conservação (UC) como elemento de proteção do patrimônio natural. Neste sentido Faxinal conta com 05 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a saber: Fazenda Pinheiro, Fazenda Belo Horizonte, Sítio Belo Horizonte, Fazenda Itapuã e Sítio Tupiatã.

Ainda neste mapa, é possível observar que as áreas destinadas à agricultura predominam na porção central e norte do município, sendo a porção sul ocupada por áreas de silvicultura e culturas de menor escala, adaptáveis ao relevo fortemente ondulado da área.

QUADRO 20– RPPN's NO MUNICÍPIO DE FAXINAL

RPPN	Área	Bioma
Fazenda Belo Horizonte	19,98 ha	Mata Atlântica
Fazenda Itapuã	48,76 ha	Mata Atlântica
Fazenda Pinheiro	24,23 ha	Mata Atlântica
Sítio Belo Horizonte	19,98 ha	Mata Atlântica
Sítio Tupiatã	4,84 ha	Mata Atlântica

FONTE: Cadastro Nacional de RPPN's, 2009.

O Mapa nº08 – Vegetação do Distrito Sede apresenta o levantamento da vegetação existente no Distrito Sede. Observam-se alguns fragmentos de mata nativa de grande porte, sobretudo nas áreas de mata ciliar dos cursos e corpos da água. Vale ainda ressaltar as expressivas áreas de pomar e agricultura que permeiam todo o entorno da área urbana.

5. ASPECTOS SOCIAIS

4.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com os dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico 2000 e a Contagem da População 2007, os quadros abaixo apresentam a situação da população do município de Faxinal.

No período 1991 – 2000, a população total do município de Faxinal apresentou uma taxa média de crescimento anual negativa de 0,60%, passando de 19.926 em 1991 para 15.492 em 2000. A taxa de urbanização que em 1991 era 55,75%, no ano de 2000 atingiu 80,34% (Quadro 21).

A redução da população no período 1991 – 2000, equivalente a 4.318 pessoas, tem relação com o desmembramento do distrito de Cruzmaltina, que foi elevado à categoria de município através da Lei Estadual n.º 11.222, de 1995.

Analisando os dados de 2007, observa-se a continuidade da redução da população urbana, com expansão da população rural, denotando a estagnação da dinâmica populacional no município.

QUADRO 21– POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO

Sexo	Situação do domicílio	Ano		
		1991	2000	2007
Total	Total	19.926	15.608	15.527
	Urbana	11.108	12.556	11.194
	Rural	8.818	3.052	4.142
Homens	Total	10.130	7.702	7.535
	Urbana	5.438	6.073	5.369
	Rural	4.692	1.629	2.166
Mulheres	Total	9.796	7.906	7.801
	Urbana	5.670	6.483	5.825
	Rural	4.126	1.423	1.976

FONTE: IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2000 e CONTAGEM POPULACIONAL 2007.

Quanto à projeção da população, dados do IPARDES apontam para uma população de 15.259 habitantes em 2020, sendo 7.543 e 7.716 mulheres (Quadro 21). Tal projeção prevê a continuidade da diminuição da população até 2020, o que não é tão exato, uma vez que a possível criação de condições de crescimento a partir de políticas públicas torna real a possibilidade de reversão deste quadro. Segundo informações da Prefeitura Municipal já se vêm observando uma redução progressiva de perda da população, apontando uma

tendência de inversão do panorama analisado.

QUADRO 22– POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO, 2008 – 2020

Ano	Total	Homens	Mulheres
2008	15.991	7.895	8.096
2009	15.963	7.879	8.084
2010	15.932	7.865	8.067
2011	15.886	7.846	8.040
2012	15.833	7.823	8.010
2013	15.776	7.796	7.980
2014	15.718	7.768	7.950
2015	15.650	7.735	7.915
2016	15.585	7.703	7.882
2017	15.505	7.667	7.838
2018	15.428	7.629	7.799
2019	15.352	7.593	7.759
2020	15.259	7.543	7.716

FONTE: IPARDES, 2007.

A contagem populacional de 2007 do IBGE recenseou 4.817 domicílios ocupados (3.586 urbanos e 1.231 rurais), com a média de 3,22 moradores/domicílios ocupados, sendo a média de 3,12 moradores nos domicílios urbanos e 3,36 moradores nos domicílios rurais, evidenciando uma equivalência na média de moradores por domicílio nas áreas urbanas e rurais.

A população do município é constituída predominantemente por paranaenses – 75,2%. O Estado de São Paulo foi a principal origem de migrantes, em 2007, respondendo por 14,8% do movimento migratório; 2,5% restantes correspondem às pessoas oriundas de outros países. (Quadro 23).

QUADRO 23 – NÚMERO DE MIGRANTES REFERENTES AO ANO DE 2007

MIGRANTES	Nº	%
Outro município da mesma UF	1228	75,2
De outro País	40	2,4
São Paulo	242	14,8
Minas Gerais	34	2,1
Santa Catarina	28	1,7
Mato Grosso	15	0,9

Mato Grosso do Sul	11	0,7
Rondônia	10	0,6
Rio Grande do Sul	9	0,6
Pará	6	0,4
Pernambuco	2	0,1
Bahia	2	0,1
Tocantins	1	0,1
Maranhão	1	0,1
Piauí	1	0,1
Ceará	1	0,1
Rio de Janeiro	1	0,1
Goiás	1	0,1
Total	1633	100,0

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

Em 2000, do total da população, 324 pessoas trabalhavam ou estudavam fora do município, além de 18 pessoas que trabalhavam ou estudavam em outro Estado e 5 pessoas que trabalhavam ou estudavam em outro país (Quadro 24). Embora se observe certa desfasagem dos dados, não existe outra fonte oficial desta informação, exigindo a análise das informações referentes ao ano 2000. Embora se fundamental importância, elas deve ser relativizadas levando-se em consideração que nos encontramos à uma década da elaboração deste Censo Demográfico.

QUADRO 24– POPULAÇÃO RESIDENTE, POR DESLOCAMENTO PARA TRABALHO OU ESTUDO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – 2000

Grupos de idade	População Residente					
	Total	Deslocamento para trabalho ou estudo				
		Trabalhavam ou estudavam no município	Não trabalhavam nem estudavam	Trabalhavam ou estudavam em outro município do Estado	Trabalhavam ou estudavam em outro Estado	Trabalhavam ou estudavam em País Estrangeiro
Faxinal	15.608	9 560	5 700	324	18	5
0 a 14 anos	4 663	2 984	1 653	26	-	-
15 a 24 anos	2 728	1 911	720	98	-	-
25 a 64 anos	7 036	4 389	2 431	192	18	5
65 anos ou mais	1 181	277	896	8	-	-

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2000.

Segundo o IBGE, domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. No município de Faxinal alguns dos setores censitários rurais possuem densidade populacional por domicílio acima dos setores urbanos. Os setores urbanos do distrito sede apresentam variação de densidade entre 2,9 e 3,3 pessoas por domicílios. Na área rural do distrito sede, a maior densidade encontrada foi no setor censitário 15, com 3,7 pessoas por domicílio.

No distrito de Nova Altamira a densidade por domicílios é maior do que no distrito sede, o setor no qual está localizada a área urbana do distrito apresenta densidade domiciliar igual a 3,6, e os demais setores que o constituem possuem 3,9 e 2,7 por domicílio. (Quadro 25).

QUADRO 25 – DENSIDADE DOS DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO – 2000

Setor Censitário	Situação de Domicílio	Domicílios Particulares Permanentes	População Residente	Densidade por Domicílio	
SEDE	1	Urbana	236	746	3,2
	2	Urbana	234	681	2,9
	3	Urbana	215	655	3,0
	4	Urbana	355	1166	3,3
	5	Urbana	302	917	3,0
	6	Urbana	420	1367	3,3
	7	Urbana	213	670	3,1
	8	Urbana	228	734	3,2
	9	Urbana	100	605	3,1
	10	Urbana	295	906	3,1
	11	Urbana	280	882	3,2
	12	Urbana	286	931	3,3
	13	Urbana	246	736	3,0
	14	Urbana	78	265	3,1
	15	Rural	118	431	3,4
	16	Rural	41	133	3,2
	17	Rural	22	64	2,9
	18	Rural	23	72	3,1
	19	Rural	30	88	2,9
	20	Rural	73	223	3,1
	21	Rural	332	1164	3,5
	22	Rural	63	213	3,4
	23	Rural	62	188	3,0
	24	Rural	315	1103	3,5
SUB-TOTAL		4567	14940	3,3	
N.A LTA	1	Urbana	98	357	3,6
	2	Rural	112	439	3,9

	3	Rural	33	88	2,7
	SUB-TOTAL		243	884	3,6
	TOTAL		4810	15824	3,3

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2000

No que se refere à renda dos chefes de domicílios, em Faxinal, 34,6 % dos chefes tem rendimento mensal de até 1 salário mínimo, 29,8% recebem de 1 a 2 salários mínimos e 13,3 % tem rendimentos acima de 5 salários mínimos. O município possui 164 chefes de domicílio sem rendimento.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 26 – RENDIMENTO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS – 2000

Setor	Situação de Domicílio	Domicílios Particulares Permanentes	RENDA DO RESPONSÁVEL EM SALÁRIOS MÍNIMOS									
			Até 1/2	De ½ a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	+ de 20	Sem rendimento
1	Urbana	232	2	64	54	16	27	35	11	12	9	2
2	Urbana	235	4	46	34	27	32	51	16	13	8	4
3	Urbana	206	0	41	40	12	32	41	17	5	11	7
4	Urbana	310	22	124	115	22	13	4	1	0	1	8
5	Urbana	225	2	54	66	27	32	32	4	0	1	7
6	Urbana	354	1	88	147	41	34	22	2	1	0	18
7	Urbana	248	3	102	86	27	18	10	0	0	2	0
8	Urbana	242	5	62	76	23	23	22	3	8	4	16
9	Urbana	436	21	186	69	27	30	44	10	7	9	33
10	Urbana	278	1	86	62	24	32	41	6	3	2	21
11	Urbana	255	4	84	72	26	27	20	5	3	3	11
12	Urbana	275	10	95	119	31	13	7	0	0	0	0
13	Urbana	261	6	61	66	35	48	33	4	2	4	2
14	Urbana	159	28	60	36	15	10	6	2	0	0	2
15	Rural	131	3	42	53	20	3	6	0	0	1	3
16	Rural	57	6	21	22	1	4	2	1	0	0	0
17	Rural	24	0	10	12	0	1	1	0	0	0	0
18	Rural	18	1	1	13	3	0	0	0	0	0	0
19	Rural	22	2	8	9	3	0	0	0	0	0	0
20	Rural	92	2	36	45	4	3	1	1	0	0	0
21	Rural	52	1	19	24	6	1	0	1	0	0	0
22	Rural	73	3	24	28	12	3	2	0	0	0	1
23	Rural	97	2	36	35	8	6	5	2	0	1	2
1	Urbana	92	3	21	26	16	16	7	0	0	1	2
2	Rural	57	6	28	12	0	0	0	1	0	0	10
3	Rural	41	1	9	10	2	1	2	1	0	0	15

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO.

4.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores, constituindo assim um indicador padronizada de avaliação do bem-estar de uma população.

Considerando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) esperança de vida ao nascer, taxa de freqüência escolar (pessoas de 7 a 22 anos), taxa de alfabetização de adultos e renda *per capita*, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Faxinal foi de 0,732. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros municípios do Brasil, Faxinal apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2.381ª posição. Já em relação aos outros municípios do Paraná, Faxinal apresenta a 236ª posição.

QUADRO 27– IDH-M DE FAXINAL – 2000

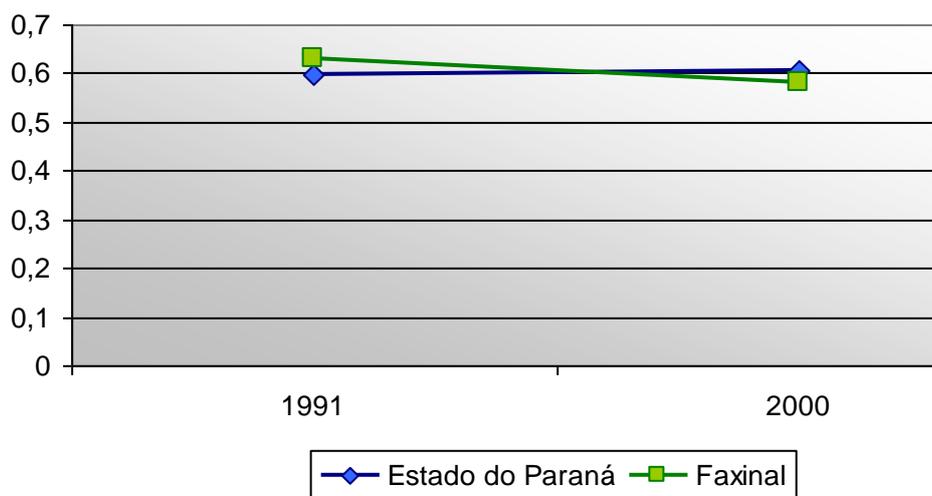
INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Esperança de vida ao nascer	68,06	Anos
Taxa de alfabetização de adultos	81,23	%
Taxa bruta de freqüência escolar	79,33	%
Renda per capita	218,06	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,718	
Educação (IDHM-E)	0,806	
Renda (IDHM-R)	0,672	
IDH-M	0,732	
Classificação na unidade da federação	236	
Classificação nacional	2.381	

FONTE: IPEA: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD, IPEA E FJP

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Como sua construção se baseia nos dados do Censo Demográfico, as informações mais atuais datam de 2000.

No caso de Faxinal, o Índice de Gini é igual a 0,580, abaixo do estadual (0,607), mostrando que o município apresenta uma desigualdade menor que a estadual no que se refere à renda. Nota-se, inclusive, que o índice sofreu um decréscimo entre os anos de 1991 e 2000, indicando que houve desconcentração de renda no município.

Gráfico 1 – ÍNDICE DE GINI – 2000



FONTE: IBGE, 2000

4.3. ASPECTOS DE SAÚDE

4.3.1. Indicadores de saúde da população

O coeficiente de mortalidade infantil é reconhecido como um dos mais sensíveis indicadores de saúde, pois a morte de crianças menores de um ano é diretamente influenciada por condições de pré-natal, gravidez, história materna, conduta e doenças maternas, ruptura precoce de membrana, idade materna, consangüinidade, procedimentos perinatais, mortalidade perinatal, condições e tipo de parto, síndrome da morte súbita, estado marital, intervalo entre partos, fatores interpartais, diferenças raciais materna e infantil, condições socioeconômicas, prematuridade, baixo peso ao nascer, más formações congênitas, mães portadoras do HIV e de outras doenças infecto contagiosas e outros.

Na Região Sul, o Paraná chama a atenção por, historicamente, apresentar os maiores índices de mortalidade infantil. No entanto, vem paulatinamente se aproximando dos níveis apresentados nos demais estados sulinos. Nos últimos anos, a queda do índice de mortalidade infantil no Paraná foi mais intensa que a nacional, passando de 19,6 óbitos por mil, em 2000, para 14,0 em 2006, enquanto que no município de Faxinal, este índice encontrava-se em 8,0 óbitos por mil, situação melhor que do Estado.

O perfil de saúde de uma população está condicionado não apenas ao grau de desenvolvimento e nível de bem-estar social, mas também ao padrão demográfico. Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares fornecem elementos para o conhecimento dos níveis e padrões de saúde da população proporcionando subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção de saúde aos diversos segmentos da população.

Para a Organização Mundial da Saúde – OMS, assistência pré-natal é um conjunto de cuidados médicos, nutricionais, psicológicos e sociais destinados a proteger o binômio feto/ mãe durante a gravidez, o parto e o puerpério, tendo como principal finalidade a diminuição da morbimortalidade materna e perinatal. O ideal é um intervalo de quatro semanas entre as consultas. Após a 36ª semana, recomenda-se que a gestante tenha acompanhamento em intervalos de sete a quinze dias. A média de seis consultas no pré-natal/gestante foi estabelecida pela Organização Pan-americana de Saúde – OPAS e pelo Ministério da Saúde a fim de que se realizem os exames necessários da mãe e da criança, e para pesquisar infecções e imunizar o feto contra doenças como o tétano pré-natal.

No atendimento a gestante no período pré-natal a recomendação é que sejam feitas no mínimo seis consultas. O município de Faxinal atende satisfatoriamente esta recomendação, pois em 2007, 56,3% do total de gestantes do município tiveram acesso a sete ou mais consultas. Do total de nascidos vivos em Faxinal, 52,9% das mães tinham idade inferior a 25 anos, sendo que 26,7% eram mães adolescentes ou jovens com menos de 20 anos.

QUADRO 28– CONSULTAS PRÉ-NATAL – 2007

Consultas pré-natal	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	Total
Nenhuma	-	-	3	-	1	-	1	-	5
De 1 a 3 consultas	1	11	6	5	1	1	-	-	25
De 4 a 6 consultas	1	21	19	24	4	5	-	1	75
7 ou mais consultas	1	29	35	29	21	16	3	1	135
TOTAL	3	61	63	58	27	22	4	2	240

FONTE: MS/SVS/DASIS – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIDOS VIVOS - SINASC

Segundo os dados de mortalidade do município, em 2007, 33,7% dos óbitos tiveram como causa as doenças do aparelho circulatório, em seguida aparecem as neoplasias, com 15,8% do total de óbitos.

No estudo dos óbitos por faixa etária, observa-se que 50% dos óbitos de menores de 1 ano tiveram como causa “afecções originadas no período perinatal”. Nos óbitos que tiveram como causa “doenças do aparelho circulatório”, 90,6% ocorreu nas faixas etárias acima de 50 anos (Quadro 29).

Os indicadores da atenção básica em saúde do município mostram, no período de 2002 a 2007, que o Programa Saúde da Família (PSF) ampliou gradativamente sua abrangência, alcançando taxa de cobertura equivalente a 96% da população em 2007. No período apresentado houve uma redução significativa da prevalência de desnutrição em menores de 2 anos. Um indicador que chama a atenção é alta taxa de cobertura de consultas de pré-natal – 99,3% (Quadro 30).

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 29 – ÓBITOS POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO CAPÍTULOS CID-10 – 2007

Capítulo CID - 10	Menor 1 ano	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	1	2	-	-	1	-	4
II. Neoplasias (tumores)	-	1	-	-	1	5	3	4	1	15
IV- Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	1	-	1	-	1	3
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	1	-	-	2	2	9	13	5	32
X. Doenças do aparelho respiratório	1	-	1	1	-	2	1	3	3	12
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
XVI. Algumas afec. Originadas no período perinatal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
XVII. Malf. Cong. Deformid. E anomalias cromossômicas	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	-	-	-	-	1	1	1	3	4	10
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	3	1	1	1	-	-	2	-	8
TOTAL	4	5	3	3	8	11	18	28	15	95

FONTE: MS/SVS/DASIS – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE - SIM

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 30 – INDICADORES DE ATENÇÃO BÁSICA EM FAXINAL

	Modelo de Atenção	População coberta ⁽¹⁾	% população coberta pelo programa	Média mensal de visitas por família ⁽²⁾	% de crianças c/ esq.vacinal básico em dia ⁽²⁾	% de crianças c/aleit. materno exclusivo ⁽²⁾	% de cobertura de consultas de pré-natal ⁽²⁾	Taxa mortalidade infantil por diarreia ⁽³⁾	Prevalência de desnutrição ⁽⁴⁾	Taxa hospitalização por pneumonia ⁽⁵⁾	Taxa hospitalização por desidratação ⁽⁵⁾
2002	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	15.980	103,9	0,09	93,9	85,2	96,7	-	1,2	12,3	7,2
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	15.980	103,9	0,09	93,9	85,2	96,7	-	1,2	12,3	7,2
2003	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	13.488	88,4	0,08	98,1	82,3	96,7	-	2,0	21,0	7,6
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	13.488	88,4	0,08	98,1	82,3	96,7	-	2,0	21,0	7,6
2004	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	13.950	92,0	0,08	99,5	83,7	92,5	-	2,2	2,8	2,8
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	13.950	92,0	0,08	99,5	83,7	92,5	-	2,2	2,8	2,8
2005	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	13.045	87,5	0,08	99,5	84,2	95,8	-	1,8	9,4	14,1
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	13.045	87,5	0,08	99,5	84,2	95,8	-	1,8	9,4	14,1
2006	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	13.024	88,1	0,08	100,0	69,7	99,2	-	1,7	23,8	22,2
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	13.024	88,1	0,08	100,0	69,7	99,2	-	1,7	23,8	22,2
2007	PACS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PSF	14.082	96,0	0,08	100,0	26,1	99,3	-	0,2	95,6	103,6
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	14.082	96,0	0,08	100,0	26,1	99,3	-	0,2	95,6	103,6

FONTE: SIAB

NOTAS: (1) SITUAÇÃO NO FINAL DO ANO;

(2): COMO NUMERADORES E DENOMINADORES, FOI UTILIZADA A MÉDIA MENSAL DOS MESMOS;

(4) EM MENORES DE 2 ANOS, POR 100;

(5): EM MENORES DE 5 ANOS, POR 1000; MENORES DE 5 ANOS NA SITUAÇÃO DO FINAL DO ANO.

Segundo o Relatório de Gestão da Saúde Municipal apresentado pelo SIAB, SISFACTO e Secretaria Municipal de Saúde, a rede de atendimento municipal é constituída por 1 hospital municipal (além de um privado) e 4 UBS – unidades básicas de saúde (Ver Mapa nº 12 – Instituições de Saúde Sede Municipal).

Dentro desta estrutura, o corpo clínico é composto por 7 médicos que atendem o Programa Saúde da Família (PSF) e o Hospital Municipal. O PSF ainda conta com enfermeiros, auxiliares de Enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), totalizando quarenta profissionais. Atualmente estes se dividem em cinco equipes apresentadas no Quadro 31. Porém, conforme informações da Secretaria Municipal de Saúde, estas equipes não atendem adequadamente a demanda atual sendo necessária a formação de uma equipe adicional de atendimento.

QUADRO 31– EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, 2009

Código	Localização
01	Rua Ismael Pinto Siqueira 1.161 – centro
02	Rua Eliseu Cilião – Conjunto Pedro G da Luz
03	Rua 1 snº - Vila Nova
04	Rua Principal Snº - Distrito Nova Altamira
05	Sem ponto fixo, percorre toda área rural.

FONTE: PMF, 2009

Os equipamentos de saúde atendem a demanda dos serviços básicos de saúde local, registrando 5,0 leitos por mil habitantes (2007). No entanto, Faxinal não apresenta serviços especializados de saúde, característica comum à maioria dos pequenos municípios brasileiros. Isso faz com que a população precise se deslocar para outras cidades, para as quais a Secretaria Municipal de Saúde oferece transporte gratuito. São mais freqüentes as viagens para Curitiba (que ocorre através de ônibus convencional, ou de ambulância quando necessário), Apucarana e Arapongas (para onde se disponibiliza ônibus com 50 vagas, quatro vezes por semana), Londrina (que dispõe de Kombi com nove vagas em todos os dias úteis) e Maringá, Jandaia do Sul e Rolândia (através agendamento de veículo da Secretaria Municipal de Saúde, visto que estes destinos são demandados esporadicamente).

Destacam-se ainda outros serviços disponibilizados pelo município, quais sejam:

- Serviço de Combate à Endemias, constituída de enfermeiro, agente de endemias, agentes de vigilância sanitária e técnicos que realizam a vigilância sanitária e epidemiológica, conduzindo investigação frente a casos suspeitos de

endemias diversas e tratamento frente a casos confirmados. Conforme informações da Secretaria Municipal de Saúde são realizadas todas as ações determinadas pela Regional de Saúde bem como cumpridas as metas pactuadas no Programa de Ações de Vigilância em Saúde (PAVS). Ainda segundo a Secretaria, somente seria necessária a contratação de mais funcionários para cobrir adequadamente o território rural, que é extenso.

- Pronto Socorro 24 horas, oferecendo atendimento aos casos de urgência e emergência, constituídos de médico e auxiliares/técnicos de enfermagem. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde o quadro de profissionais atual atende adequadamente a demanda sendo necessário, contudo, a aquisição de novos equipamentos para melhorar o atendimento e diagnóstico.

- Atendimento Odontológico, O atendimento odontológico básico é realizado no município e casos de periodontia, cirurgia e próteses são encaminhados à Apucarana. Ainda são realizados serviços de conscientização sobre saúde bucal. Atualmente a equipe existente não supre a demanda atual, mas a Secretaria Municipal de Saúde já está implantando um programa de expansão do atendimento, iniciado no mês de maio deste ano.

- Farmácia Básica: prepara receitas, orienta quanto ao uso correto dos medicamentos, solicitação, medicação e reposição de medicamentos. Em 2008, foram atendidas 24.711 receitas. A equipe atual, composta de um farmacêutico e um atendente, supre adequadamente a demanda. Contudo, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, a Farmácia Básica encontra dificuldades no relacionamento com o Consórcio Paraná Saúde devido ao constante atraso no repasse de medicamentos. Outra dificuldade enfrentada pela mesma se refere ao desconhecimento dos diferentes tipos de medicamentos por parte da população, que não encontram determinados medicamentos não considerados básicos (e que, portanto, não integram o escopo da Farmácia Básica) acreditando ser falta de estoque.

- Programas de prevenção: prevenção do colo-uterino, exame clínico de mama, odontologia, imunização, dengue, tuberculose, hanseníase e outros.

- Atualmente são realizadas coletas de exame cispatológico semanalmente em todas as unidades de saúde, exame clínico de mama, encaminhamento para mamografia (para mulheres acima de 49 anos), ultrassonografia de seio e programas de imunização (atendendo toda a população). Além destes se destacam o Programa de Imunização (que segundo informações da Prefeitura, sempre atinge as metas estabelecidas pelo Estado,

abrangendo toda a população), o Programa de Combate à Dengue (realizado através de intensivas vistorias em pontos estratégicos do município) e o atendimento aos pacientes de risco epidemiológicos (sobretudo, hanseníase e tuberculose) realizado através de uma equipe composta por médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem que assistem o paciente até a alta, incluindo a medicação do mesmo.

O Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil, do Ministério da Saúde, aponta o seguinte quadro de profissionais no município em maio de 2010.

QUADRO 32 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE, 2010

Ocupações em geral	Esfera Administrativa		
	Municipal	Privada	Total
Médio Anestesiologista	2	1	3
Assistente Social	-	2	2
Farmacêutico Boticário Cosmetólogo	1	1	2
Farmacêutico Bioquímico Farmac. De Alimen.	1	1	2
Médico Cirurgião Geral	2	3	5
Médico Clínico	1	-	1
Enfermeiro	1	1	2
Enfermeiro Saúde da Família	8	-	8
Fisioterapeuta Cinesiólogo	1	2	3
Fonoaudiólogo	1	2	3
Médico Ginecologista Obstetra Cir Gin Ob	1	-	1
Médico de Saúde da Família Médico Comuni	1	-	1
Nutricionista	1	-	1
Cirurgião Dentista Clínico Geral	-	10	10
Cirurgião Dentista de Saúde da Família	1	-	1
Psicólogo Clínico Psicólogo Acupunturist.	1	1	2
Psicólogo Educacional Psicólogo da Educ.	-	1	1
Médico Neurologista Médico Neuropediatr.	-	1	1
Terapeuta Ocupacional Especial em Ocupa.	-	1	1
Auxiliar de Enfermagem Aux. De Ambulatóri	6	7	13
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	2	2	4
Técnico de Enfermagem e Socorrista	7	-	7
Técnico em Farmácia	1	-	1
Auxiliar Técnico em Patologia Clínica As	2	2	4

Auxiliar de Consultório Dentário de S. Fa	5	-	5
Técnico em Higiene Dental	1	-	1
Técnico em Radiologia e Imagenologia Ope	1	-	1
Agente comunitário de saúde	60	-	60
Agente de saúde pública agente de saneam.	1	-	1
Atendente de enfermagem atend berçário	-	2	2
Atendente de ambulatório ou clínica	1	-	1
Auxiliar de escritório em geral auxiliar	2	2	4
NÃO CLASSIFICADAS	6	-	6
TOTAL	118	42	160

FONTE: CNES, 2009

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde, os dois hospitais gerais que prestam atendimento no município possuem 93 leitos distribuídos nas seguintes especialidades: cirúrgica, obstétrica, clínica médica e pediatria (Quadro 33).

QUADRO 33 – LEITOS DE INTERNAÇÃO POR ESPECIALIDADE – MAIO 2009

Especialidade	Hospital Geral
Clínicos	43
Obstétricos	20
Pediátrico	16
Cirúrgicos	13
Complementares	1
Total	93

FONTE: MS – CNES

Dentro da estrutura física existente, ainda é relevante destacar os diversos consultórios e clínicas particulares localizados na Sede Urbana, que apresentam expressividade no contexto municipal (Quadro 34).

QUADRO 34 – CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS PARTICULARES

UNIDADE	ENDEREÇO	ATENDIMENTO
Hospital e Maternidade São Luiz	Rua Santos Dumont 525 - centro	Atendimento com urgência e emergência, ambulatorial, cirurgia geral, conveniado com o SUS;
Hospital e Maternidade Santa Felicidade	Rua Santos Dumont 400 - centro	Atendimento com urgência e emergência, ambulatorial e cirurgia geral;
Clínica Dra. Eleide	Rua Yani de Oliveira	Atendimento odontológico em geral;

	Munhoz 108 - centro	
Clínica Odontológica Arte Dental	Rua Ismael Pinto Siqueira 695 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório Odontológico Dr. Daniel Nocera	Rua Yani de Oliveira Munhoz 7 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório de Fonoaudiologia	Avenida Brasil 888 – centro	Ambulatório;
Consultório de Ortodontia e Odontológico	Rua dos Dominicanos 661 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório Dr. Admilson	Avenida Brasil 683 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório Odontológico Dr. Alessandro	Rua Ismael Pinto Siqueira 980 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório odontológico Dr. Binotto	Rua Yani de Oliveira Munhoz 1064 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório Odontológico Dr. Miltinho	Rua São Paulo 442 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Consultório Odontológico Dr. Ronaldo	Rua Yani de Oliveira Munhoz 1098 - centro	Atendimento odontológico em geral;
Eco Clínica Faxinal	Avenida Brasil 152 - centro	Atendimento ambulatorial e em imagem;
Interclínica	Avenida Eugênio Bastiani 662 - centro	Atendimento em fisioterapia e médico ambulatorial.

FONTE: PMF, 2009.

A Secretaria Municipal de Saúde possui onze veículos a sua disposição, a saber: um ônibus, duas ambulâncias, seis automóveis e duas motocicletas. Eles são discriminados abaixo em conjunto com a fonte de aquisição do mesmo:

- Ônibus Scania (1989) – doado pela receita federal.
- Ambulância Renault (2004) – doado pelo Governo do Estado
- Ambulância Kia besta (1998) – doado pelo Governo do Estado
- Automóvel Gol Special (2001) doado pelo Governo do Estado
- Automóvel Gol CL (1993) – doado pela Sanepar (uso no PSF)
- Automóvel Gol CL (1993) – doado pela Sanepar (uso da Vigilância sanitária)
- Automóvel Kombi (1998) – doada pelo Governo Federal (uso no PSF rural)
- Automóvel Kombi (1998) – doada pelo Governo Federal (transporte até Londrina)
- Automóvel Pickup A20 (1990) – doado pela Secretaria de Estado da Saúde
- Duas motocicletas (2002) – doadas pelo Governo Federal (uso da Vig. sanitária)

4.3.2. Vigilância Sanitária Municipal

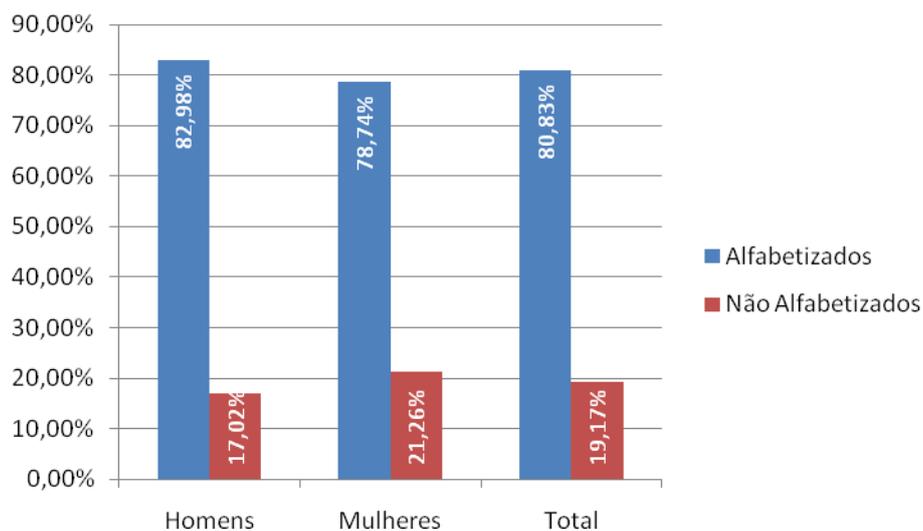
A Vigilância Sanitária é ligada à Secretaria de Saúde Municipal, sendo composta de: um médico veterinário, um fiscal chefe de divisão, um chefe de documentação e sete agentes sanitários. Tem como áreas principais de atividade: matadouro, monitoramento da qualidade da água, combate a dengue, vistoria em terrenos baldios, fiscalização na limpeza das ruas, quintais, residências, animais da zona urbana, atividades educativas, fiscalização em estabelecimentos alimentícios, indústrias, hotéis, hospitais, farmácias, equipamentos de R-X, escolas creches. Ainda se destaca pelo atendimento de denúncias e instruções sobre segurança do trabalho.

Conforme informações da Prefeitura Municipal, a Vigilância Sanitária Municipal atende adequadamente a demanda e conta com profissionais bem qualificados. As principais dificuldades apontadas por estes técnicos envolvem: atuação na apreensão de animais soltos (devido à ausência de espaço adequado), controle de zoonoses, e fiscalização intensiva em estabelecimentos comerciais (visto que, devido ao fato da maioria dos munícipes se conhecerem, a denúncia ou adoção de uma medida mais severa acarreta conseqüências às relações pessoais).

4.4. ASPECTOS DE EDUCAÇÃO

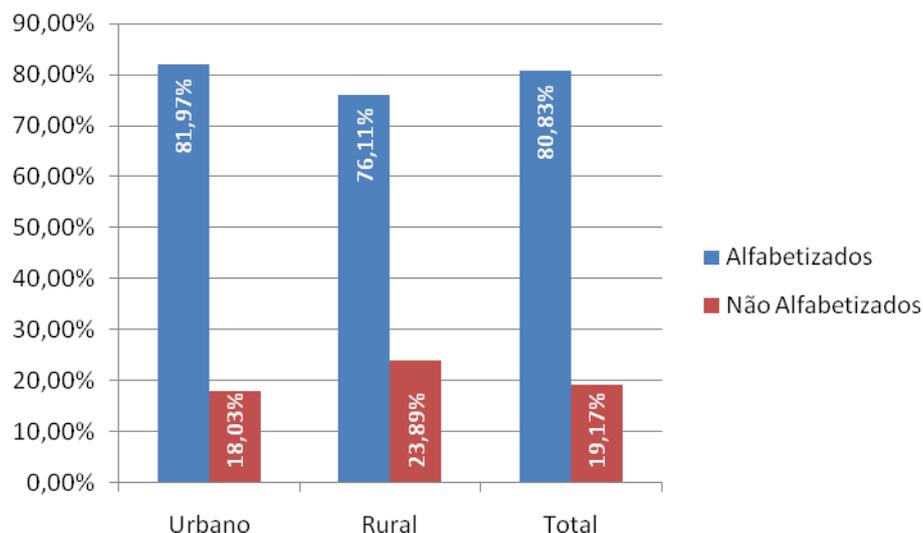
Quanto à alfabetização, no total do município 19,17% da população com idade acima de 5 anos não é alfabetizada. Esta proporção está maior no grupo do sexo feminino, correspondendo a 21,26% de pessoas não alfabetizadas e na área rural, que possui 23,89% de sua população analfabeta. (Gráfico 2 e 3).

Gráfico 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS POR SEXO E ALFABETIZAÇÃO - 2000



FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

Gráfico 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO - 2000



FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

O acesso à alfabetização se reflete também no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que reúne num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar. Em Faxinal, o IDEB observado em 2005 e 2007, além das metas para a rede municipal estão representadas no quadro a seguir. Pela análise do quadro, verifica-se que o IDEB apresentou acréscimo representativo de 2005 para 2007, passando de 3,6 para 3,9, praticamente alcançando antecipadamente a meta para 2009.

QUADRO 35 – IDEB OBSERVADOS EM 2005, 2007 E METAS PARA A REDE MUNICIPAL

	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,6	3,9	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

FONTE: PROVA BRASIL E CENSO ESCOLAR INEP / MEC

Um indicador importante para avaliar a atenção à educação é a estrutura de serviços educacionais colocadas a disposição da população. Dos 325 alunos do município de Faxinal matriculados do pré-escolar, 183 frequentam estabelecimentos da rede municipal e 142 frequentam estabelecimentos da rede particular de ensino. No ensino fundamental estão matriculados 2.878 alunos, sendo que 1.256 frequentam escolas da rede estadual e 1.268 frequentam escolas da rede municipal e 354 frequentam escola particular. No ensino médio estão matriculados 637 alunos na rede estadual e 112 alunos na escola particular (quadro 36).

QUADRO 36 – MATRÍCULAS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO, 2007

	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Matriculas				
Estadual	-	-	1.256	637
Municipal	107	183	1.268	
Particular	82	142	354	112
Total	189	325	2.878	749
Estabelecimentos de Ensino				
Estadual	-	-	4	1

Municipal	-	8	9	
Particular	-	4	1	1
Total	-	12	14	2

FONTE: MEC – INEP

Os equipamentos públicos de educação compreendem 13 estabelecimentos, sendo dez localizados na Sede. A área rural é contemplada, de modo geral, apenas por escolas de ensino fundamental, com destaque para Nova Altamira que dispõe de educação infantil, ensino fundamental e médio

Como poder observado no Mapa nº 13 – Instituições de Ensino do Distrito Sede, ao se traçar o raio de abrangência de 500m a partir das escolas públicas pode-se perceber que a mesmas atendem quase a totalidade da área urbana, com exceção dos bairros Jardim Bela Vista, Jardim Santa Helena e Jardim Nova Faxinal.

O quadro 37 relaciona as instituições de ensino público em Faxinal, apresentando o nível de ensino de cada instituição, os alunos matriculados, área construída e respectivo número de professores. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, o número de salas de aula e professores é suficiente para o Ensino Infantil e para o Ensino Médio, existindo, porém, a necessidade de construção de uma nova escola de Ensino Fundamental (séries iniciais), visando suprir adequadamente a demanda atual, que é atendida em regime compartilhado.

Quanto à infra-estrutura física e equipamentos, as escolas municipais apresentam boas condições, com exceção das Escolas Epitácio Pessoa, Tancredo Neves, profª. Elza Davantel Cabral e Marechal Rondon, que necessitam de diversas intervenções, detalhadas abaixo:

- Escola Municipal Epitácio Pessoa: Construção de duas salas de aula; Substituição da fiação elétrica; Elevação do muro; Banheiros adequados para deficientes; Espaço adequado para Secretaria, Coordenação, Diretoria e Professores; Construção de Refeitório; e Rampas de acesso.
- Escola Municipal Tancredo Neves: Legalização do terreno; Reforma completa com substituição da fiação elétrica, consertos na rede hidráulica, substituição das portas, reparos nas calçadas com eliminação dos degraus para garantir a acessibilidade; reparos nas janelas emperradas; substituição de telhas; pintura geral (interna e externa) e melhoria na quadra esportiva; Construção de Refeitório; e Rampas de acesso.
- Escola Municipal Profª. Elza Davantel Cabral: Construção de duas salas; Reforma ampla do telhado; reparos na rede elétrica e hidráulica; ampliação da cozinha; elevação do muro; reconstituição dos banheiros e pintura geral (interna e externa); Construção de Refeitório e Biblioteca; Rampas de acesso.

- Escola Rural Municipal Marechal Rondon: Reformar a quadra e murá-la, anexando-a a escola; Construção de Banheiros e Refeitórios.

O Quadro 37 relaciona a área construída, número de professores, taxa de aprovação, reprovação e abandono segundo os estabelecimentos de ensino municipais. Em relação aos dados apresentados, destaca-se a taxa de aprovação das Instituições de Ensino de Faxinal, cujo valor médio é de 86%, acima da média estadual de 78,6% em 2009.

Em relação aos professores da rede pública municipal, conforme informado pela Secretaria Municipal de Educação, atualmente sua qualificação é avaliada como satisfatório, sendo registrada a realização de programas de formação continuada através de grupos de estudos, abrangendo todas as modalidades de ensino, cuja coordenação dos trabalhos é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. O município também está inserido nos programas de formação continuada do Ministério da Educação. Também é relevante ressaltar que a partir de 2010, os professores da rede municipal de ensino contam com Assessoria Pedagógica em Língua Portuguesa, alfabetização e matemática, existindo ainda a demanda por um Programa de Apoio Pedagógico.

Ainda sobre esta temática, destaca-se a existência do Curso de Formação de Docentes, que é ofertado pelo Colégio Estadual Érico Veríssimo, os Cursos Profissionalizantes (informática, culinária e frentista de posto), oferecido aos beneficiários do Programa de Bolsa Família e os cursos à distância ofertados na Universidade Aberta do Brasil (UAB) – graduação em História, Pedagogia, Administração Pública, Letras (Português e Espanhol) e Matemática.

A Biblioteca municipal, conjugada ao Telecentro Comunitário, dispõe de dez computadores para uso da comunidade e um servidor central para operacionalização do sistema, implantados através de recursos do Ministério das Comunicações. Segundo informações da Secretaria municipal de Educação, o grande impasse em relação à Biblioteca Municipal é o seu horário de funcionamento (segunda a sexta-feira no horário comercial), dificultando o acesso para a população que trabalha durante este horário.

QUADRO 37– ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE FAXINAL - 2008

Nome da Escola	Endereço	Níveis de Ensino	alunos matriculados	Nº de turmas	Área construída (m2)	Nº Professores
Colégio Estadual Erico Veríssimo	Avenida Eugenio Bastiani nº 663	Fundamental Médio Profissional	361 488 245	12 12 10	10.298,51	51
Colégio Estadual Maria Muziel	Rua Maria Quitéria s/n	Fundamental	202	7		40
Colégio Estadual Olavo Bilac	Rua José Cava snº Conj. Hab. Juscelino Kubischek	Fundamental Médio	261	11	3.000	21
Escola Estadual Augusto Balhs	Rua Antonio Garcia da Costa	Fundamental	375	14	1.072	27
Escola Estadual Fernando Sontag	Rua Principal s/n - Nova Altamira	Fundamental Médio Educação Infantil	69 35 50	4 1 3	417	15
C. S. Domingos	Rua dos Dominicanos 457	Fundamental I Fundamental II Médio	185 160 83	9 7 4	5.125,54	40
Escola Municipal Tancredo Neves	Rua Elizeu Cilão s/n Conj. Hab. Pedro Gonçalves da Luz	Fundamental II	354	13	1.216	22
Escola Municipal Eptácio Pessoa	Rua Principal s/n - Nova Altamira	Fundamental	94	5		
Escola Maria Cecília Meireles	Rua Maria Quitéria s/n Jd. São Pedro	Educação Infantil Fundamental	359	13		16
Escola Rural Municipal Mal Rondon	Rua Principal s/n - Vila Nova Faxinal	Pré escolar Fundamental	167	8	480,24	11

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

E M C G Queiróz	Rua Antonio Garcia da Costa	Fundamental	219	10	2.043	15
		Alfabetização de adultos	74	6		5
		Classe especial	49	5		5
Escola Elza D. Cabral	Rua José Martins Vieira	Pré à 4ª série	305	13	335	17
Escola Letrinhas Encantadas	Rua Ismael Pinto Siqueira 812	Educação Infantil	25	3	180	8
		Fundamental	22	3		

FONTE: PMF, 2009.



QUADRO 38– SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL SEGUNDO ÁREA CONSTRUÍDA, PROFESSORES, TAXA DE REPROVAÇÃO E TAXA DE ABANDONO ESCOLAR POR ESTABELECIMENTO

Nome	Área Construída (m²)	Número de Professores	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Colégio Estadual Erico Veríssimo	10.298,51	51	74%	18%	8%
Colégio Estadual Maria Muziel	-	40	81,5%	16%	2,5%
Colégio Estadual Olavo Bilac	3.000,00	21	90%	10%	2%
Escola Estadual Augusto Balhs	1.072,00	27	75,4%	12,3%	12,1%
E M C G Queiróz	2.043,00	15	78,3%	21,3%	0,4%
Escola Estadual Fernando Sontag	471,00	24	91,6%	8,4%	11,7%
C. S. Domingos	5.125,54	40	98,54%	1,46%	-
Escola Municipal Tancredo Neves	1.216,00	22	91%	9,5%	3,5%
Escola Municipal Eptácio Pessoa	-	7	95%	5%	-
Escola Maria Cecília Meireles	-	16	82%	18%	-
Escola Rural Municipal Mal Rondon	480,24	11	80%	18%	2%
Escola Elza D. Cabral	355,00	17	85%	15%	-
Escola Letrinhas Encantadas	180,00	8	100%	-	2%

FONTES: PMF, 2009.

Quanto à merenda escolar, as Escolas Estaduais são atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo fornecido pela FUNDEPAR diretamente às instituições de ensino. Já nas Escolas da rede Municipal, a merenda escolar é municipalizada, os alimentos são adquiridos diretamente de produtores de Faxinal sendo complementada com o Programa Compra Direta, beneficiando o pequeno produtor local e enriquecendo a alimentação escolar. Todo o trabalho é acompanhado diretamente por uma nutricionista.

Em relação às atividades de combate ao analfabetismo, Faxinal oferece o EJA (Ensino de Jovens e Adultos), Fase I, equivalente às séries iniciais do Ensino Fundamental. A Secretaria de Educação Estadual também mantém no município o Programa Paraná Alfabetizado que envolve a alfabetização de adultos. Já em relação a educação especial, o município conta com uma unidade da APAE, que atende 74 alunos (2010) em sede própria, através de cinco professores cedidos pela Prefeitura Municipal.

FIGURA 28 – APAE, FAXINAL-PR



FONTE: RZS, 2009.

Por meio de inventário detalhado elaborado junto à Secretaria Municipal de Educação, foram relacionados as principais demandas, classificadas segundo o nível de ensino que envolvem.

Quanto à Educação Infantil, identificou-se a necessidade geral de investimentos em equipamentos de ordem administrativa (informática, telefone,

máquina de fotocópia, mobiliários para a administração, máquina de lavar roupa e VAP) e equipamentos de ordem pedagógica (brinquedoteca em todos os CMEIs, uniforme padronizado, mobiliário de sala de aula adaptado e cadeira de papinha). Em relação à infra-estrutura física, levantou-se a demanda pela ampliação do CMEI Jardim Nossa Senhora de Fátima, reforma do CMEI Alair Lourdes Fernandes e a construção de dois novos CMEIs, nas localidades de Vila Nova e Nova Altamira.

Quanto ao Ensino Fundamental e Médio, o levantamento revelou a necessidade de investimentos ligados à inclusão digital, educação para esporte ambiental, implantação de Educação em Período integral, aquisição de materiais esportivos (jogo de xadrez, mesa de ping-pong) e aparelhagem de som e implantação de uniforme padronizado para a rede municipal de ensino. Em relação à infra-estrutura, existe a demanda pela construção de quadras cobertas nas escolas municipais (hoje só existem nas Escolas Estaduais), de uma cozinha industrial central (com distribuição para escola e CMEIs), de uma padaria comunitária e ampliação das salas de aulas, visando adequá-las a demanda futura.

4.5. ASPECTOS DE ESPORTE E LAZER

A Secretaria de Esporte e Lazer do município conta com Ginásio de Esportes e 4 quadras poliesportivas (duas cobertas), localizadas nas Escolas Estaduais do município. Estas são de uso exclusivo escolar, sendo utilizadas também pelo CEFCA (Centro de Educação e Formação da Criança e do Adolescente) no período de contra-turno.

Destaca-se ainda o Estádio Municipal de Futebol Pedro Ferigato, que conta com toda a estrutura necessária para a prática do esporte (Ver mapa nº 14 – Equipamentos Urbanos do Distrito Sede). O município promove regularmente Campeonato municipal de futebol de campo, Jogos escolares, Torneios de voleibol de areia, Vôlei de rua, Torneio de xadrez, Corrida de rua, atividades no Dia da criança, campeonato de futebol suíço, Torneios de basquete, Encontro de skatista e Encontro de Jeepeiros, todos abertos a população em geral. Quanto às opções de lazer, também é necessário destacar o grande potencial das cachoeiras, abordado em maiores detalhes no item 4.8.1. Atrativos Naturais – Cachoeiras.

FIGURA 29 – ESTÁDIO MUNICIPAL DE FUTEBOL, FAXINAL-PR



FONTE: RZS, 2009.

Identifica-se ainda no município a presença de três *Academias da Terceira Idade (ATI's)*, conjunto de equipamentos para a realização de atividades aeróbicas voltadas à população idosa, localiza nas praças Teotônio Vilela, Herber Soares Vargas e Oscar João Bordignon. Além de resultados na qualidade de vida das pessoas da terceira idade, as ATIS incentivam a reutilização dos locais públicos antes não utilizados com tanta intensidade pela população, incentivando a comunicação social e a segurança pública. Segundo informações da Prefeitura Municipal, as ATI's dispõem de profissionais da área de educação física orientando a realização dos exercícios, cuja realização obedece horários específicos.

FIGURA 30 – ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA



FONTE: RZS, 2009

4.6. ASPECTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social ocupa parte do prédio no qual está instalado o Centro de Estudo e Formação da Criança e do Adolescente. Segundo informações da Secretaria, esta instalação dificulta a individualidade nos atendimentos, fator necessário para que o usuário sinta-se a vontade para relatar suas necessidades.

São realizadas diversas atividades, das quais se destacam: habilitação ao nível de gestão básica; regulamentação dos benefícios eventuais, exceto auxílio funeral e natalidade; trabalho sócio educativo com famílias; Inclusão produtiva dos beneficiários dos programas sociais; Cursos de geração de trabalho e renda e cursos profissionalizantes para usuários da assistência social (Frentista de Posto, Culinária e Informática).

A Secretaria Municipal de Assistência Social realiza tais atividades em sua sede, além de atender outras entidades, como Casa Lar, Lar Pastor Luiz Santiago, Lar São Vicente de Paula, Associação Creche Branca de Neve e Associação de pais e Amigos dos Deficientes APAE.

A Prefeitura Municipal, através de seus recursos, não desenvolve projetos de ação social, porém pode-se citar os seguintes projetos realizados no âmbito municipal em parceria com outras secretarias ou órgãos de gestão pública – Secretaria de Esporte e Defesa Civil: bombeiro mirim, guarda mirim e escolinhas de futebol que são projetos de inclusão social. Quanto aos programas estaduais, Faxinal dispõe do Programa Leite das Crianças atendendo, em média, 410 crianças de 6 a 36 meses de idade pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social. Quanto aos programas federais, se destacam:

- Bolsa Família – atende a 1.075 famílias em situação de vulnerabilidade social, com crianças em idade entre zero e 17 anos, que mantenham os filhos em idade escolar, matriculados e freqüentando a escola.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – tem como objetivo tirar crianças e adolescentes de 7 a 16 anos do trabalho infantil e mantê-los na escola e jornada ampliada (CEFCA).

4.7. ASPECTOS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA

Quanto aos aspectos de segurança, Faxinal dispõe de um Posto da Polícia Militar, com contingente de sete policiais e quatro viaturas, todas em bom estado de

conservação. O município também dispõe de uma Delegacia de Polícia Civil, com dois policiais e três viaturas, todas em bom estado de conservação.

Segundo informações da Polícia Militar de Faxinal, o contingente atual supre a demanda do município devendo-se ressaltar, contudo, que a Patrulha Rural não se encontra efetivamente implantada, contando apenas com algumas rondas pontuais. Já em relação à Delegacia, conforme informado pela Polícia Civil do município, o contingente atual não supre a demanda do município, nem sequer do funcionamento da própria delegacia.

Como observado nos resultados da Dinâmica de Grupo da 1ª Audiência Pública, os munícipes avaliaram a segurança pública como deficiente, sugerindo a criação de uma Guarda Municipal, aumento do efetivo da Polícia Civil e Militar e melhoria das instalações da Delegacia e do Destacamento da Polícia Militar.

Em Faxinal ainda se destacam alguns Cartórios, instalados na Sede urbana.

QUADRO 39– CARTÓRIOS NO MUNICÍPIO DE FAXINAL

Nome Oficial:	OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, ANEXOS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
Data Instalação	15/09/1931
Endereço:	Av. Brasil, 907 Bairro Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Registro Civil: Município de Faxinal. Demais atribuições: Faxinal, Cruzmaltina e Borrazópolis.
Atribuições	Nascimentos, Casamentos, óbitos, Interdições e Tutelas; Registro de Títulos e Documentos; Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
Nome Oficial:	TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Data Instalação	30/04/1969
Endereço:	Av. Brasil, 1200 Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Município de Faxinal
Atribuições	Notas, Protestos de títulos.
Nome Oficial:	OFÍCIO CRIMINAL
Data Instalação	16/01/1969
Endereço:	Av. Brasil, 1080 Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Município de Faxinal
Atribuições	Escrivania Criminal, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal
Nome Oficial:	OFÍCIO CÍVEL, COMÉRCIO E ANEXOS

Data Instalação	26./01/1969
Endereço:	Av. Brasil, 1080 Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Município de Faxinal
Atribuições	Escrivania Cível, Infância e Juventude, Família
Nome Oficial:	OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Nome Fantasia	Cartório Fauzer Scaff Junior
Data Instalação	20/06/1969
Endereço:	Rua Claudemiro Gonçalves Moreira, 496 Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Município de Faxinal
Atribuições	Registro de Imóveis
Nome Oficial:	OFÍCIO DO CONTADOR E ANEXOS
Data Instalação	16/01/1969
Endereço:	Av. Brasil, 1080 Centro
Comarca	Faxinal
Entrância	Inicial
Abrangência:	Municípios de Faxinal, Cruzmaltina e Borrazópolis
Atribuições	Contador, Partidor, Depositário Público, Distribuidor

4.8. ASPECTOS DE CULTURA E TURISMO

Com expressivo atrativo natural, sobretudo ligado às cachoeiras existentes no município, Faxinal apresenta grande potencial turístico. Quanto às instituições municipais se destaca a inexistência de Centros Culturais ou similares (CTG, grupo de dança, etc.), dificultando em certos aspectos a difusão da cultura no município. Destaca-se apenas a Biblioteca Municipal que, como apontado anteriormente, além de livros e periódicos, dispõe de computadores para uso da comunidade.

Segundo informação da Prefeitura Municipal existe a demanda pela construção da Casa da Cultura (com barracão para armazenamento dos materiais) e de um Museu Municipal, com a realização de investimento para incentivar a fundação de movimentos de danças típicas regionais. Há ainda a necessidade de aquisição de automóvel e ônibus para a área de cultura.

A seguir são apresentados os principais pontos turísticos e eventos culturais inventariados no município.

4.8.1. Atrativos Naturais – Cachoeiras

	<p>1. Cachoeira da Fonte</p> <p>Essa cachoeira recebe o nome de Fonte, devido uma igreja em sua proximidade, onde há uma nascente dentro da mesma, cujo suas águas tem poderes de curas milagrosas. Existe dentro da igreja um grande número de fotos, muletas entre outros objetivos, ligados à graças alcançadas pelos fiéis.</p>
	<p>2. Cachoeira Véu de Noiva</p> <p>Esta cachoeira possui uma rara beleza, as águas descem dispersas pelas rochas caracterizando um véu entre uma vegetação com espécies raras, pessoas mais ousadas, escalam seus rochedos para banharem-se num peitoral que fica acima do centro da mesma. À 100m. Possui uma gruta, com um lago interno e vegetação diversificada. Nas proximidades existem 3(três) cachoeiras sendo uma com grande fluxo de água. Todas possuem mata ciliar.</p>
	<p>3. Cachoeira Chicão I</p> <p>A 6 Km de distância do centro da cidade, queda com 25m de altura, vegetação nativa, possui em sua base uma piscina natural.</p>
	<p>4. Cachoeira Chicão II</p> <p>Com 58m de altura em queda d'água livre, cercada por árvores frondosas, com lindo peral, em sua base possui uma piscina natural e uma caverna feita com o curso das águas.</p>

	<p>5. Cachoeira Porta do Céu</p> <p>Localizada no meio do canyon, de difícil acesso, cuja em sua base há a existência de uma caverna</p>
	<p>6. Cachoeira Três Barras</p> <p>Acima de sua queda d'água existe uma escada natural de rochas, coberta pelas águas, onde crianças, jovens e adultos utilizam para o lazer. São 3(três) cachoeiras uma próxima da outra, medindo aproximadamente 8m, com bosque</p>
	<p>7. Cachoeira Pedreira</p> <p>Esta cachoeira sofreu um desvio de percurso, devido a existência de uma pedreira extinta no Rio São Pedro, que atravessa a zona sub urbana da cidade e deságua no Rio do Peixe. No patamar rochas servem de trampolim, a seus freqüentadores, que nadam e mergulham no lago. Cercada por rochas de vegetação rasteira. De fácil acesso,aproximadamente 800m da cidade.</p>
	<p>8. Cachoeira Gotas de Cristal</p> <p>Suas águas cristalinas permitem uma excelente hidromassagem natural.</p>
	<p>9. Cachoeira São Bento</p> <p>Possui uma piscina natural logo abaixo da queda.</p>

	<p>10. Cachoeira da Ponte</p> <p>Localizada na estrada que vai para Faxinalzinho, logo abaixo da ponte.</p>
	<p>11. Cachoeira do Arreio</p> <p>Fica no canyon , na Serra do Arreio de difícil acesso, passando pela trilha molhada beirando um lindo peral.</p>
	<p>12. Salto das Bromélias</p> <p>Fica na estrada para Faxinalzinho, no Rio das Antas.</p>
	<p>13. Cachoeira Vila Nova</p> <p>Fica aproximadamente a 2 km da cidade, rumo a Vila Nova. No caminho você pode conhecer uma figueira centenária, onde são necessárias 17 pessoas para abraçá-la.</p>
	<p>14. Cachoeira Barreirinho</p> <p>Fica a 6 km da cidade com local para nadar logo abaixo da queda.</p>

No município existem ao todo 54 cachoeiras, das quais as mais representativas foram inventariadas acima. Além delas, vale destacar o Lago Saracura, grande potencial turístico e paisagístico localizado na Sede Urbana. Apesar do potencial, o Lago é pouco usado pela população e não possui infra-estrutura adequada (mobiliário,

estrutura viária, paisagismo, iluminação, etc.), sendo identificados nas visitas *in loco* apenas alguns municípios, cuja atividade se concentrava na contemplação e descanso.

FIGURA 31 – LAGO SARACURA



FONTE: RZS, 2009

O município ainda apresenta diversas festas religiosas e tradicionais, a saber:

- Peregrinação Religiosa na Igreja São João Maria.
- Atividades religiosas da comunidade ucraniana na Igreja dos Ucranianos
- Festa do Padroeiro – 20 de Janeiro – Paróquia São Sebastião.
- Festa do Porco no Rolete – Paróquia Maria Mãe da Unidade.
- Festa Junina – Junho – Diaconia São João Batista – Distrito Nova Altamira.
- Festival de Quadrilhas – Julho – Ginásio de Esportes Marrecão.
- FEMUFAX – Festival de Musica de Faxinal
- Desfile Cívico, realizado no dia 07 de setembro, com apresentação de fanfarras e da Banda Municipal Carlos Gomes, participação de todas as escolas da rede municipal, estadual e particular de ensino do município.
- Concurso de Misses – promoção Secretaria da Cultura.
- Festa do Aniversário do município, realizada em 14 de Dezembro.
- Festa do Tomate.
- Festas e rodeios realizados por particulares.
- Festas MotoCross.
- Pistas de laço e Cavalgadas.

Além do grande potencial turístico no município, o mesmo dispõe de infraestrutura adequada para o atendimento aos turistas. Foram identificados sede hotéis

ao todo, três na sede urbana e quatro na área rural, de tipologias, preços e localizações diferenciadas, a saber: Hotel Fazenda Luar de Agosto, Hotel Fazenda Cachoeira da Fonte – camping Raio de Sol, Hotel Cypri, Hotel Maisa, Hotel Faxinal, Antony Hotel e Hotel Itaipu.

6. ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes à economia municipal demonstram uma forte participação do setor de serviços seguido muito de perto pelo setor agropecuário. Na atividade industrial o maior destaque no número de estabelecimentos é o ramo da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos. As indústrias de produtos alimentícios, de bebida e de álcool etílico são as que mais empregam – 303 empregos.

5.1. SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO FRENTE AO MERCADO DE TRABALHO

A estrutura do mercado de trabalho expressa as possibilidades de inserção no processo produtivo e também as indicações da dinâmica produtiva municipal.

Algumas informações auxiliam no delineamento desta estrutura. A população economicamente ativa – PEA compreende o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais e informais ou desempregadas. Os indicadores de inserção no mercado são fornecidos através das taxas de atividade, de desemprego e distribuição setorial das ocupações. Já a Relação Anual das Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego traça o perfil setorial do emprego formal.

De acordo com o Quadro 40, pode-se verificar que a grande maioria da População Economicamente Ativa (PEA) do município de Faxinal encontra-se na área urbana, com 5.765 pessoas. Na área rural este número diminui para 1.324 pessoas.

Ao se analisar o quadro 41 pode-se perceber que esta predominância da PEA na área urbana corresponde às atividades de comércio e serviços, que representam 54,8% do total dos ocupados. Em seguida se destaca o setor secundário, com concentração de 18,4% da população economicamente ativa. Vale ainda ressaltar a taxa de desemprego (8,6%) encontrada no município, acima da taxa média brasileira para o mesmo período (7,6%).

QUADRO 40 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

VARIÁVEL	ABS
População em idade ativa	12.554
População economicamente ativa	7.089
Ocupados	6.481
Distribuição dos ocupados	%
Agropecuária	25,7
Indústria	18,4
Comércio	21,4
Serviços	33,4
Taxa de atividade	56,5
Taxa de desemprego	8,6

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

QUADRO 41 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E LOCALIZAÇÃO– 2000

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
5.765	1.324	4.599	2.490	7.089

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

Segundo a RAIS do Ministério do Trabalho, em 2005, entre as atividades econômicas que concentram o maior número de empregados estão o comércio varejista com 21,4% do total de empregados do município (425 pessoas) e a administração pública direta e indireta com 21,1% (420 pessoas). Na atividade industrial, as indústrias de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico são as que empregam maior número de funcionários – 303 pessoas. O comércio varejista composto por 139 estabelecimentos emprega 425 pessoas (Quadro 42).

QUADRO 42 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2005

Atividades Econômicas	Estabelecimentos		Empregos	
	Total	%	Total	%
Indústria metalúrgica	2	0,49	1	0,05
Indústria de materiais de transporte	1	0,24	9	0,45
Indústria da madeira e do mobiliário	2	0,49	3	0,15
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2	0,49	5	0,25
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod. sim. e ind diversa	1	0,24	12	0,60
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	15	3,64	126	6,33
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	5	1,21	303	15,23
Serviços industriais de utilidade pública	2	0,49	1	0,05
Construção civil	13	3,16	30	1,51
Comércio varejista	139	33,74	425	21,36
Comércio atacadista	8	1,94	66	3,32
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	4	0,97	23	1,16
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. econ.	16	3,88	43	2,16
Transporte e comunicações	11	2,67	28	1,41
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	32	7,77	150	7,54
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	6	1,46	26	1,31
Ensino	2	0,49	10	0,50
Administração pública direta e indireta	2	0,49	420	21,11
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	149	36,17	309	15,53
Total	412	100,00	1.990	100,00

FONTE: TEM – RAIS

As atividades econômicas que empregam mais pessoas são, primeiramente, as realizadas na área rural (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca), com 1.666 trabalhadores (25%). Em seguida, destaca-se o setor de comércio (comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos), com 1.390 trabalhadores (21,44%).

QUADRO 43– POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2000

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS	%
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.666	25,7%
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	32	0,5%
Indústria de transformação	850	13,1%
Construção	313	4,8%
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	1.390	21,4%
Alojamento e alimentação	157	2,4%
Transporte, armazenagem e comunicação	185	2,9%
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	231	3,6%
Administração pública, defesa e seguridade social	304	4,7%
Educação	279	4,3%
Saúde e serviços sociais	198	3,1%
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	285	4,4%
Serviços domésticos	527	8,1%
Atividades mal definidas	65	1,0%
TOTAL	6.482	100,0%

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

5.2. AGROPECUÁRIA

Os resultados do Censo Agropecuário 2006 apontam que 1.059 estabelecimentos agrícolas utilizam uma área de 63.440 hectares. Quanto ao uso do solo destes estabelecimentos predominam os dedicados às lavouras temporárias (70% dos estabelecimentos e 41% da área total).

Quanto à população ocupada, grande parte (79,2%) possui laços de parentesco com o produtor. Na pecuária, as atividades voltadas à criação de aves e bovinos são as que

envolvem maior número de estabelecimentos e apresentam os maiores rebanhos (Quadro 44).

QUADRO 44 – CENSO AGROPECUÁRIO - 2006

	Número	Área (ha)
Estabelecimentos agropecuários	1.059	63.440
Estabelecimentos com lavouras permanentes	125	425
Estabelecimentos com lavouras temporárias	746	26.133
Estabelecimentos com pastagens	521	25.709
Estabelecimentos com matas e florestas	527	9.891
Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor		1.059
Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor		131
Estabelecimentos agropecuários com tratores		146
Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários		269
	Número	Cabeças
Estabelecimentos com bovinos	425	38.820
Estabelecimentos com bubalinos	6	395
Estabelecimentos com caprinos	17	357
Estabelecimentos com ovinos	53	1.641
Estabelecimentos com suínos	229	2.903
Estabelecimentos com aves	634	62.000
	Número	Produção
Estabelecimentos com produção de leite de vaca	199	2.151 mil litros
Estabelecimentos com produção de lã	5	290 kg
Estabelecimentos com produção de ovos de galinha	101	241 mil dúzias

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 2006.

Além dos dados do Censo Agropecuário de 2006, vale ainda apresentar os resultados da Pesquisa Pecuária Municipal (2007), que apontam a maior representatividade nos efetivos bovinos e galináceos, equivalendo à 47.807 e 40.834 cabeças, respectivamente. A criação de Asinino (asno) e muares são as atividade que menos se destacam, com apenas 48 cabeças ao total.

QUADRO 45– EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO DE REBANHO - 2007

Tipo de Rebanho	Nº de cabeças
Bovino	47.807
Eqüino	145

Bubalino	399
Asinino	4
Muar	44
Suíno	2.922
Caprino	325
Ovino	1.559
Galos, frangas, frangos e pintos	21.635
Galinhas	40.834
Coelhos	60

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

Segundo informações da Prefeitura Municipal, predomina no município a pecuária de corte, com presença pouco expressiva de rebanho leiteiro. Sobre a atividade, ainda é necessário ressaltar que a forma pela qual a atividade pecuária vem sendo desenvolvida no município têm trazido diversas consequências ao meio natural em que ocorre, sobretudo no que envolve o desgaste e supressão de mata ciliar pelo pastoreio descontrolado sobre APP's. A geologia e geomorfologia da porção sul do município, onde está atividade está concentrada, também apresentam grande susceptibilidade à erosão, sendo necessário grande atenção na proteção do meio natural e preservação da resistência do solo.

Em termos de produção agrícola, as culturas de soja, trigo, aveia e milho ocupam a maior parcela da área destinada às lavouras, bem como são responsáveis pelo maior valor da produção, com predomínio expressivo da Soja. Para além destas culturas destaca-se ainda o Tomate (gerando R\$ 922 mil por ano) e o Triticale⁵ (gerando R\$ 618 mil por ano). Com estes dados é possível observar a clara predominância dos grãos na produção agrícola municipal, cuja única exceção é à cultura de Tomate, também representativa no município.

⁵ O Triticale é utilizado, sobretudo, na alimentação de bovinos, suínos e aves. Também é encontrado, em menor proporção, nos combinados de “Sete Cereais” vendidos no mercado, junto ao arroz integral, arroz selvagem, aveia, centeio, trigo e cevada.

FIGURA 32 – CULTURA DE TRIGO E TOMATE NO DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA



FONTE: RZS, 2009

QUADRO 46 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2007

	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA		VALOR (R\$1.000,00)
Alho	1	2	ton	6
Arroz	30	54	ton	24
Aveia	1.800	5.040	ton	2.016
Banana	1	18	cachos	5
Batata-doce	2	40	ton	19
Batata-inglesa	2	20	ton	10
Café	30	27	ton	99
Cebola	12	192	ton	38
Feijão	485	602	ton	401
Goiaba	5	55	ton	55
Mandioca	35	770	ton	246
Milho	1.550	8.425	ton	2.387
Pêssego	15	210	ton	210
Soja	10.700	32.100	ton	14.349
Tangerina	2	20	ton	4
Tomate	29	838	ton	922
Trigo	4.350	13.050	ton	6.590
Triticale	750	2.025	ton	618

FONTE: IBGE – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

Segundo dados da Prefeitura Municipal, a característica do tomate produzido em Faxinal é voltada exclusivamente para o consumo *in natura* (utilizado para saladas, como o próprio nome indica – Saladete). Seu emprego como matéria prima para a produção de processados, é possível, entretanto, há necessidade no seu processo, que seja incorporado maior quantidade de energia para obtenção de resultado parecido (reduzindo a relação custo/benefício).

Conforme informado pela EMATER, o cultivo do tomate, embora de grande importância para o desenvolvimento econômico de Faxinal, deve ser melhor fiscalizado, visto que são registrados no município a expansão de estufas sobre áreas de preservação permanente e a erosão do solo devido ao excesso de adubo químico utilizado no cultivo. Conforme apontado pela Prefeitura Municipal, embora o IAP venha trabalhando na fiscalização, ainda não existem programas de capacitação e conscientização dos produtores rurais neste sentido.

Ainda em relação a produção de tomate, o município registra uma dinâmica econômica muito particular, visto que esta atividade é realizada através da figura do “*Perceiteiro*”, produtor rural, não proprietário da terra, que recebe as sementes e insumos para cultivá-lo devolvendo ao final do processo 30% do que foi colhido ao proprietário da estufa. Segundo dados da Prefeitura Municipal, cerca de 5% da população municipal estão ocupados desta forma, existindo ainda grande demanda por este trabalho visto que não existe mão-de-obra capacitada para tal.

Por fim, vale destacar que são registradas no município nove cooperativas de produtores de tomate que, contudo não se encontram em funcionamento atualmente. Entre os fatores para a falta de sucesso da experiência, a EMATER informa que não houve consenso entre os cooperados nem recursos financeiros para sua viabilização. Uma parceria entre a Prefeitura de Faxinal e a Universidade Federal do Paraná foi firmada este ano justamente para estudo detalhado da produção de tomate no município, caracterizando desde os aspectos de plantio até o destino da colheita.

Quanto à Produção de Origem Animal, em 2007 o produto em destaque foi o Leite, seguido pelo Ovo de Galinha, que juntos representaram 99% do total do valor da produção de origem animal no período.

QUADRO 47 – PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2007

Tipo de Produto	Variável	
	Produção de origem animal	Valor de produção (Mil Reais)
Leite	7.483 mil litros	3.666

Ovos de galinha	240 mil dúzias	360
Mel de abelha	530 Kg	3
Casulos do bicho-da-seda	5.053 Kg	29
Lã	1.000 Kg	2

FONTE: IBGE – PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL

Quanto à comercialização dos produtos primários, segundo informações da Prefeitura Municipal, esta é realizada de forma quase integral através de Cooperativas de produtores sendo o tomate comercializado junto a CEASA, diretamente a outros intermediários que se dirigem a região.

5.3. VIVEIRO MUNICIPAL

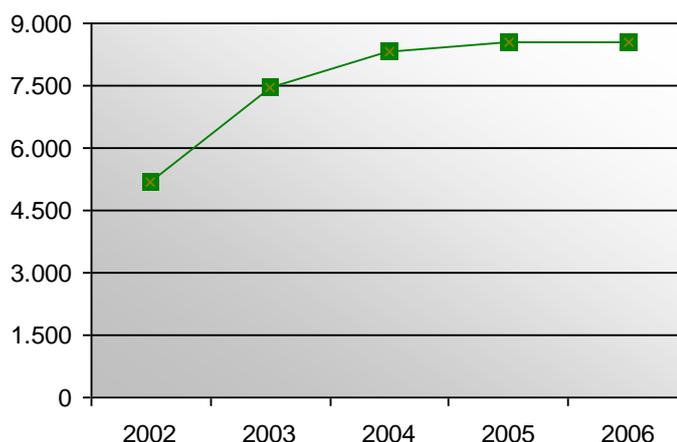
O município de Faxinal dispõe de Viveiro Municipal, que se encontra atualmente em funcionamento. Segundo informações da Prefeitura Municipal, estão sendo realizadas negociações para que seja firmado convênio com o IAP para a utilização de mudas na recuperação de áreas de mata ciliar e conservação de nascentes.

Atualmente o Viveiro Municipal cultiva dez espécies nativas da região (com destaque para a Araucária) que são utilizadas pela Prefeitura Municipal na recuperação de Matas Ciliares e Preservação das Nascentes. Além do plantio e conservação das mudas, ainda é realizado no local o Programa Jardineiro Mirim, com os participantes do programa Bombeiro Mirim. Segundo informações da Prefeitura Municipal, a estrutura atual do Viveiro não atende a demanda, visto que ele conta com apenas um funcionário e espaço físico limitado.

5.4. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

O gráfico e o quadro a seguir representam o PIB – Produto Interno Bruto per capita de Faxinal, conforme dados do IBGE. Nota-se que os valores apresentam um acréscimo constante, evidenciando o desenvolvimento do Município. Segundo IBGE, o PIB per Capita sofreu incremento aproximado de 39% no período 2002 – 2006, passando de R\$ 5.187,00 para R\$ 8.540,00 por habitante.

Gráfico 4 – PIB PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE FAXINAL/PR



FONTES: RZS, baseado em IBGE .

QUADRO 48– PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA – 2002 a 2006

Indicador	Unidade	2002	2003	2004	2005	2006
PIB per Capita	R\$/hab	5.187	7.469	8.333	8.536	8.540

FONTES: IBGE

5.4.1. Valor Adicionado

Como se verifica no Quadro abaixo, o ramo de atividade que produz o maior valor adicionado bruto é o de Serviços, com R\$ 77.666,00. Em seguida vem o ramo da Agropecuária (R\$ 20.645,00) e, por último, o da Indústria (R\$ 18.355,00).

QUADRO 49 – VALOR ADICIONADO BRUTO À PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2007

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ MIL)
Agropecuária	20.645
Indústria	18.355
Serviços	77.666
TOTAL	116.666

FONTES: IBGE, IPARDES

A estrutura setorial da economia municipal apresentou forte participação concentração da atividade econômica na produção primária com 43,4% do valor adicionado total do município, enquanto que a indústria responde por 26,4% e o setor de comércio e serviços 26,5%.

QUADRO 50 - VALOR ADICIONADO SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2004

Ramos de atividade	Valor (R\$ 1,00)	%
--------------------	------------------	---

Produção primária	50.302.060	43,43%
Indústria	30.588.677	26,41%
Indústria - Simples Nacional	503.434	0,43%
Comércio / Serviços	30.681.307	26,49%
Comércio / Simples Nacional	3.736.577	3,23%
Recursos / Autos	9.007	0,01%
Total	115.821.062	100,00%

FONTES: SEFA

5.5. FINANÇAS MUNICIPAIS

Os municípios brasileiros vêm arcando com a responsabilidade de assumirem simultaneamente os papéis de planejadores e financiadores do desenvolvimento urbano. Segundo MACDOWEL (2007) com o aumento da autonomia fiscal decorrente da Constituição de 1988, os municípios passaram a ter poder para fixar as alíquotas e administrar os tributos que lhe foram atribuídos, assim como estabelecer a cobrança de taxas pela prestação de serviços. Houve também um aumento das transferências de recursos dos governos federal e estadual, alguns vinculados a gastos específicos, tais como a obrigatoriedade de destinação de 25% de suas receitas correntes aos gastos com educação, os repasses do FUNDEF – Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental e os programas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Com as informações das finanças municipais de Faxinal disponibilizadas pelo FINBRA - Finanças do Brasil foram analisados os dados de 2008 referentes a variação percentual em relação a receita. A seguir é apresentada a situação de Faxinal conjuntamente com a descrição dos indicadores das finanças municipais:

Receita bruta ou não financeira: É o montante correspondente à receita orçamentária, exclusive os correspondentes a receitas patrimoniais financeiras (decorrentes de juros de títulos de renda, remuneração de depósitos bancários e outras receitas patrimoniais financeiras), receitas de operações de crédito e receitas de alienação de ativos.

Pode ser subdividida em duas contas principais:

a) Receitas de arrecadação própria: montante correspondente às receitas obtidas em decorrência de esforço de arrecadação própria dos Municípios. As receitas de arrecadação própria estão discriminadas como:

- Receita de arrecadação de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano);

- Receita de arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza);
- Receita de arrecadação de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos do trabalho);
- Outras receitas de arrecadação própria, que agrupam as demais receitas tributárias (onde se destacam as taxas) e as receitas não tributárias de arrecadação própria, sejam correntes ou de capital (se destacam as decorrentes de arrecadação de contribuições, de aplicação de multas e juros e as resultantes de recuperação de créditos inscritos em dívida ativa).

QUADRO 51 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007

CATEGORIAS	VALOR (R\$ MIL)	%
Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	427	17%
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	356	14%
Imposto sobre serviços (ISS)	181	7%
Outras	1.596	62%
Total	2.561	100

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

b) Receitas de transferências: Montante correspondente às receitas obtidas por meio de transferências, principalmente de outros entes da federação. Estão desdobradas em dez rubricas:

- Cota-parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios);
- Transferências financeiras referentes à I.C. 87/96 (Lei Kandir);
- Cota-parte do ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação);
- Cota-parte do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores);
- Transferências do SUS (Sistema Único de Saúde), englobando tanto a parcela federal como estadual;
- Transferências do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), englobando tanto a parcela federal como estadual;

- Transferências do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação);
- Transferências de capital;
- Outras transferências;
- Deduções da receita corrente

Esse conjunto de receitas é razoavelmente diversificado. Apesar de incluir as transferências oriundas de instituições privadas, as mais relevantes são aquelas que são realizadas pela União e pelos Estados. As transferências intergovernamentais podem ser: (a) decorrentes de previsão constitucional e legal, resultando geralmente em receitas correntes, com razoável grau de regularidade, tendo em vista serem objeto de normas e critérios pré-definidos e (b) voluntárias, ou seja, decorrentes de alguma forma de negociação, resultando em receitas correntes ou de capital, com menor grau de regularidade.

Dentre as primeiras, as mais tradicionais são as associadas ao FPM (federal), ICMs e IPVA (estaduais). O FPM é composto por 22,5% da receita do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e por 22,5% da receita do IR (Imposto de Renda), arrecadadas pela União. A participação de cada município no total dos recursos do fundo é determinada pelo Tribunal de Contas da União. O montante distribuído aos Municípios é inversamente proporcional à sua população e diretamente proporcional à participação de seu estado no total de recursos do fundo.

Em geral, os municípios recebem 25% das receitas do ICMs, inclusive aquelas associadas a multas, juros e dívida ativa. A constituição federal determina que 75% dos recursos disponíveis sejam distribuídos proporcionalmente ao valor adicionado pelo município à arrecadação de ICMs estadual (valor adicionado fiscal). Os outros 25% podem ser distribuídos de forma discricionária. Recentemente, têm adquirido destaque as transferências associadas ao FUNDEF e ao SUS. As transferências voluntárias, razoavelmente diversificadas, estão contidas nas rubricas “transferências de capital” e “outras”. As deduções da receita corrente referem-se à parcela de 15% dos recursos da cota-parte FPM, das transferências financeiras da L.C. 87/96, da cota-parte do ICMs e da cota-parte do IPI sobre exportação destinados à formação do FUNDEF.

QUADRO 52 – RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS – 2007

Receitas	VALOR (R\$ MIL)	%
----------	-----------------	---



Cota-parte do FPM	5780	51,8%
Transferência LC 87/96 – Lei Kandir	54	0,5%
ICMS	2745	24,6%
Cota-parte do IPVA	335	3,0%
Transferência do SUS	952	8,5%
Transferência do FUNDEF	1919	17,2%
Transferência do FNDE	289	2,6%
Transferência de capital	10	0,1%
Outras Transferências	546	4,9%
(-) Deduções da Receita Corrente	1471	-
TOTAL	11158	100,00%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Despesas não financeiras: é o montante correspondente às despesas orçamentárias, exclusive as relacionadas com juros e amortizações de dívidas. Divide-se em:

a) Despesas de pessoal: É o montante correspondente às despesas de toda a natureza (inclusive encargos sociais) devidas a pessoal, exceto aquelas destinadas às indenizações trabalhistas, originárias de sentenças judiciais e referentes a exercícios anteriores. Encontram-se divididas em:

- Despesas com pessoal ativo;
- Despesas com inativos e pensionistas;
- Outras despesas de pessoal, onde estão consideradas as despesas com terceirização de mão de obra, obrigações patronais, contribuições a entidades fechadas de previdência, salário família, depósitos compulsórios e ressarcimento de despesas de pessoal requisitado.

b) Outras despesas correntes e de capital: É o montante correspondente às despesas não financeiras, excluídas as despesas com pessoal (salvo as despesas de pessoal destinadas as indenizações trabalhistas, originárias de sentenças judiciais e as de exercícios anteriores). Estão discriminadas em: outras despesas correntes; investimentos; e outras despesas de capital.

QUADRO 53 – DESPESAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR (R\$ MIL)	%
Ativo	7.205	100%

Inativo e pensionista	0	0%
Outros	0	0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		
Outras despesas correntes	5.305	97%
Investimentos	378	7%
Outras despesas de capital	0	0%
Total Despesas não financeiras	5.683	100%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado primário: É o montante correspondente à diferença entre a receita bruta e as despesas não financeiras.

Serviço da dívida líquido: É o montante correspondente ao somatório das despesas com juros e amortizações da dívida, deduzidas as receitas financeiras. Divide-se em:

a) Juros: montante correspondente às despesas com pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida pública interna e externa, contratual e mobiliária.

b) Amortizações: montante correspondente às despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual e mobiliária.

c) Receitas financeiras: montante correspondente às receitas financeiras decorrentes do ativo financeiro, tais como juros de título de renda, remuneração de depósitos bancários, e atualizações monetárias prefixadas. São obtidas pelo somatório das receitas de valores mobiliários e outras receitas patrimoniais.

QUADRO 54– RESULTADO PRIMÁRIO E SERVIÇO DA DÍVIDA LÍQUIDA – 2007

Resultado Primário	R\$ 831.000	
Serviço da Dívida Líquido		
Juros	69.000	10,5%
Amortizações	434.000	89,5%
(-) Receitas Financeiras	18.000	-
Total	485.000	100%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Necessidades de financiamento: é o montante obtido da subtração entre o serviço da dívida líquido e o resultado primário. Se as necessidades de financiamento forem positivas,

existe a indicação de necessidade adicional de recursos para fazer frente aos compromissos assumidos com a dívida fundada. Se negativas, existe a indicação de que foram gerados recursos primários mais do que suficientes para o pagamento serviço da dívida líquido.

Fontes de financiamento: na planilha gerencial, as fontes de financiamento estão divididas em:

a) Operações de crédito: é o montante correspondente aos recursos decorrentes de empréstimos obtidos de entidades públicas ou privadas, internas ou externas, e de colocação de títulos públicos no mercado.

b) Alienação de ativos: É o montante correspondente às receitas resultantes de alienação de bens móveis e imóveis.

Atrasos/deficiência: É o montante correspondente à diferença entre os montantes apurados de necessidades de financiamento e de fontes de financiamento. Tendo em vista que as receitas estão apropriadas contabilmente pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência, equivale fundamentalmente ao resultado orçamentário.

Montantes positivos indicam insuficiência de recursos, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Montantes negativos indicam que o somatório dos montantes apurados de resultado primário e de fontes de financiamento foi mais do que suficiente para arcar com as despesas financeiras.

QUADRO 55 – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO E ATRASOS / DEFICIÊNCIAS – 2007

Necessidade de Financiamento	- R\$ 345.000
Fontes de Financiamento	
Operações de Crédito	0
Alienação de Ativos	0
Total	0
Atrasos / Deficiência	- R\$ 345.000

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Despesas por função: As despesas apropriadas pela classificação funcional encontram-se discriminadas em:

a) Educação e cultura, correspondente ao somatório das despesas com educação, cultura, esporte e lazer;

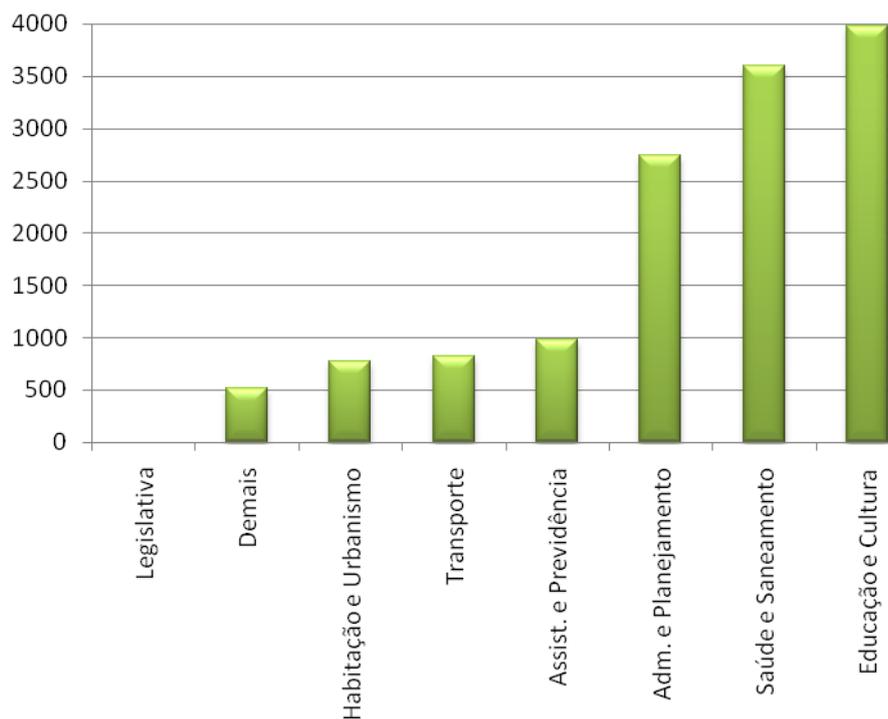
- b) Saúde e saneamento, correspondente ao somatório das despesas com saúde, saneamento e gestão ambiental;
- c) Administração e planejamento, correspondente ao somatório das despesas com administração, ciência e tecnologia e encargos especiais (refinanciamento da dívida interna e externa, serviço da dívida interna e externa e transferências);
- d) Habitação e urbanismo;
- e) Assistência social e previdência;
- f) Legislativa;
- g) Transporte;
- h) Demais despesas, correspondente ao somatório das despesas relativas às funções: judiciárias, essencial à justiça, direitos da cidadania, agricultura, organização agrária, comunicações, relações exteriores, trabalho, energia, indústria, comércio e serviços.

QUADRO 56 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO – 2007

Função	VALOR (R\$ mil)	%
Educação e Cultura	3.972	29,7%
Saúde e Saneamento	3.595	26,8%
Administração e Planejamento	2.742	20,5%
Habitação e Urbanismo	774	5,8%
Assistência e Previdência	975	7,3%
Legislativa	0	0,0%
Transporte	824	6,2%
Demais	510	3,8%
TOTAL	13.390	100,0%

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Gráfico 5– DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2007



FONTE: RZS, baseado em PREFEITURA MUNICIPAL

Ativo: O ativo contempla o conjunto de bens e direitos, que representam a essência patrimonial e corresponde à soma do ativo real e do ativo compensado. É dado destaque às duas contas do ativo real:

a) Ativo financeiro: O ativo financeiro subdivide-se em disponibilidades e créditos em circulação. É dado destaque às disponibilidades, correspondente ao somatório das rubricas caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. Créditos em circulação correspondem ao somatório das rubricas créditos a receber, depósitos realizáveis a curto prazo e outros valores realizáveis.

b) Ativo não financeiro: O ativo não financeiro divide-se em realizável a curto prazo, valores pendentes a curto-prazo, realizável a longo prazo e permanente. É dado destaque à dívida ativa, onde são inscritos os valores relativos a débitos de terceiros provenientes de tributos, multas e outros, lançados, porém não arrecadados ou não recolhidos nos prazos devidos. O saldo da conta de dívida ativa é atualizado monetariamente.

QUADRO 57 – Ativos Municipais – 2007

Descrição	VALOR (R\$ mil)
-----------	-----------------

Ativo Financeiro	974
- Disponibilidades	581
Ativo não Financeiro	7.873
- Dívida Ativa	1.328
- Não financeiro	6.545

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Passivo: O passivo representa o conjunto das obrigações, o patrimônio líquido e o passivo compensado. O passivo foi desdobrado em:

a) Passivo financeiro: É o montante correspondente ao somatório de depósitos e obrigações em circulação. É dado destaque a duas rubricas das obrigações em circulação:

- Restos a pagar processados: montante das despesas legalmente empenhadas, cujo objeto do empenho, já foi recebido, ou seja, foi objeto de liquidação;
- Restos a pagar não processados: Montante das despesas legalmente empenhadas, que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício.

b) Passivo não financeiro: É composto pelas obrigações que não provocam efeitos financeiros. É formado pelas contas valores em circulação, valores pendentes a curto prazo, exigíveis a longo prazo e resultado de exercícios futuros. É dado destaque à dívida, uma conta em particular dos exigíveis a longo prazo.

QUADRO 58 – Passivos Municipais – 2007

Descrição	VALOR (R\$ mil)
Passivo Financeiro	8.459
- Restos a pagar processados	1.465
- Restos a pagar não processados	0
Passivo Não Financeiro	16
- Dívida	0
Patrimônio Líquido	372

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Receita corrente líquida: É o montante correspondente ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e de

transferências correntes, deduzidos da contribuição de servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e das receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da constituição. A receita corrente líquida (RCL) é calculada excluindo-se da receita corrente, as receitas de contribuições sociais e as deduções da receita corrente.

Dívida consolidada líquida: A dívida consolidada é o montante correspondente ao somatório da dívida interna e da dívida externa. Expressa o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A dívida consolidada líquida é apurada a partir da dedução, na dívida consolidada, do montante correspondente ao ativo financeiro.

Despesas de capital: É o montante correspondente às despesas destinadas à aquisição ou constituição de bens de capital, considerados e classificados como bens de uso comum do povo, e que integrarão o patrimônio público municipal. Consiste no somatório dos investimentos, das inversões financeiras e das transferências de capital.

QUADRO 59 – Receita Corrente Líquida, Dívida Líquida e Despesas de Capital – 2007

Descrição	VALOR (R\$1,00)
Receita Corrente Líquida	13.726
Dívida Consolidada Líquida	(974)
Despesas de Capital	811

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

7. ASPECTOS URBANÍSTICOS



6.1. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

6.1.1. Histórico da Ocupação

Embora existam indícios históricos de ocupação jesuítica às margens do Rio Ivaí, a colonização da região de Faxinal é relativamente recente. Apenas no século XX, na década 1930, é que a concessão de terras pelo governo do estado a uma colonizadora inglesa propiciou a ocupação do território: em Janeiro de 1926, o Decreto-Lei-Estadual n.º 85, criou o distrito de São Sebastião do Faxinal; alterado pelo Decreto-Lei n.º 199, de 1943, para a sua atual denominação: Faxinal.

São consideradas pioneiras as famílias de Cecílio Caetano dos Santos, João Vacheski, Evaldo Vekerkin e Francisco Leocádio dos Santos, que se estabeleceram justamente no local onde está hoje assentada a sede municipal.

Quando se tornou Interventor Federal, Manoel Ribas determinou que fosse demarcada uma área de 40 mil alqueires de terras na região do atual município de Faxinal. A intenção era fundar, futuramente, uma cidade na região. Não demorou muito e a área de terras demarcada a pedido de Manoel Ribas, foi desmembrada e transformada em lotes rurais produtivos.

O fato de se localizar as margens da estrada que ligava Ivaiporã a Apucarana, proporcionou a Faxinal notável progresso. Em 14 de novembro de 1951, através da Lei n.º 790, foi criado o município através do desmembramento de Apucarana. A instalação oficial deu-se no dia 14 de dezembro de 1951, sendo primeiro prefeito municipal o Sr. Pedro Gonçalves da Luz. O nome do município – Faxinal – significa "campos abertos de matos curtos", e representa a geografia local, como pode ser observada na imagem abaixo.

FIGURA 33 – VISTA ÁREA DA OCUPAÇÃO INICIAL DE FAXINAL



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, 2009

Atualmente, Faxinal se caracteriza como um município de pequeno porte, cuja principal fonte de renda da população se encontra na agropecuária e no comércio de varejo. Nesse sentido, o município vem gradativamente reforçando sua imagem como “capital do Tomate”, devido ao número crescente de estufas desta cultura. Também é relevante a recente chegada de agro-indústrias, permitindo a criação de expressivo número de vagas de trabalho no mercado.

Destaca-se ainda o desmembramento do distrito de Cruzmaltina do município de Faxinal, que foi elevado à categoria de município através da Lei Estadual n.º 11.222, de Dezembro de 1995.

6.2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

O Município de Faxinal é composto por dois distritos, a saber: Distrito Sede e Distrito de Nova Altamira, também conhecido por “Faxinalzinho” (ver Mapa nº 11 – Distritos Administrativos Municipais). Possui uma extensa área rural com 709,18 Km², enquanto que a área urbana representa 0,63% da área total, correspondendo a 4,5 Km².

6.2.1. Uso e Ocupação do Solo Urbano

Com 10.961 habitantes (IBGE, 2007) na área urbana do município, Faxinal apresenta uma configuração eminentemente urbana dentro de seu perímetro. São encontrados fragmentos de mata nativa e áreas de cultivo agrícola de relevantes dimensões na área limdeira aos 450,38 ha compreendidos no perímetro urbano.

FIGURA 34 – VISTA DA ÁREA CENTRAL URBANA (Av. Brasil)



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

Faxinal dispõe de Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (Código Urbanístico – Lei nº 710/94), apresentando parâmetros definidos e limites de zonas específicas. Na tabela abaixo são apresentadas as Zonas Urbanísticas existentes, bem como o uso previsto para cada uma delas. Segundo informações da Prefeitura Municipal, existe a demanda pela elaboração de um novo Zoneamento, que se adapte as condições atuais de Faxinal, visto que este se encontra relativamente desatualizado.

QUADRO 60 – ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Zona Urbanística	Descrição segundo Lei nº 710/94
Zona de Comércio e Serviços Gerais	Predomínio de uso comercial e serviços de pequeno, médio e grande porte, indústrias não poluentes, sendo permitido também uso residencial.
Zona de Uso Misto	A zona de uso misto tem uso predominante residencial. Nesta zona também atividades complementares às funções urbanas, tais como comércio e serviços vicinais, lazer, recreação, serviços e uso institucional.
Zona Residencial de Interesse Social	A zona residencial de interesse social é destinada predominantemente ao uso residencial unifamiliar. Outro uso será considerado acessório de apoio ou complementação.
Zona Especial de Reurbanização	Na zona especial de reurbanização é permitido o uso residencial unifamiliar.
Zona de Expansão Prioritária	A zona de expansão prioritária é composta por loteamentos destinados a um futuro adensamento. Deverá concentrar uso residencial, permitido uso comercial e serviços desde que compatíveis.
Zona de Expansão Secundária	A zona de expansão secundária é destinada a um futuro adensamento. Somente será permitido e aprovado o parcelamento após uma ocupação de 50% da ZEP e a um parcial adensamento de ZRIS, exceto para a porção territorial contígua a Vila Velha e Vila Nova, desde que o loteador se responsabilize por obras de infra-estrutura.
Zona de Uso Industrial	A zona de uso industrial concentra as indústrias e outras atividades incompatíveis as demais as demais zonas como por exemplo: indústrias de pequenos, médios e grande porte, poluitiva e não poluitiva.
Zona Especial de Lazer	A zona especial de lazer definida por esta Lei definida como a principal área de recreação e lazer da cidade destacando os seus valores paisagísticos.
Zona de Preservação	A zona de preservação correspondente a área de mata nativa situada entre as vias Claudemiro Gonçalves Moreira, Santos Dumont e Eugênio Bastiani, e a área reservada para área verde entre o parque Industrial e conjunto habitacional Nutrimil.
Zona Especial de Restrições Geomorfológicas	Na zona especial de restrições geomorfológicas são proibidos parcelamentos, desmembramentos e novas ocupações, considerando que esta zona não possui condições topográficas e ambientais favoráveis.
Zona Residencial de	A zona residencial de ocupação restrita é composta por chácaras

Ocupação Restrita | lindeiras à fundos de vale.

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL, 2009.

Os grandes eixos da área urbana são a Avenida Brasil e as Ruas Santos Dumont e José Martins Vieira. Tais vias concentram praticamente todo o comércio local, bem como diversos equipamentos urbanos (ver Mapa nº 15 – Uso do Solo do Distrito Sede). Edifícios institucionais, tais como a Prefeitura Municipal e a Câmara Legislativa, se apresentam dispersos na área central da cidade.

FIGURA 35 – AV. BRASIL - DISTRITO SEDE



FONTE: PMF, 2009.

Ainda se destaca a rua Antônio G. da Costa que, além de realizar a conexão da cidade com a Rodovia BR 272, polariza alguns dos equipamentos urbanos não localizados nos principais eixos viários citados anteriormente.

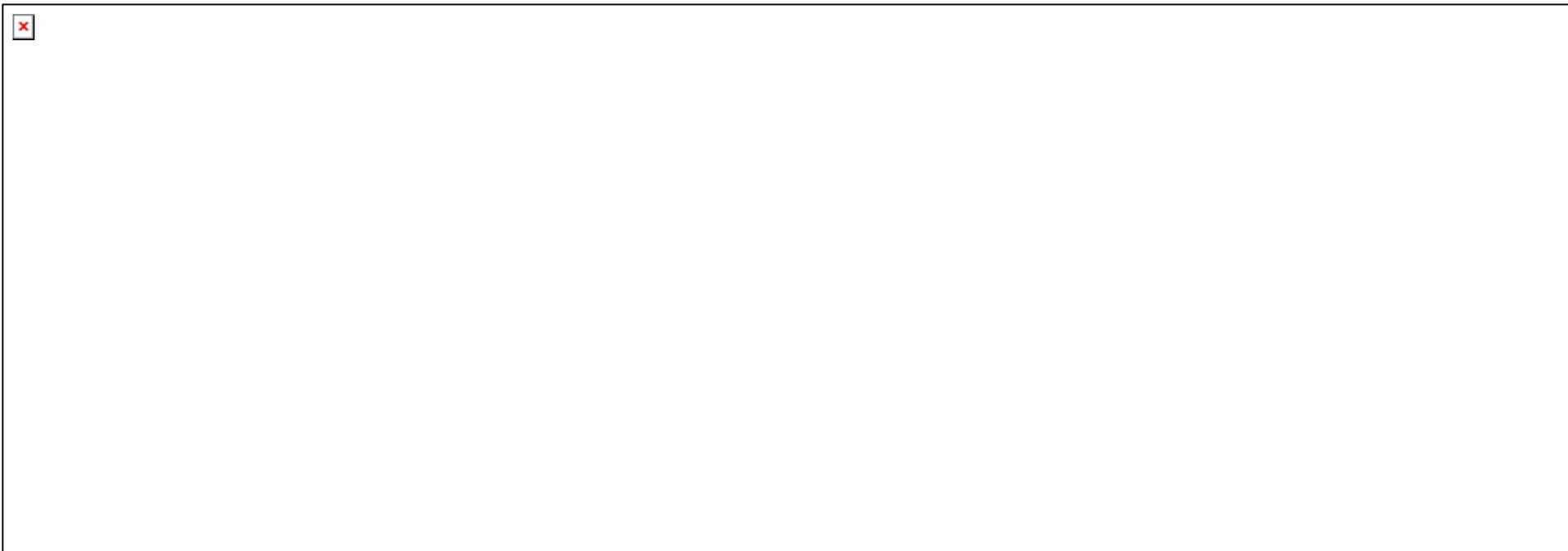
FIGURA 36 – RUA ANTÔNIO G. DA COSTA - DISTRITO SEDE



FONTE: PMF, 2009.

Com exceção do centro da cidade, o restante do perímetro urbano é conformado pela associação de áreas residenciais de baixa densidade e áreas de comércio vicinal. Destaca-se ainda a pequena quantidade de vazios urbanos, localizadas em às áreas dotadas de infra-estrutura urbana.

FIGURA 37 – VISTA AÉREA DA SEDE MUNICIPAL



FONTE: Prefeitura Municipal de Faxinal, 2009.

Segundo o IBGE, domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Em Faxinal, a densidade populacional por setor censitário é bastante equilibrada tanto na área urbana como na área rural. O IBGE definiu 14 setores na área urbana, com densidades que variam entre 20,8 e 76,4 hab/ha, em 2007.

Do ponto de vista da densidade populacional da sede municipal, observa-se no Mapa n.º 10 – Densidade Demográfica da Sede Municipal, que o bairro Jardim Aracy e o Conjunto Habitacional Pedro G da Luz (ambos no Setor Censitário nº 05) apresentam os maiores valores (76,4 hab/ha) sendo enquadrado como uma Densidade Demográfica média. Se considerarmos a densidade por domicílio de 3,9 hab/dom, pode-se perceber que isto representa aproximadamente 20 domicílios por hectare. Observa-se no mesmo mapa que em toda a sede municipal a densidade construída é relativamente alta, expondo um panorama de uma área urbana compacta. Tal constatação permite identificar um potencial futuro de verticalização dentro do perímetro urbano, que gradativamente se torna evidente pelos empreendimentos imobiliários surgidos na cidade de Faxinal.

FIGURA 38 – VERTICALIZAÇÃO DO USO DO SOLO – RUA DOS DOMINICANOS, FAXINAL



FONTE: RZS, 2009.

Os domicílios, a partir da definição do IBGE, são classificados como:

1. DOMICÍLIO PARTICULAR - quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregaram-se em:

a) Permanente - quando construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas;

b) Improvisado - quando localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica etc.) que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc. que estavam servindo de moradia na data de referência, também, foram considerados como domicílios particulares improvisados.

2. DOMICÍLIO COLETIVO - quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita à normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, camping etc.

Segundo o Censo de 2007, em Faxinal são encontrados 4.807 domicílios particulares permanentes, dos quais 3.785 estão localizados na sede urbana do município. Foi verificada a existência de apenas 10 domicílios improvisados no município⁶.

São contabilizados 56 unidades em domicílios coletivos na área urbana, segundo o Censo de 2007. Em visita *in loco*, pôde-se constatar tal realidade onde o distrito sede conta com dois Hotéis convencionais (*Habitações Transitórias* segundo IBGE) além de alguns Hotéis Fazenda, atendendo a demanda de hospedagem do município.

Observa-se que nas áreas ao longo dos fundos de vale da cidade, sobretudo junto ao Rio São Pedro, ainda encontra-se porção considerável de mata nativa preservada. Contudo, em alguns pontos, sobretudo àqueles próximos à Rua Antônio Garcia da Costa, observam-se ocupações irregulares sobre faixa de preservação permanente, em declividades não indicadas à ocupação urbana.

⁶ Domicílio que, embora esteja sendo usado, para fim residencial, não foi construído para tal fim. Incluem-se também aqueles localizados em unidades (lojas, fábricas, etc.) que não possuem dependências destinadas exclusivamente à moradia, prédios em construção servindo de moradia a pessoal de obra, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, etc.

Segundo informações da Secretaria de Assistência Social, Faxinal apresenta sete focos de ocupação irregular, todas já consolidadas – visto que existem há 20 anos, em média. Estas são: Vila Nova, Vila Velha, Vila Imperatriz, Rua Alagoas, Rua Antônio G. da Costa, Vila Pinguim e Rua Bento Moraes.

FIGURA 39 – OCUPAÇÃO ÀS MARGENS DO RIO SÃO PEDRO



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

6.2.2. Uso e Ocupação do Solo Rural

O município de Faxinal possui extensa área rural (709,18 Km²), constituída de diversas comunidades rurais dispersas pelo território. Dentro deste recorte territorial destaca-se a divisão do município em dois distritos, a saber: Distrito Sede e Distrito de Nova Altamira (ver Mapa nº 11 – Distritos Administrativos Municipais).

O Distrito de Nova Altamira (também denominado pelos munícipes de *Faxinalzinho*) concentra 884 habitantes, 243 domicílios, com densidade média de 3,6 habitantes por domicílios. A área urbanizada do distrito não dispõe de infra-estrutura urbana adequada, sendo observados, contudo alguns equipamentos urbanos no local.

QUADRO 61 – DENSIDADE DOS DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO – 2000

Setor	Situação de Domicílio	Domicílios Particulares Permanentes	População Residente	Densidade por Domicílio	
N.ALAMIRA	1	Urbana	98	357	3,6
	2	Rural	112	439	3,9
	3	Rural	33	88	2,7
	TOTAL		243	884	3,6

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2000

FIGURA 40 – DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA, FAXINAL - PR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

O município de Faxinal, segundo o Censo Demográfico 2007, possui 15.527 habitantes, com a maior parcela da população vivendo na área urbana (72,9 %). O adensamento rural mais representativo encontra-se no Distrito de Nova Altamira, localizada na porção noroeste do

município, e se aproxima de 4 hab/ha. Embora não haja apenas um motivo plausível, observa-se a concentração das instituições de ensino e saúde nestes dois aglomerados urbanos, polarizando por conseqüência a população.

De acordo com o IBGE (2007), a área rural foi dividida em 12 setores censitários, dos quais nenhum destes apresenta densidade superior a 0,5 hab/ha, ficando evidente a clara concentração da população na área urbana e do núcleo urbanizado de Nova Altamira, sendo a população rural totalmente dispersa no extenso território municipal. (Ver Mapa nº 9 – Densidade Demográfica Municipal). Analisando os dados do Censo 2007, os domicílios considerados improvisados não são relevantes, sendo uma característica positiva da ocupação rural do município. Foram contabilizados apenas 7 domicílios improvisados, dentro de um universo de 1.231 domicílios rurais.

QUADRO 62– DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO NA ÁREA RURAL– 2007

Setor	Situação	Domicílios particulares			Unidade Domicílio Coletivo
		Total	Domicílios Part. Permanentes	Improvisados	
15	Rural – Sede	122	118	4	0
16	Rural – Sede	41	41	0	0
17	Rural – Sede	23	22	1	0
18	Rural – Sede	24	23	1	0
19	Rural – Sede	30	30	0	0
20	Rural – Sede	73	73	0	0
21	Rural – Sede	332	332	0	0
22	Rural – Sede	63	63	0	0
23	Rural – Sede	63	62	1	0
24	Rural – Sede	315	315	0	0
02	Rural – N. Altamira	112	112	0	0
03	Rural – N. Altamira	33	33	0	0
TOTAL		1231	1224	7	0

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2007

Percebe-se no município de Faxinal uma concentração quanto à estrutura fundiária rural, com predomínio de propriedades acima de 200 ha, compondo 59% do território municipal com apenas 11% do total de estabelecimentos. As pequenas propriedades rurais (0–50 ha) também apresentam relevância, representando 71% do total de estabelecimentos, ocupando – contudo – somente 16% da área do município (ver quadro 63).

QUADRO 63 –ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS POR DIMENSÃO - 1996

Classe	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	333	33%	2.756,8	3%
10 a 20	209	21%	3.717,4	5%
20,01 a 50	171	17%	6.366,5	8%
50,01 a 100	82	8%	6.853,4	8%
100,01 a 200	86	9%	13.182,7	16%
200,01 a 500	79	8%	24.408,5	30%
Acima de 500	28	3%	23.830,4	29%
Total	988	100	81.115,7	100%

FONTE: baseado no Censo Agropecuário 1996

Ao se observar as classes de utilização das terras e relacioná-las ao número dos estabelecimentos agropecuários e sua respectiva área, é possível afirmar que as lavouras temporárias predominam na porção rural de Faxinal, representando 41% do território através de 746 estabelecimentos. Neste sentido, analisando a variação do uso do solo rural entre os anos de 1996 e 2006, pode-se constatar a expressiva redução das áreas de pastagens que, de 67% da porção rural do município em 1996, passaram a ocupar apenas 40,5% em 2006. Assim, tais áreas deram lugar à agricultura, fazendo com que o município de Faxinal se caracteriza atualmente pela intensiva ocupação do solo com atividades de lavoura temporária. (ver quadro 64). Destaca-se a reduzida quantidade de matas e florestas, envolvendo apenas 15,5% do território rural. Como ponto positivo, pode-se afirmar o aumento da área de floresta no período 1996 – 2006, com acréscimo de 5.173 ha.

QUADRO 64 –ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS POR ATIVIDADE, 1996 e 2006

Utilização das terras	Número de estabelecimentos agropecuários				Área dos estabelecimentos agropecuários			
	1996		2006		1996		2006	
	unidades	%	unidades	%	hectares	%	hectare	%
Lavouras permanentes	58	7,2	125	11,8	301	0,5	425	0,6
Lavouras temporárias	543	67,8	746	70,4	12.422	21,8	26.133	41,1
Pastagens	618	77,2	521	49,2	37.978	66,6	25.709	40,5
Matas e florestas	369	46,1	527	49,7	4.718	8,2	9.891	15,5

Total	800	100	1.059	100	56.959	100	63.440	100
--------------	------------	------------	--------------	------------	---------------	------------	---------------	------------

FONTE: Censo Agropecuário 1996 e Censo Agropecuário 2006.

Nota: Para o ano de 1996, a área de lavouras temporárias inclui a área de lavouras temporárias em descanso e a área de terras produtivas não utilizadas; Para o ano de 2006, os dados são preliminares, sujeitos a alterações quando da divulgação definitiva.

Quanto à distribuição espacial das diversas atividades de uso do solo rural, segundo informações da Prefeitura Municipal e visitas *in loco*, é possível identificar uma clara concentração de Lavouras Temporárias na porção central e norte do município, onde são mais expressivos o cultivo de grãos, sobretudo milho, feijão e trigo. Na porção sul de Faxinal, devido ao relevo mais acidentado, verifica-se a presença mais representativa de outras culturas (como o café), silvicultura (popularmente chamada de *Reflorestamento*) e pecuária.

Ainda quando ao cultivo, disperso por todo o território, se destacam diversos estabelecimentos agropecuários dedicados ao cultivo do tomate, dos quais a maior concentração também ocorre na porção central e norte do município.

FIGURA 41 – CULTIVO DE TOMATE, FAXINAL - PR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

6.3 ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS

A localização dos equipamentos públicos e atividades de Faxinal foi realizada a partir da base cartográfica repassada pelo município, sendo então confirmada através de levantamentos de campo realizados. (Ver Mapa nº. 14 - Equipamentos Urbanos da Área Urbana).

Conforme já explorado em item anterior, esse mapeamento destaca a concentração dos equipamentos públicos ao longo dos principais eixos viários urbanos (Avenida Brasil e as Ruas Santos Dumont e José Martins Vieira), no centro da cidade, onde se encontram a Prefeitura e O Fórum Municipal, Hospital e Maternidade São Luiz, Hospital Santa Felicidade, Escola Municipal Elza D. Cabral, bem como todo o comércio local. Outros equipamentos públicos como: o cemitério, demais escolas públicas, posto de saúde e o Estádio Municipal estão dispersos na área urbana.

FIGURA 42 – EQUIPAMENTOS URBANOS DISTRITO SEDE



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

Nas comunidades das áreas rurais, os equipamentos mais significativos são as escolas municipais e estaduais, que agregam valor à área.

FIGURA 43 – EQUIPAMENTOS URBANOS NA ÁREA RURAL



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

Segundo informações da Prefeitura Municipal, em Faxinal é verificada a existência de apenas um cemitério, localizado no final da Rua Santos Dumont, na saída para Vista Alegre. A capacidade prevista é para mais 10 anos. Contudo, a Prefeitura tem previsão de diversas obras no local, a saber: reconstrução de muro, canalização de águas pluviais, pavimentação das vias principais (na parte nova), melhoramento das instalações sanitárias e construção de gavetas mortuárias.

FIGURA 44 – CEMITÉRIO MUNICIPAL



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

Destaca-se o fato do cemitério se localizar em área de drenagem do Lago Saracura e não ser provido de sistema de tratamento ambiental adequado (impermeabilização, tratamento das águas superficiais e percoladas e, poços de monitoramento), apresentando potencial perigo à exploração do lago para fins de lazer da população. Tal preocupação já está presente entre os munícipes, como pôde ser observado nos resultados da 1ª Audiência Pública (pág. 18). Existe no município apenas uma Capela Mortuária que, inclusive, não é de propriedade da Prefeitura Municipal. Apesar disso, nem o levantamento de dados nem a pesquisa de opinião publica identificou esta questão como um problema no município.

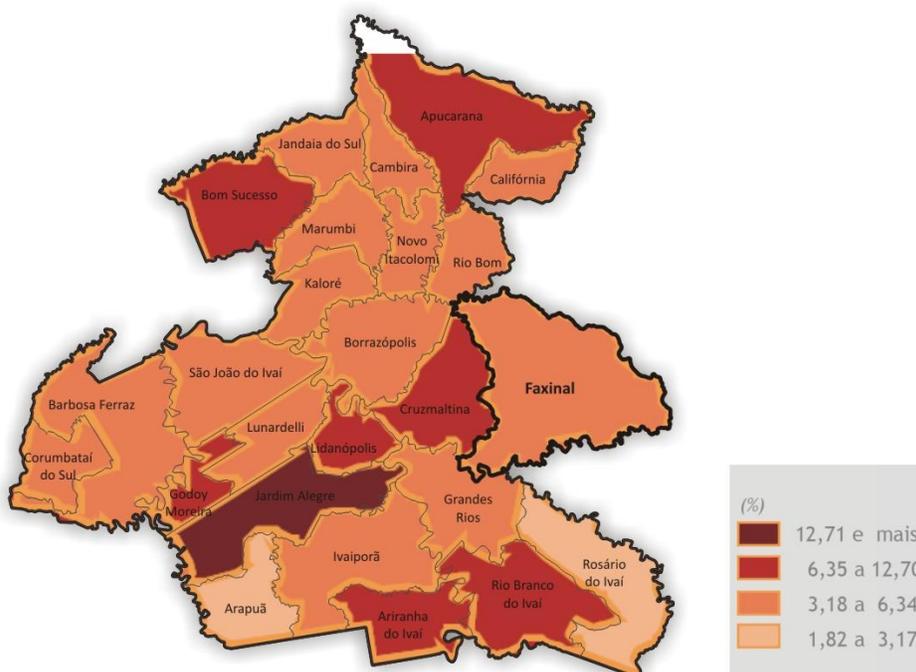
6.3.1 ATIVIDADE INDUSTRIAL

Na sede urbana, as atividades industriais se concentram no Parque Industrial Gino Zeni, localizados dentro do perímetro urbano, com área equivalente a 116.477,72 m². Criado em 1987 (Lei Municipal nº 447/1987), o Parque Industrial possui 09 quadras – com área de 94.453,20m² - e 05 ruas – com área de 24.934,52m². Atualmente estão implantadas 11 indústrias e 02 se encontram em fase de instalação. Vale ressaltar a inexistência de mais terrenos para sua ampliação. Segundo informações da Prefeitura Municipal, as atividades desenvolvidas atualmente pelo Parque Industrial se caracterizam pela pequena geração de empregos, sendo mais comum a presença de indústrias de manipulação de grãos.

6.4. HABITAÇÃO

No contexto da regionalização atual do IPARDES, Faxinal se insere no recorte *Território Vale do Ivaí*. Segundo o Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná, em 2000⁷ estimou-se um déficit de 203 habitações no município, correspondente a menos de 5% de déficit habitacional. No contexto regional, se comparado ao demais município pode-se perceber que Faxinal apresenta uma situação mais confortável, como pode ser visto na figura 7.4.1.

FIGURA 45 – DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO, TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ (2000)



FONTE: RZS, alterado de IPARDES – ATLAS DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS DO PARANÁ

QUADRO 65 – TOTAL DE DOMICÍLIOS E DÉFICIT HABITACIONAL, FAXINAL – 2000

	Domicílios particulares permanentes	Déficit Habitacional		Inadequação Habitacional		
		Abs	%	Por Infra-estrutura		Com Adensamento excessivo
				com carência	com deficiência	
Faxinal	4.472	23	4,54	1.041	2.663	297

FONTE: IPARDES – ATLAS DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS DO PARANÁ, 2004

⁷ Dados oficiais mais recentes.

Segundo informações da Secretaria de Assistência Social, Faxinal apresenta sete focos de ocupação irregular, todas já consolidadas – visto que existem há 20 anos, em média. Estas são: Vila Nova, Vila Velha, Vila Imperatriz, Rua Alagoas, Rua Antônio G. da Costa, Vila Pinguim e Rua Bento Moraes.

Apesar dos diversos focos, não existe Política Municipal de Habitação no município bem como Programas Habitacionais para a população de baixa renda. Tal constatação denota a urgência de ações visando a melhoria das condições habitacionais de Faxinal.

6.5. INFRAESTRUTURA URBANA

6.5.1. Classificação dos sistemas de redes de infra-estrutura urbana

O sistema de infra-estrutura de uma cidade pode ser melhor compreendido se este for dividido em subsistemas ou sistemas parciais de acordo com as suas funções, organizando-os segundo sua posição no espaço urbano. Neste contexto, Mascaró (2005) distribui as redes da seguinte maneira:

- Sistema viário: compondo-se de uma ou mais redes de circulação, para receber veículos, bicicletas, pedestres, etc. Caracteriza-se por ser o sistema que mais gera despesas para o poder público, geralmente constituindo mais de 50% do custo total de urbanização. O conjunto de vias de circulação é complementado pela rede de drenagem pluvial, responsável pela manutenção das condições de usabilidade da via sob as variadas condições climáticas.
- Sistema sanitário: composto por duas redes - abastecimento de água potável e rede de esgoto – que formam um conjunto simétrico que funciona em sentidos opostos.
- Sistema energético: apresenta fundamentalmente duas redes, quais sejam a de energia elétrica e a de gás.
- Sistema de comunicações: é integrado por rede de telefone, de televisão e de correio.

As deficiências no sistema de infra-estrutura afetam diretamente a qualidade de vida da população, prejudicando a produtividade e reduzindo a renda das pessoas. Um estudo realizado pelo Banco Mundial em 1994 (Mascaro, 2005) apresenta a rentabilidade dos investimentos em infra-estrutura, tanto em relação ao ponto de vista econômico, quanto ao que

A malha rodoviária municipal, constituída por rodovias municipais, estradas e caminhos, faz a conexão entre a sede, os distritos e as diversas localidades. As rodovias municipais se caracterizam pela inexistência de pavimento asfáltico, sendo o mesmo encontrado apenas na BR 272, na rodovia de acesso à sede do distrito de Nova Altamira, e algumas vias dispersas pelo território municipal. As demais, especialmente as estradas e caminhos, têm saibro, cascalho ou revestimento primário (Ver Mapa nº. 16. - Sistema Viário Municipal).

No extremo leste do território municipal se destaca a presença da linha férrea, que passa por diversos municípios conectando, dentro de um panorama regional, Londrina à Ponta Grossa. A mesma não exerce influência sobre a dinâmica municipal de Faxinal, visto a grande distância para a Sede Urbana e as declividades elevadas do local onde ela se encontra, sendo relevante para alguns municípios vizinhos, como Cruz Maltina.

6.6.2. Malha Viária Urbana

O município de Faxinal apresenta lei da hierarquização e traçado básico do sistema viário, parte integrante do Código Urbanístico (Lei nº 170/94), estabelecendo assim a tipologia, geometria e particularidades operacionais das vias para o tráfego de veículos e para a locomoção segura do usuário.

A Hierarquia Viária estabelecida por lei classifica as vias da sede urbana do município em marginal, arterial, coletora, secundária e local, conforme Mapa nº 18 – Hierarquia Viária da Sede Urbana. Conforme disposto na legislação: a via marginal corresponde à via paralela à Rodovia BR 272, localizada no parque industrial, promovendo maior segurança no acesso ao mesmo. Já as vias arteriais – constituídas pelas ruas Antonio Garcia da Costa, Eurides Cavalheiro de Meira, e Avenida Brasil – constituem as vias de maior importância, exercendo diversas funções e formando os principais eixos de ligação da cidade.

As vias coletoras – constituídas pelas Ruas Ana Néri, Santos Dumont, Alagoas e Avenidas Eugênio Bastiani e São Pedro – tem as funções de coletar e distribuir o tráfego de veículos entre as vias arteriais, secundárias e locais. As vias secundárias possuem tráfego de veículos em maior intensidade que as vias locais, tendo como função reduzir o tráfego das vias arteriais e coletoras. Por fim, as vias locais devem dar preferência à circulação de pedestre e propiciar o uso de lazer, com um tráfego de velocidade mais baixa.

O sistema viário urbano atual configura-se a partir de vias paralelas e transversais à Rodovia BR-272. A estrutura viária urbana básica é identificada pelas vias: Rua Antônio G. da Costa, que realiza a ligação entre a Rodovia e o Centro da cidade; Avenida Brasil e Rua Santos Dumont, que polarizam os principais equipamentos e comércios e serviços da Sede Urbana. Como ponto positivo, observa-se que o fluxo de caminhões com cargas pesada não cruza o espaço urbano, não criando conflito de tráfego.

FIGURA 47 – ASPECTOS DO SISTEMA VIÁRIO – AV. BRASIL (Via Arterial)



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

A maioria das vias é definida pela caixa de rolamento simples, sendo que apenas na continuação da Av. Brasil – Rua Martha Bueno de Camargo – são definidos canteiros centrais. Tal constatação revela o descumprimento do previsto no Código de Urbanismo de Faxinal⁸, aprovado em 1994 e que previa canteiro central em todas as vias arteriais, com no mínimo 1,50m. É relevante ainda ressaltar a presença de um trecho de sentido único na Avenida Brasil, entre as ruas Santos Dumont e 7 de Setembro, visando a melhoria da distribuição dos fluxos viários na via.

A conexão da Rodovia BR 272 com a malha viária ocorre através de dois trevos, localizados nos extremos da ocupação urbana, que fornecem acesso adequado aos veículos

⁸ O Código de Urbanismo (Lei nº 710/1994 reúne as leis de Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário.

que se dirigem à cidade de Faxinal.

6.6.3. Malha Viária Rural

A malha viária rural do município de Faxinal é bastante representativa, visto que a maioria da população vive na área rural. A estrada que liga o Distrito de Nova Altamira à Sede possui pavimentação asfáltica com estado de conservação bom, porém apresenta a caixa de rolamento de dimensões excessivamente reduzidas, criando uma séria de riscos para os deslocamentos realizados no local. Além de mais algumas vias dispersas pelo território, predominam as estradas e caminhos com saibro, cascalho ou revestimento primário.

FIGURA 48 - VIA DE ACESSO À NOVA ALTAMIRA E VIA RURAL AO SUL DA SEDE URBANA



FONTE: RZS.

6.6.4. Pavimentação

A malha rodoviária municipal (representada pelo eixo rodoviário da BR-272) apresenta pavimentação asfáltica em boas condições. Dentro da malha urbana, além da Avenida Brasil, também apresentam pavimentação um conjunto relativamente grande de vias, compondo aproximadamente 75% das vias na Sede urbana pavimentadas, como pode ser visualizado no Mapa nº 17 – Pavimentação da Sede Urbana.

Para o escoamento da produção, o principal eixo viário municipal utilizado é a estrada de Ligação da Sede com Nova Altamira, que já se encontra pavimentado. Já para as atividades turísticas, conforme informado pela Prefeitura Municipal, é necessário a pavimentação das diversas estradas municipais do entorno do perímetro urbano, conectando adequadamente o

fluxo turístico aos Hotéis Rurais.

6.7. CIRCULAÇÃO VIÁRIA

A circulação de veículos define a dinâmica dos deslocamentos no município, abrangendo os deslocamentos a pé ou motorizados, definindo condicionantes do tráfego de pessoas ou mercadorias, traduzindo a qualidade de vida em Faxinal.

Define-se pelas características funcionais que compreendem a identificação e aspectos relativos à frota; a legislação pertinente que condiciona o trânsito na cidade; a hierarquia viária segundo os usos das vias; os fluxos de pedestres; a tipologia do estacionamento; a sinalização viária implantada; os equipamentos especiais existentes que influem no trânsito e a ocorrência de acidentes com a identificação dos pontos de maior incidência.

A circulação viária do município é caracterizada pelo fluxo de veículos, caminhões, ônibus escolares, municipais e intermunicipais que, através de diferentes modais, transportam a população das comunidades rurais à sede, e para os municípios vizinhos. Vale ressaltar os resultados da Pesquisa de Opinião Pública, onde 37,2% da população urbana afirmou não utilizar meio de transporte motorizado, se deslocando prioritariamente a pé dentro da cidade.

6.7.1 Frota

A frota do município de Faxinal, segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, em 2009, totalizava 5.664 veículos registrados.

Verifica-se que, de acordo com o tipo de veículos referenciados no Código de Trânsito Brasileiro, os automóveis são em maior número com 2.918 veículos, que representam 51,5% da frota; seguido de motos e afins (caracterizado por motocicleta e motoneta) com 1.530 ou 27% do total; e de veículos pesados (definidos por trator, reboque e semi-reboque) com 56 ou 2,1% do total de veículos. O Quadro abaixo apresenta os dados relativos à frota em 2009.

QUADRO 66 – COMPOSIÇÃO DA FROTA EM FAXINAL – 2007/2009

VEÍCULO	2007	2009	% VAR
Automóvel	2.520	2.918	13,64%
Caminhão	287	311	7,72%
Caminhão trator	55	62	11,29%
Caminhonete	186	322	42,24%
Caminhoneta	395	344	-14,83%
Ciclomotor	11	9	-22,22%

Micro-ônibus	7	8	12,50%
Motocicleta	826	1.286	35,77%
Motoneta	145	244	40,57%
Ônibus	26	35	25,71%
Reboque	26	31	16,13%
Semi-reboque	78	88	11,36%
Trator rodas	-	-	-
Utilitário	1	2	50,00%
Total	4.567	5.664	19,37%

FONTE: DETRAN – 2009

Ao compararmos os anos de 2007 e 2009, pode-se perceber o crescimento da frota de veículos do município, particularmente de caminhonetes que cresceu mais de 42% em dois anos. Ainda se destacam as motocicletas e motonetas, que obtiveram acréscimo, respectivamente, de 35,8% e 40,6% no mesmo período, o que representa uma questão importante na segurança viária urbana.

6.7.2. Circulação de veículos

A área central (definida pela concentração de atividades institucionais, comércio e serviços) concentra a circulação de veículos do Distrito Sede e pode ser determinada pelas seguintes vias: Avenida Brasil, Rua Jair de Oliveira Munhoz, Rua Santos Dumont, Rua José Martins Vieira e Rua São Paulo. Todas as vias apresentam sentido duplo de circulação de veículos, exceto a Av. Brasil (no trecho entre as ruas José Martins Vieira e 7 de Setembro) que apresenta sentido único de circulação e alargamento do passeio.

FIGURA 49 - AV. BRASIL – TRECHO DE SENTIDO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO



FONTE: RZS, 2009

Através de análise técnica no local, a circulação de veículos não apresenta conflitos relevantes de tráfego, pois além dos volumes de tráfego não apresentarem grande expressividade, as vias de maior utilização apresentam-se adequadamente dimensionadas.

O estacionamento é liberado em todas as vias urbanas, não sendo identificados locais de estacionamento proibido através de placa de regulamentação. Vale citar o estudo realizado por HOBBS no livro *"Traffic Planning and Engineering"*, onde o autor defende a idéia de que o estacionamento junto ao meio-fio reduz a largura útil da via em mais do que a largura do veículo estacionado. A partir de estudos científicos, o autor comprovou que uma via de 20m de largura com estacionamento nos dois lados reduz sua capacidade para o equivalente de uma via de 12 m de largura sem estacionamento. Neste sentido, existe a possibilidade de futuro estudo detalhado de fluxos na área urbana de Faxinal, visando a proibição de estacionamento em via pública em certas áreas da cidade, melhorando o fluxo de veículos.

Quanto à circulação de veículos ainda vale destacar o fluxo de caminhões e tratores que percorrem as estradas municipais, sobretudo em direção ao Distrito de Nova Altamira. Embora a Sede urbana seja adequadamente ligada ao eixo viário da Rodovia PR 466, percebe-se que a estrada de ligação ao distrito não apresenta a mesma qualidade, possuindo caixa de rolamento

estreita, não adequadamente sinalizada. Sendo essencial, portanto, a adequação da caixa de rolamento e a implantação de sinalização horizontal e vertical.

FIGURA 50 – ESTRADA DE ACESSO AO DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA

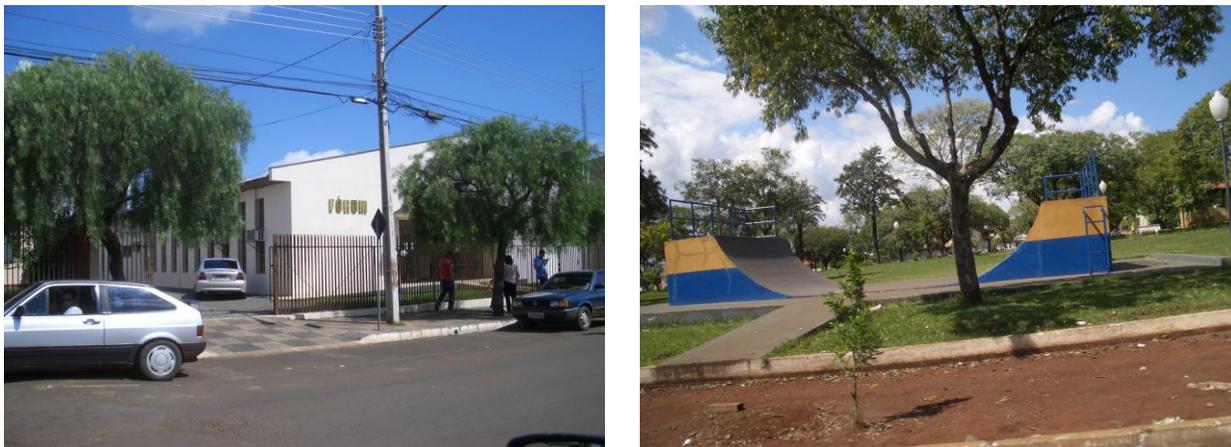


FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

6.7.3. Calçadas e Mobiliário Urbano

De modo geral, na área urbana de Faxinal é verificada a existência de calçadas (conjuntamente à instalação de mobiliários urbanos) na área central e bairros próximos. Bairros mais distantes, sobretudo os Conjuntos Habitacionais localizados ao norte da área urbana, apresentam situação oposta, com a presença de passeio apenas em algumas vias. Quanto ao estado de conservação, observa-se a boa qualidade das calçadas existentes, sendo necessária somente a implantação das mesmas nos bairros mais distantes.

FIGURA 51 –AV. BRASIL (ÁREA CENTRAL) E RUA JOÃO SCHELLER (BAIRRO VALE VERDE)



FONTE: RZS, 2009

Com relação à acessibilidade, não foi identificado o cumprimento às normas da NBR 9050 para facilitar a circulação de pessoas com dificuldades de locomoção em vias e interseções da área central. O mobiliário urbano existente nas calçadas é composto de diversos equipamentos, como lixeiras na rua principal, placas de sinalização, orelhões e pontos de ônibus. Tais equipamentos encontram-se em maior número nas praças da cidade, onde se destaca a *Academia da Terceira Idade*, conjunto de equipamentos para a realização de atividades aeróbicas voltadas à população idosa de Faxinal.

FIGURA 52 – ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA



FONTE: RZS, 2009

Quanto aos espaços públicos urbanos, se destaca a Praça Teotônio Vilela pelo

tratamento paisagístico da mesma, onde se verifica característica bem definidas de iluminação, mobiliário e equipamentos de lazer diferenciados, bem como arborização específica (árvores perenes, de grande porte, provendo sombra e gerando uma paisagem propícia ao repouso e contemplação).

FIGURA 53 – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA



FONTE: RZS, 2009

6.7.4. Sinalização Viária Urbana

Quanto à sinalização viária implantada na cidade, a mesma consiste de placas de sinalização e por pintura no pavimento. Na Rodovia BR 272 a sinalização tem características rodoviárias, sendo implantada principalmente nos acessos, sendo possível observar que este eixo rodoviário, embora tangencie o núcleo urbano da Sede de Faxinal, ainda permanece com suas características essencialmente rodoviárias.

FIGURA 54 – SINALIZAÇÃO NO TREVO DE ACESSO À ÁREA URBANA DE FAXINAL



FONTE: RZS, 2009

Na sede urbana verifica-se ainda a baixa eficiência da sinalização horizontal de advertência devido, sobretudo ao desgaste natural da tinta, que não vem sofrendo trabalhos de manutenção. Além da falta de manutenção, predominam no perímetro urbano vias sem sinalização horizontal ou vertical.

FIGURA 55 – SITUAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO DISTRITO SEDE



FONTE: RZS, 2009

6.8. TRANSPORTE

6.8.1. Transporte Coletivo e Intermunicipal

O município de Faxinal dispõe de transporte coletivo urbano de passageiros que atende a população residente no perímetro urbano. Atualmente verifica-se a existência de apenas uma linha de ônibus que, segundo informações da Prefeitura Municipal, atende adequadamente a demanda (composta predominantemente de pessoas que se deslocam até o trabalho). Apesar de atender a demanda, conforme informações da Prefeitura Municipal, o estado de conservação dos ônibus é precário, sendo necessária a renovação da frota atual.

FIGURA 56 – TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL NO DISTRITO SEDE



FONTE: RZS, 2009

O transporte intermunicipal é realizado através de linhas de ônibus que conectam Faxinal à diversas cidades da Região, pelas empresas Expresso Nordeste Ltda e da Viação Garcia. Os ônibus partem diariamente do Terminal Rodoviário Municipal, sendo os horários diversificados, como pode ser percebido na tabela abaixo.

QUADRO 67 – HORÁRIO DOS ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS EM FAXINAL - 2009

Empresa	Destino	Horários
Expresso Nordeste	Apucarana	07:30 10:45 13:30 18:30
	Califórnia	07:30 10:45 13:30 18:30
	Coitinho	08:45 10:45
	Cruz Maltina	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50

Grandes Rios	10:00 17:30
Guarapuava	08:45 10:45
Irerê	08:35 10:35 15:30 16:20
Ivaiporã	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
Jardim Alegre	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
João Vieira	08:45 10:00 10:45 11:50 15:50 17:30 18:50
Lidianópolis	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
Londrina	08:35 10:35 15:30 16:20
Manoel Ribas	08:45 10:45
Mauá da Serra	07:30 08:35 10:35 10:45 13:30 15:30 16:20 18:30
Palmeirinha	08:45 10:45
Pitanga	08:45 10:45
Placa Luar	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
Porto Ubá	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
Ribeirão Bonito	10:00 17:30
Rosário	10:00 17:30
Faxinal	08:45 10:45
Vila Diniz	08:45 10:45 11:50 15:50 18:50
Vila Reis	07:30 10:45 13:30 18:30

FONTE: EXPRESSO NORDESTE, 2009

6.8.2. Terminal Rodoviário Municipal

Para o atendimento de passageiros do transporte intermunicipal a sede é dotada de Terminal Rodoviário, localizado na rua Deodoro Antunes Ribeiro. O terminal é constituído de uma área de embarque e desembarque de passageiros. O interior do terminal dispõe de área para espera com bancos, sanitários, pequeno comércio além de ponto de táxi.

FIGURA 57– TERMINAL RODOVIÁRIO: VISTA DO ACESSO DE USUÁRIOS E ÔNIBUS, RESPECTIVAMENTE – FAXINAL, 2009



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

6.8.3 Transporte Escolar

O Sistema de Transporte Escolar Municipal abrange tanto a sede urbana como a área rural, atendendo 686 alunos distribuídos pelo Município, dos quais 509 (74,19%) residem na sede urbana e 177 (25,80%) residem na área rural. A tabela abaixo detalha a situação do transporte escolar por escola, nível de ensino e local de residência – urbano ou rural. Conforme informado pela Prefeitura Municipal, o Transporte Escolar atende a demanda atual do município de Faxinal.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, apesar de atender a demanda a frota existente envolve cinco ônibus escolares, dos quais dois são de propriedade da Prefeitura Municipal (um em péssimo estado de conservação) e três são terceirizados. Para o transporte escolar ainda são utilizadas duas Kombis com péssimo estado de conservação e que precisa, portanto, serem substituídas.

QUADRO 68 – TRANSPORTE ESCOLAR EM FAXINAL, 2009

Escola	Ens. Fundamental		Ens. Médio		Ens. Profissional		Especial	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Cecília Meireles	16	03	-	-	-	-	-	-
Cenira Queiróz	41	-	-	-	-	-	-	13

Elza Cabral	90	-	-	-	-	-	-	04
Epitácio Pessoa	51	-	-	-	-	-	-	-
Tancredo Neves	45	-	-	-	-	-	02	-
Augusto Bahls	72	16	-	-	-	-	-	-
Érico Veríssimo	39	39	25	38	33	26	-	-
Fernando Sontag	24	-	01	-	-	-	-	-
Maria Muziol	20	23	10	15	-	-	-	-
Olavo Billac	22	-	08	-	-	-	-	-

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL, 2009.

FIGURA 58 – TRANSPORTE ESCOLAR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009

6.9. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água para abastecimento da população da sede municipal é captada e tratada pela SANEPAR no rio São Pedro. A Estação de Tratamento de Água se localiza na Rua Martha Bueno de Camargo, no bairro Jardim Boa Vista. A água tratada na ETA é direcionada para o reservatório apoiado localizado junto à Estação, de onde a distribuição é realizada.

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, no ano de 2000, eram distribuídos 2.155 m³ de água tratada por dia, dos quais 93,28% passaram por tratamento convencional e apenas 6,72% por tratamento simples, com apenas a adição de cloro.

QUADRO 69 – VOLUME DE ÁGUA DISTRIBUÍDA POR DIA, COM TRATAMENTO DE ÁGUA POR TIPO DE TRATAMENTO

Tipo de tratamento da água	Variável	
	Volume de água distribuída por dia	
	m ³	%
Convencional	2.000	93,28
Não-convencional	-	-
Simples desinfecção (cloração)	144	6,72
Volume total de água com tratamento	2.144	100,00
Sem tratamento	-	-
Volume de água total	2.144	100,00

FONTE: PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2000

FIGURA 59 – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E RESERVATÓRIO DA SANEPAR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

O Informe sobre Desenvolvimento Humano 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é taxativo: “A água limpa e o saneamento estão entre as medidas preventivas mais poderosas para reduzir a mortalidade infantil. Representam para a diarreia o mesmo que a imunização para as doenças mortais”.

No ano de 2000, de acordo com o Censo Demográfico, a rede geral de abastecimento atende 95,5% dos domicílios urbanos de Faxinal, restando 139 domicílios que ainda se utilizam de poços ou nascentes para o seu abastecimento. Na área rural a situação é inversa, o abastecimento através de poços ou nascentes atinge 86,03% dos domicílios (ver quadro 70).



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 70 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2000

Setor	Situação de domicílio	Domicílios particulares permanentes	Forma de abastecimento de água							
			Rede geral			Poço ou nascente na propriedade				Outra forma
			Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Total	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada só na propriedade ou terreno	Não canalizada	
1	Urbano	232	230	0	2	2	2	0	0	0
2	Urbano	235	234	0	1	1	1	0	0	0
3	Urbano	206	201	1	5	5	3	0	2	0
4	Urbano	310	297	11	6	6	2	0	4	0
5	Urbano	225	212	1	8	8	4	3	1	1
6	Urbano	354	354	0	0	0	0	0	0	0
7	Urbano	248	229	0	17	17	1	2	14	0
8	Urbano	242	242	1	0	0	0	0	0	0
9	Urbano	436	422	3	12	12	0	1	11	1
10	Urbano	278	278	0	0	0	0	0	0	0
11	Urbano	255	254	1	0	0	0	0	0	0
12	Urbano	275	268	3	2	2	1	1	0	0
13	Urbano	261	260	0	1	1	1	0	0	0
14	Rural	159	9	4	111	111	96	11	4	16
15	Rural	131	0	0	124	124	112	5	7	1
16	Rural	57	3	0	54	54	39	7	8	0
17	Rural	24	0	0	21	21	14	0	7	0
18	Rural	18	0	0	16	16	13	0	3	1
19	Rural	22	0	0	21	21	18	2	1	0
20	Rural	92	7	0	80	80	72	4	4	1
21	Rural	52	2	0	48	48	36	0	12	1
22	Rural	73	15	0	57	57	51	3	3	0
23	Rural	97	2	0	80	80	70	2	8	1
1	Urbano	92	0	0	85	85	76	9	0	1
2	Rural	57	0	0	56	56	18	34	4	0
3	Rural	41	0	0	40	40	17	15	8	0

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

Em 2008, de acordo com informações da SANEPAR, no município de Faxinal o abastecimento de água abrangia 5.035 unidades atendidas, com 4.608 ligações. O quadro a seguir apresenta as categorias relacionadas ao abastecimento de água na área urbana.

QUADRO 71 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FAXINAL SEGUNDO CATEGORIAS – 2008

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	4.594	4.222
Comerciais	324	269
Industriais	20	20
Utilidade pública	45	45
Poder público	52	52
TOTAL	5.035	4.608

FONTE: SANEPAR.

NOTA: UNIDADES (ECONOMIAS) ATENDIDAS É TODO IMÓVEL (CASA, APARTAMENTO, LOJA, PRÉDIO, ETC) OU SUBDIVISÃO INDEPENDENTE DO IMÓVEL, DOTADO DE PELO MENOS UM PONTO DE ÁGUA, PERFEITAMENTE IDENTIFICÁVEL, COMO UNIDADE AUTÔNOMA, PARA EFEITO DE CADASTRAMENTO E COBRANÇA DE TARIFA. JÁ AS LIGAÇÕES SE REFEREM AO NÚMERO DE LOTES CONECTADOS À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PODENDO CADA UM CONTER MAIS DE UMA UNIDADE ATENDIDA, COMO POR EXEMPLO EM UM EDIFÍCIO, QUE APESAR DE CONSTITUIR APENAS UMA LIGAÇÃO, ENVOLVE O ATENDIMENTO DE DIVERSAS UNIDADES (APARTAMENTOS).

6.10. ESGOTO SANITÁRIO

Em Faxinal, não existe rede de coleta de tratamento de esgoto, nem mesmo na Sede Municipal. Isto de certa forma tem contribuído para a contaminação do solo e da água, uma vez que parcela deste esgoto acaba atingindo os rios municipais. Verificou-se através da Pesquisa de Opinião Pública realizada que as fossas existentes na área urbana são constituídas de fossas simples, o que agrava a situação. Segundo dado da Sanepar já existe um projeto de implantação de rede de esgoto e Estação de Tratamento de Esgoto na sede urbana do município, cuja verba para viabilização ainda não foi conseguida.

Por fim, vale analisar os dados do Censo Demográfico do IBGE (2000) que aponta que, quanto ao esgotamento sanitário, a forma predominante na área urbana é a fossa rudimentar (75,1% dos domicílios a utilizam). Outro dado relevante é que, ao se considerar apenas os domicílios que informara possuir banheiro ou sanitário, apenas 22,3% deles estavam ligados a rede geral de esgoto ou utilizavam fossa séptica. Na área rural 75,5% dos domicílios utiliza a fossa rudimentar⁹ como destino dos dejetos. É importante ressaltar que 224 domicílios não possuíam banheiro nem sanitário¹⁰ em 2000 (Quadro 72).

⁹ As fossas sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico, basicamente composta pela fossa propriamente dita e pelo sumidouro, através do qual os efluentes já parcialmente tratados são absorvidos pelo solo. Já a fossa Rudimentar se caracteriza pela inexistência de tratamento adequado (fossa negra, poço, buraco etc.).

¹⁰ Segundo a definição do IBGE, banheiro é o cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário, enquanto sanitário é o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispõe de aparelho sanitário ou buraco para dejeções.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 72- DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO A FORMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2000

Setor	Situação de domicílio	Domicílios particulares permanentes	Forma de abastecimento de água							
			Banheiro ou Sanitário							Sem sanitário
			Total	Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro Escoadouro	
1	Urbano	232	221	6	10	205	0	0	0	11
2	Urbano	235	235	0	43	191	1	0	0	0
3	Urbano	206	205	0	11	191	0	3	0	1
4	Urbano	310	307	0	3	297	0	7	0	3
5	Urbano	225	225	0	197	15	0	0	13	0
6	Urbano	354	354	3	335	16	0	0	0	0
7	Urbano	248	246	5	3	238	0	0	0	2
8	Urbano	242	241	0	1	240	0	0	0	1
9	Urbano	436	376	6	4	354	12	0	0	60
10	Urbano	278	277	7	60	210	0	0	0	1
11	Urbano	255	255	1	25	229	0	0	0	0
12	Urbano	275	275	2	1	272	0	0	0	0
13	Urbano	261	261	68	5	188	0	0	0	0
14	Rural	159	153	0	0	151	2	0	0	6
15	Rural	131	94	0	0	90	1	2	1	37
16	Rural	57	42	0	0	42	0	0	0	15
17	Rural	24	13	0	0	9	3	0	1	11
18	Rural	18	10	0	1	6	0	0	3	8
19	Rural	22	17	0	1	16	0	0	0	5
20	Rural	92	86	0	0	84	2	0	0	6
21	Rural	52	40	0	0	38	2	0	0	12
22	Rural	73	72	0	0	71	0	1	0	1
23	Rural	97	89	0	0	89	0	0	0	8
1	Urbano	92	91	0	0	90	1	0	0	1
2	Rural	57	37	1	30	5	1	0	0	20
3	Rural	41	26	0	5	20	1	0	0	15

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000



6.11. COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA

A coleta de resíduos sólidos é realizada pela Prefeitura Municipal e atende todo o perímetro urbano, sendo destinados diariamente ao Aterro Sanitário Municipal. Atualmente, a infra-estrutura existente no Aterro Sanitário encontra-se inadequada (falta de impermeabilização do solo, drenagem de efluentes, recobrimento adequado, cercamento da área, etc.), tornando-o apenas um Aterro Controlado.

FIGURA 60 – CAMINHÃO DE COLETA DE LIXO, FAXINAL - PR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

O serviço de limpeza pública é realizado pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal e envolve atividades de limpeza de estradas, praças e jardins (com roçadas manuais no barrancos e coleta de resíduos), varrição de logradouros (efetuada diariamente) e coleta de resíduos de podas vegetais, perfazendo um total estimado de 3.900 Kg/mês de resíduos de limpeza pública que também são encaminhados ao Aterro Sanitário Municipal. Atualmente não existe em Faxinal, triturador ou incinerador de resíduos.

A varrição de vias públicas, realizada de segunda a sexta-feira se utiliza de equipamentos simples cuja manutenção não demanda grandes investimentos, a saber: vassouras, pás e carrinhos de mão, através dos quais os garis recolhem os resíduos em sacos de lixo de 100 litros. Ao todo, o serviço de coleta de lixo e limpeza pública agrega vinte e um funcionários, todos vinculados à Prefeitura Municipal.

FIGURA 61 – VEÍCULO PARA COLETA DE PODAS E RESÍDUOS VEGETAIS, FAXINAL - PR



FONTE: RZS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO, 2009.

A seguir é apresentado o destino do lixo segundo dados do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. Como pode ser observado na tabela, a coleta de lixo através do serviço de limpeza e de caçambas atinge 92,3% do total de domicílios urbanos do distrito sede do município. Na área rural, aproximadamente 90,9% dos domicílios queimam ou enterram o lixo na propriedade, ou jogam em terrenos baldios.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

QUADRO 73 – DESTINO DO LIXO SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS, 2000.

Setor	Situação de Domicílio	Domicílios particulares permanentes								
		Total	Destino do Lixo							
			Coletado			Queimada na propriedade	Enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio ou lago	Outro destino
Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza								
1	Urbano	232	213	213	0	12	0	7	0	0
2	Urbano	235	221	221	0	6	3	5	0	0
3	Urbano	206	194	194	0	11	0	1	0	0
4	Urbano	310	248	248	0	37	2	6	0	17
5	Urbano	225	212	212	0	13	0	0	0	0
6	Urbano	354	348	348	0	4	1	0	0	1
7	Urbano	248	212	212	0	26	0	10	0	0
8	Urbano	242	241	241	0	0	0	0	0	1
9	Urbano	436	353	353	0	65	7	11	0	0
10	Urbano	278	278	278	0	0	0	0	0	0
11	Urbano	255	239	239	0	4	1	9	0	2
12	Urbano	275	267	267	0	8	0	0	0	0
13	Urbano	261	258	258	0	3	0	0	0	0
14	Rural	159	17	17	0	87	9	29	0	17
15	Rural	131	10	10	0	97	6	17	1	0
16	Rural	57	0	0	0	30	6	21	0	0
17	Rural	24	0	0	0	14	0	10	0	0
18	Rural	18	0	0	0	15	0	3	0	0
19	Rural	22	1	1	0	17	0	4	0	0
20	Rural	92	0	0	0	65	10	6	0	11
21	Rural	52	0	0	0	39	4	9	0	0
22	Rural	73	8	8	0	51	7	7	0	0
23	Rural	97	1	1	0	74	20	1	0	1
1	Urbano	92	1	1	0	68	14	8	1	0
2	Rural	57	0	0	0	43	7	7	0	0
3	Rural	41	0	0	0	26	1	11	3	0

6.12. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica é a concessionária do fornecimento de energia elétrica em Faxinal, com um consumo total de energia elétrica, em 2007 de 8.706 mwh com 3.224 consumidores. O quadro relaciona o número de consumidores atendidos pela rede de energia elétrica segundo sua natureza.

QUADRO 74– NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA 2007

CATEGORIA	CONSUMO (Mwh)	CONSUMIDORES
Residencial	6.184	4.428
Setor secundário	7.381	50
Setor comercial	3.628	484
Rural	2.593	677
Outras classes	1.916	66
TOTAL	21.702	5.705

FONTE: COPEL, 2007.

O município dispõe de sub-estação da COPEL (Rua Eurídes Cavalheiro Meira, 218), com fornecimento na tensão 138 kV para rebaixar a 380, 220 e 110 volts.

FIGURA 62 – SUBESTAÇÃO DA COPEL EM FAXINAL – 2009



FONTE: RZS, 2009.

A iluminação pública da cidade, em geral, segue o padrão da COPEL. Na Praça Teotônio Vilela é verificada uma característica bem definida com iluminação diferenciada, com postes em alumínio fundido, em formato comumente chamado de modelo *Republicano*.

FIGURA 63 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – ÁREA URBANA



FONTE: RZS, 2009

FIGURA 64 – PRAÇA TEOTÔNIO VILELA



FONTE: RZS, 2009

6.13. COMUNICAÇÕES

De acordo com dados da Prefeitura Municipal, Faxinal possui 1 agência de correio e 2 emissoras de radiodifusão, sendo o principal meio de informação da população rural. Destaca-se a existência de mais uma emissora de rádio, em processo de aprovação no Congresso Nacional.

QUADRO 75 – EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO, 2009

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase
790 kHz	Radio Club De Faxinal Ltda	PR	Faxinal	OM	3
790 kHz	Radio Club De Faxinal Ltda	PR	Faxinal	OM	3
200 kHz	Associação Rádio Comunitária Novo Dia	PR	Faxinal	RADCOM	3
204 kHz	Rocco Junior & Rocco Ltda - Me	PR	Faxinal	FM	C

LEGENDA: Serviço (3) – Em Funcionamento, (C) – Em Aprovação no Congresso Nacional.
 FONTE: ANATEL, 2009.

FIGURA 65 – RADIOCLUB DE FAXINAL, SEDE URBANA – 2009



FONTE: RZS, 2009.

Quanto aos serviços de Telefonia Fixa, como o serviço é privatizado, as informações relativas ao serviço de telefonia se tornam de difícil acesso. Segundo dados da Anatel, as empresas envolvidas neste serviço são: Brasil Telecom, Embratel e GVT. Em relação à telefonia móvel a sede urbana tem cobertura de serviço das operadoras VIVO, CLARO, TIM e BRASIL TELECOM. O distrito sede ainda conta com internet banda larga.

8. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

7.1. ASPECTOS LEGAIS

O objetivo do presente diagnóstico é promover o levantamento e a análise conjunta da legislação pertinente ao Plano Diretor do Município de Faxinal para a elaboração das minutas das leis que o compõem. É preciso destacar que, diante do objetivo proposto não é suficiente a análise das leis municipais, pois são inúmeras as modificações e inovações ocorridas na legislação federal e estadual nos últimos anos, bem como na Constituição Federal.

A análise da compatibilidade e adequação da legislação do Plano Diretor do Município de Faxinal com essas inovações é fundamental para, além de facilitar a sua aplicação pelos operadores jurídicos, mantê-la em sintonia com a evolução do direito.

A elaboração dessa legislação exige um exame cuidadoso da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná e da Lei Orgânica do Município de Faxinal, bem como da legislação federal e estadual pertinente aos temas tratados no Plano Diretor. Dentre eles destacamos o zoneamento urbano-ambiental, o uso do solo, a vegetação, os recursos hídricos, o patrimônio cultural, histórico, artístico e arqueológico, entre outros.

Neste processo, é fundamental observar a repartição de competências para legislar entre os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para evitar conflitos de competência e facilitar a aplicação da legislação, bem como a delimitação do direito de propriedade e a questão do direito adquirido. Tais temas, embora de fundamental importância na discussão dos aspectos legais envolvidos no Plano Diretor, foram inseridos no Anexo 11.3, facilitando a fluidez da Análise Temática Integrada.

Organizamos a análise por assuntos que têm pertinência com a temática do Plano Diretor, ressaltando que esta análise não pretende esgotar o tema. Muito pelo contrário. Tendo em vista a enorme quantidade de leis federais, estaduais e municipais em vigor, foram destacadas neste momento aquelas de maior importância e aplicação prática, para subsidiar a elaboração das leis do Plano Diretor. Certamente, no decorrer da elaboração, surgirão debates e questionamentos que nos levarão a estender essa análise, mas de forma mais direcionada.

7.1.1. Principais temas pertinentes ao Plano Diretor

Em cada tópico a seguir serão destacados os principais diplomas legais acerca de cada tema, no âmbito federal, estadual e municipal. É preciso destacar que o presente documento é parte de uma etapa inicial do trabalho de elaboração do Plano Diretor, que visa subsidiar uma análise mais crítica e criteriosa que será feita no decorrer do processo. Isto porque essa análise crítica pressupõe a realização de diálogos e discussões com os atores envolvidos na aplicação das leis a serem elaboradas, tanto no âmbito do Poder Público como no da comunidade local.

Os conflitos e dificuldades na aplicação das leis a seguir apresentadas só poderão ser identificados com a participação ativa dos responsáveis pela sua aplicação, bem como dos cidadãos que a elas estão submetidos.

7.1.1.1. Lei Orgânica do Município de Faxinal

A Lei Orgânica do Município de Faxinal trata de vários temas pertinentes ao Plano Diretor, como a ordem econômica e social, a assistência social, a saúde, a educação, a cultura, o desporto, a política urbana, as políticas agrícolas e agrárias e o meio ambiente. Todos estes temas serão também abordados nas leis que compõem o Plano Diretor, devendo ser compatibilizadas com as novas disposições legais.

7.1.1.2. Zoneamento Urbano-Ambiental

O zoneamento ambiental é tratado pela Lei 6.938/81 como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente¹¹. Esta lei traz os princípios e diretrizes a serem seguidos pelo Poder Público e pela sociedade como um todo visando a *“preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”*¹².

Além disso, também está previsto como um dos instrumentos de planejamento pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.527/01, art. 4º, inciso III, c). Mas sua definição legal pode ser encontrada na Lei Federal nº. 9.985/00, instituidora do Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

“Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: (...)

¹¹ Art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938/81.

¹² Art. 2º da Lei Federal nº 6.938/81.

XVI – zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;”

Os principais objetivos do zoneamento urbano-ambiental, como bem observou Maria Gravina Ogata¹³, são: garantir o uso sustentável e ordenado dos recursos ambientais; prover a proteção para habitats críticos ou representativos, bem como para os ecossistemas e processos ecológicos; solucionar ou minimizar as atividades humanas conflitantes; proteger os recursos naturais e histórico-culturais, permitindo um amplo espectro de usos a serem desenvolvidos pela atividade humana; reservar áreas adequadas para usos mais impactantes, minimizando os efeitos destes usos em outras áreas (conceito de áreas de sacrifício); preservar algumas áreas em seu estado natural, limitando as atividades humanas aos propósitos de pesquisa científica ou educação (princípio da precaução e conceito de manutenção de ecossistemas).

Através do zoneamento procede-se à divisão do território em áreas nas quais são autorizadas determinadas atividades e proibidas, total ou parcialmente, outras. Sem dúvida, não é só um instrumento jurídico, mas também político, visto que influencia diretamente a vida dos cidadãos que habitam a área zoneada e, muitas vezes, impõe uma série de restrições aos direitos individuais no intuito de resguardar um direito coletivo.

O zoneamento passa a ser um referencial para as ações de controle ambiental e desenvolvimento urbano, bem como para o ordenamento e planejamento territorial. Passa a servir de parâmetro para a análise de requerimentos de uso do espaço geográfico, através do licenciamento.

É também um instrumento de política econômica, podendo ser utilizado para orientar a ocupação de determinada região de forma a promover um maior desenvolvimento da mesma, prevendo inclusive estímulos econômicos para determinados usos – às vezes não proibidos - mas considerados mais adequados para determinada zona.

O zoneamento urbano-ambiental está entre as ações de poder de polícia administrativa, limitando o direito de propriedade. Paulo Affonso Leme Machado entende que ele *“atua com a finalidade de garantir a salubridade, a tranqüilidade, a paz, a saúde, o bem estar do povo”*¹⁴.

¹³ “Zoneamento Ambiental: aspectos técnicos, jurídicos e metodológicos” – Consultora do MMA

¹⁴ Direito Ambiental Brasileiro. 7 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 139.

No entendimento de Vanêsa Buzelato Prestes, “por intermédio do zoneamento que pode estar previsto no Plano Diretor ou em leis esparsas, desde que compatíveis com o mesmo, os Municípios podem, por exemplo, identificar as áreas passíveis de receber resíduos sólidos urbanos, aquelas em que há necessidade de manejo e ações tecnológicas visando a estancar processo de erosão, áreas com vocação industrial, áreas de preservação permanente e de uso especial, respeitando a vocação natural da mesma. Também por intermédio do zoneamento podem ser definidos os locais onde são vedados empreendimentos de porte que causem impacto na circulação, ou na economia local, como são os hipermercados, por exemplo”¹⁵.

7.1.1.3. Uso do Solo

A questão do ordenamento do uso do solo e da regularização fundiária é sem dúvida uma das que mais gera conflitos no estabelecimento de um zoneamento. O problema do direito adquirido e da propriedade privada já foram tratados em tópico específico, mas é preciso fazer uma análise da legislação que deve ser tomada como parâmetro na definição dos usos do solo.

A Lei Federal nº. 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é de observação obrigatória nesse caso e deve ser complementada pela Lei Federal nº 4.504/64, pelo Decreto Lei nº. 57/66 e pela Lei Federal nº. 5.172/66, no caso de parcelamento do solo rural. Na interpretação do art. 13, inciso I da Lei Federal nº. 6.766/79 que dispõe serem áreas de preservação ecológica aquelas de “proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, definidas por legislação estadual ou federal.” pode-se entender estarem incluídas neste conceito as chamadas áreas de interesse especial.

Além disso, as florestas de preservação permanente, os parques nacionais, estaduais e municipais, as reservas biológicas, as reservas de caça, as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental cujos objetivos transcendem os do art. 13, I da lei 6.766/79 estão também abrangidos por essa disposição. Essa interpretação é importante na medida em que segundo o mesmo art. 13 da referida lei:

“Art. 13. Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições:

I – quando localizados em área de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais, ou ao patrimônio cultural, histórico,

¹⁵ PRESTES, Vanêsa Buzelato. Instrumentos Legais e Normativos de Competência Municipal em Matéria Ambiental. in Revista de Direito Ambiental. Revista dos Tribunais. Vol. 31, ano 8, jul/set 2003.

paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal.”

Como já explicitado em tópico anterior, na implementação de zoneamento que impõe novas limitações diferentes ou mais restritivas das já existentes, é preciso analisar com cuidado o direito à indenização nas regularizações fundiárias. Isto porque quando a limitação for apenas no sentido de regular o exercício da propriedade, através de regras de caráter geral, fundamentadas no interesse coletivo, não há direito à indenização. Nesse caso, a restrição, que foi imposta a todos é compensada por um benefício coletivo. É essa a solução também para certos tipos de servidão que se assemelham às limitações administrativas, por decorrerem diretamente da lei e incidirem sobre toda uma categoria de prédios, como nas servidões marginais aos rios públicos e nas servidões ao redor dos aeroportos.

No município de Faxinal, a legislação de uso do solo é abordada pelo Código de Urbanismo, aprovado pela Lei nº 710/1994, que dispõe sobre normas gerais e padrões de urbanismo e edificação para a cidade de Faxinal. O Código de Urbanismo de Faxinal aborda, em um mesmo diploma legal, temas pertinentes ao uso do solo (zoneamento urbano), perímetro urbano, parcelamento do solo urbano, sistema viário, meio ambiente, recursos hídricos e edificações em geral.

A abordagem de todos esses temas numa mesma lei é uma opção técnica, porém, não muito usual. O tratamento de cada um destes temas cabe em uma lei própria, facilitando inclusive em caso de necessidade de alteração da lei. Por uma questão de técnica legislativa, será dada preferência para o tratamento de cada tema em uma minuta de lei separada, modificando o formato atual da legislação municipal.

7.1.1.4. Código De Posturas

Os Códigos de Posturas eram originariamente documentos que reuniam um conjunto de normas municipais, em todas as áreas de atuação do Poder Público. Com a passar do tempo, a maior parte das atribuições do poder local passou a ser regida por legislações específicas (lei de zoneamento, lei do parcelamento, código de obras, código tributário etc.) ficando o Código de Posturas restrito às demais questões de interesse local, notadamente aquelas referentes ao uso dos espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, a higiene e ao sossego público.

Embora de tradição antiga, o Código de Posturas é um instrumento cuja importância urbanística tem sido subestimada. Isto se dá fundamentalmente pelo desconhecimento e pela falta de tradição dos planejadores em tratar dos temas que lhe são próprios.

Como se pode perceber trata-se de um instrumento de grande alcance e importância para a efetivação da política municipal de meio ambiente, na medida em que permite regular atividades e coibir práticas ambientalmente inadequadas.

No que se refere especificamente à gestão de resíduos, vale destacar os seguintes aspectos que podem ser contemplados no conteúdo desse Código: estabelecer normas que disciplinem o acondicionamento, a disposição e a coleta do lixo (normal e seletiva); disciplinar a disposição de entulhos em logradouros públicos (vias, calçadas etc.); normas sobre terrenos baldios dispendo sobre seu fechamento, limpeza, de modo a coibir o surgimento de depósitos clandestinos de resíduos; na disciplina do comércio ambulante e feiras livres, exigir a correta disposição de resíduos.

Deve-se acrescentar que, além de estabelecer normas de conduta, o Código de Posturas define as infrações e fixa as respectivas penas (multas).

Código de Posturas de Faxinal foi instituído pela Lei nº 711/94 e trata dos poderes e das medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuidando as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes. Tendo em vista o grande lapso temporal decorrido desde a aprovação do Código de Posturas municipal, faz-se necessária uma profunda revisão dos seus dispositivos e a sua adaptação à realidade atual do município, bem como a sua compatibilização com a legislação estadual e federal superveniente.

7.1.1.5. Código De Obras

O Código de Obras regula, na instância municipal, as edificações civis e outras instalações afins, levando em conta os usuários destes espaços e instalações, tendo por objetivo garantir as condições de higiene, saúde, conforto, e segurança da população. Devendo conter propostas de compatibilização das edificações com o meio urbano e o meio natural, garantindo as condições de ventilação, insolação, isolamento contra a poluição acústica e atmosférica, conforto térmico, etc.

O Código de Obras é fundamental para nortear as exigências e o trabalho dos responsáveis técnicos, que por sua vez, devem ter atribuições para responder por projetos arquitetônicos, estruturais e de engenharia.

No caso do município de Faxinal, as matérias usualmente abordadas nos códigos de obras estão contidas no Código de Urbanismo, conforme mencionado acima. No entanto, a proposta atual é a elaboração de uma minuta de um Código de Obras independente, contendo os temas já tratados no Código de Urbanismo existente, atualizados e complementados, para a adequação à realidade do município, bem como a sua compatibilização com a legislação estadual e federal superveniente.

7.1.1.6 Apontamentos Finais

O objetivo do presente diagnóstico foi apresentar os diplomas legais mais importantes e de observação obrigatória na elaboração da legislação do Plano Diretor de Faxinal. Apenas os mais importantes, porque seria quase impossível e de pouca utilidade prática para o objetivo pretendido analisar toda a legislação incidente na área.

O importante é visualizar, dentro desse conjunto de normas, aquelas que traçam os princípios norteadores da política urbanística e ambiental em nosso país, as quais estão em sua maioria fixadas na Constituição Federal e nas chamadas normas gerais. Mas ao mesmo tempo, atentar para a legislação vigente local, estadual e municipal, que é mais direcionada para as características naturais, políticas e sociais da região e que define parâmetros mais específicos de atuação.

Por ser muito vasta, a legislação ambiental brasileira acarreta muitas vezes conflitos na sua interpretação. No entanto, a forma de interpretação mais próxima da lógica jurídica e preconizada pela melhor doutrina no assunto é a que leva sempre em consideração o interesse público envolvido no caso prático (que normalmente encontra proteção em dispositivos constitucionais – solucionando-se aí o problema) e as questões de competência legislativa.

Ou seja, as competências de cada ente federado estão explicitamente definidas na Constituição Federal, sendo certo que se os Estados e Municípios quiserem suplementar essa legislação, somente poderão fazê-lo em caráter mais restritivo do que o já previsto (em direito ambiental). E esse critério (da maior restrição) deve ser utilizado na análise da validade ou não de determinada norma dentro do sistema jurídico.

7.2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

7.2.1 Organização da Estrutura da Prefeitura

A estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Faxinal foi organizada a partir da Lei nº 802/97, que divide a organização administrativa entre órgãos de assessoramento e secretarias. A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal foi alterada pelas leis: nº 1027/03, nº 1054/04, nº 1110/05, nº 1152/09 e nº 1164/06 conformando a seguinte constituição:

01 – Câmara Municipal:

02 – Gabinete do Prefeito

- a) Gabinete do Prefeito.
- b) Departamento de Defesa Civil

03 – Assessoria Jurídica.

04 – Assessoria de Planejamento.

05 – Assessoria de Imprensa

06 – Controladoria Interna.

07 – Secretaria Municipal de Administração.

- a) Departamento de Recursos Humanos.
 - a. Divisão de controle de Pessoa.
- b) Departamento de Patrimônio.

08 – Secretaria Municipal de Finanças:

- a) Departamento de Contabilidade.
- b) Departamento de Tributação.
 - a. Divisão de Cadastro
- c) Departamento de Tesouraria.
 - a. Divisão de Controle de Contas
- d) Departamento de Licitação e Compras.

09 – Secretaria Municipal de Assuntos Especiais:

- a) Fundo Municipal de Segurança Pública

10 – Secretaria Municipal de Obras e Viação

- a) Departamento de Obras.
- b) Departamento Rodoviário Municipal.

11 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

- a) Departamento de Urbanismo.

b) Departamento de Serviços Urbanos.

12 – Secretaria Municipal de Saúde

a) Departamento de Saúde.

b) Departamento de Vigilância Sanitária.

c) Departamento de Odontologia.

13 – Secretaria Municipal de Ação Social

a) Departamento de Ação Social.

b) Departamento de Promoção Social.

14 – Secretaria Municipal de Educação

a) Departamento de Ensino Fundamental.

b) Departamento de Assistência ao Educando.

15 – Secretaria Municipal de Cultura

16 – Secretaria Municipal de Esportes

17 – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

a) Departamento de Agricultura.

b) Departamento de Pecuária.

18 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

a) Departamento de Meio Ambiente.

b) Departamento de Fiscalização Ambiental.

19 – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

a) Departamento de Indústria.

b) Departamento de Comércio.

20 – Secretaria Municipal de Turismo

21 – Secretaria Municipal da Criança

O **Gabinete do Prefeito** tem por responsabilidade assistir o prefeito em suas relações com os munícipes ou com autoridades, no âmbito municipal, estadual ou federal, dando suporte de informações político-administrativas.

A **Secretaria Municipal de Administração** é órgão responsável pelas atividades de recrutamento, seleção, regime jurídico dos servidores municipais, controles funcionais e demais atividades de pessoal. Também está ligada a guarda, distribuição e controle do material e patrimônio utilizado pela Prefeitura Municipal. É subdividido em: Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Patrimônio.

A **Secretaria Municipal de Finanças** é o órgão encarregado de executar a política financeira do município, referente as atividades de lançamento, fiscalização e arrecadação



de tributos e rendas municipais, pagamento e movimentação de dinheiro, processamento da despesa, cobrança da dívida ativa e assessoramento geral em assuntos econômicos-financeiros. É subdividido em: Departamento de Contabilidade, Departamento de Tributação, Departamento de Tesouraria e Departamento de Licitação e Compras.

A **Secretaria de Obras e Viação e Serviços Urbanos** tem por responsabilidade elaborar projetos e executar serviços ligados a pavimentação e obras públicas municipais. É subdividido em: Departamento de Obras e Departamento Rodoviário Municipal.

A **Secretaria de Serviços Urbanos** tem por responsabilidade licenciar e fiscalizar as obras particulares, fiscalizar os serviços público ou de utilidade pública concedidos além de administrar o cemitérios público. É subdividido em: Departamento de Urbanismo e Departamento de Serviços Urbanos.

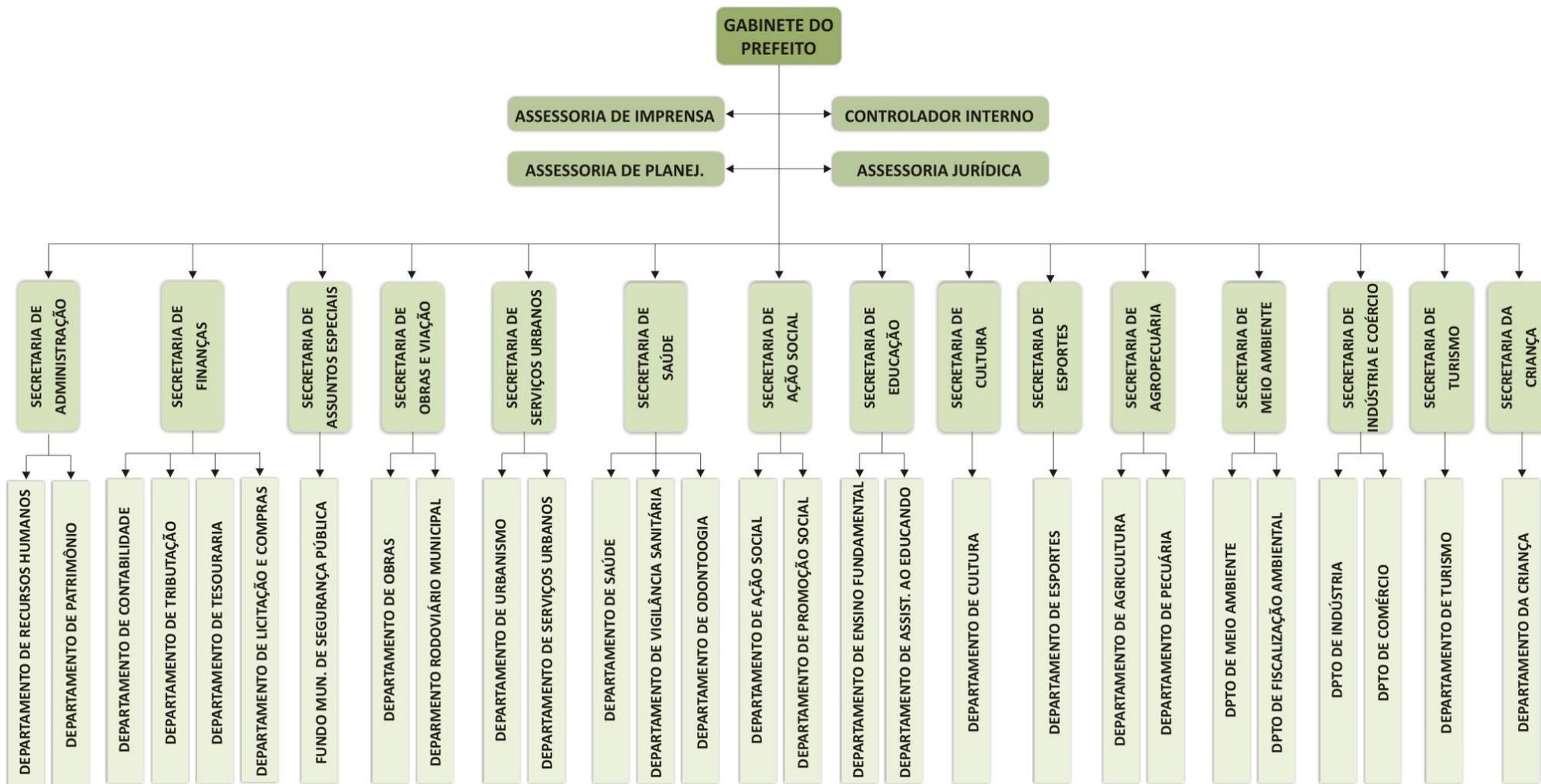
As **Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esportes e Turismo** são os órgão que tem por finalidade o planejamento municipal de educação, cultura, esportes e turismo, em consonância com os critérios do planejamento nacional e estadual, atendendo as necessidades locais, promovendo programas culturais, recreativos e esportivos de interesse da população..

A **Secretaria de Saúde** é o órgão responsável pela promoção de medidas de proteção à saúde da população mediante a prevenção e combate de doenças de massa, fiscalização das condições de saneamento básico e oferta de medicamentos. Também agrega as responsabilidades ligadas à área de planejamento e manutenção da Saúde Pública no Município, prestação de assistência e vigilância à Saúde, através de programas de assistência médico-odontológicos e programas de promoção à saúde.

A **Secretaria de Ação Social** é o órgão responsável pela execução de medidas de Promoção social, integração comunitária, realização de pesquisas e demais atividades de ação social.

A seguir é apresentado o organograma administrativo da Prefeitura Municipal de Faxinal, articulando as secretarias e seus respectivos departamento na estrutura organizacional municipal.

QUADRO 76 – ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL



FONTE: RZS, baseado em PREFEITURA MUNICIPAL.

9. CONCLUSÕES DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

8.1. SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A **ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA** corresponde à fase de diagnóstico do PDM - FAXINAL, que consiste em analisar e avaliar os problemas e as potencialidades do Município, identificando suas causas.

A metodologia adotada para a construção da Análise Temática Integrada é a **CDP** – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. A sistemática CDP representa um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultados de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação das áreas de interesse para o planejamento. Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isso os erros de uma simples eliminação de deficiências.

A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento do Município. Isto significa que as tendências de desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade. Nesse sentido, com base nas informações obtidas é possível classificar os elementos de interesse para o planejamento em:

Condicionantes: elementos do ambiente urbano e natural ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras previsíveis no ambiente físico ou na estrutura urbana, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que pelas suas características não podem ou não devem ser alterados. Exemplo disso são as características naturais do Município: rios, morros que não podem ser alterados, ou os aspectos antrópicos que fazem parte do patrimônio cultural da cidade.

Deficiências: São situações de caráter negativo que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento do Município e da sua comunidade.

O caráter das Deficiências pode ser:

Técnico – carência/ inadequação da infra-estrutura e equipamentos, etc.

Natural – corpos d'água poluídos, desmatamentos, etc.

Cultural – prédios históricos em decadência, etc.

Legal – ausência/ inadequação de legislação urbanística, ocupações irregulares, etc.

Financeiro – insuficiência de poder aquisitivo, etc.

Social – desemprego, analfabetismo, etc.

Administrativo – falta de fiscalização, etc.

Econômico – custo elevado de manutenção, etc.

Potencialidades: São os aspectos positivos do Município que se bem explorados e/ou otimizados poderão resultar em melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

O caráter das Potencialidades pode ser:

Técnico – infra-estrutura e equipamentos com capacidade ociosa, etc.

Natural – áreas propícias à urbanização, áreas com potencial paisagístico para o turismo, etc.

Cultural – potencialidades para novas utilizações de prédios históricos, etc.

Legal – terrenos públicos disponíveis, etc.

Financeiro – capacidade de endividamento não utilizada, etc.

Social – aproveitamento de iniciativas comunitárias, etc.

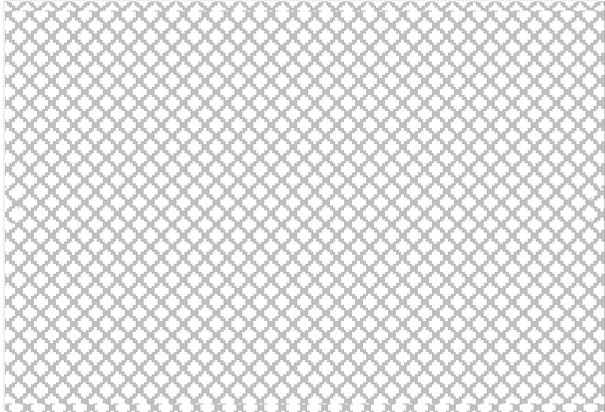
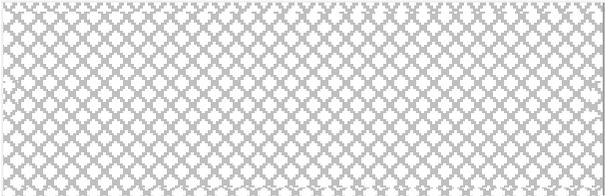
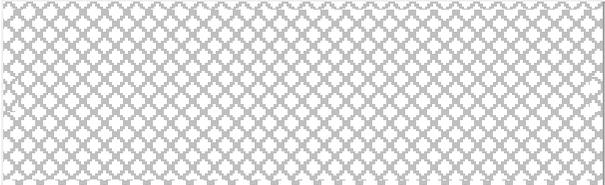
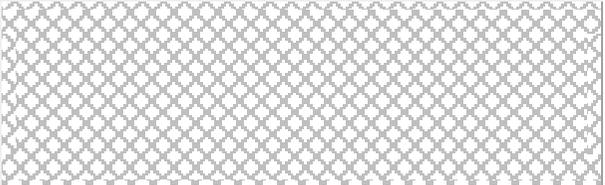
Administrativo – possibilidade de melhor arrecadação do Município, etc.

Econômico – recursos naturais possíveis de serem explorados, etc.

O diagnóstico tem como objetivo classificar os aspectos analisados nessas três categorias, de forma a identificar as prioridades de ação. Esses resultados são compatibilizados com os resultados das pesquisas de opinião aplicadas à população de forma a obter-se um quadro verídico da situação municipal. A organização das informações é feita por meio de tabelas, com uma análise descritiva dos fatores encontrados quanto a sua relevância. Assim, pode-se identificar mais facilmente as ações e intervenções necessárias para as condicionantes, deficiências (visando sua recuperação e melhoria) e as potencialidades (visando incrementar seu aproveitamento no desenvolvimento municipal).

O Quadro abaixo apresenta as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades de Faxinal, detectadas na Análise Temática Integrada

QUADRO 77 – SÍNTESE DAS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
ASPECTOS AMBIENTAIS E RURAIS	Latossolos Vermelhos, presentes na porção central e norte do município	Os solos desta classe, em condições naturais, são muito resistentes à erosão, porém, após serem colocados sob cultivo sua susceptibilidade pode aumentar.	Este tipo de solo está entre os mais ricos e produtivos, denotando grande potencial agrícola
	Neossolos Litólicos, presentes na porção sul do município	Por serem solos rasos, que ocorrem em locais de topografia acidentada, são muito susceptíveis à erosão.	
		A atividade pecuária do município se concentra justamente nesta porção do território municipal, causando o desgaste da mata nativa e a compactação do solo devido ao pastoreio dos animais, gerando grande susceptibilidade à erosão.	
		As áreas de mata nativa são inexpressivas no contexto municipal, onde se percebe a presença expressiva da agricultura intensiva, algumas áreas de silvicultura e minimamente a presença de	Faxinal conta com 05 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), a saber: Fazenda Pinheiro, Fazenda Belo Horizonte, Sítio Belo Horizonte, Fazenda Itapuã e Sítio Tupiatã.
		Faxinal apresenta grande potencial turístico natural, ligado às cachoeiras existentes e ao Lago Saracura, localizado na Sede Urbana.	

	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS			O município apresenta bons indicadores quanto à saúde e educação básica. No que se refere à saúde, além do Hospital Municipal, Faxinal se destaca por possuir uma excelente cobertura do Programa Saúde da Família (96% em 2007).
			Os equipamentos de saúde municipais atendem a demanda dos serviços básicos de saúde local, registrando 5,0 leitos por mil habitantes (2007), muito superior à média estadual 2,8 leitos por mil habitantes.
			O coeficiente de Mortalidade Infantil de Faxinal em 2006 foi de 8,0 óbitos por mil, inferior a média estadual (14,0%).
		No que se refere à renda dos chefes de domicílios, em Faxinal, 34,6 % dos chefes tinham rendimento mensal de até 1 salário mínimo e 29,8% recebiam de 1 a 2 salários mínimos em 2000.	
		O município de Faxinal se localiza na 235ª posição no Ranking Estadual de IDH-M (2000), registrando perda de 37 posições no período 1991 – 2000.	
		O analfabetismo funcional em Faxinal que, embora apresente índice mediano quanto à região, ainda assim possui alto valor (36,4%) quando comparado a média estadual (24,5%).	



	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS	Através dos dados demográficos do IBGE para 1991, 2000 e 2007 observa-se decréscimo populacional contínuo em Faxinal, caindo de 19.926 habitantes em 1991 para 15.527 em 2007.	A redução da população no período 1991 – 2000, têm relação com o desmembramento do distrito de Cruzmaltina, elevado à categoria de município em 1995. Porém a continuidade na redução em 2007 permite aferir uma estagnação populacional com possível migração de munícipes em velocidade superior à taxa de natalidade	
			O PIB per capita municipal apresenta crescimento constante no período de 2002 a 2006, passando de R\$ 5.187 para R\$ 8.540 por habitante. Os acréscimos constantes nos valores do PIB per capita evidenciam o desenvolvimento do Município, com ênfase no período de 2002 a 2004, no qual o crescimento foi mais elevado.
	A estrutura setorial da economia municipal apresentou forte participação da produção primária na atividade econômica, com 43,4% do valor adicionado total do município.		A cadeia de produção do Tomate tem grande representatividade no cenário agrícola municipal, concentrando a maior parte da população e da renda gerada pelas atividades rurais.
	As atividades econômicas que mais ocupam pessoas são rurais (agropecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) - com 1.666 trabalhadores (25%).		Grande potencial agropecuário do município, que deve ser aproveitado no fortalecimento social e econômico do município.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS		Verifica-se uma concentração fundiária rural, com predomínio de propriedades acima de 200 ha, compondo 59% do território municipal com apenas 11% do total de estabelecimentos.	
	A grande maioria da PEA de Faxinal encontra-se na área urbana, com 5.765 pessoas. A predominância da PEA na área urbana corresponde às atividades de comércio e serviços, que representam 54,8% do total dos ocupados.		Faxinal se caracteriza como pólo microregional, cuja característica deve ser aproveitada para atração de investimentos e aumento do número de postos de emprego.
	Dados de 2007 (IBGE) apontam para a maior parcela da população vivendo na área urbana (72,9 %).		
		A taxa de desemprego (8,6%) encontrada no município apresenta-se acima da taxa média brasileira (7,6%).	

	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
ASPECTOS URBANOS		Embora exista legislação sobre o Sistema Viário em Faxinal, percebe-se que a hierarquia prevista das vias não foi adotada integralmente.	
			Os acessos da PR-460 à área urbana se apresentam adequados ao fluxo demandado
		Bairros mais distantes, sobretudo os Conjuntos Habitacionais localizados ao norte da área urbana, não apresentam calçadas e mobiliário urbano adequado na maioria das vias.	De modo geral, na área urbana de Faxinal é verificada a existência de calçadas (conjuntamente à instalação de mobiliários urbanos) na área central e bairros próximos.
			Quanto ao saneamento básico, Faxinal apresenta 79% dos domicílios particulares ligados à rede de água potável, alcançando 95,5% de abrangência na área urbana.
		Não existe serviço de coleta e tratamento de esgoto domiciliar na sede urbana.	
		Em Faxinal são verificados sete focos de ocupação irregular, todos existente há 20 anos,	
			Apesar dos diversos focos, não existe Política Municipal de Habitação no município bem como Programas Habitacionais para a população de baixa renda.



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

	CONDICIONANTE	DEFICIÊNCIA	POTENCIALIDADE
			O Parque Industrial Geni Zeni tem grande importância no setor secundário local, comportando atualmente 11 empresas.
	Com exceção do centro da cidade, o restante do perímetro urbano é formado pela associação de áreas residenciais de baixa densidade e áreas de comércio vicinal.		O Plano Diretor, sobretudo na figura do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo apresenta grande potencial no sentido de planejar adequadamente a expansão urbana de Faxinal.
		O cemitério municipal se localiza na área de drenagem do Lago Saracura e não é provido de sistema de tratamento ambiental adequado, apresentando potencial perigo à exploração do lago com fins de lazer da população. Tal preocupação já está presente nos municípios, como pôde ser observado nos resultados da 1ª Audiência Pública	
		O Aterro Sanitário Municipal se encontra em situação inadequada de funcionamento (faltam impermeabilização de fundo, drenagem de efluentes, recobrimento adequado e cercamento da área), gerando um imenso passivo ambiental no município.	



DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

10. INTRODUÇÃO

Conforme explicado no Plano de Trabalho, baseados na Análise Temática Integrada foram definidos eixos estratégicos que nortearam a construção deste Plano Diretor, através de diretrizes e proposições pensadas para curto, médio e longo prazo.

Constam dessa fase:

Diretrizes para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e municipal;

Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento;

Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto, médio e longo prazo;

Macrozoneamento contendo as propostas referentes: ao perímetro urbano; ao parcelamento do solo urbano; ao sistema viário.

Propostas referentes ao planejamento e gestão do desenvolvimento municipal e ao sistema de acompanhamento e controle do plano;

11. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Para a obtenção de êxito no processo de planejamento e gestão municipal, torna-se indispensável à formulação de diretrizes e proposições, fortalecendo as vocações municipais, sempre conectadas à idéia de desenvolvimento sustentável.

As diretrizes podem ser definidas como as linhas mestras a serem seguidas para que os condicionantes, potencialidade e deficiências identificadas na fase anterior se convertam em instrumentos favoráveis ao desenvolvimento de Faxinal. Para cada uma das diretrizes foram definidas proposições, ou seja, um conjunto de medidas e intervenções necessárias à concretização das diretrizes. Sua elaboração foi embasada pelo Diagnóstico Municipal, abrangendo as informações coletadas através das reivindicações da população (aplicação dos questionários e audiência pública) e do diagnóstico técnico.

Todas as diretrizes são permeadas pelo conceito da sustentabilidade, o que implica na premissa de que é preciso respeitar a capacidade de suporte do meio natural e a partir delas definir as possibilidades de crescimento e desenvolvimento municipal, sem ignorar as dimensões sociais e culturais, de modo a caminhar na direção de uma sociedade sustentável.

Considerando-se a evolução da população de Faxinal percebe-se que apesar da redução populacional nas últimas décadas, a predominância da população urbana é inegável (72,09% da população total). Por outro lado, observando-se a distribuição da população por atividade econômica, verifica-se que as atividades agropecuárias são responsáveis pela ocupação da maioria da mão de obra local (25% do total). No que se refere à questão ambiental, Faxinal apresenta como uma de suas principais questões a intensiva utilização do solo municipal para a agricultura, fato que levou a redução maciça da cobertura florestal original. Com relação aos impactos ambientais, o cultivo de tomate a pecuária são os que mais se destacam no município.

Levando em conta os aspectos mencionados, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável de Faxinal está inevitavelmente ligado a capacidade de gerir os recursos naturais, compreendendo as suas limitações, sem abdicar das premissas do desenvolvimento econômico e social. A seguir são apresentadas as Diretrizes e suas respectivas Proposições em formato de tabela, organizadas segundo as dimensões básicas de gestão municipal, a saber: meio ambiente; desenvolvimento econômico; educação, cultura e segurança pública; saúde e assistência social; esporte e lazer; infra-estrutura urbana e mobilidade; e institucional.



QUADRO 78 - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – MEIO AMBIENTE

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável a partir da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	1.1. Elaborar Programa de Educação Ambiental e Consumo Consciente.	Municipal	X		
	1.2. Elaborar Programa de Controle das áreas de preservação permanente (APP's) urbanas e rurais, com vistas a implantar uma sistemática de fiscalização das mesmas.	Municipal			X
	1.3. Elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos com vistas a criar uma política municipal de proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, em consonância com as políticas estaduais e federais referentes ao tema.	Municipal	X		
	1.4. Ampliar o Programa de Fiscalização e conscientização dos produtores rurais, visando adequação e redução das quantidades de agrotóxicos utilizadas.	Municipal		X	
	1.5. Reforma e Adequação Ambiental do Cemitério Municipal.	Sede Urbana			
	1.6. Reestruturar o Viveiro Municipal, com ampliação da estrutura física e contratação de funcionários.	Municipal	X		
2. Implantar um sistema de gestão ambiental	2.1. Estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com instalação em local próprio, aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e veículos.	Municipal	X		

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	2.2. Ampliação do quadro de funcionários ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente com vistas ao cumprimento das suas atribuições básicas e funções adicionais de fiscalização dos programas e planos acima definidos.	Municipal	X		
	2.3. Capacitar e treinar todo o corpo técnico da Prefeitura quanto às questões relacionadas ao meio ambiente, sensibilizando-os sobre a importância dos aspectos ambientais para o desenvolvimento de Faxinal, criando multiplicadores de conscientização ambiental.	Municipal		X	

QUADRO 79 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
3. Fortalecimento da geração de emprego e renda na área urbana de Faxinal.	3.1. Plano de Incentivo ao Microempresário, estimulando: - a geração de renda no município - regularização das atividades realizadas de maneira informal, sobretudo através do microempreendedor individual - formação de cooperativas.	Municipal		X	
	3.2. Detectar as maiores demandas de emprego e as deficiências na capacitação dos empregados com vistas a Ampliação da oferta de Cursos profissionalizantes, capacitando a população para absorver as vagas do comércio e indústrias locais.	Municipal		X	
4. Dinamizar o setor agropecuário de Faxinal, fortalecendo as atividades desenvolvidas através de capacitação técnica e incentivo ao cooperativismo.	4.1. Programa de ampliação da Assistência Técnica rural, com foco no manejo adequado das atividades agropecuárias, melhorando as práticas no campo e reduzindo os impactos no meio ambiente.	Municipal			X
	4.2. Parceria com a EMATER e a SEAB no Incentivo ao Associativismo para Pequenos Empreendimentos Rurais.	Municipal	X		
	4.3. Programa de melhoria na cadeia produtiva do Tomate, implantando assistência técnica especializada para a atividade e desenvolvendo parcerias para estudos detalhados sobre aspectos referentes ao manejo nas estufas.	Municipal		X	

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	4.4. Programa de melhoria na cadeia produtiva Leiteira, disponibilizando assessoria técnica especializada (em parceria com a EMATER) e implantando Resfriadores coletivos de Leite.	Municipal		X	
	4.5. Programa de fomento à Piscicultura.	Municipal			X
5. Fomentar a atividade industrial em Faxinal.	5.1. Melhoria da infra-estrutura do Parque Industrial, com implantação de pavimentação, sistema de drenagem e iluminação pública.	Sede	X		
	5.2. Concessão de benefícios fiscais ou doação de terrenos à empreendimentos industriais que absorvam a mão de obra local, incentivando sua instalação no município.	Municipal			X
6. Fortalecer a exploração da atividade turística no município	6.1. Integração Turística com os municípios limítrofes	Municipal			X
	6.2. Fomentar consórcios Intermunicipais para desenvolvimento do Plano turístico regional.	Municipal			X
	6.3. Elaboração de calendário turístico único, elaboração de rotas e atividades turísticas compartilhadas.	Municipal		X	
	6.4. Revisão do Plano de Desenvolvimento Turístico, visando sua atualização e o estabelecimento de estratégias de implantação.	Municipal	X		

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	6.5. Criar um sistema de parcerias entre a Prefeitura Municipal e os proprietários das cachoeiras existentes no município, de modo a melhorar a infraestrutura de acesso aos locais e oferecer serviços turísticos aos visitantes.	Municipal		X	
	6.6. Reforma e ampliação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), com expansão do horário de atendimento do mesmo.	Sede		X	
	6.7. Criação e implantação do Parque Mata Vekerlim, com construção de um novo Centro de Atendimento ao Turista (CAT), trilhas ecológicas, camping municipal e Centro de Educação Ambiental	Sede			X
	6.8. Criação do Parque Canyon do Cruzeiro, visando a conservação ambiental da área e exploração turística sustentável.	Municipal			X
	6.9. Programa de Divulgação e Sinalização Turística no município.	Municipal	X		
	6.10. Retomar o Programa Selo Municipal de Informações Turísticas, implantado em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Faxinal (ACEF)	Municipal	X		
	6.11. Programa de incentivo ao cooperativismo de Condutores turísticos.	Municipal			X
	6.12. Melhoria da seção de Turismo do site do município.	Municipal	X		

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	6.13. Estabelecimento de parceria com a Secretaria Municipal de Educação na implantação de disciplinas voltadas ao Turismo Municipal nas escolas públicas.	Municipal		X	
	6.14. Programa de divulgação intramunicipal dos atrativos turísticos, mostrando aos próprios munícipes os principais pontos turísticos de Faxinal.	Municipal		X	
	6.15. Programa de capacitação de guias e condutores turísticos em parceria com Universidades (UEM, UEL e UEPG), SENAC e SEBRAE.	Municipal		X	

QUADRO 80 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – EDUCAÇÃO, CULTURA e SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
7. Propiciar melhorias nos serviços públicos de educação ofertados à população.	7.1. Construção de quadras poliesportivas cobertas nas escolas municipais;	Municipal		X	
	7.2. Reforma e ampliação das Escolas de Ensino fundamental e CMEI's	Municipal			
	7.3. Construção de quatro novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's): dois na Sede (antigo Pátio de Obras e Bairro J.K.) e dois na área rural (Nova Altamira e Vila Nova).	Municipal		X	
	7.4. Construção de duas novas Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	Sede		X	
	7.5. Aquisição de mobiliário e equipamentos de telefonia e internet nas Escolas e CMEI's.	Municipal	X		
	7.6. Construção de Bibliotecas nas Escolas e CMEI's com aquisição de acervo.	Municipal		X	
	7.7. Construção de brinquedotecas nas CMEI's e aquisição de equipamentos esportivos pedagógicos nas Escolas Municipais.	Municipal	X		
	7.8. Estabelecer um uniforme padrão para todos os alunos da rede municipal de ensino, incluindo ensino infantil e fundamental (primeira fase).	Municipal	X		
	7.9. Aquisição de veículos para a Secretaria de Educação, com vistas à substituição dos veículos utilizados no transporte escolar e deslocamento de material.	Municipal			X

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	7.10. Ampliação do quadro de funcionários das Escolas Municipais e CMEI's, com vistas a melhorar o atendimento regular aos alunos e ofertar atividades de contra-turno.	Municipal			X
	7.11. Elaboração de Planejamento Detalhado com vistas à Implantação de Ensino em Tempo Integral	Municipal			X
8. Propiciar melhorias nos serviços públicos de cultura ofertados à população.	8.1. Ampliação do horário de atendimento da Biblioteca Municipal.	Sede	X		
	8.2. Construção da Casa da Cultura de Faxinal.	Sede		X	
	8.3. Construção do Museu Municipal de Faxinal.	Sede			X
	8.4. Política de fomento a fundação de movimentos de danças típicas no município.	Municipal		X	
9. Estabelecer condições adequadas de Segurança Pública em Faxinal.	9.1. Ampliar o número de rondas da Polícia Militar na área rural do município, de modo a implantar efetivamente uma Patrulha Rural.	Municipal		X	
	9.2. Negociar junto ao Governo Estadual a ampliação do contingente de policiais civis em Faxinal, de modo a adequá-los a demanda existente.	Municipal		X	
	9.3. Ampliar o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal ligados à área de vigilância, de modo a evitar depredações e furtos em Equipamentos Públicos, veículos e maquinários de propriedade do município.	Municipal			X

QUADRO 81 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
10. Propiciar melhorias nos serviços públicos de saúde ofertados à população	10.1. Reforma do Hospital Municipal, com troca de piso, reforma e construção de novas salas e adequação da Cozinha Industrial.	Sede		X	
	10.2. Construção de uma sala exclusiva para a Secretaria de Saúde, que hoje está localizada dentro do Hospital Municipal.	Sede	X		
	10.3. Aquisição de veículos para as equipes do Programa Saúde da Família, para transporte dentro e fora do município e três ambulâncias equipadas.	Municipal		X	
	10.4. Construção de um Centro Regional de Especialidades Odontológicas (CREO), concentrando o atendimento odontológico público que atualmente ocorre de forma dispersa no município.	Sede			X
	10.5. Montar uma sede para cada equipe da saúde da família nas regiões em que a mesma atende, com equipamentos e estrutura adequada.	Municipal			X
	10.6. Reformar unidades de saúdes da Sede (Centro e 07 conjuntos) e na área rural (Vila Nova e Faxinalzinho), com aquisição de equipamentos novos para atendimento aos pacientes.	Municipal		X	
	10.7. Aquisição de equipamentos de uso médico e administrativo, permitindo ampliar a oferta de exames que são realizados hoje fora do município e implantar o sistema de prontuário eletrônico.	Municipal	X		



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	10.8. Negociar junto ao Governo Estadual a implantação de um Hospital Regional em Faxinal.	Municipal			X
	10.9. Implantação de Sede Própria para a Vigilância Sanitária e Epidemiológica, que hoje funciona em área anexa ao Hospital Municipal, formando assim a Vigilância em Saúde (VISA).	Municipal		X	
	10.10. Aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para a nova sede da Vigilância em Saúde (VISA) a ser implantada.	Municipal		X	
	10.11. Aquisição de equipamentos de trabalho (pulverizadores, EPI's, etc) e veículos para as atividades desempenhadas pela Vigilância em Saúde (VISA).	Municipal			X
	10.12. Ampliação do quadro de funcionários ligados à Secretaria de Saúde (agentes comunitários de saúde, auxiliar de enfermagem, agentes de endemia e farmacêutico).	Municipal			X
11. Propiciar melhorias nos serviços públicos de Assistência Social ofertados à população.	11.1. Implantação de Sede Própria para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que atualmente funciona junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (aquisição de imóvel, mobiliário, equipamentos de comunicação e informática, materiais de orientação e veículo para deslocamento de pessoal).	Municipal		X	

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	11.2. Implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com aquisição de imóvel, mobiliário, equipamentos de comunicação e informática, materiais de orientação e veículo para deslocamento de pessoal.	Municipal			X
	11.3. Implantação da Unidade de Liberdade Assistida (LA), com aquisição de imóvel, mobiliário, equipamentos de comunicação e informática, materiais de orientação e veículo para deslocamento de pessoal.	Municipal			X
	11.4. Reforma das instalações físicas da Secretaria Municipal de Assistência Social combinado à ampliação de sua capacidade de atendimento (aquisição de veículo, mobiliário, equipamentos de comunicação, informática e materiais de orientação).	Sede	X		
	11.5. Ampliação do quadro de funcionários ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social, com vistas a ocupar os cargos exigidos pela implantação dos diversos serviços que atualmente ocorrem em um único local e não atendem adequadamente a demanda.	Municipal		X	
	11.6. Implantação de Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores que participam dos trabalhos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Faxinal.	Municipal			X

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	11.7. Implantação de Sede Própria para a Secretaria Municipal de Habitação (a ser criada), com aquisição de imóvel, mobiliário, equipamentos de comunicação e informática.	Municipal			X
	11.8. Contratação de funcionários com vistas a integrar a Secretaria Municipal de Habitação após sua criação.	Municipal			X

QUADRO 82 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – ESPORTE E LAZER

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
12. Propiciar melhorias nos serviços públicos de esporte e lazer ofertados à população.	12.1. Elaboração do Projeto Arquitetônico e Paisagístico do Parque Urbano do Lago Saracura, aproveitando o grande potencial da área de modo a criar um espaço de lazer para a população.	Sede		X	
	12.2. Reforma geral do Ginásio de Esportes Mun. Manecão e do Estádio Mun. Pedro Ferigato.	Sede		X	
	12.3. Programa de melhoria da infra-estrutura das Quadras esportivas municipais.	Municipal	X		
	12.4. Implantação de Quadra poliesportiva na Vila Nova.	Municipal		X	
	12.5. Aquisição de equipamentos esportivos.	Municipal	X		
	12.6. Contratação de três novos educadores físicos para ampliação das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Esporte.	Municipal			X
	12.7. Implantação de Praças (com Parquinhos e ATI"s) em áreas já destinadas para tal fim nos bairros ADRAM, Juscelino Kubitschek e N. Sra. de Fátima.	Sede		X	
	12.8. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, de forma a implantar um programa de utilização da infra-estrutura existente nas escolas e praças para ofertas atividades de esporte e lazer.	Municipal	X		
	12.9. Elaborar e implantar Plano de Arborização Urbana, estabelecendo uma padronização da arborização existente na cidade, pautando, inclusive, a implantação de novos loteamentos.	Sede	X		

QUADRO 83 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES – INFRA-ESTRUTURA URBANA E MOBILIDADE

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
13. Estabelecer condições para a mobilidade da população.	13.1. Desenvolver Programa de Melhoria na Segurança Viária Urbana, envolvendo: - Promoção da acessibilidade universal, integrada à legislação urbanística, com a implantação de calçadas nas vias urbanas. - Sinalização viária de regulamentação, advertência, de orientação e turística. - Pavimentação de vias urbanas e rurais.	Sede	X		
	13.2. Adequação e manutenção das Estradas Rurais Municipais.	Municipal		X	
	13.3. Renovação da frota utilizada no transporte público na Sede Urbana.	Sede	X		
	13.4. Ampliar as linhas de transporte público para a área rural (Faxinalzinho, Vila Nova, Vale de Pedra e Vila Imperatriz), estabelecendo condições de mobilidade intra-municipal permitindo que a população rural se desloque com facilidade para a sede urbana.	Municipal		X	
	13.5. Aquisição de equipamentos de trabalho, maquinários e veículos para a Secretaria de Obras e Viação e ampliação de seu quadro de funcionários, com vistas a adequá-la a demanda de serviços existente no município.	Municipal			X

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
14. Propiciar condições favoráveis para implantação da Legislação urbana, elaborados através do Plano Diretor, de modo a direcionar adequadamente o crescimento urbano e o desenvolvimento municipal.	14.1. Fiscalizar o cumprimento do Zoneamento de Uso e Ocupação do solo proposto no Plano Diretor, visando ordenar o desenvolvimento da cidade Faxinal.	Municipal		X	
	14.2. Implantar gradativamente a Hierarquia viária proposto no Plano Diretor, adequando o sistema viário ao uso e ocupação do solo planejado.	Sede		X	
	14.3. Implantar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), de modo a suprir a demanda habitacional de Faxinal e implementar a Política Habitacional Municipal.	Municipal	X		
15. Estabelecer condições adequadas de saneamento ambiental em Faxinal.	15.1. Elaboração do Plano de Saneamento Ambiental em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007 de forma a estabelecer as prioridades referentes às políticas de saneamento municipais	Municipal	X		
	15.2. Reforma e Adequação ambiental do Aterro Sanitário Municipal, com implantação de Usina de Triagem de Recicláveis.		X		
	15.3. Negociar junto à SANEPAR a implantação de rede de esgoto (já projetada para o município).	Municipal		X	
	15.4. Projeto de readequação e ampliação da rede de Drenagem Urbana da Sede.	Sede Urbana	X		
	15.5. Ampliação do quadro de funcionários ligados à Limpeza Urbana em conjunto à aquisição de equipamentos de trabalho (uniformes, vassourões, EPI's, etc.).	Municipal		X	

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	15.6. Aquisição de veículos e maquinários para a Secretaria de Serviços Urbanos, com vistas a adequá-la a demanda de serviços existentes no município.	Municipal			X

QUADRO 84 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES –INSTITUCIONAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
16. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática do município, incorporando no processo a efetiva participação da sociedade.	16.1. Desenvolvimento um Sistema de Monitoramento e Informações georreferenciado (SMIG) possibilitando o controle da ocupação do território assim como uma gestão integrada, cruzando as informações financeiras e técnicas, e tendo como decorrência uma melhor arrecadação fiscal.	Municipal			X
	16.2. Programa de Implementação do SMIG com: capacitação da equipe técnica da Assessoria de Planejamento e Aquisição de softwares (programas) e hardware (computadores) necessários.	Municipal			X
	16.3. Manter atualizado o mapeamento do uso do solo do município produzido durante a elaboração do Plano Diretor a partir do Sistema de Monitoramento e Informações georreferenciadas a ser implantado.	Municipal	X		
	16.4. Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando a implementação do Plano Diretor Municipal e a gestão do desenvolvimento municipal.	Municipal		X	
	16.5. Estabelecer formas permanentes de comunicação entre o poder público e a comunidade, permitindo uma maior participação da mesma nas decisões ligadas ao município.	Municipal	X		
	16.6. Criação do Conselho Municipal de Segurança, de modo a estabelecer um canal participativo permanente de discussão da Segurança Pública em Faxinal, garantindo maior força nas solicitações realizadas à Secretaria Estadual de Seg. Pública.	Municipal	X		

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

DIRETRIZES	PROPOSIÇÕES	ABRAGÊNCIA	PRAZO		
			CURTO	MÉDIO	LONGO
	16.7. Criação da Secretaria Municipal de Habitação, de forma a estabelecer um órgão gestor da Política Habitacional de Faxinal.	Municipal			X

12. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

11.1. ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Quanto ao planejamento e gestão, foi analisada a estrutura atual organizacional da Prefeitura e foram apontadas quais as mudanças necessárias para abrigar uma equipe de acompanhamento e gestão do PDM – Faxinal.

Assim, as propostas apresentadas tratam de duas questões fundamentais:

1. **Quem dentro da Prefeitura fica responsável pela articulação institucional e monitoramento do PDM – Faxinal.**
2. **Como se fará a integração com a população na implementação do PDM - Faxinal.**

Quanto à primeira questão, observou-se no diagnóstico técnico que as atribuições do planejamento e da gestão urbana se concentram na **Assessoria de Planejamento** e na **Secretaria de Serviços Urbanos**. Considerando que as atividades de planejamento e gestão urbana são integralmente contempladas por estes órgãos municipais, propõe-se que os mesmos sejam responsáveis pela implementação do PDM- Faxinal. A **Assessoria de Planejamento**, auxiliada pela **Secretaria de Serviços Urbanos**, será então a responsável pela gerência do PDM – Faxinal e terá como incumbência aprimorar e supervisionar o processo de planejamento da administração municipal, tendo em vista assegurar melhor desempenho, articulação e equilíbrio às ações das várias áreas e níveis da gestão.

Para a inclusão das atividades relacionadas ao Plano Diretor na Assessoria de Planejamento, será necessário o desempenho de diversas funções específicas, a saber:

- Coordenar a aplicação do Plano Diretor e suas revisões;
- Orientar e assegurar a efetiva integração, articulação e coordenação das ações de governo em nível programático, orçamentário e gerencial. Essa Assessoria deverá trabalhar com uma estreita vinculação com a Secretaria de Finanças para o controle e acompanhamento do PPA, LDO. e LOA., permitindo uma visão de conjunto da evolução dos gastos municipais e confrontação dos custos com os resultados obtidos.
- Organizar o balanço anual de execução de projetos, que resume as atividades de todos os setores possibilita a toda a estrutura da Prefeitura a compreensão do conjunto por todos, de forma que cada grupo setorial possa entender como está a sua participação no contexto geral.

- Zelar, em colaboração com os demais órgãos do governo e com a comunidade, pela permanente promoção do Município no contexto regional, nacional e internacional;
- Realizar reuniões e seminários para divulgar e discutir os trabalhos realizados.
- Propor e apoiar formas de participação efetiva e eficaz da população na gestão pública. A comunicação com a comunidade poderá ser feita através da discussão do orçamento anual. A apresentação periódica à comunidade de um balanço claro de como se encontra a execução dos projetos permitirá o estabelecimento de uma relação mais transparente, gerando mais credibilidade para a administração pública.
- Assumir a secretaria executiva do Conselho da Cidade de Faxinal - CONCIDADE. Esse conselho será formado por representantes do poder público, da sociedade civil e de instituições privadas, que serão responsáveis pelo acompanhamento da execução do Plano. A Secretaria Executiva terá como responsabilidade agendar as reuniões do Conselho, assessorando suas atividades, elaborando as atas de reuniões assim como divulgando as resoluções votadas em reuniões.

Para a inclusão das atividades relacionadas ao Plano Diretor na Secretaria de Serviços Urbanos, será necessário o desempenho de diversas funções específicas, a saber:

- Auxiliar a Assessoria de Planejamento na aplicação do Plano Diretor e suas revisões;
- Coordenar o Sistema de Monitoramento e Informações Municipal através da guarda e organização dos dados básicos do Município tais como estatísticas demográficas, dados de produção, entre outros; sistematizar os estudos setoriais: uso do solo, recursos hídricos, entre outros; organizar estudos específicos sobre temas levantados pela comunidade, que tenham caráter multisetoriais.
- Zelar pela compatibilização, aperfeiçoamento, compreensão, divulgação e aplicação das normas urbanísticas que compõem o ordenamento jurídico do Município;

No que se refere à segunda questão, o diagnóstico técnico identificou na organização da Prefeitura Municipal que a **Assessoria de Planejamento** poderia ampliar de suas funções, incluindo a participação popular no planejamento urbano e municipal, assumindo a Secretaria Executiva do **Conselho da Cidade de Faxinal**, de modo a garantir um espaço institucional adequado à participação popular.

Ainda vale ressaltar a importância da criação do **Sistema de Monitoramento e Informações Municipais**, cuja responsabilidade de coordenação ficará com a **Secretaria de Serviços Urbanos**, que permitirá que tanto a equipe da Prefeitura como o próprio Conselho possam monitorar os resultados da implementação do PDM-Faxinal, possibilitando a correção de rumo em projetos que porventura necessitem. A gestão informatizada do solo permite uma eficiência maior e mais garantia dos resultados.

Neste sentido, o Departamento de Urbanismo – vinculado à Secretaria de Serviços Urbanos – deverá participar ativamente no desenvolvimento deste Sistema de Monitoramento e Informações, permitindo a informatização e integração da expedição de licenças, alvarás e certidões no município de Faxinal.

11.1.1. Organização do Sistema de Monitoramento e Informações Municipais

O Sistema de Monitoramento e Informações Municipais tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo. Ele deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município e, ao mesmo tempo, promover a democratização, divulgação e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor.

O primeiro passo para a implantação do Sistema de Monitoramento e Informações Municipais é a elaboração de um cadastro técnico multifinalitário, com uma base cartográfica (mapa) informatizada. A partir da base cartográfica digitalizada, é feito o tratamento das informações, completando-a com dados referentes aos lotes, glebas, edificações e propriedades rurais (proprietário, utilização, dados cadastrais), estradas e logradouros (utilização, tipo de pavimento, sinalização, linhas de ônibus, volume de tráfego) e redes de infra-estrutura (dimensões e capacidade das redes, equipamentos de apoio). Este tipo de levantamento exige um trabalho de obtenção de informações atualizadas,



inclusive contando com levantamentos complementares *in loco* (que pode ser feito, por exemplo, pela equipe de fiscais da prefeitura ou contratado especialmente). O resultado destas etapas é uma base cartográfica em computador que chega ao nível de lote.

Ao longo do tempo, a base deve receber ampliações, com a alimentação de outros tipos de dados georeferenciados, tendo como produtos:

- Base cartográfica: mapa da área urbana e rural do Município;
- Dados de caráter tributário: planta genérica de valores, cadastro de contribuintes mobiliários e imobiliários, situação tributária dos contribuintes;
- Dados sobre serviços públicos e equipamentos públicos: demanda por serviços públicos existentes, atendimento a solicitações de cidadãos, redes de infra-estrutura, mobiliário urbano (postes, sinalização, telefones públicos, lixeiras públicas, equipamentos de praças), endereços de usuários dos serviços públicos, carregamento do sistema de transportes e das vias públicas, itinerários de linhas de transporte coletivo, itinerários de linhas de transporte escolar, rotas de coleta de lixo, arborização urbana;
- Dados sócio-econômicos e demográficos: dados sobre condições de vida dos cidadãos, dados epidemiológicos, ocorrência de acidentes, ocorrência de crimes.
- Dados sobre a ocupação do solo rural: dados sobre as condições de ocupação do solo rural, área plantada, áreas de preservação permanente, estrutura fundiária e sistema viário municipal.

13. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL E ZONEAMENTO URBANO

12.1. Macrozoneamento Municipal

O Macrozoneamento tem por objetivo estabelecer a estratégia geral de ocupação do solo urbano e rural do Município. O Macrozoneamento serve também como fonte de consulta para a tomada de decisões que afetem o espaço municipal.

Do ponto de vista das áreas rurais, o Macrozoneamento Municipal visa qualificar a diversidade e as áreas de interesse para preservação ambiental dos recursos hídricos, nascentes, cursos d'água, maciços vegetais, solos agricultáveis, dentre outros recursos naturais assim como a recomposição de áreas degradadas.

No caso de Faxinal, a definição do Macrozoneamento Municipal levou em conta suas especificidades, quais sejam:

- A pedologia existente (solos) e sua respectiva aptidão agrícola, definindo porções do território mais favoráveis às atividades agricultáveis.
- A Sede Urbana e sua posição expressiva força de atração da população local e das atividades econômicas dentro do território municipal.
- O Distrito de Nova Altamira, representando uma localidade importante dentro da organização rural de Faxinal.
- A importância do eixo viário rural de ligação entre a Sede Urbana e o Distrito de Nova Altamira, que constitui a ligação viária de relevância no que tange as estradas municipais.
- A topografia extremamente ondulada ao sul em conjunção com limitantes geológicos e de solo.
- A importância do eixo rodoviário da BR 272 no transporte de mercadorias e fluxo de serviços no contexto municipal e regional.

Tais fatores foram espacializados no Mapa nº 20 – Cenário Tendencial Municipal, onde seu inter-relacionamento permitiu identificar diversos compartimentos no território de Faxinal, onde foram então definidas Macrozonas, ou seja, regiões agregando áreas de características semelhantes onde serão implantadas diretrizes específicas.

12.1.1. Macrozoneamento

Partindo das variáveis abordadas no item anterior, o Macrozoneamento Municipal proposto estabeleceu as seguintes Macrozonas Municipais: Macrozona Urbana, Macrozona de Incentivo à Atividade Rural, Macrozona das Áreas de Preservação Permanente, Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico, Macrozona de Conservação Ambiental, que se encontram delimitadas no Mapa de Macrozoneamento. (Ver Mapa nº 21 – Macrozoneamento Municipal)

Macrozona Urbana - corresponde à porção urbanizada do território, compreendendo o perímetro urbano da Sede Municipal e do Distrito de Nova Altamira. A delimitação da Macrozona Urbana tem como objetivos, controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas urbanizadas, adequando-o à infraestrutura disponível e, garantir a utilização dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados.

Macrozona de Incentivo à Atividade Rural – compreendendo a porção do território que se caracteriza pela aptidão à produção rural. A Macrozona de Dinamização Rural tem como objetivos: contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, preservando as atividades rurais e incentivar a produção agrícola nos espaços aptos para tal, utilizando técnicas adequadas, de forma a garantir o manejo adequado das propriedades rurais.

Macrozona da Área de Preservação Permanente - compreendendo as áreas de preservação permanente previstas no Código Florestal (Lei nº 4.771/65), onde se destacam as faixas ao longo dos fundos de vale do Município, destinadas à proteção das matas ciliares. A Macrozona da Área de Preservação Permanente tem como objetivos garantir a obediência ao Código Florestal, recompondo a mata ciliar no território municipal.

Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico – correspondendo à faixa de 100m ao longo de cada lado da rodovia federal BR 272 que atravessa o Município no sentido Leste Oeste, tangenciando a Sede Municipal. Nesse eixo serão permitidas atividades compatíveis com o desenvolvimento econômico, desde que previamente aprovadas pelo órgão competente municipal e licenciadas pelo órgão ambiental.

A Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico tem como objetivo garantir ao longo do eixo rodoviário municipal o desenvolvimento de atividades econômicas que se compatibilizem com as características do Município, promovendo o seu desenvolvimento sustentável (como por exemplo, grandes oficinas, transportadora de cargas, grandes comércios atacadistas, silos).

Macrozona de Conservação Ambiental - corresponde à porção sul do território municipal onde se encontram as maiores declividades no relevo, bem como aspectos

geológicos e pedológicos que aumentam o risco de erosão. A Macrozona de Conservação Ambiental tem como objetivo um manejo adequado do solo, permitindo a atividade rural de maneira controlada, garantindo as condições naturais do terreno e protegendo as matas ciliares.

QUADRO 85 – TABELA SÍNTESE DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL DO PDM – FAXINAL

Macrozona	Localização	Objetivos	Considerações sobre o Uso e Ocupação do Solo	Parcelamento do Solo
Urbana	Compreende a porção urbanizada do território, envolvendo o perímetro urbano da Sede Municipal e do Distrito de Nova Altamira	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar e direcionar o adensamento urbano - Otimizar a infraestrutura instalada - Permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas - Garantir a função social da cidade e da propriedade. - Aplicar os instrumentos de política urbana descritos no Estatuto da Cidade. 	<p>Uso residencial, comercial, serviços e industrial.</p> <p>Definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.</p>	Conforme definição na Lei de Parcelamento do Solo Urbano
Incentivo à Atividade Rural	Compreende a porção do território que se caracteriza pela aptidão à produção rural indicada no Mapa nº 21 – Macrozoneamento Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável de Faxinal. - Preservar as atividades rurais existentes reduzindo os impactos ambientais inerentes à mesma. - Fortalecer a produção agrícola nos espaços aptos para tal, garantindo o manejo adequado das propriedades rurais. 	Uso agrosilvipastoril e turístico.	Segundo disposições do INCRA.
Área de Preservação Permanente	Compreende as áreas de preservação permanente contempladas pelo Código Florestal (Lei nº 4.771/65), com destaque para as faixas ao longo dos fundos de vale do município, destinadas à proteção das matas ciliares.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro - Preservação das matas existentes no perímetro urbano. - Garantir a qualidade ambiental e paisagística. - Recuperar mata ciliar na faixa de preservação permanente. 	<p>Preservação permanente.</p> <p>Observar o disposto na Resolução 369 do CONAMA</p> <p>Observar o disposto na Resolução Conjunta IBAMA / SEMA / IAP nº 45, de 25 de setembro de 2007</p>	Áreas não parceláveis, salvo casos excepcionais.
Eixo de Desenvolvimento	- Corresponde à faixa de 100m ao longo de cada lado	- Garantir o desenvolvimento de atividades econômicas ao longo do eixo	Uso comercial, serviços e turístico.	Segundo disposições do



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

Econômico	da Rodovia Federal BR 272.	rodoviário municipal. - Compatibilizar as atividades ao longo da rodovia com as características do município, promovendo seu desenvolvimento sustentável.		INCRA.
Macrozona de Conservação Ambiental	Corresponde à porção sul do território municipal onde se encontram as maiores declividades, bem como risco elevado de erosão.	- Garantir o manejo adequado do solo, permitindo a manutenção da atividade rural existente. - Controlar as atividades rurais existentes, de modo a garantir as condições naturais do terreno e proteger as matas ciliares.	Preferencialmente conservação ambiental. - Uso Agrosilvipastoril e turístico.	Segundo disposições do INCRA.

11.2. Uso e Ocupação do Solo urbano

Previamente à definição do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, é necessária a identificação das áreas de consolidação da urbanização e os vetores de crescimento mais indicados a partir da capacidade de suporte da infraestrutura existente e das condições do ambiente natural.

Neste sentido foi desenvolvido o mapa de Aptidões e Restrições à Ocupação Urbana, que procura relacionar os aspectos naturais aos usos antrópicos de modo a identificar as áreas mais propícias à ocupação, bem como aquelas onde há necessidade de preservação.

Como pode ser observado no Mapa nº 23 – Aptidões e Restrições da Sede Urbana, de modo geral, o perímetro urbano não apresenta restrições ambientais expressivas sendo predominantemente apta à ocupação urbana. As exceções envolvem, sobretudo, as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos da água, que coincidem com as áreas de mata nativa de grande porte.

Estas constatações aliadas às principais questões levantadas na ATI permitem a construção de um Cenário Tendencial (Mapa nº 20 – Cenário Tendencial da Sede Urbana), onde ficam espacializados os fatores de maior relevância à regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, a saber:

- A rodovia federal BR 272, principal eixo viário que corta o município de Faxinal realizando a conexão de sua área urbana com as localidades e municípios vizinhos, garantindo o adequado deslocamento de pessoas e serviços, bem como o escoamento da produção agrícola / indústria.
- O Parque Industrial Geni Zeni, que reúne grande parte das indústrias do município e necessita de melhorias em sua infraestrutura física de modo a captar novos investimentos.
- A Nutrimil, instalação industrial localizada dentro da malha urbana cuja localização poderá gerar futuros conflitos de uso, visto que seu entorno é predominantemente residencial.
- O Lago Saracura, principal elemento natural de potencial turístico localizado junto ao perímetro urbano que atualmente carece de infraestrutura adequada para sua utilização. Destaca-se sua importância para a população, que ficou revelada na Pesquisa de Opinião Pública (ver anexo deste volume).
- As áreas úmidas (wetlands) próximas ao Lago Saracura, que precisam ser preservadas devido aos serviços ambientais realizados por estas áreas bem como pelas exigências

legais (Resolução Conjunta SEMA / IAP nº 45, de 2007). Tais áreas se destacam pelo processo de autodepuração por serem inundadas constante ou sazonalmente, desenvolvem uma vegetação adaptada à vida em solos alagados, com valor ecológico inestimável quanto à melhoria da qualidade da água. A ocupação urbana sobre tais áreas além de causar danos ambientais incalculáveis também gera diversos problemas aos residentes, sobretudo devido à grande variação do nível da água e a baixa resistência do solo.

- A ocupação urbana localizada ao sul do perímetro existente, necessitando incorporação à dinâmica urbana.
- A área central e seu entorno imediato, representando a área mais consolidada da ocupação urbana, bem como aquela que concentra maior número de equipamentos públicos, comércio e serviços.
- As áreas de preservação permanente de fundo de vale, que devem ser recuperadas e conservadas, de modo a garantir a adequada preservação dos rios urbanos.
- O cemitério municipal, que se localiza em área de drenagem do lago Saracura e não possui sistema adequado de drenagem e tratamento do necro-chorume.

Tais variáveis resultaram na proposta para o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Área urbana do Distrito Sede, onde se adotou o princípio da sustentabilidade urbana para o desenvolvimento sustentável de Faxinal, o que se traduz na otimização do uso das áreas urbanas infraestruturadas, estabelecendo parâmetros urbanísticos para a sua densificação, para a diversidade funcional e para o controle do consumo do solo, de forma a manter os espaços agrícolas do entorno.

Nesse sentido, buscou-se a valorização da área central, incentivando o adensamento da malha urbana; a diversificação de atividades que não geram incompatibilidades ambientais em zonas de uso misto, a otimização das áreas industriais a partir da ampliação dos espaços para tal e, a identificação da rede viária principal, que estrutura e configura o espaço urbano.

Destaca-se ainda a manutenção da rede de espaços verdes na cidade (sobretudo praças), aliando as áreas verdes existentes na sede urbana com a criação do Parque do Lago Saracura, principal área pública de lazer urbano.

11.2.1. Zoneamento Urbano

Partindo das análises realizadas no item anterior, o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Distrito Sede foi configurado através das seguintes zonas (Ver Mapa nº



23 – Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Sede Urbana):

Zona Central – ZC, que corresponde à área onde se localizam as atividades características dos centros urbanos. O seu objetivo é manter a área central densa, com dinamicidade econômica e acessibilidade à população em geral.

Zona de Comércio e Serviços 1 – ZCS 1, que corresponde às áreas junto às vias arteriais principais; seu objetivo é fazer com que esses eixos se caracterizem como áreas comerciais e de serviços. Compreendem a Av. Brasil, a partir do cruzamento com a R. Leônidas Buy até o encontro com a R. Antônio G. da Costa, e a R. Antônio G. da Costa a partir da R. Cândido Bastinini até sua confluência com a Av. Brasil.

Zona de Comércio e Serviços 2 – ZCS 2, que corresponde às áreas lindeiras à Rodovia Federal BR 272 inseridas dentro do perímetro urbano, visando a ocupação de comércio e serviços de grande porte ligados ao fluxo de tráfego existente na rodovia. Sua extensão envolve o trecho da BR 272 localizado entre seu cruzamento com o Rio São Pedro até o final do Parque Industrial, ao nordeste do perímetro urbano.

Zona de Uso Misto – ZUM, que corresponde às áreas urbanas que têm vocação para receber usos diversificados e residenciais, com uma densidade média e possibilidade de verticalização.

Zona Residencial – ZR, que corresponde às áreas urbanas que têm vocação para receber usos residenciais de baixa densidade.

Zona Industrial – ZI, correspondendo ao Parque Industrial Geni Zeni, onde se propõe o uso por indústrias que atendam à legislação ambiental no que se refere ao potencial polutivo e o uso de comércio e serviços de porte.

Zona de Restrição à Ocupação - ZRO, correspondente à:

- a. Áreas de mata nativa de grande porte. Para esta zona propõe-se a manutenção de maior número de espécies vegetais possível; manutenção do relevo existente; uso preferencialmente residencial; apresentação detalhada da localização das espécies vegetais existentes no local, quando da aprovação de projetos.
- b. Áreas com declividade superior a 30%. Para esta zona propõe-se a recomposição da vegetação de encostas e topos de morros e parecer do órgão responsável sobre a sua ocupação, verificando possíveis riscos de deslizamento.
- c. Áreas de mata nativa ao longo de rios e córregos e áreas alagáveis. Para esta zona propõe-se: a reconstituição de mata ciliar onde se faz necessário;

reassentamento das famílias que se encontram em áreas de restrição; fiscalização constante, a fim de se evitar a ocupação das referidas áreas de forma inadequada.

Zona de Preservação Permanente – ZPP, correspondendo as faixas de preservação permanente dos cursos da água e declividades superior à 45%, conforme previsto no Código Florestal (Lei nº 4.771/75) além das áreas úmidas. Esta Zona visa garantir o cumprimento da legislação federal, preservando adequadamente os rios urbanos e as áreas úmidas.

Zona Parque – ZP, correspondendo ao Parque Urbano a ser implantado no entorno do Lago Saracura visando a implantação de infraestrutura para o adequado aproveitamento enquanto ponto de lazer urbano.

Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, correspondente às áreas de ocupações irregulares e áreas onde haja interesse por parte do poder público de implantar programas residenciais de interesse social.

Para essa zona propõe-se a regularização fundiária de assentamentos informais e a implantação de programas habitacionais de interesse social.

QUADRO 86 – TABELA SÍNTESE DO ZONEAMENTO URBANO DO PDM – FAXINAL

Zona	Localização	Objetivos / Uso e Ocupação do Solo
Zona Central	Áreas onde se localizam as atividades que se caracterizam pela maior concentração de atividades comerciais, bancárias e serviços públicos dos centros urbanos.	Manter a área central densa, com diversificação de usos e atividades que garantam a dinamicidade econômica e a acessibilidade à população em geral.
Zona de Comércio e Serviços I	Formada pela faixa de 60 metros compreendendo a Av. Brasil, a partir do cruzamento com a R. Leônidas Buy até o encontro com a R. Antônio G. da Costa, e a R. Antônio G. da Costa a partir da R. Cândido Bastinini até sua confluência com a Av. Brasil.	Seu objetivo é fortalecer estes eixos viários consolidando as atividades de comércio e serviços presentes nas mesmas, garantindo a dinamicidade econômica e a acessibilidade à população em geral. Prevê-se para a zona os seguintes usos: Habitacional; Comunitário Vicinal e de Bairro; e Indústria Tipo 1.
Zona de Comércio e Serviços II	Corresponde a uma faixa de 100 metros ao longo da rodovia BR 272, no trecho localizado entre seu cruzamento com o Rio São Pedro até o final do Parque Industrial, ao nordeste do perímetro urbano.	Seu objetivo é consolidar a ocupação de comércio e serviços de grande porte, ligado ao fluxo de tráfego existente na Rodovia.. Prevê-se para a zona: média densidade de ocupação; predominância de comércio e serviço de médio e grande porte; indústrias de pequeno e médio porte; controle permanente do impacto ambiental que pode ser gerado por estes serviços.
Zona de Uso Misto	Compreende áreas consolidadas adjacentes à zona central, cuja ocupação do solo é predominantemente residencial, apresentando assim aptidão para tal.	Possibilita um maior adensamento residencial (inclusive com possibilidade de verticalização), combinando este uso às atividades de comércio e serviço, desde que estas não conflitem com o uso residencial.
Zona Residencial	Compreende áreas já utilizadas predominantemente pelo uso residencial ou que apresentam aptidão para este.	- Áreas de uso exclusivamente residencial, com baixa densidade de ocupação, destinada ao uso residencial unifamiliar de até dois pavimentos.
Zona Industrial	Corresponde ao Parque Industrial Geni Zeni	Finalidade de atender ao uso industrial, considerando-se que este tipo de atividade demanda grande área para instalações e armazenagem, e ainda costuma ser pólo gerador de tráfego pesado intenso. Para esta Zona propõe-se os seguintes usos: comércio e serviço setorial, geral e específico; indústrias Tipo 1 e 2; controle permanente do impacto ambiental que pode ser gerado por estes serviços.
Zona de	Áreas situadas no perímetro urbano que apresentam restrições ambientais e de ocupação do solo, devido às condições de	Destina-se ao controle da ocupação nas áreas com restrições

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FAXINAL

Restrição à Ocupação	relevo, declividades acentuadas, área de várzeas, mata nativa e outras.	ambientais, promovendo sua ocupação ordenada. propõe-se: - A reconstituição da cobertura vegetal onde se faz necessário; - Reassentamento das habitações que se encontram em áreas de risco de ocupação.
Zona Parque	Correspondente ao Parque Urbano a ser implantado no entorno do Lago Saracura.	Objetiva o adequado aproveitamento do Lago Saracura enquanto ponto de lazer urbano, garantindo ainda a preservação ambiental de seu entorno.
Zona de Preservação Permanente	Áreas com declividade superior a 45%, as faixas de preservação permanente ao longo das margens de cursos de água e nascentes do Município, destinadas à proteção das matas ciliares e as áreas com cobertura vegetal nativa, conforme o estabelecido no Código Florestal Brasileiro e alterações.	- Reconstituição de mata ciliar onde se faz necessário. - Recomposição da vegetação de encostas e topos de morros. - Reassentamento das habitações que se encontram em áreas de restrição da ocupação. - Fiscalização constante, a fim de evitar a ocupação das referidas áreas. - Garantir a obediência ao Código Florestal Brasileiro. - Observar o disposto na Resolução 369 do CONAMA - São áreas não parceláveis, salvo casos excepcionais.
Zona Especial de Interesse Social	Corresponde às áreas onde existem ocupações irregulares identificadas no Plano Diretor e às áreas onde o Poder Público tenha interesse em produzir habitação de interesse social.	Garantir o acesso da população à habitação popular, tanto pela abertura de novas áreas habitacionais quanto pela regularização de ocupações irregulares.

14. ANEXOS

13.1. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL

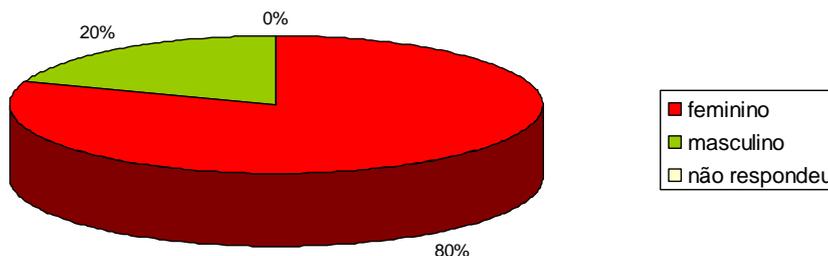
A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados era do sexo feminino (42%) enquanto o sexo masculino corresponde a 10%.

QUADRO 87 – SEXO DOS ENTREVISTADOS

Gênero	Quantidade	%
Feminino	42	81,2%
Masculino	10	19,7%
Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 6 – SEXO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

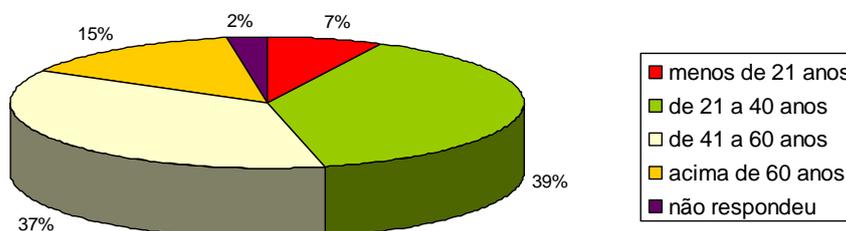
Quando perguntado sobre a faixa etária, a maioria da população pesquisada tinha entre 21 e 40 anos (39,4%), enquanto as pessoas entre 41 a 60 anos representavam 36,9%, 7,4% dos entrevistados eram menores de 21 anos e apenas 14,8% eram maiores de 60 anos.

QUADRO 88 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS

Faixa Etária	Quantidade	%
Menos de 21 anos	4	7,4%
De 21 a 40 anos	20	39,4%
De 41 a 60 anos	19	36,9%
Acima de 60 anos	8	14,8%
Não respondeu	1	2,5%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 7 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

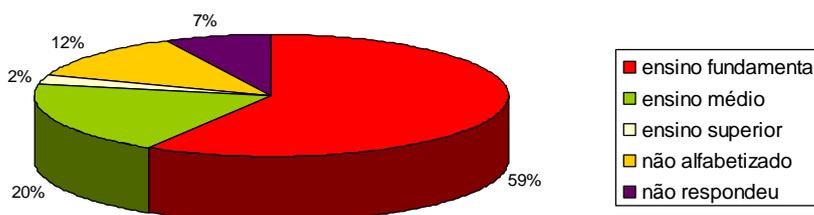
Em relação à escolaridade 59% dos entrevistados possuem ensino fundamental, 19,7% possuem ensino médio e uma porcentagem muito pequena possui ensino superior completo (2,5%). Se destaca ainda o grande percentual de entrevistados não alfabetizados (12,3%)

QUADRO 89 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

Categoria	Quantidade	%
ensino fundamental	31	59,0%
ensino médio	10	19,7%
ensino superior	1	2,5%
não alfabetizado	6	12,3%
não respondeu	4	7,4%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 8 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

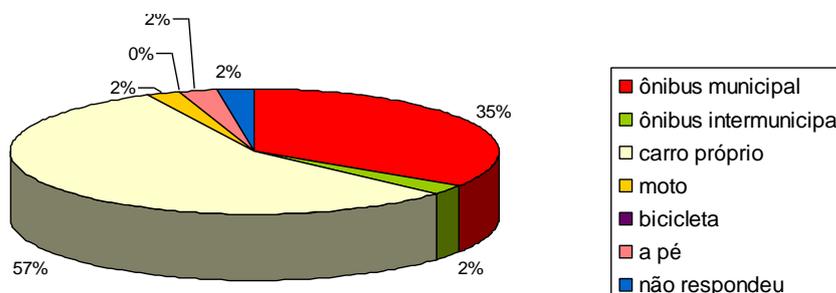
Em relação ao meio de locomoção, 56,6% da população da área rural entrevistada afirmou se utilizar de carro próprio, seguido por 34,4% que utiliza o transporte coletivo (ônibus municipal) como meio de transporte.

QUADRO 90 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS

Categoria	Quantidade	%
ônibus municipal	18	34,4%
ônibus intermunicipal	1	2,5%
carro próprio	29	56,6%
moto	1	2,5%
bicicleta	0	0,0%
a pé	1	2,5%
não respondeu	1	2,5%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 9 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

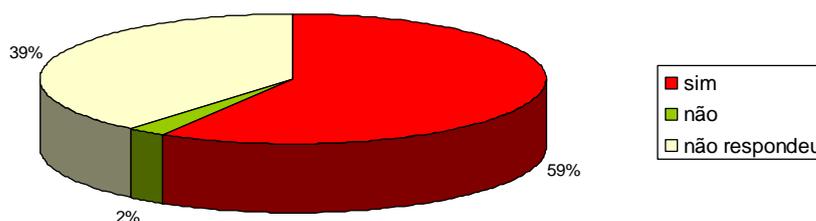
Ao ser perguntado se este meio satisfaz as necessidades dos entrevistados, os resultados apontam que aproximadamente 60% da população está satisfeita.

QUADRO 91 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?

Categoria	Quantidade	%
sim	31	59,0%
não	1	2,5%
não respondeu	20	39,4%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 10 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?



FONTE: RZS, 2009

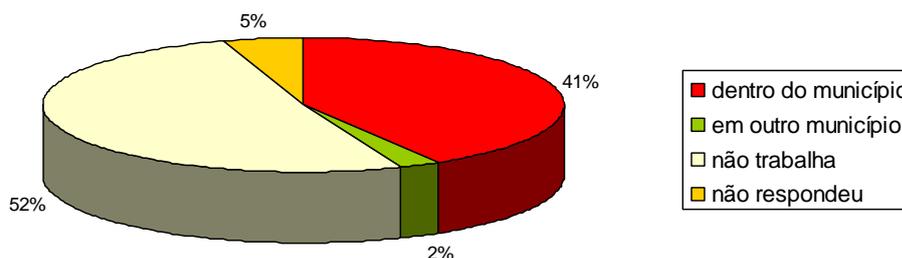
Quanto ao local de trabalho, verifica-se pelas respostas a seguir que a maioria dos entrevistados não trabalha, seguido por aqueles que trabalham dentro do município (41,8%), e uma porcentagem pequena em outro município (2,5%). Dentro desta amostra verifica-se que – dentro dos que respondem à questão seguinte – os deslocamentos com fins de trabalho oscilam entre 1 e 5 km para 49,2% dos entrevistados.

QUADRO 92 – LOCAL EM QUE TRABALHA

Categoria	Quantidade	%
Dentro do município	22	41,8%
Em outro município	1	2,5%
Não trabalha	27	51,7%
Não respondeu	3	4,9%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 11– LOCAL EM QUE TRABALHA



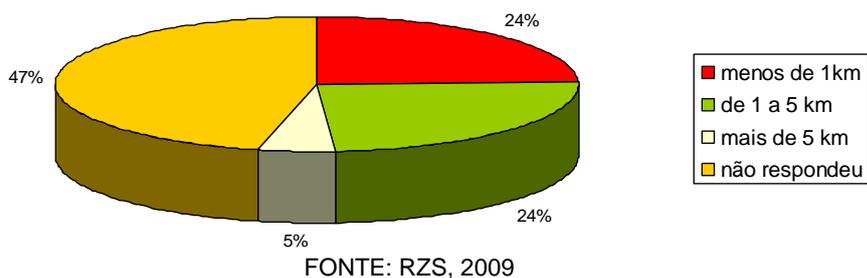
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 93 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO

Categoria	Quantidade	%
Menos de 1 km	13	24,6%
De 1 a 5 km	13	24,6%
Mais de 5 km	3	4,9%
Não respondeu	24	46,7%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 12 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO



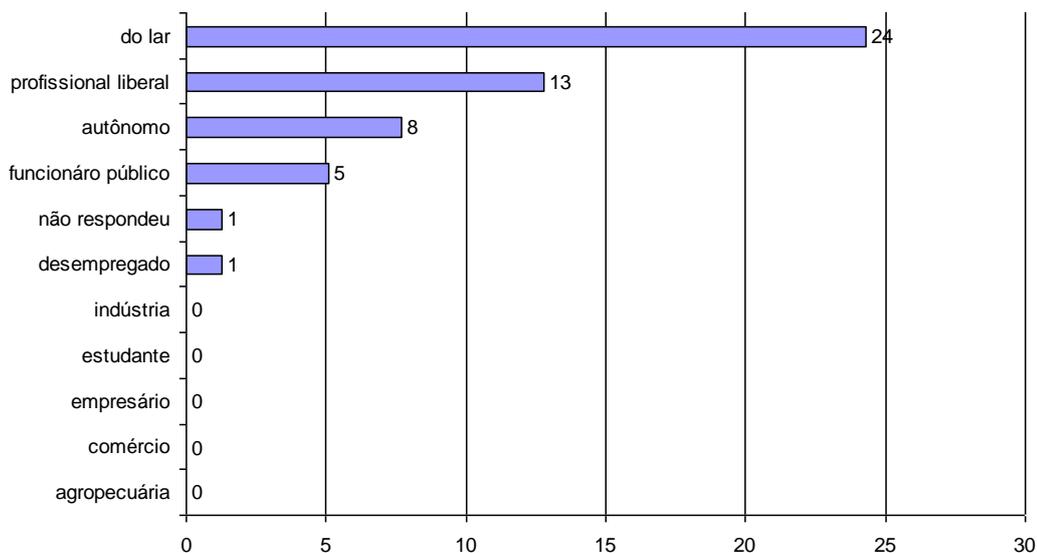
Em relação ao tipo de atividade que os entrevistados exercem é interessante observar que a atividade com maior número de respostas positivas (46,7%) é “do lar”, enquanto 24,6% é profissional liberal, 14,8% trabalha como autônomo e 9,8% como funcionário público. Encontram-se desempregados 2,5% dos entrevistados.

QUADRO 94 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO

Categoria	Quantidade	%
Agropecuária	0	0,0%
Comércio	0	0,0%
Indústria	0	0,0%
Autônomo	8	14,8%
Profissional liberal	13	24,6%
Do lar	24	46,7%
Estudante	0	0,0%
Desempregado	1	2,5%
Funcionário público	5	9,8%
Empresário	0	0,0%
Não respondeu	1	2,5%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 13 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO



FONTE: RZS, 2009

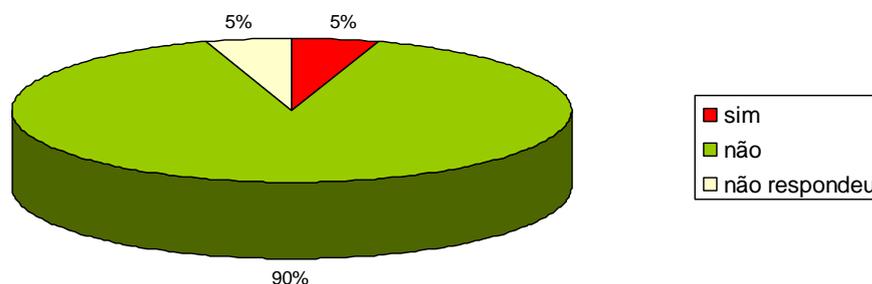
Dos entrevistados da área rural, mais de 90% afirmaram não possuir a carteira assinada, totalizando 47 pessoas.

QUADRO 95 – TEM CARTEIRA ASSINADA?

Categoria	Quantidade	%
Sim	3	4,9%
Não	47	91,0%
Não respondeu	2	3,8%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 14 – TEM CARTEIRA ASSINADA?



FONTE: RZS, 2009

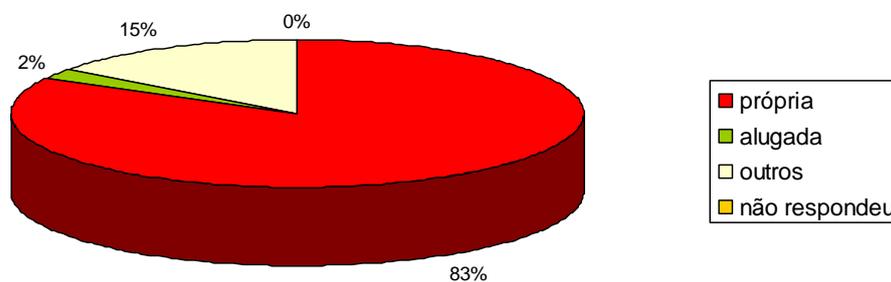
Quanto à situação da moradia, mais de 80% dos entrevistados afirmaram possuir casa própria, dos quais 46,7% (24) possuem escrituras e 22,1% recibo de compra.

QUADRO 96 – SITUAÇÃO DA MORADIA?

Categoria	Quantidade	%
Própria	43	83,6%
Alugada	1	2,5%
Outros	8	14,8%
Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 15 – SITUAÇÃO DA MORADIA



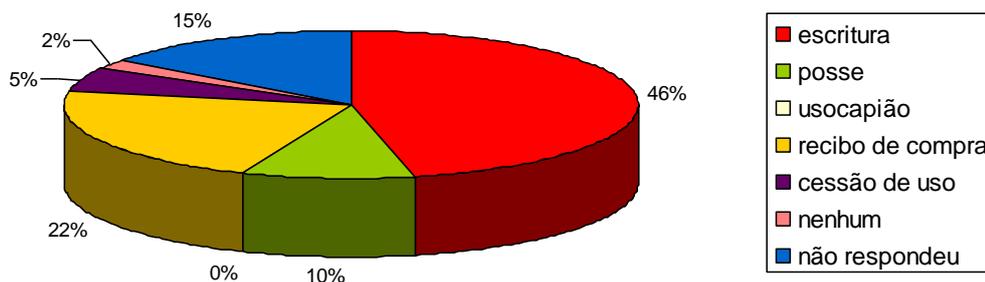
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 97 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA

Categoria	Quantidade	%
Escritura	24	46,7%
Posse	5	9,8%
Usucapião	0	0,0%
Recibo de compra	12	22,1%
Cessão de uso	3	4,9%
Nenhum	1	2,5%
Não respondeu	8	14,8%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 16 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA



FONTE: RZS, 2009

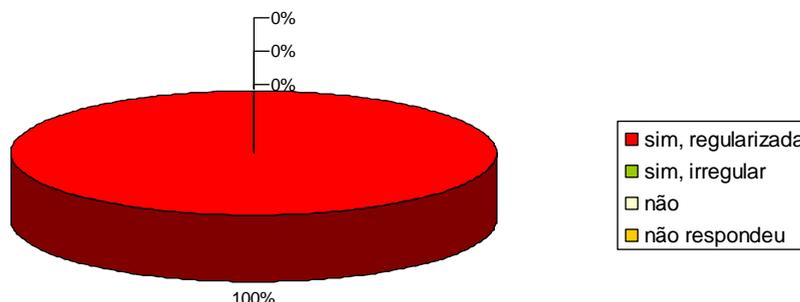
Ao serem perguntados sobre as questões inerentes à infra-estrutura, 100% da população rural entrevistada afirmou possuir energia elétrica regularizada (dos quais 86,5% afirmou faltar luz raramente), 93,5% não possui água tratada e 100% se utilizam de fossa simples como forma de esgotamento sanitário. Quanto à limpeza pública, apenas 38% dos entrevistados possuem seu lixo coletado pela prefeitura e 73,8% não realizam a separação do lixo orgânico e reciclável. Contudo cerca de 98% dos entrevistados afirmaram manter suas ruas limpas.

QUADRO 98 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?

Categoria	Quantidade	%
Sim, regularizada	52	100%
Sim, irregular	0	0,0%
Não	0	0,0%
Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 17 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?



FONTE: RZS, 2009

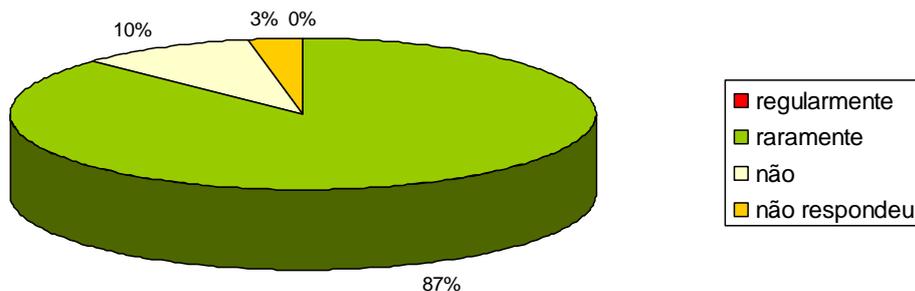
QUADRO 99 – FALTA LUZ NA SUA CASA?

Categoria	Quantidade	%
Regularmente	0	0,0%

Raramente	45	86,5%
Não	5	9,4%
Não respondeu	2	3,1%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 18 – FALTA LUZ NA SUA CASA



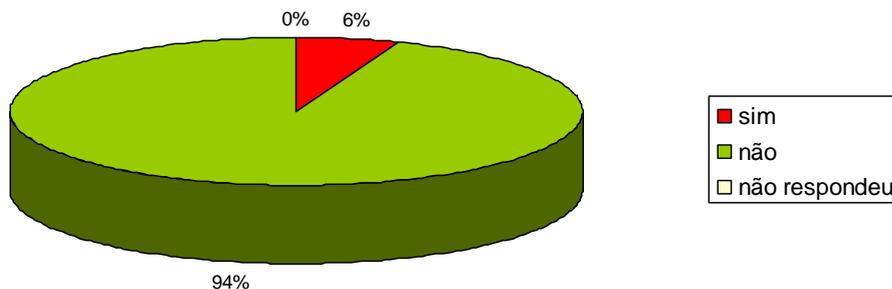
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 100 – POSSUI ÁGUA TRATADA

Categoria	Quantidade	%
Sim	3	5,8%
Não	49	93,5%
Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 19 – POSSUI ÁGUA TRATADA?



FONTE: RZS, 2009

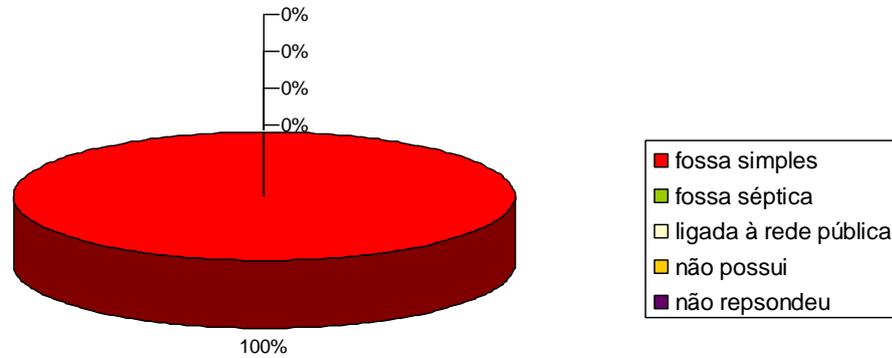
QUADRO 101 – TIPO DE ESGOTO

Categoria	Quantidade	%
Fossa simples	52	100%
Fossa séptica	0	0,0%
Ligada à rede pública	0	0,0%
Não possui	0	0,0%
Não respondeu	0	0,0%

Total	52	100
--------------	-----------	------------

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 20 – TIPO DE ESGOTO



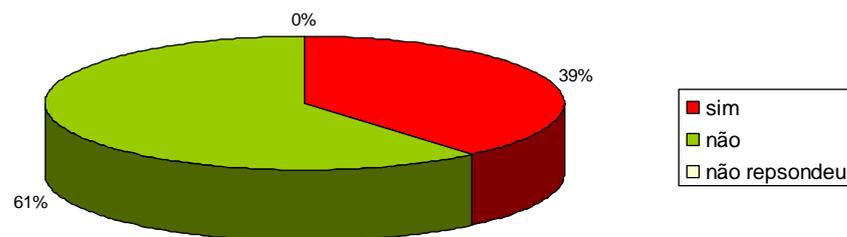
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 102 – O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA

Categoria	Quantidade	%
Sim	20	39,4%
Não	32	61,5%
Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 21 – O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA



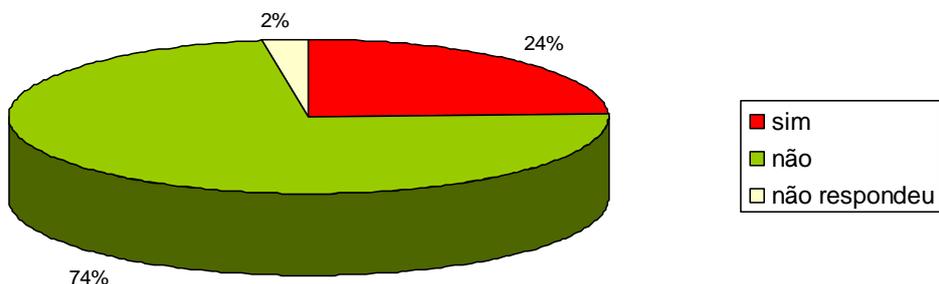
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 103 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?

Categoria	Quantidade	%
Sim	13	24,6%
Não	38	73,8%
Não respondeu	1	2,5%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 22 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?



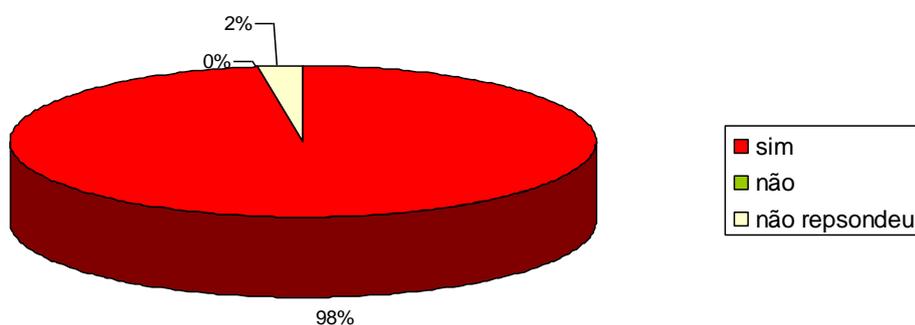
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 104 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?

Categoria	Quantidade	%
Sim	51	98,4%
Não	0	0,0%
Não respondeu	1	2,5%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 23 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?



FONTE: RZS, 2009

Quanto aos aspectos de saúde e ensino, os entrevistados avaliaram a qualidade e distância das escolas públicas e do posto de saúde. Neste sentido, praticamente 50% dos entrevistados avaliam como boa a escola pública, sendo necessário percorrer percursos de distância média à longa. Em relação à saúde pública, mais de 55% o avaliam como boa e 46,7% a consideraram de média distância.

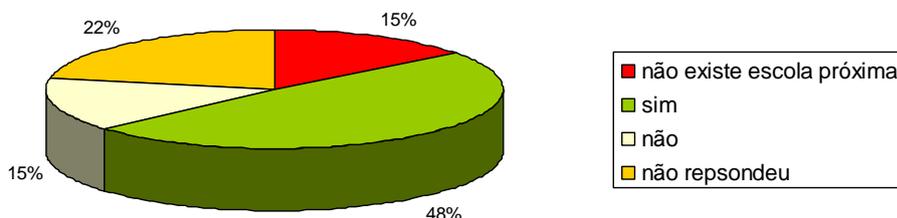
QUADRO 105 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?

Categoria	Quantidade	%
Não existe escola próxima	8	14,8%
Sim	26	49,2%
Não	8	14,8%

Não respondeu	12	22,1%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 24 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?



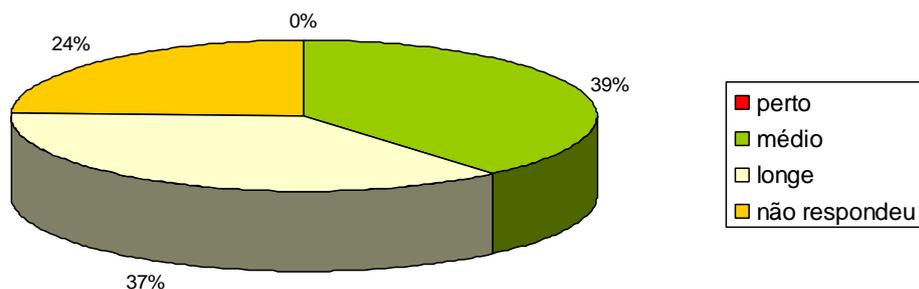
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 106– DISTÂNCIA DA ESCOLA

Categoria	Quantidade	%
Perto	0	0,0%
Médio	20	39,4%
Longe	19	36,9%
Não respondeu	13	24,6%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 25 – DISTÂNCIA DA ESCOLA?



FONTE: RZS, 2009

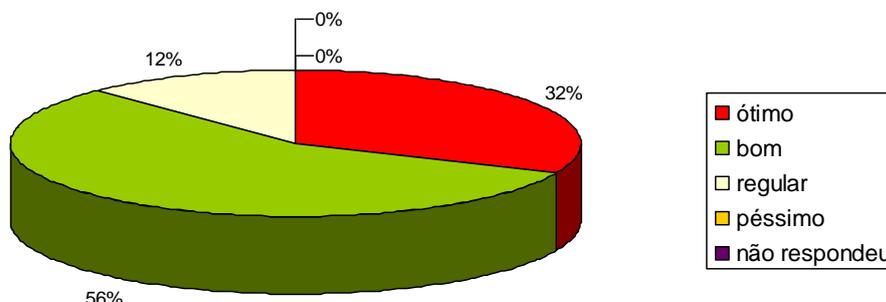
QUADRO 107 – O HOSPITAL E POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM?

Categoria	Quantidade	%
Ótimo	17	32,0%
Bom	29	56,6%
Regular	6	12,3%
Péssimo	0	0,0%

Não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 26– O HOSPITAL E O POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM



FONTE: RZS, 2009

QUADRO 108 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE

Categoria	Quantidade	%
Perto	4	7,4%
Médio	24	46,7%
Longe	22	41,8%
Não respondeu	3	4,9%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 27 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE



FONTE: RZS, 2009

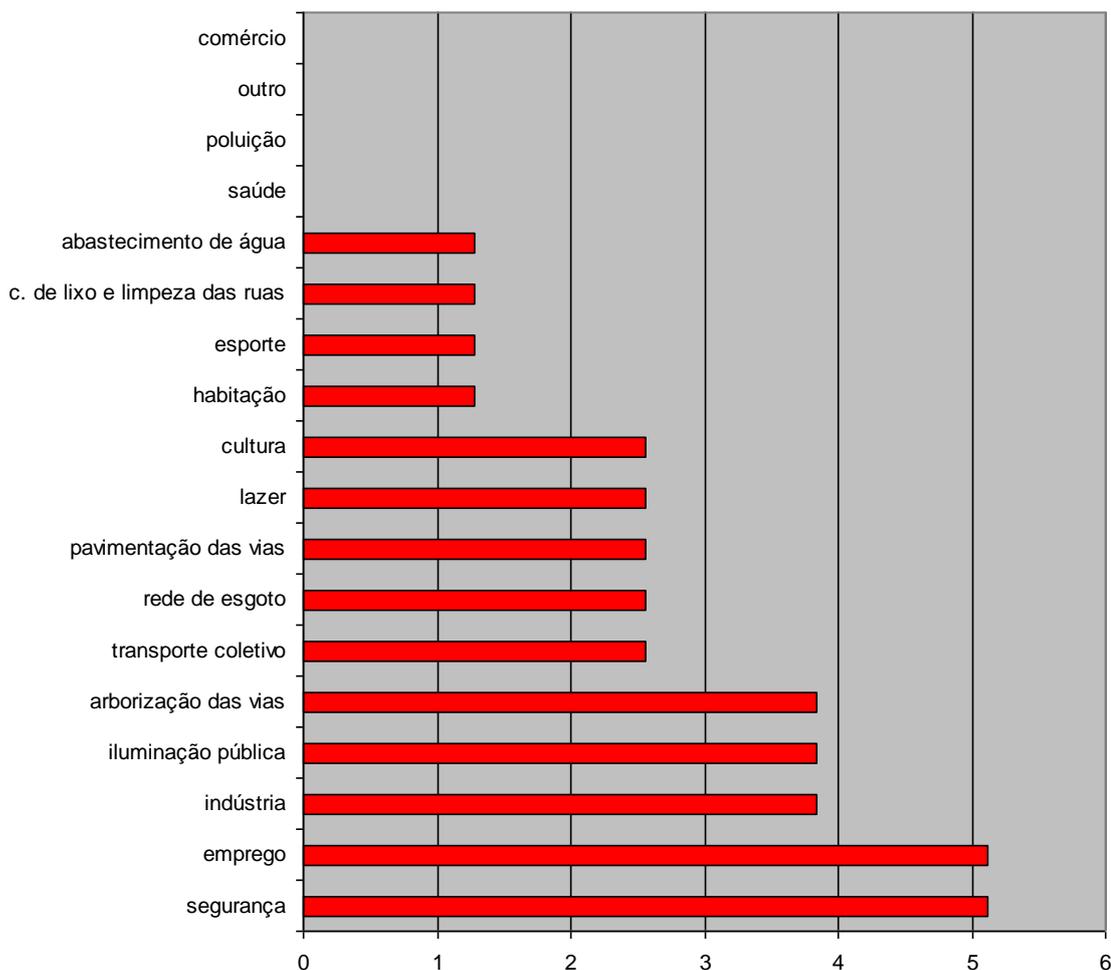
Ao ser questionado sobre os 05 aspectos mais problemáticos na área urbana, embora não seja verificado grande representatividade nas respostas, as questões de segurança e emprego aparecem com destaque (12,8%). Já na área rural as respostas apresentaram maior representatividade, totalizando 186 respostas das quais se destacam as estradas (26%) e a segurança (13,7%).

QUADRO 109 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA

Categoria	Quantidade	%
Comércio	0	0,0%
Poluição	0	0,0%
Saúde	0	0,0%
Outro	0	0,0%
Abastecimento De Água	1	3,2%
C. De Lixo E Limpeza Das Ruas	1	3,2%
Esporte	1	3,2%
Habitação	1	3,2%
Lazer	3	6,4%
Pavimentação Das Vias	3	6,4%
Cultura	3	6,4%
Rede De Esgoto	3	6,4%
Transporte Coletivo	3	6,4%
Indústria	4	9,6%
Iluminação Pública	4	9,6%
Arborização Das Vias	4	9,6%
Emprego	5	12,8%
Segurança	5	12,8%
Total	40	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 28 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA



FONTE: RZS, 2009

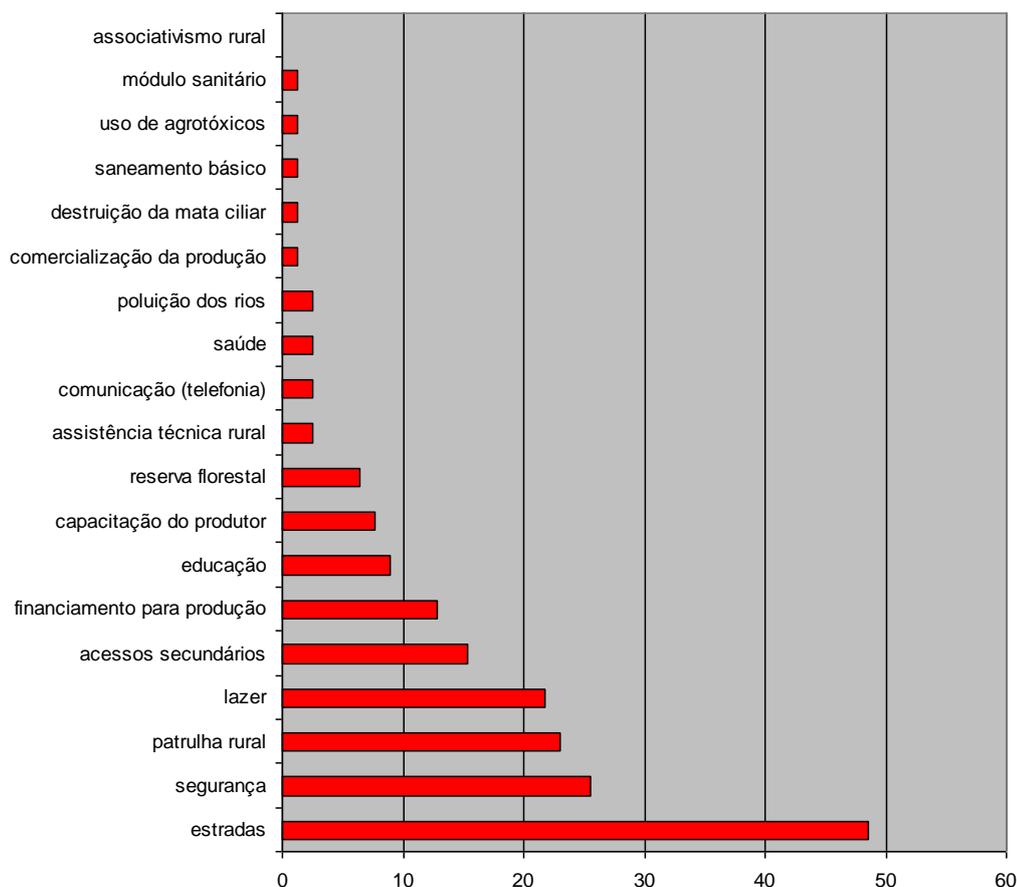
QUADRO 110 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL

Categoria	Quantidade	%
Estradas	49	26,0%
Segurança	26	13,7%
Patrulha Rural	23	12,3%
Lazer	22	11,6%
Acessos Secundários	15	8,2%
Financiamento Para Produção	13	6,8%
Educação	9	4,8%
Capacitação Do Produtor	8	4,1%
Reserva Florestal	6	3,4%
Assistência Técnica Rural	3	1,4%
Comunicação (Telefonia)	3	1,4%
Saúde	3	1,4%
Poluição Dos Rios	3	1,4%
Comercialização Da Produção	1	0,7%

Destruição Da Mata Ciliar	1	0,7%
Saneamento Básico	1	0,7%
Uso De Agrotóxicos	1	0,7%
Módulo Sanitário	1	0,7%
Associativismo Rural	0	0,0%
Total	186	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 29 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL



FONTE: RZS, 2009

Em relação à empregabilidade, foi perguntado aos entrevistados se estes consideram fácil encontrar emprego no município. Mais de 95% afirmaram não ser fácil, apontando – todavia – o comércio como opção mais viável.

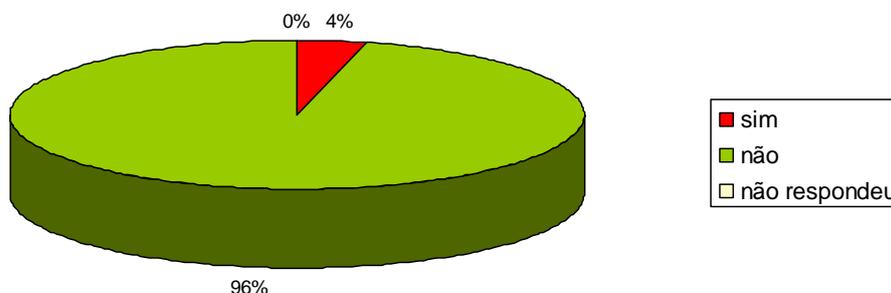
QUADRO 111 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?

Categoria	Quantidade	%
sim	2	3,8%
não	50	95,9%

não respondeu	0	0,0%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 30 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?



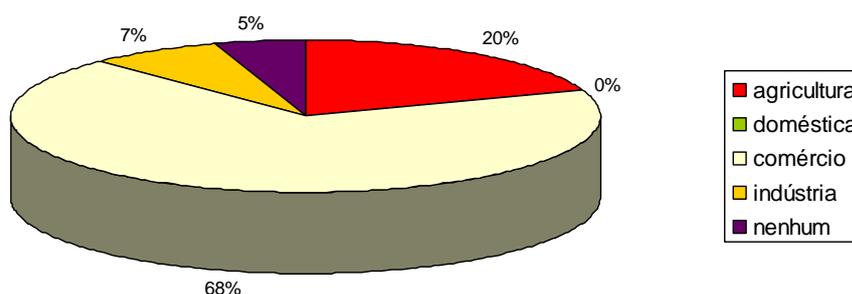
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 112 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?

Categoria	Quantidade	%
agricultura	10	19,7%
doméstica	0	0,0%
comércio	36	68,9%
indústria	4	7,4%
nenhum	3	4,9%
Total	52	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 31– EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?



FONTE: RZS, 2009

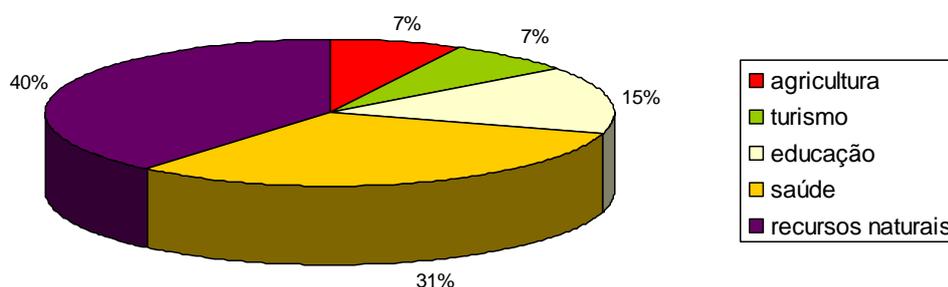
Já quanto às potencialidades identificadas no município, a maioria dos entrevistados (38,9%) observa os recursos naturais como aspecto positivo de Faxinal, seguido da Saúde (31,5%). Quando perguntados sobre demais sugestões, se destaca a necessidade de atrair novas indústrias e geração de empregos.

QUADRO 113 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL

Categoria	Quantidade	%
Agricultura	5	7,4%
Turismo	5	7,4%
Educação	10	14,8%
Saúde	22	31,5%
Recursos Naturais	27	38,9%
Total	69	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 32 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL



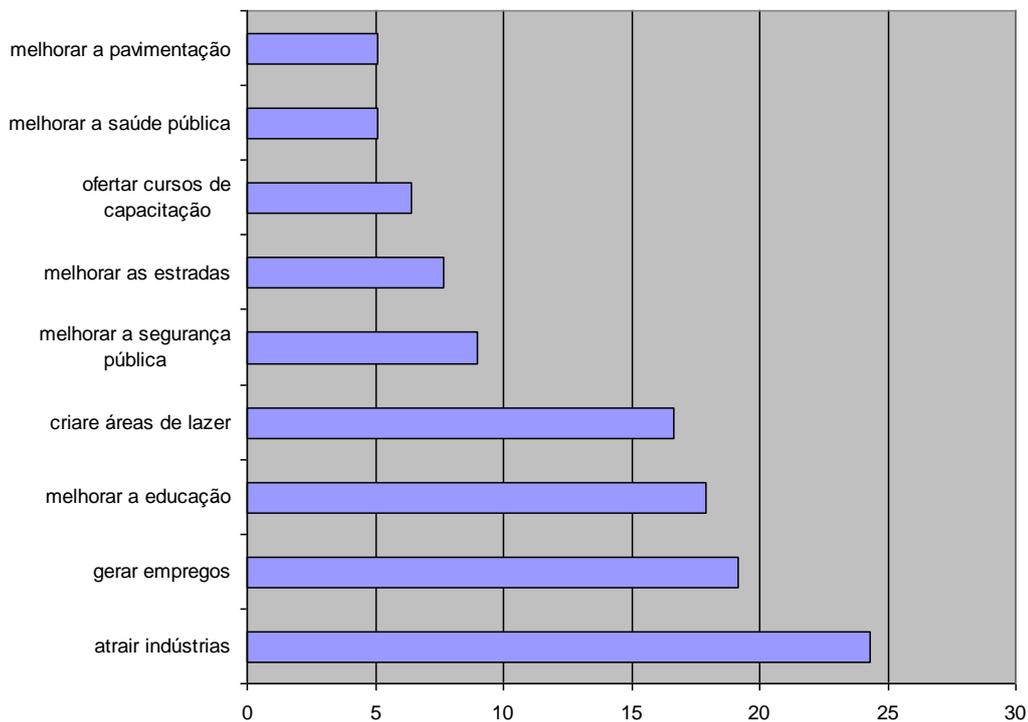
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 114 – SUGESTÕES

Categoria	Quantidade	%
Melhorar A Saúde Pública	5	4,6%
Melhorar A Pavimentação	5	4,6%
Ofertar Cursos De Capacitação	6	5,8%
Melhorar As Estradas	8	6,9%
Melhorar A Segurança Pública	9	8,1%
Criar Áreas De Lazer	17	15,0%
Melhorar A Educação	18	16,1%
Gerar Empregos	19	17,3%
Atrair Indústrias	24	21,9%
Total	69	100

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 33 – SUGESTÕES



FONTE: RZS, 2009

13.2. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA

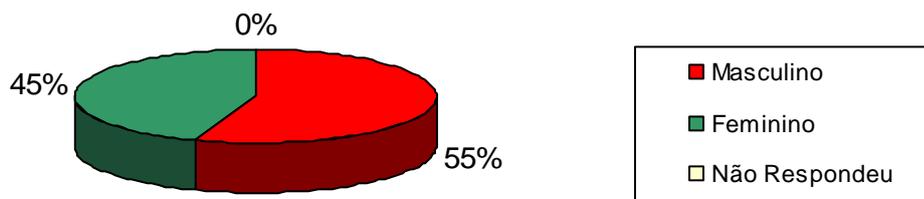
A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados era do sexo feminino (55,3%) enquanto o sexo masculino corresponde a 44,7%.

QUADRO 115 – SEXO DOS ENTREVISTADOS

Gênero	Quantidade	%
feminino	795	55,3%
masculino	642	44,7%
não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 34– SEXO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

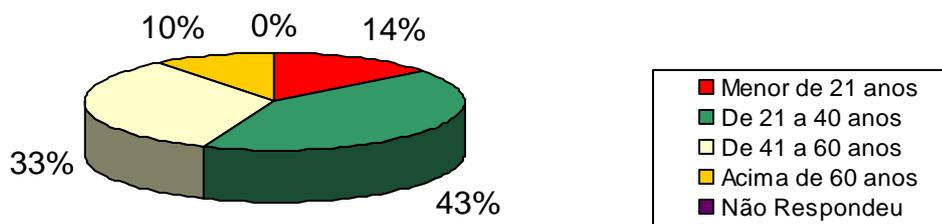
Quando perguntado sobre a faixa etária, a maioria da população pesquisada tinha entre 21 e 40 anos (42,2%), enquanto as pessoas entre 41 a 60 anos representavam 33,4%, 14,1% dos entrevistados eram menores de 21 anos e apenas 10,4% eram maiores de 60 anos.

QUADRO 116 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS

Faixa Etária	Quantidade	%
Menos de 21 anos	202	14,1%
de 21 a 40 anos	606	42,2%
de 41 a 60 anos	480	33,4%
acima de 60 anos	149	10,4%
não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 35 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

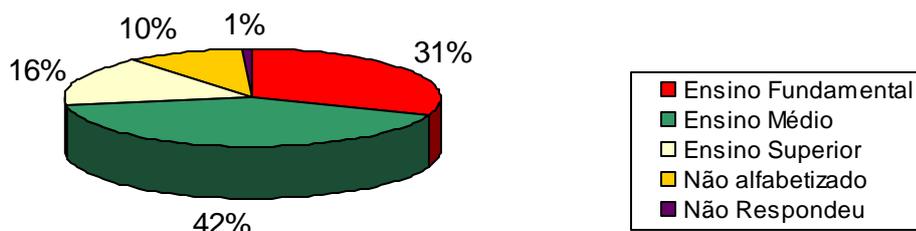
Em relação à escolaridade 30,6% dos entrevistados possuem ensino fundamental, 42,2% possuem ensino médio e uma porcentagem muito pequena possui ensino superior completo (16,1%). Destaca-se ainda o grande percentual de entrevistados não alfabetizados (10,3%).

QUADRO 117 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

Categoria	Quantidade	%
ensino fundamental	440	30,6%
ensino médio	606	42,2%
ensino superior	232	16,1%
não alfabetizado	148	10,3%
não respondeu	10	0,7%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 36– ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

Em relação ao meio de locomoção, 32,8% da população da área urbana entrevistada se locomove a pé dentro da cidade, seguido por 31,2% que utilizam o carro próprio como meio de transporte.

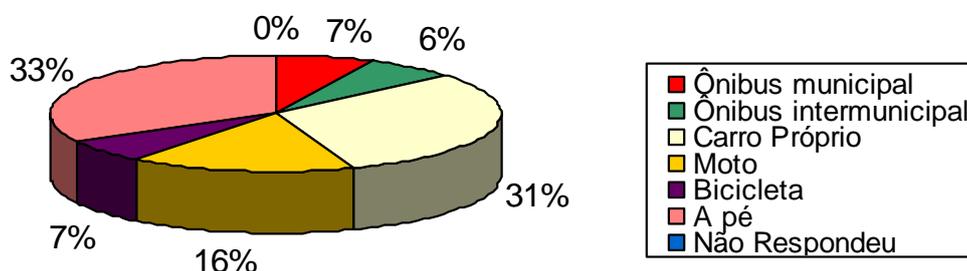
QUADRO 118 – MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS

Categoria	Quantidade	%
Ônibus municipal	103	7,2%

Ônibus intermunicipal	87	6,1%
Carro próprio	449	31,2%
Moto	231	16,1%
Bicicleta	95	6,6%
A pé	472	32,8%
Não respondeu	0	0,0%
Total	1438	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 37– MEIO DE TRANSPORTE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: RZS, 2009

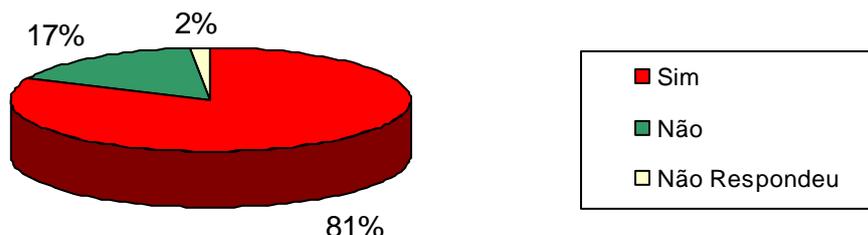
Ao ser perguntado se este meio satisfaz as necessidades dos entrevistados, os resultados apontam que aproximadamente 81,6% da população está satisfeita.

QUADRO 119 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?

Categoria	Quantidade	%
Sim	1173	81,6%
Não	239	16,6%
Não respondeu	25	1,7%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 38 – ESTE MEIO TE SATISFAZ?



FONTE: RZS, 2009

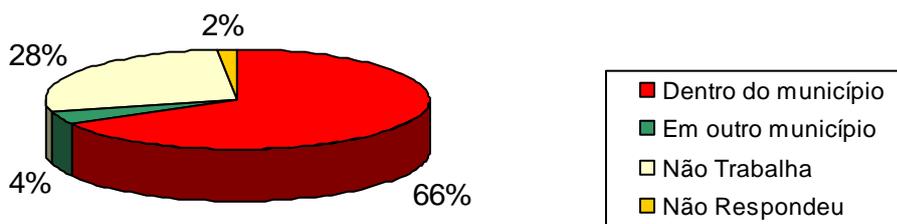
Quanto ao local de trabalho, verifica-se pelas respostas a seguir que a maioria dos trabalha dentro do município (66,7%), seguido por 27,7% dos entrevistados que não trabalham e uma porcentagem pequena em outro município (4,2%). Dentro desta amostra verifica-se que – dentro dos que respondem à questão seguinte – os deslocamentos com fins de trabalho oscilam entre 1 e 5 km para 59,7% dos entrevistados.

QUADRO 120– LOCAL EM QUE TRABALHA

Categoria	Quantidade	%
Dentro do município	958	66,7%
Em outro município	60	4,2%
Não trabalha	398	27,7%
Não respondeu	22	1,5%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 39 – LOCAL EM QUE TRABALHA



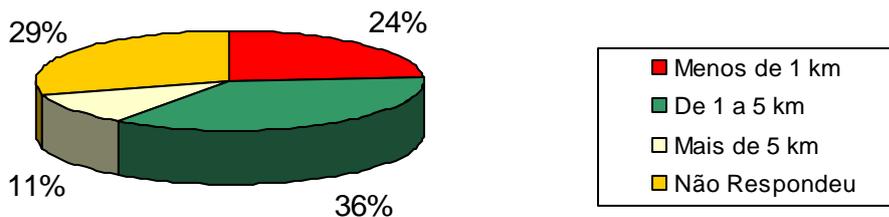
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 121 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO

Categoria	Quantidade	%
Menos de 1km	345	24,0%
De 1 a 5 km	513	35,7%
Mais de 5 km	157	10,9%
Não respondeu	423	29,4%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 40 – DISTÂNCIA ATÉ O TRABALHO



FONTE: RZS, 2009

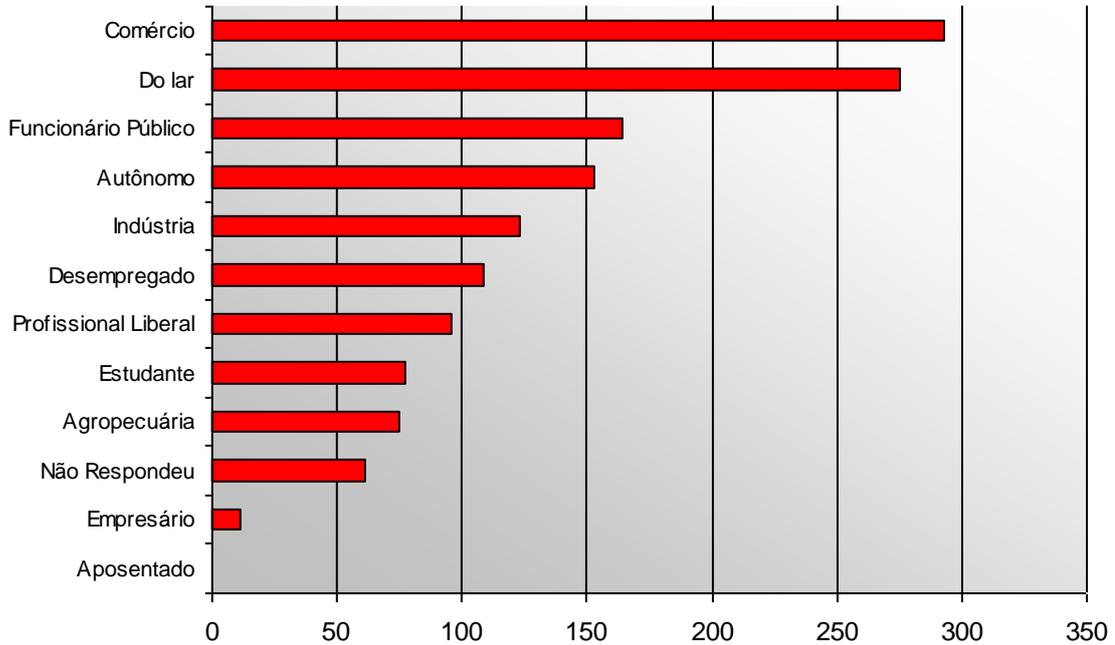
Em relação ao tipo de atividade que os entrevistados exercem é interessante observar que a atividade com maior número de respostas positivas (27,4%) é ligado ao comércio, seguido de pessoas que tem como atividade definida “do lar” (19,5%).

QUADRO 122 – ATIVIDADE DO ENTREVISTADO

Categoria	Quantidade	%
Agropecuária	75	5,2%
Comércio	293	20,4%
Indústria	123	8,6%
Autônomo	153	10,6%
Profissional Liberal	96	6,7%
Do lar	275	19,1%
Estudante	77	5,4%
Desempregado	109	7,6%
Funcionário Público	164	11,4%
Empresário	11	0,8%
Aposentado	1	0,1%
Não Respondeu	61	4,2%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 41- ATIVIDADE DO ENTREVISTADO



FONTE: RZS, 2009

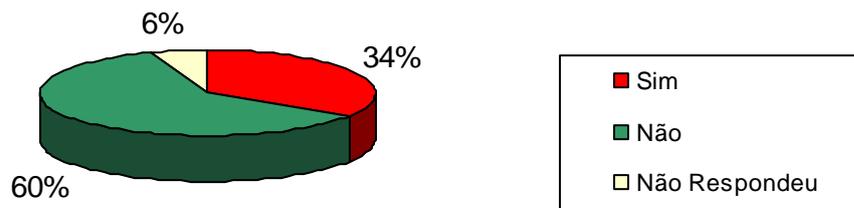
Dos entrevistados da área urbana, aproximadamente 60% afirmaram não possuir a carteira assinada, totalizando 872 pessoas.

QUADRO 123 – TEM CARTEIRA ASSINADA?

Categoria	Quantidade	%
Sim	485	33,8%
Não	872	60,7%
Não respondeu	80	5,6%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 42- TEM CARTEIRA ASSINADA?



FONTE: RZS, 2009

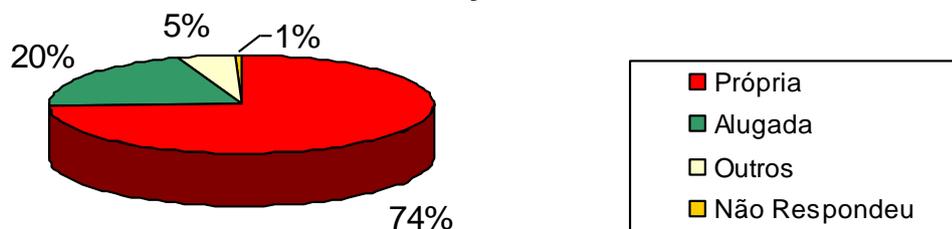
Quanto à situação da moradia, mais de 74% dos entrevistados afirmaram possuir casa própria, dos quais 60,1% possuem escrituras e 11,6% recibo de compra.

QUADRO 124 - SITUAÇÃO DA MORADIA?

Categoria	Quantidade	%
Própria	1069	74,4%
Alugada	292	20,3%
Outros	68	4,7%
Não respondeu	8	0,6%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 43 – SITUAÇÃO DA MORADIA



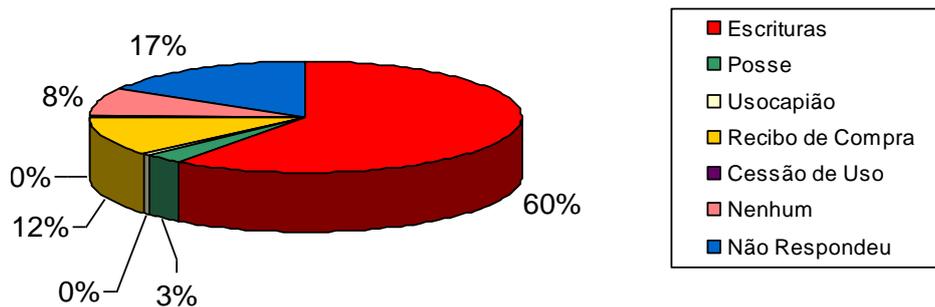
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 125 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA

Categoria	Quantidade	%
Escritura	863	60,1%
Posse	39	2,7%
Usucapião	6	0,4%
Recibo de compra	166	11,6%
Cessão de uso	5	0,3%
Nenhum	119	8,3%
Não respondeu	238	16,6%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 44 – DOCUMENTO REFERENTE À MORADIA



FONTE: RZS, 2009

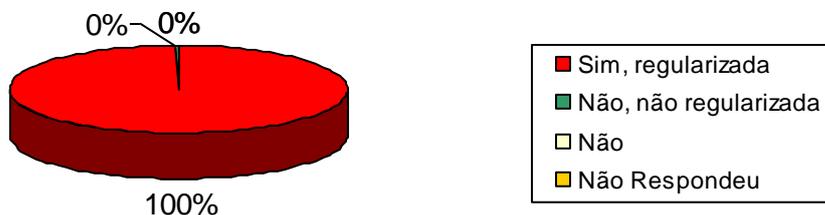
Ao serem perguntados sobre as questões inerentes à infra-estrutura, 99,9% da população urbana entrevistada afirmou possuir energia elétrica regularizada (dos quais 54,6% afirmou não faltar luz), 98,9% possui água tratada e 94,3% se utilizam de fossa simples como forma de esgotamento sanitário. Quanto à limpeza pública, 97,9% dos entrevistados possuem seu lixo coletado pela prefeitura e 56,2% não realizam a separação do lixo orgânico e reciclável. Cerca de 60% dos entrevistados afirmaram manter suas ruas limpas.

QUADRO 126 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?

Categoria	Quantidade	%
Sim, regularizada	1435	99,9%
Sim, irregular	2	0,1%
Não	0	0,0%
Não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 45 – POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?



FONTE: RZS, 2009

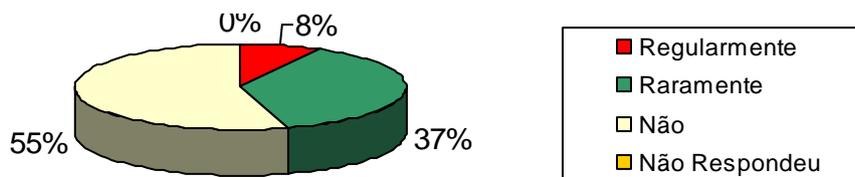
QUADRO 127– FALTA LUZ NA SUA CASA?

Categoria	Quantidade	%
Regularmente	115	8,0%
Raramente	537	37,4%

Não	785	54,6%
Não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 46 – FALTA LUZ NA SUA CASA



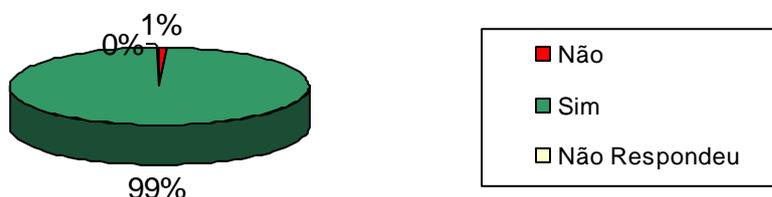
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 128 – POSSUI ÁGUA TRATADA

Categoria	Quantidade	%
Não	11	0,8%
Sim	1420	98,9%
Não respondeu	5	0,3%
Total	1436	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 47– POSSUI ÁGUA TRATADA?



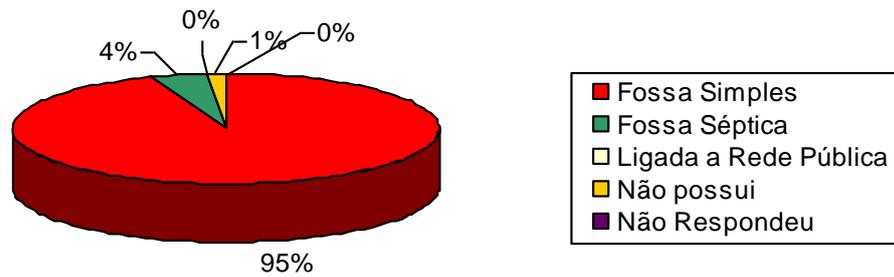
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 129 –TIPO DE ESGOTO

Categoria	Quantidade	%
Fossa simples	1355	94,3%
Fossa séptica	62	4,3%
Ligada à rede pública	0	0,0%
Não possui	20	1,4%
Não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 48– TIPO DE ESGOTO



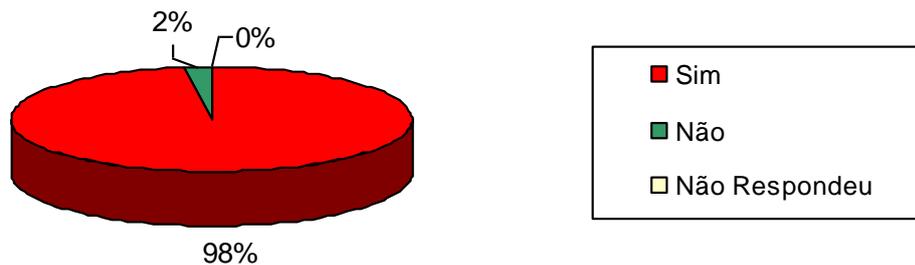
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 130- O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA

Categoria	Quantidade	%
Sim	1407	97,9%
Não	30	2,1%
Não respondeu	0	0,0%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 49 - O LIXO É RECOLHIDO PELA PREFEITURA



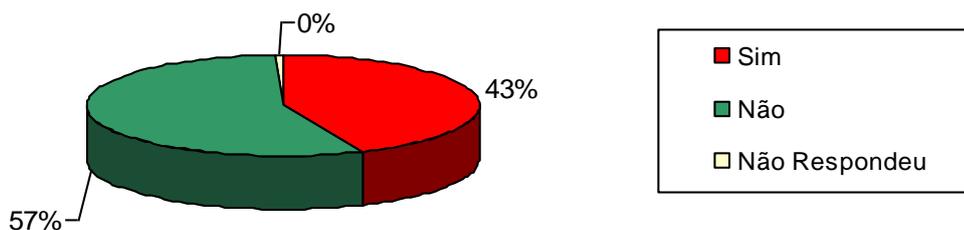
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 131 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?

Categoria	Quantidade	%
Sim	623	43,4%
Não	808	56,2%
Não respondeu	6	0,4%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 50 – VOCÊ FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO?



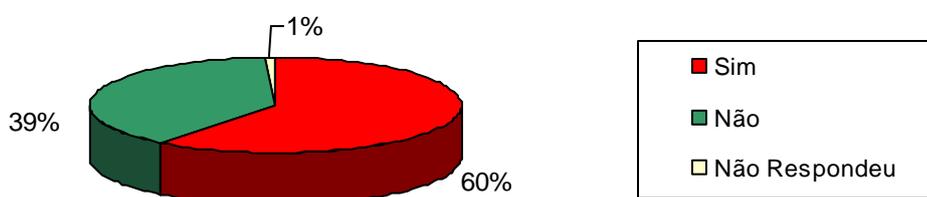
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 132 – AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?

Categoria	Quantidade	%
Sim	870	60,5%
Não	555	38,6%
Não respondeu	12	0,8%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 51- AS RUAS SE MANTÉM LIMPAS?



FONTE: RZS, 2009

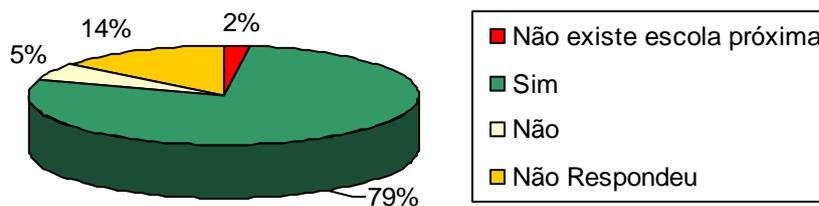
Quanto aos aspectos de saúde e ensino, os entrevistados avaliaram a qualidade e distância das escolas públicas e do posto de saúde. Neste sentido, praticamente 80% dos entrevistados avaliam como boa a escola pública, sendo necessário percorrer pequenos percursos. Em relação à saúde pública, mais de 46% o avaliam como boa e 69% a consideraram a distância a ser percorrida de média a longa.

QUADRO 133 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?

Categoria	Quantidade	%
Não existe escola próxima	31	2,2%
Sim	1123	78,1%
Não	77	5,4%
Não respondeu	206	14,3%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 52 – A ESCOLA TE ATENDE BEM?



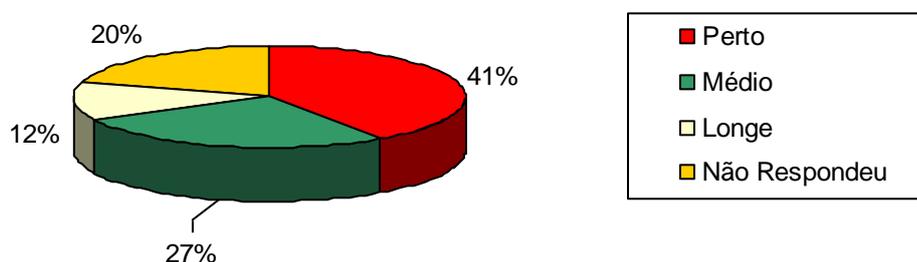
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 134 – DISTÂNCIA DA ESCOLA

Categoria	Quantidade	%
Perto	582	40,5%
Médio	388	27,0%
Longe	174	12,1%
Não respondeu	292	20,3%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 53 – DISTÂNCIA DA ESCOLA?



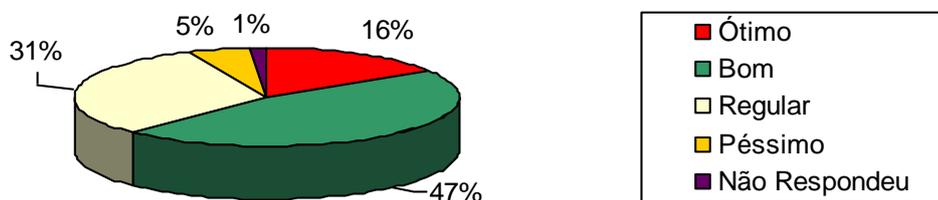
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 135 – O HOSPITAL E POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM?

Categoria	Quantidade	%
Ótimo	227	15,8%
Bom	669	46,6%
Regular	446	31,0%
Péssimo	77	5,4%
Não respondeu	18	1,3%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 54 – O HOSPITAL E O POSTO DE SAÚDE TE ATENDEM BEM



FONTE: RZS, 2009

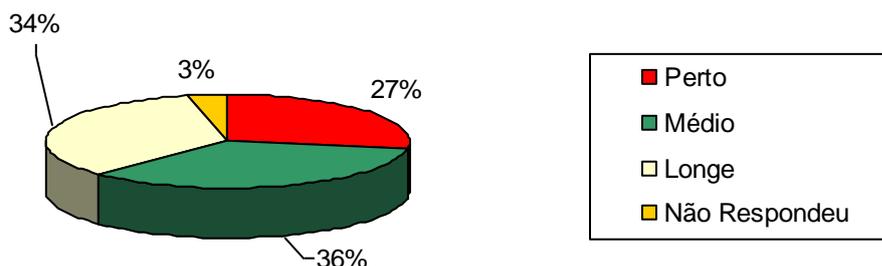
QUADRO 136 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE

Categoria	Quantidade	%
------------------	-------------------	----------

Perto	393	27,3%
Médio	503	35,0%
Longe	490	34,1%
Não respondeu	50	3,5%
Total	1437	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 55 – DISTÂNCIA DO POSTO DE SAÚDE



FONTE: RZS, 2009

Ao ser questionado sobre os 05 aspectos mais problemáticos na área urbana, as questões de segurança e emprego aparecem com destaque (13,3% e 12,9%). Já na área rural as respostas destacam as estradas (15,8%) e a saúde (8,9%).

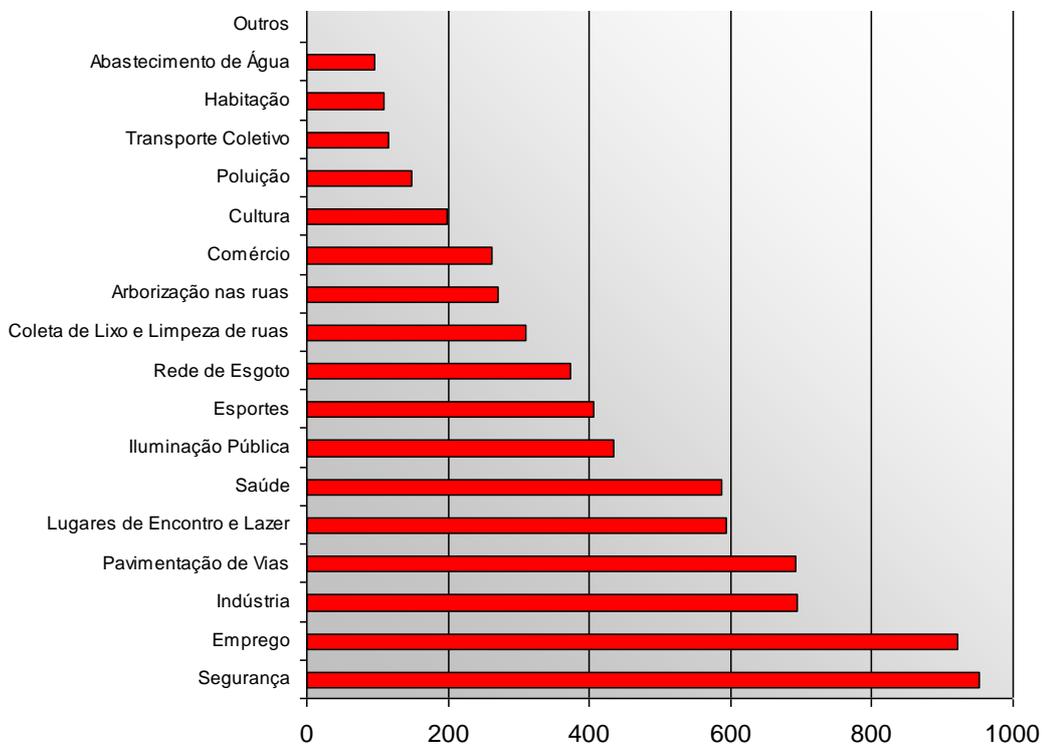
QUADRO 137 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA

Categoria	Quantidade	%
Indústria	694	9,7%
Comércio	261	3,6%
Abastecimento de Água	95	1,3%
Iluminação Pública	435	6,1%
Arborização nas ruas	270	3,8%
Lugares de Encontro e Lazer	594	8,3%
Coleta de Lixo e Limpeza de ruas	311	4,3%
Pavimentação de Vias	692	9,7%
Cultura	199	2,8%
Poluição	148	2,1%
Rede de Esgoto	373	5,2%
Emprego	921	12,9%
Saúde	588	8,2%
Esportes	406	5,7%
Segurança	952	13,3%
Habitação	110	1,5%
Transporte Coletivo	116	1,6%
Outros	0	0,0%

Total	7166	100,0%
--------------	-------------	---------------

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 56 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA URBANA



FONTE: RZS, 2009

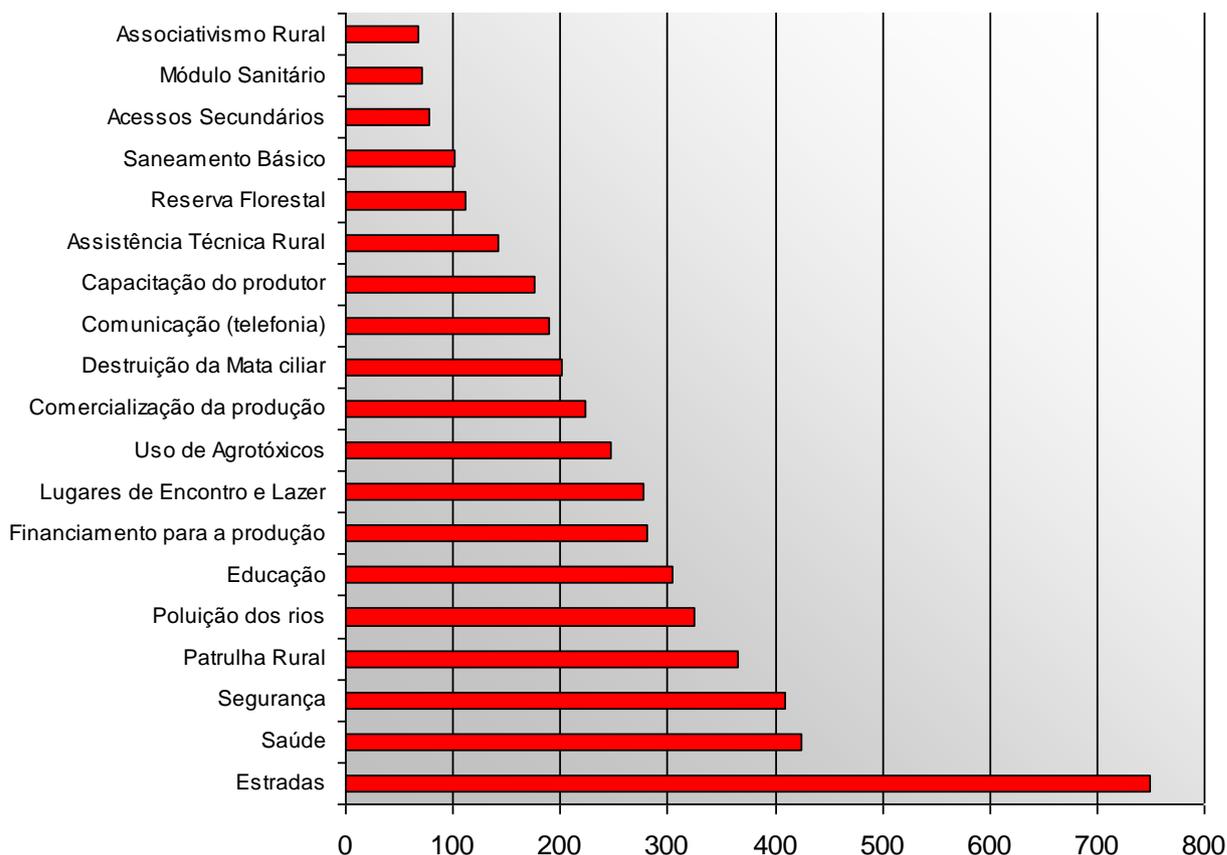
QUADRO 138 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL

Categoria	Quantidade	%
Assistência Técnica Rural	142	3,0%
Estradas	749	15,8%
Associativismo Rural	67	1,4%
Capacitação do produtor	176	3,7%
Financiamento para a produção	280	5,9%
Lugares de Encontro e Lazer	277	5,8%
Comercialização da produção	224	4,7%
Patrulha Rural	365	7,7%
Comunicação (telefonía)	189	4,0%
Saúde	424	8,9%
Destruição da Mata ciliar	201	4,2%
Saneamento Básico	102	2,2%
Segurança	410	8,6%
Educação	304	6,4%
Uso de Agrotóxicos	247	5,2%
Poluição dos rios	324	6,8%
Reserva Florestal	111	2,3%

Módulo Sanitário	71	1,5%
Acessos Secundários	78	1,6%
Total	4741	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 57 – ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA ÁREA RURAL



FONTE: RZS, 2009

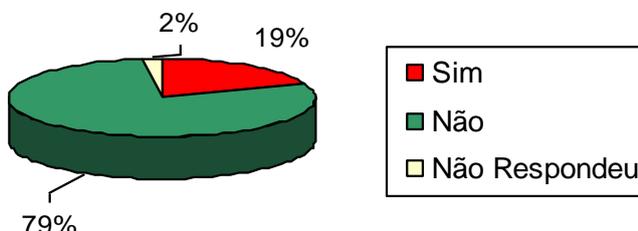
Em relação à empregabilidade, foi perguntado aos entrevistados se estes consideram fácil encontrar emprego no município. Mais de 79% afirmaram não ser fácil, apontando – todavia – o comércio e a agricultura como opções mais viáveis.

QUADRO 139 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?

Categoria	Quantidade	%
Sim	268	18,8%
Não	1133	79,4%
Não respondeu	26	1,8%
Total	1427	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 58 – É FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?



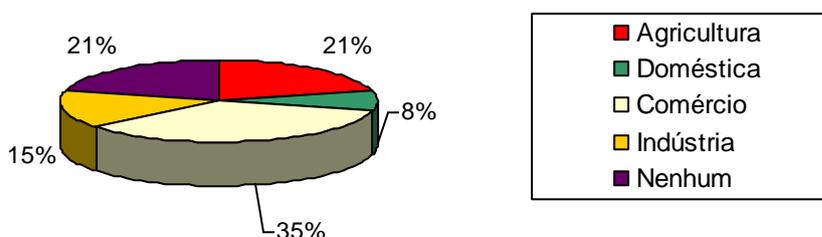
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 140 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?

Categoria	Quantidade	%
Agricultura	268	21,2%
Doméstica	97	7,7%
Comércio	445	35,2%
Indústria	195	15,4%
Nenhum	261	20,6%
Total	1266	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 59 – EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL ENCONTRAR EMPREGO EM FAXINAL?



FONTE: RZS, 2009

Já quanto às potencialidades identificadas no município, a maioria dos entrevistados (51,2%) observa a agricultura e o turismo (36,9%) como aspectos positivos de Faxinal. Quando perguntados sobre demais sugestões, se destaca a necessidade de atrair novas indústrias e melhorar a pavimentação das vias.

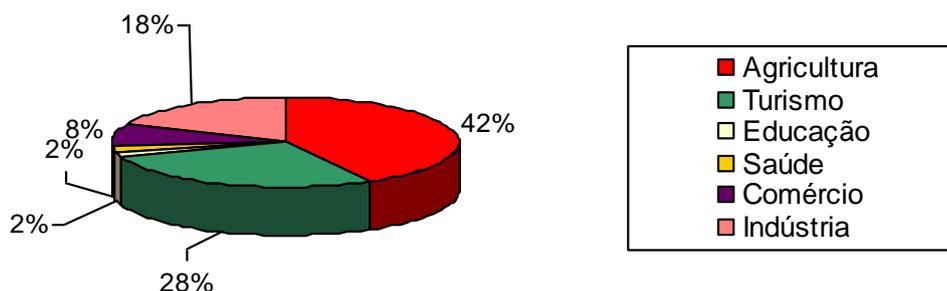
QUADRO 141 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL

Categoria	Quantidade	%
Agricultura	569	41,9%

Turismo	380	28,0%
Educação	23	1,7%
Saúde	32	2,4%
Comércio	105	7,7%
Indústria	249	18,3%
Total	1358	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 60 – POTENCIALIDADES DE FAXINAL



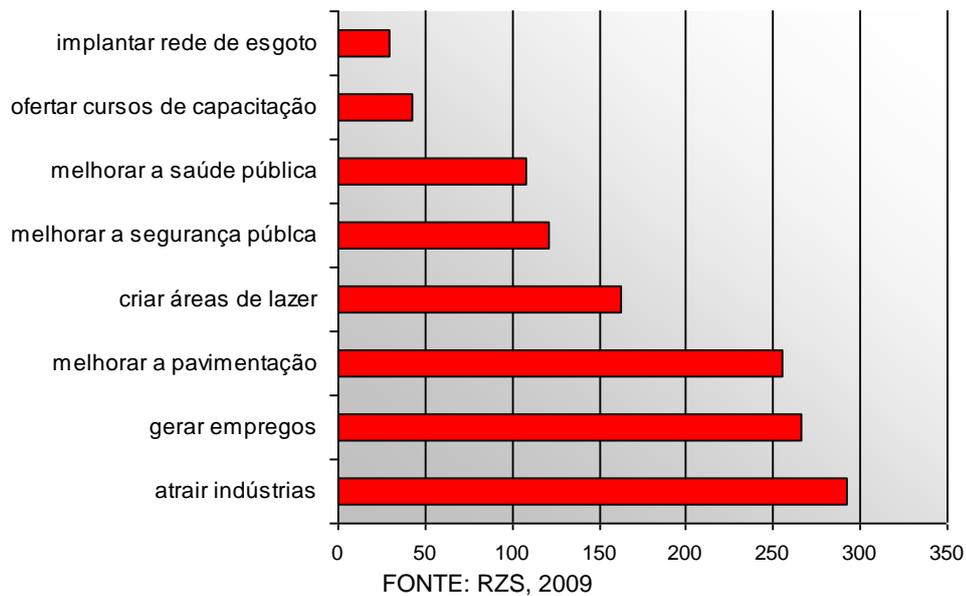
FONTE: RZS, 2009

QUADRO 142 – SUGESTÕES

Categoria	Quantidade	%
Melhorar a saúde pública	108	8,5%
Gerar empregos	266	20,8%
Atrair indústrias	292	22,9%
Melhorar a pavimentação	255	20,0%
Ofertar cursos de capacitação	42	3,3%
Melhorar a segurança pública	121	9,5%
Criar áreas de lazer	162	12,7%
Implantar rede de esgoto	29	2,3%
Total	1276	100,0%

FONTE: RZS, 2009

Gráfico 61 – SUGESTÕES



13.3. CONCEITOS LEGAIS E JURÍDICOS FUNDAMENTAIS À ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

13.3.1. A Importância Da Divisão De Competências Constitucionais

A Constituição de 1988 estabeleceu na verdade dois tipos de competência: a competência para administrar e a competência para legislar. As atividades previstas no art. 23 são de competência tanto da União como dos Estados e Municípios. Assim, cada ente poderá ter sua própria estrutura administrativa, tendo autonomia para estas atividades.

No caso da competência administrativa dos municípios, o referido dispositivo prevê:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.”

Da leitura do artigo acima transcrito, podemos perceber a grande quantidade de tarefas que estão também sob a responsabilidade do Município e que têm pertinência com a implementação do Plano Diretor. É preciso destacar que a autonomia dos entes da Federação, prevista no art. 18 da Carta Maior, não deve ser causa de conflitos e dispersão de esforços. O objetivo é que cada ente possa ter uma estrutura administrativa própria, mas eficiente no atendimento e controle das atividades previstas no artigo citado acima. É claro

que essa estrutura pode ter um formato institucional diferente, mas deverá sempre obedecer às normas gerais federais, para que seja mantida uma unidade e coerência de ações no país todo. De toda forma, como salienta Paulo Affonso Leme Machado, as atuações não estão condicionadas a uma hierarquia: *“A Administração Pública federal ambiental não está num plano hierárquico superior ao da Administração Pública ambiental estadual, nem esta situa-se em plano superior ao da Administração Pública ambiental municipal.”*¹⁶

Já os artigos 22 e 24 da Constituição tratam da competência para legislar propriamente dita:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação; (...)

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; (...)

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União

¹⁶ LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro. 10ª ed. Malheiros, São Paulo. p.89

limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

O art. 22 trata da competência privativa da União, onde só será permitido aos Estados legislar sobre matéria específica e quando autorizados por lei complementar. Já o art. 24 refere-se à competência concorrente, quando a competência da União limita-se à edição de normas gerais¹⁷ e os Estados têm competência suplementar. Isso significa que os Estados e o Distrito Federal podem tomar a iniciativa para legislar sobre o assunto quando a União restar inerte. Além disso, se não houver lei federal sobre as normas gerais (art. 24, § 3º), os Estados poderão exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades próprias.

É importante observar, no entanto, que essa competência legislativa “plena” dos Estados sofre limitações, ou seja, a norma estadual não pode extrapolar o interesse próprio ou peculiar do Estado e deverá se sujeitar ao disposto em norma federal superveniente. Além disso, o exercício da competência suplementar só será possível se já existirem normas a serem suplementadas. Ou seja, esta competência está condicionada à necessidade de complementar a legislação federal ou de imperfeições da norma geral federal.

A competência dos Municípios está expressa no art. 30 da Constituição Federal de 1988 que traz os seguintes dispositivos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

¹⁷ As chamadas “normas gerais” em direito ambiental são aquelas que tratam da aplicação da mesma regra em um determinado espaço territorial, que pode ser limitado, como, por exemplo uma determinada bacia ou um determinado ecossistema, como pode abranger o território nacional inteiro.

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

O interesse local não se caracteriza pela exclusividade do interesse do Município sobre determinado assunto, mas pela sua predominância. Ocorre que, muitas vezes, principalmente em matéria ambiental, os Municípios procuram diminuir o rigor da legislação federal ou estadual, no intuito de facilitar a exploração de atividades potencialmente degradadoras. Mas se a legislação municipal permitir além do disposto nas legislações estaduais ou federal, a mesma deverá ser impugnada judicialmente por inconstitucionalidade.

Isto posto, é preciso distinguir mais precisamente a competência estadual da municipal, tendo em vista que esse é um dos principais pontos de discussão, principalmente em matéria ambiental, e certamente interessa na elaboração do Plano Diretor do Município de Faxinal.

O art. 23 da Constituição Federal atribuiu à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios a competência para “*proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas*” e de “*preservar as florestas, a fauna e a flora*”.

Assim, apesar de o Município não ter competência para legislar sobre águas, ele deve aplicar a legislação federal e estadual pertinente no território municipal. Mesmo os bens ambientais considerados pela Constituição como bens da União estão sujeitos à legislação Municipal, de proteção ou até tombamento, uma vez que devem ser concebidos como “bens de uso comum do povo” (art. 225). No entendimento de Alexandre de Moraes:

“O Art. 30, II, da Constituição Federal preceitua caber ao município complementar a legislação federal e estadual, no que couber, o que não ocorria na Constituição anterior, podendo o Município suprir as omissões e lacunas da legislação federal e estadual, embora não podendo contraditá-la, inclusive, nas matérias previstas no artigo 24 da Constituição de 1988. Assim, a Constituição Federal prevê a chamada competência complementar dos municípios, consistente na autorização de regulamentar as normas legislativas federais e estaduais, para ajustar a sua execução a peculiaridades locais, sempre em concorrência com aquelas e desde que presente o requisito primordial de fixação de competência desse ente federativo: interesse local.”¹⁸

Esta breve análise acerca da distribuição de competências entre os entes da federação visa pautar o exame das leis que será feito adiante, permitindo uma análise crítica

¹⁸ MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005.



das leis em vigor atualmente no Município de Faxinal, bem como a elaboração da legislação referente ao Plano Diretor que respeite estes dispositivos constitucionais.

13.3.2. A Questão da Propriedade Privada e do Direito Adquirido

A aprovação da legislação do Plano Diretor de Faxinal implica necessariamente na modificação do regime jurídico da propriedade, atingindo o direito de milhares de cidadãos. Neste ponto, é preciso a análise cuidadosa das alterações necessárias e do seu reflexo no meio social.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, inciso XXXVI: “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.” A discussão acerca da existência ou não de direito adquirido face à instituição de novo zoneamento ou alteração do anterior é grande e complexa, mas, aos poucos, posições vêm sendo definidas, tanto na doutrina nacional, como na própria legislação.

A importância dessa discussão reside no fato de que a maioria das atividades industriais, comerciais e agrícolas exigem o controle do Poder Público, que pode se dar na forma de permissões, autorizações e licenças (de instalação, de construção, de operação, etc.).

Na elaboração do zoneamento urbano-ambiental é comum surgirem casos de empreendimentos que, apesar de previamente autorizados pelo Poder Público, passam a ser proibidos em função de ato administrativo ou lei superveniente. Nesses casos, é importante a análise da questão da propriedade privada e do direito adquirido, constitucionalmente previstos.

São duas situações diferentes: a dos que já têm a licença de instalação quando da implementação do novo zoneamento e a dos empreendimentos que já têm licença de funcionamento.

É que, quando a legislação for sobre sistemas de funcionamento, aparelhagem de proteção, etc. ela não gerará direito adquirido, pois estas questões estão diretamente relacionadas com a salubridade, higiene e segurança coletiva.

Paulo Affonso Leme Machado¹⁹ cita o exemplo de uma zona industrial que é transformada por ato do Poder Público em zona residencial. Nesse caso, diz o autor, é

¹⁹ LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro. 10ª ed. Malheiros, São Paulo. p. 175

preciso avaliar se as indústrias que já estavam instaladas nessa área estavam cumprindo todas as normas aplicáveis e atendendo às exigências e condições para funcionamento. Se não houver nenhuma irregularidade, nem no funcionamento da indústria e nem na concessão da licença de instalação, não há sanção a ser aplicada. Assim, se o Poder Público não achasse mais conveniente a presença da indústria naquela região, poderia revogar²⁰ o ato administrativo que deferiu a instalação da indústria naquela área, com a desapropriação da mesma.

Mas, ainda no mesmo caso, se o Poder Público editar novas normas para o funcionamento da indústria e ela não as obedecer, passará a agir ilegalmente e poderá sofrer a anulação do ato administrativo. Nessa situação não será devida nenhuma indenização.

Além disso, nesse aspecto é importante lembrar que não há direito adquirido de poluir. A melhor doutrina francesa já destacou esse fato:

“O Direito Administrativo francês do Meio Ambiente consagra um princípio extremamente importante: uma autorização administrativa, como uma permissão de construir ou um ato de autorização de abertura de um estabelecimento classificado, é sempre outorgado sob reserva de direito de terceiros. Esta última autorização, em particular, não cria um ‘direito adquirido de poluir’.”²¹

José Afonso da Silva trata do tema com clareza:

“Em havendo, pois, modificação do zoneamento, milita presunção iuris et iure (porque não comporta discussão do mérito, nem na via judicial, nem na via administrativa, para afastar a presunção) de que tal mudança se fizera em atendimento ao interesse coletivo, e é, sem sombra de dúvida, correta a tese de que não se verifica direito adquirido (que é de natureza individual, particular) em prejuízo do interesse coletivo, público. Se, portanto, não houver, na lei superveniente, ressalva de direito ao uso não conforme, que passa a ser tolerado, nos termos já vistos, ao Poder Público municipal cabe a faculdade, se não o dever, de impor a cessação do uso incompatível com o novo zoneamento. Leve-se em conta, para assim se conceber, que não se está tolhendo ao particular o exercício do direito de livre iniciativa, mas restringindo-a no interesse público, pois não se lhe está impedindo, em absoluto, o exercício do uso implantado, que poderá continuar noutra zona, onde se conforme às regras do novo zoneamento. Como já vimos, o uso é, por natureza, deslocável; por conseguinte, seu titular poderá

²⁰ Merece destaque a distinção feita na doutrina entre anulação e revogação de ato administrativo: a primeira deve ser feita pelo Poder Público ou pelo Poder Judiciário em caso de ilegalidade do ato, enquanto a segunda só pode ser feita pelo Poder Público, através de juízo de oportunidade e conveniência sobre a manutenção do ato.

²¹ Rapport Français, Droit Public, La protection du voisinage et de l'environnement. Travaux de l'Association Henri-Capitan, p. 402.



*implantá-lo noutro lugar, talvez até com maiores vantagens e melhores condições de desenvolvimento.*²²

Ou seja, nenhum cidadão pode adquirir o direito de produzir ou criar situações de risco para a coletividade. Diante do conflito entre direitos individuais, como a propriedade e a livre iniciativa, e direitos coletivos como a segurança e a saúde pública, estes últimos sem dúvida prevalecerão.

Além disso, a nossa Constituição, ao garantir o direito de propriedade, em seu art. 5º, limitou-a dizendo que ele deve atender à sua “função social”. Ou seja, ela não pode ser utilizada livremente pelo seu proprietário, mas está sujeita às limitações impostas pelo Poder Público que visam garantir a salubridade, a segurança e o bem estar coletivo.

A própria Carta, no § 2º do art. 182, concretizou o princípio da função social da propriedade nos seguintes termos: “*A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor*”. Para as propriedades rurais, o princípio está consagrado no art. 186.

Como dito anteriormente, cada vez mais a doutrina e a legislação pátria se firmam no sentido de uma nova definição do direito de propriedade. O novo Código Civil (Lei Federal nº. 10.406/02) definiu nos seus art. 1.228 e seguintes os novos traços do direito de propriedade e nos artigos 1.299 e seguintes as regras que disciplinam o direito de construir:

“Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-lo do poder de quem quer que, injustamente, a possua ou detenha.

§1º - O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.”

No parágrafo primeiro deste dispositivo percebe-se claramente a intenção do legislador de reforçar a elaboração constitucional e adaptar o direito de propriedade à necessidade da preservação do meio ambiente. Destacou assim a funções social e ambiental da propriedade.

13.3.3. O Plano Diretor

O Plano Diretor é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade e que visa estabelecer regras tanto para o meio urbano como para o meio rural. É um conjunto de

²² José Afonso da Silva. Direito Urbanístico Brasileiro. P. 268/269. Não há grifos no original.

normas que contempla o planejamento ambiental e urbano e tem se revelado como um instrumento de gestão dos municípios nas suas mais variadas funções e necessidades.

As normas que compõem o Plano Diretor regulam as atividades e os empreendimentos do próprio Poder Público Municipal e das pessoas físicas ou jurídicas, de Direito Privado ou Público, a serem levados a efeito no território municipal²³.

É o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e está previsto art. 182 da CF. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/79, alterada pela Lei 9.785/99), enfatizam o dispositivo constitucional, condicionando a aplicação de praticamente todos os demais instrumentos urbanísticos ao disposto no Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) veio regulamentar o Capítulo da Política Urbana da Constituição. O plano diretor é tema central desta lei. Além disso, o Estatuto também institui em outros dispositivos novos instrumentos urbanísticos, cuja aplicação está condicionada à existência prévia do plano diretor e de lei municipal específica.

Victor Carvalho Pinto, em seu artigo “Regime Jurídico do Plano Diretor” nos remete à origem do termo no direito comparado:

“A vinculação do regime da propriedade urbana aos planos urbanísticos tem origem no direito urbanístico europeu. Significa que o direito de construir de cada terreno corresponde aos índices constantes dos planos urbanísticos. Trata-se aqui dos planos auto-aplicáveis, ou seja, diretamente oponíveis aos particulares, de que são exemplos o “plano regulador geral” italiano, o “plano geral de ordenação urbana” espanhol, o “plano de ocupação do solo” francês e o “plano diretor” português. Estes planos são o “instrumento básico” de urbanismo em seus países e sua elaboração é obrigatória para todos os governos locais. Eles podem ser utilizados como modelo para o plano diretor, pois foi no direito europeu que a Constituição brasileira se inspirou.

O direito comparado apresenta também exemplos de planos urbanísticos mais gerais, que não são oponíveis diretamente aos particulares, servindo antes como referência para elaboração dos planos auto-aplicáveis. Pode-se citar o “plano territorial de coordenação” italiano, o “plano diretor” territorial de coordenação” espanhol, o “esquema diretor” francês e o “master plan” americano. Estes planos não servem de paralelo para o plano diretor brasileiro, eles não são o principal documento de urbanismo de seus países, pois sua elaboração não é obrigatória e eles não contêm índices urbanísticos próprios para a determinação concreta do potencial construtivo de cada terreno.”

²³ LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro. 10ª ed. Malheiros, São Paulo.



A Constituição Federal de 1988 adotou um conceito de Plano Diretor como sendo um plano urbanístico e auto-aplicável, no qual estão estabelecidos os conceitos de função social da propriedade e de áreas sub-aproveitadas. Nele também estão previstos os instrumentos postos à disposição do Poder Público para assegurar a efetivação de um planejamento urbano adequado, como por exemplo, o parcelamento e edificação compulsórios, utilização extra-fiscal do IPTU e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (§§ 2º e 4º do art. 182).

Estes novos instrumentos são reflexo dos novos contornos do direito de propriedade, que deixou de ser um direito absoluto, para ser condicionado ao exercício da função social da propriedade.

A mudança de paradigma em relação ao direito de propriedade teve como marco a Constituição Federal de 1988, sendo refletida no depoimento do representante do CNDU na Subcomissão de Desenvolvimento Urbano da Constituinte, citado por Victor Carvalho Pinto:

“Verifica-se, assim, que já não se pode falar de um direito de propriedade abstrato, de caráter pleno e absoluto. Já não temos uma propriedade, mas sim, propriedades: propriedade agrária, propriedade imobiliária, propriedade intelectual, propriedade industrial. Temos que conceber agora a propriedade urbanística. O que caracteriza a nova propriedade é uma perspectiva inteiramente diferente. É a da descoberta de que o contexto em que ela se acha inserida é muito mais amplo do que o interesse privado de seu titular. O interesse público do conjunto prevalece ou deve prevalecer sobre o interesse privado. E o que colocou em relevo esta idéia do conjunto foi o plano urbanístico. A propriedade privada tornou-se apenas uma parcela de uma área muito maior que é a zona ou setor em que ela se encontra. Assim, não há um conceito abstrato e igualitário da propriedade urbana, porque o plano urbanístico caracteriza, em cada parcela de terreno, um tipo específico de utilização e determina ainda outras restrições especiais. Hoje, a tutela fundamental do direito deve voltar-se para o todo e não para a parte. Em face do que foi exposto, podemos chegar ao conceito de propriedade urbanística, cujas características principais são as seguintes: a propriedade tradicional traduzia-se simplesmente no plano horizontal. Daí a necessidade de se precisar com clareza os confrontantes na hora da transmissão dos respectivos títulos. A propriedade urbanística apresenta uma terceira dimensão. É uma propriedade que poderíamos dizer cúbica, ou seja, o proprietário só pode construir acima e abaixo do solo de acordo com o plano urbanístico. A altura e a profundidade passam a constituir valores intrínsecos dessa propriedade. Segundo, a propriedade urbanística é teleológica, quer dizer, o plano determina o uso que se pode dar ao terreno – residencial, comercial, etc. – ou ainda o número de habitações que podem ser construídas. Terceiro, a propriedade urbanística possui, também um caráter temporal. Isto significa que o



seu conteúdo é dado pelo plano e, como o plano é mutável, segue-se que também ela é mutável. Quarto, a propriedade urbanística implica também em obrigações de fazer, podendo, inclusive, constranger o proprietário a edificar, sob pena de ser expropriado pelo Poder Público. A propriedade urbanística é uma propriedade formal, isto é, recebe a sua forma do Plano de Desenvolvimento Urbano. Assim, é indispensável que o título de propriedade caracterize também as determinações que o plano estabelece para a zona em que se localiza. E, finalmente, essa propriedade urbanística está intimamente vinculada aos serviços públicos, que a servem, de tal forma que o seu proprietário é obrigado a custeá-los, ainda que deles não se utilize, como por exemplo a caixa-d'água”.

O §2º do art. 40 do Estatuto da Cidade dispõe que “o plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo”. Apesar de não ser expressa, a disposição legal determina que o plano diretor deve abranger tanto a área urbana quanto a área rural do município.

Essa integração é fundamental para um adequado planejamento do desenvolvimento do município, porque não é possível desprezar a integração entre as atividades realizadas na zona urbana e na zona rural²⁴, bem como o fato de que muitos dos habitantes da zona rural trabalham na zona urbana - além da necessidade, por exemplo, de proteção dos mananciais de abastecimento. Apesar desta disposição, o restante do conteúdo da lei não facilita o trabalho do legislador municipal nesta integração, pois está mais direcionada realmente para a área urbana.

De qualquer forma, a lei é um marco em matéria de legislação urbanística e destaca a importância dos Planos Diretores como instrumentos de ordenação do território:

“Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

(...)

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

(...)

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

²⁴ “Art. 1º. – Estatuto da Cidade

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a elaboração da infra-estrutura correspondente;
a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
a deterioração das áreas urbanizadas;
a poluição e a degradação ambiental; (...)
VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência (...).
XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e ecológico.”

O Plano Diretor foi “adotado” pelas leis promulgadas após a Constituição de 1988 e também pelas alterações promovidas em leis anteriores, como se denota, por exemplo, no Código Florestal. A Lei nº 7.803/89, que alterou a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), determinou, em seu art. 2º, parágrafo único, a inclusão das áreas de preservação permanente de florestas e demais formas de vegetação natural no plano diretor.

A Medida Provisória nº 2166-67/2001 também exigiu a existência de plano diretor como condição prévia para a supressão da vegetação de preservação permanente (art. 4º, §2º) e previu que a localização da reserva legal de vegetação para as áreas que não são de preservação permanente observe o disposto no plano diretor (art. 16, § 4º).

A Lei nº 9.785/99 introduziu alterações na Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79), passando a dispor que são considerados objeto do plano diretor (1) a definição de índices urbanísticos relativos a dimensões de lotes (art. 2º, § 4º); (2) a definição das zonas urbanas, de expansão urbana e de urbanização específica (art. 3º) e (3) a elaboração da densidade de ocupação admitida em cada zona (art. 4º, I).

Além disso, é no plano diretor que deverão ser delimitadas as áreas onde poderá ser exigida a utilização compulsória de imóvel urbano, através da utilização extra-fiscal do IPTU e pela desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (art. 42, I). Por isso, é no plano diretor também que deverão constar os índices de aproveitamento mínimo dos imóveis, através dos quais se poderá distinguir o imóvel utilizado do subutilizado (art. 5º, §1º, I), bem como os coeficientes de aproveitamento básico, para toda a zona urbana, podendo delimitar áreas com coeficiente de aproveitamento máximo e uso do solo distintos, a serem obtidos mediante contrapartida dos proprietários (art. 28).



A delimitação das áreas em que incidirá o direito de preempção (art. 25, § 1º) e em que poderão ocorrer operações consorciadas (art. 32) e de regulamentação da transferência do direito de construir (art. 35) também deverá ser feita através de leis municipais com base no plano diretor.

É preciso mencionar ainda a existência de uma norma técnica de recomendação da ABNT relativa ao plano diretor. A NBR 12.267 - Normas para Elaboração de Plano Diretor, aprovada em 1992, define o seguinte conteúdo:

“4.2 Diretrizes do Plano Diretor

4.2.1 As diretrizes devem abranger pelo menos os aspectos relativos ao tipo e intensidade do uso do solo, ao sistema viário e respectivos padrões, à infra-estrutura e aos equipamentos sociais e serviços urbanos, tendo em vista o atendimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade.

4.2.2 As diretrizes devem explicitar o (s) horizonte (s) de sua vigência, bem como conter claramente os critérios de seu estabelecimento.

4.2.3 As exigências de ordenação da cidade incluem parâmetros para urbanização, parcelamento, uso e ocupação do solo e para a utilização e preservação ambiental e de recursos naturais.

4.2.4 A intensidade do uso do solo refere-se tanto à ocupação, quanto ao aproveitamento dos lotes, especificando distintos indicadores.

4.2.5 O sistema viário deve abranger a hierarquização e padrões das vias interurbanas e urbanas e sua expansão.

4.2.6 A infra-estrutura urbana inclui os sistemas de saneamento básico e drenagem, energia e iluminação pública, comunicações e sistema viário, prevendo a manutenção e a expansão das diversas instalações e sua interferência na ordenação do espaço.

4.2.7 Os equipamentos sociais e serviços urbanos relacionam-se com a programação de atendimento à população, considerando sua distribuição no território e condições de acessibilidade, nos setores de saúde, habitação de interesse social, educação, lazer, atividades comunitárias e outros, cuja localização prende-se às diretrizes gerais de uso e ocupação do solo.

4.2.8 Os serviços urbanos incluem limpeza pública, transporte coletivo, defesa civil e segurança pública, prevenção e combate aos incêndios e assistência social. As diretrizes respectivas referem-se à localização dos equipamentos necessários ao desempenho de cada um desses serviços, bem como à programação da sua manutenção e extensão.”

Todas essas leis foram objeto de análise no presente documento, no sentido de se observar a sua compatibilidade com a legislação superveniente, avaliando a necessidade de introduzir alterações para compatibilizá-las com as novas leis, bem como no sentido de avaliar se as mesmas estão servindo às necessidades do Município e sua população.

13.3.4. Recursos Hídricos

A competência para legislar sobre águas é privativa da União Federal (art. 22, IV, CF). No entanto, é preciso levar em consideração que o ordenamento do território do Município tem importante influência neste aspecto, uma vez que a qualidade da água depende também da política ambiental adotada pelo Município e da aplicação da legislação federal no âmbito municipal.

A criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, pela Lei Federal nº. 9.433/97, foi um marco no gerenciamento dos recursos hídricos do país e estabeleceu uma nova unidade territorial de gestão, que é a bacia hidrográfica. Esta lei trouxe ainda o conceito da água como um bem econômico e de domínio público, o que não significa que o Poder Público seja seu proprietário, mas sim seu gestor.

A Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem como objetivos principais assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário com vistas ao desenvolvimento sustentável e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

O Estado do Paraná, na seqüência da edição da Lei Federal, instituiu também a Política Estadual de Recursos Hídricos, através da Lei nº. 12.726/99, criando o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

13.3.4. Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico

O patrimônio histórico e arqueológico é parte integrante do chamado patrimônio cultural, previsto no art. 216, inciso V da Constituição Federal como *“conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”*. Na lição de Paulo Affonso Leme Machado:

“A concepção de patrimônio é mais larga do que a de propriedade e projeta um relacionamento de gerações, pois as gerações presentes conservarão paisagens não só para si mesmas, mas para as gerações que as sucederão.”²⁵

²⁵ LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro, 10ª ed. Malheiros, São Paulo. P. 119.



A tutela legal do patrimônio histórico e arqueológico, além da elaboração constitucional, é feita principalmente pela Lei Federal nº 3.924/61, pelos Decretos lei nº 4.146/42 e 25/37. Esta lei define em seu art. 2º o que são monumentos arqueológicos ou pré-históricos²⁶.

Esta lei determina também que o direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em propriedade particular ou privada, depende de permissão a ser concedida pelo Governo Federal, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tal permissão é precária e pode ser cassada pelo Ministro da Educação e Cultura no caso de descumprimento das condições estabelecidas na legislação.

O dano ao patrimônio histórico e arqueológico deve ter o mesmo tratamento jurídico dado ao dano aos demais recursos naturais e a destruição ou aproveitamento econômico destes está proibida pelo art. 3º da já citada lei:

“Art. 3º. São proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos numerados nas alíneas b, c e d, do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.”

13.3.5. Vegetação e Áreas de Preservação Permanente

A competência para legislar sobre florestas é concorrente da União e dos Estados (art. 24,VI da CF), mas os municípios têm competência para legislar sobre a flora local e áreas verdes (art. 30, I e II, CF).

Essa competência dos municípios é reforçada ainda por dispositivo do Código Florestal que prevê que “No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos

²⁶ Art. 2º. Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicas”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimento de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.”



*respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.*²⁷

A proteção da vegetação, e das florestas mais especificamente, está intimamente relacionada com o conceito de propriedade. Na realidade, está vinculada ao conceito de função social da propriedade, estabelecido constitucionalmente (art. 5º XXIII). Assim, o interesse público existente na boa utilização e conservação das florestas é um dos limites da função social da propriedade.

A proteção jurídica da vegetação varia de acordo com a classificação dada pela própria legislação. Por exemplo, as florestas de preservação permanente²⁸ (criadas pelo Código Florestal de 1965) e as reservas legais florestais só podem ser alteradas ou suprimidas através de lei.

Para reforçar a proteção jurídica das áreas de preservação permanente, o Código Florestal previu ainda, no caso de destruição ou desmatamento das mesmas que: *“Nas terras de propriedade privada onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público poderá fazê-lo, sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.”* (art. 18). Extrai-se deste dispositivo que é dever dos proprietários das terras (mesmo públicas) plantarem as florestas ou reflorestarem as áreas de preservação permanente.

O ambientalista Paulo Affonso Leme Machado explica melhor essa obrigação:

*“Na constituição das florestas compreendidas no art. 2º não interveio a discricionariedade da Administração: são imperativas. Assim, parece-me que há uma obrigação para a Administração de arborizar ou reflorestar as áreas de preservação permanente abrangidas no art. 2º do Código Florestal. Quanto às florestas de preservação permanente criadas conforme o art. 3º do mesmo Código, será a Administração quem decidirá da conveniência e da oportunidade de reflorestar as áreas atingidas, avaliando a questão através da adequada motivação.”*²⁹

Ao tratar da repartição de competências entre os entes da Federação, destacou-se que a competência atribuída ao Estado para complementar as normas gerais da União não afasta a competência do Município de assim também proceder, quando houver interesse local.

²⁷ Cód. Florestal, art. 2º, parágrafo único.

²⁸ “Cód. Florestal, art. 1º. Área protegida nos termos dos art. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações urbanas.”

²⁹ LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro, 10ª ed. Malheiros, São Paulo. P. 691.



Todavia, o Município não poderá, em nenhuma hipótese, afrontar as normas gerais da União e nem as normas estaduais de complementação; sua atuação, nesse caso, há de se limitar ao detalhamento dessas legislações, para adequá-las às particularidades locais, sob pena de invadir seara normativa que não lhe é própria.

Dessa maneira, leis municipais não podem permitir a edificação de obras e, por conseguinte, alteração e supressão de vegetação, em áreas de preservação permanente, consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, assim devidamente definidas – em cumprimento ao que determina o art. 225, §1º, III, da CF/88 – pelo art. 2º da Lei 4.771/65 (Código Florestal).

O Município, dessa forma, ao legislar sobre espaços territorialmente protegidos, em especial, áreas consideradas de preservação permanente, com inobservância dos ditames da Lei 4.771/65 (Código Florestal), resoluções CONAMA 302/2002 e 303/2002, exorbita os limites da sua competência legislativa suplementar, incorrendo, dessa forma, em patente inconstitucionalidade.

Outro diploma federal recente e de necessária observância pelo legislador municipal ao editar leis locais é a Lei nº. 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

A mencionada lei determina que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem: (I) a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações; (II) o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas; (III) o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico e (IV) o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico.

Além disso, exige, em seu art. 8º, que *“O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.”*

De grande influência no âmbito do município, os arts. 30 e 31 merecem destaque:

Art. 30. É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões



metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;

II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 2º Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

No âmbito estadual, é preciso observar necessariamente a Lei Florestal do Estado (Lei nº. 11.054/95), que dispõe que a atividade florestal deverá assegurar, além de seus objetivos sócio-econômicos, a manutenção da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

13.3.6. Agrotóxicos

A regulamentação do comércio e utilização de agrotóxicos é uma questão de extrema importância que também deve ser levada em consideração na elaboração do Plano Diretor, uma vez que ele abrange não só a área urbana, mas também o meio rural.



Neste sentido, a União já editou legislação sobre o tema, destacando-se a Lei nº. 7.802/98, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

13.3.7. Mineração

A competência legislativa sobre “*jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia*” (art.22, XII, CF) é privativa da União Federal. Mas, a União, os Estados e o DF têm competência concorrente para legislar sobre o meio ambiente e controle da poluição.

Além disso, segundo o inciso XI do artigo 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, Estados, Distrito federal e Municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e concessão de exploração de recursos minerais.

Como o exercício da mineração não pode ser considerado sem que sejam levados em conta os danos potenciais e efetivos causados ao meio ambiente por essa atividade, as competências devem ser harmonizadas.

Isso significa que apesar de não terem competência para legislar sobre a matéria, os Estados e Municípios têm o direito e o dever de fiscalizar e controlar este tipo de atividade quando realizada em seus territórios. E esse controle inclui a legitimidade para exigir que a legislação federal seja aplicada, como já foi decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal:

“O Município tem o direito de exigir que empresas mineradoras – privadas ou públicas – recuperem o meio ambiente degradado (art. 225,§ 2º, da CF), abrangendo, inclusive, *aqueles* que se dedicam à extração de areias.” (Helita barreira Custódio – STF – RE 73.876).

Na prática da atividade de mineração, por ser uma das atividades mais degradadoras do meio ambiente, deve ser levado em consideração, mais que nunca, o chamado princípio da precaução, definido no item 15 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992:

“Para proteger o meio ambiente, medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos Estados, segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto par procrastinar a adoção de medidas visando a prevenir a degradação do meio ambiente.”

O assunto também foi tratado especificamente pela Constituição Federal de 1988, no capítulo dedicado ao meio ambiente:

“Art. 225.(...)

§1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público(...)

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

§2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.”

O Código de Mineração (Dec. Lei 227/67) traz em seu corpo diversos conceitos legais que são utilizados no processo de autorização de atividade mineraria. Por exemplo, o conceito legal de jazida: *“Art. 4. toda massa individualizada de substância mineral ou fósfil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra e que tenha valor econômico”*; de mina: *“é a jazida em lavra, ainda que suspensa”*.

Traz também o conceito de lavra, qual seja, *“Entende-se como lavra o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas.”*

O controle da atividade mineradora no país é feito pelo DNPM – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral que é uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia. No entanto, está sujeito tanto à legislação federal pertinente como às legislações ambientais do Estado e do Município em que sem localizam a mina ou a jazida.

Existem três tipos de controle, realizado pelo DNPM, para a exploração mineral no Brasil: a Autorização de Pesquisa, a Concessão de Lavra e a Permissão de Lavra Garimpeira.

O Código de Mineração (Decreto-lei nº 227/67) define como pesquisa mineral:

“Art. 14. A execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exeqüibilidade do seu aproveitamento econômico.”

O procedimento de autorização de pesquisa é necessariamente precedente à concessão de lavra, tendo validade de dois anos e podendo ser renovado por mais um.



O titular da concessão assume também uma série de obrigações relativas à preservação da área explorada e reparação do ambiente degradado. Segundo o Código de Mineração:

“Art. 47. Ficará obrigado o titular da concessão, além das condições gerais que constam deste Código, ainda, às seguintes condições, sob pena de sanções previstas no Cap. V:

X – evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;

XI - evitar poluição do ar ou da água que possam resultar dos trabalhos de mineração;

XII – proteger e conservar as fontes, bem como utilizar as águas segundo os preceitos técnicos, quando se tratar de jazida da Classe VIII (jazida de águas minerais).”

Para que esse dispositivo do Código de Mineração tenha efetividade é fundamental que sejam controladas as atividades minerárias também após a concessão da licença. Essa fiscalização pode ser realizada através dos órgãos ambientais (IBAMA, DNPM e órgãos estaduais) e de auditorias ambientais a serem realizadas pelas próprias empresas mineradoras.

Já a outorga de permissão de lavra garimpeira depende também de licenciamento do órgão ambiental competente (art. 3º, lei 7.805/89). Assim, esse licenciamento pode ser federal, estadual ou municipal (ou até mesmo das três esferas) e a sua falta acarretará a nulidade da permissão de lavra. É importante lembrar que a mesma lei exige o prévio licenciamento ambiental também para a concessão de lavra³⁰. O órgão ambiental competente no caso é o órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do IBAMA, em caráter supletivo.

A Lei Federal nº. 7.805/89 alterou o Código de Mineração e criou o regime de permissão de lavra garimpeira, extinguindo o regime de matrícula. Esta lei determina também que o órgão público que administre ou fiscalize qualquer das unidades de conservação ou de preservação – em que se incluem as áreas de proteção ambiental - está vinculado constitucionalmente às finalidades dessas unidades e, portanto, deve ser o responsável pela autorização da prática da mineração nessas áreas:

³⁰ “Assim, o ato do DNPM de outorga de permissão de lavra garimpeira e de concessão de lavra é um ato administrativo complexo, pois necessita do ato administrativo anterior – o licenciamento ambiental favorável.” (p. 639 –Direito Ambiental Brasileiro - Paulo Affonso Leme Machado).

“Art. 17.A realização de trabalhos de pesquisa e lavras em áreas de conservação dependerá de prévia autorização do órgão ambiental que as administre.”

E o art. 18 da mesma lei dispõe:

“Os trabalhos de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão temporária ou definitiva, de acordo com o parecer do órgão ambiental competente.”

Também é preciso destacar que nas Áreas de Preservação Permanente (art. 2 e 3 da Lei 4.771/65) a atividade da mineração (como extração de areia ou a exploração de jazidas em encostas) pode acarretar danos à vegetação de preservação permanente, para o que devem obrigatoriamente atentar o DNPM e os órgãos ambientais estaduais.

Apesar de a Lei 7.805/89 não exigir expressamente o licenciamento ambiental prévio para a pesquisa mineral, nada impede que os Estados e Municípios suplementem a legislação e passem a exigí-lo.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABINAM, Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais. Disponível em: <<http://www.abinam.com.br>>. Acesso em: 2008.
- ANDREOLI, C. V.; DALARMI, O.; LARA, A.I.; ANDREOLI, F.N. Limites ao Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, Impostos pela Escassez de Água. SANARE – Revista Técnica da Sanepar.
- ARRUDA, Inácio. Estatuto da Cidade: E Agora? - São Paulo, 2001.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 1991 e 2000.
- BARROSO, Luiz Roberto. “A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira”. Cadernos de Direito Constitucional e de Ciência Política. 1/115-140. São Paulo, Ed.RT.
- BASTOS, Celso. “O Município: sua evolução histórica e suas atuais competências” Cadernos de Direito Constitucional e de Ciência Política. 1/54-76. São Paulo, Ed.RT.
- BORGES, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo: Saraiva, 8. ed., 1994.
- BRASIL. Constituição Federal.
- BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.
- BRASIL. Lei nº 4.771 de 1985 – Código Florestal Brasileiro.
- BRASIL. Lei nº 6.766 de 1979 – Lei Lehman.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 2000 – Institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- CERRI, L.E.S. e AMARAL, C.P. Riscos geológicos. In: OLIVEIRA, A.M.S.; BRITO, S.N.A.
- CORBUSIER. Le. Princípios de Urbanismo. La Carta de Atenas. Barcelona: Ariel, 1975.
- CRETELLA JÚNIOR, José. “Dos bens públicos na Constituição de 1988.” RT 653/16-48. São Paulo. Ed. RT, 1990.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- DÉRANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo, Max Limonad, 1997.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 8ª ed. São Paulo, Atlas, 1997.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, 2001. Disponível em: <<http://www.cnps.embrapa.br>>. Acesso em: 2008.
- ESTADUAL DE TRANSPORTE – Departamento de Estrada de Rodagem. Paraná, 2006.
- FERREIRA, J.V.C. O Paraná e seus Municípios. Ed. Memória do Brasil, 2000.
- FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucia Valle. Disciplina Urbanística da Propriedade. São Paulo, ed. RT, 1980.
- FREITAS, V. Passos de. Direito Administrativo e Meio Ambiente. Curitiba, Juruá, 1993.
- Geologia de Engenharia. São Paulo: ABGE, 1998. p. 301-310.

- GOVERNO DO PARANÁ. Meio Ambiente e Desenvolvimento 2002.
- HARADA, Kiyoshi. Direito Urbanístico: Estatuto da Cidade: Plano Diretor Estratégico. São Paulo: NDJ, 2004.
- IAPAR. Cartas climáticas básicas do Estado do Paraná. Londrina: Instituto Agrônomo do Estado do Paraná, 1978. 41 p.
- IAPAR. Velocidade e Direção Predominante dos Ventos no Estado do Paraná. Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná, Londrina, n. 26, 55 p. 1989.
- IBGE. Censo Demográfico, 1991 E 2000.
- IBGE. Contagem Populacional 2007.
- IBGE. Dados demográficos do município e região. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2008.
- IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira (Série Manuais Técnicos em Geociências – Número 1). Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1992. 92 p.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. Coordenação: Maria Luiza Otero D'Almeida, André Vilhena. 2ª edição. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000. Publicação IPT 2622.
- IPARDES. Atlas das necessidades habitacionais no Paraná, 2004
- IPARDES. Caderno Estatístico do Município de Faxinal. Curitiba, 2006.
- LEITE, José Rubens M. Dano Ambiental – Do individual ao Coletivo Extrapatrimonial. São Paulo, ed. RT, 2000.
- LEME MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro. 10ª ed. Malheiros Editores, 2002.
- LIRA, Ricardo Pereira. Elementos de direito urbanístico. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- MASCARÓ, J. Infra-estrutura urbana. Porto Alegre, 2005.
- MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 11ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2000.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo, ed. RT, 2000.
- MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Guia de prevenção de acidentes geológicos urbanos. Curitiba: MINEROPAR, 1998, 52 páginas.
- MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Nota explicativa do mapa geológico do Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 1999, 28p.

- MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Paralelepípedos e alvenaria poliédrica: manual de utilização. Curitiba: MINEROPAR, 1983,87 p.
- MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Perfil do setor da água no Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 2000, 57 p., anexos.
- MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Projeto Riquezas Minerais. Curitiba: MINEROPAR, 2001.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo. Brasília, 2004.
- MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1992.
- MUKAI, Toshio. Direito Urbano-Ambiental Brasileiro. 2ª ed. São Paulo, Dialética, 2002.
- PARANACIDADE. Termo de referência para elaboração de Plano Diretor Municipal. Curitiba, 2004.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004
- PRESTES, Vanêsa Buzelato. Instrumentos Legais e Normativos de Competência Municipal em Matéria Ambiental. in Revista de Direito Ambiental. Revista dos Tribunais. Vol. 31. ano 8. jul/set 2003.
- SANTOS, Saint'Clair Honorato. Direito Ambiental: Unidades de Conservação – Limitações Administrativas. Curitiba, Juruá, 2000.
- SETUR – Secretaria de Estado de Turismo. Paraná, 2006.
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- STICA, L.C. e FLORES, M.D. História do Paraná- do Século XVI à década de 1950. Londrina, Editora Eduel, 2000.
- STRUCHEL, Andréa Cristina de Oliveira & TEIXEIRA, Sylvia Regina Domingues. Código Ambiental: uma ferramenta de política pública e gestão ambiental para os municípios in Revista de Direito Ambiental. Revista dos Tribunais. Vol. 34.p.19-27

